

MARCOS FELIPE SUDRÉ SAIDLER

**AS (IN)CONSTÂNCIAS
DA URBE SELVAGEM**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

MARCOS FELIPE SUDRÉ SAIDLER

AS (IN)CONSTÂNCIAS DA URBE SELVAGEM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração:
Teoria, produção e experiência do espaço

Orientador:
Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

S132i Saidler, Marcos Felipe Sudré.
As (in)constâncias da urbe selvagem [manuscrito] / Marcos Felipe Sudré Saidler. - 2015.
509 f. : il.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Urbanização – São Félix do Xingu (PA) - Teses. 2. Planejamento urbano – São Félix do Xingu (PA) - Teses. 3. Amazônia – Fronteiras - Teses. 4. Amazônia – Economia - Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.42

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 18 de maio de 2015 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (Orientador - FACE-UFMG)



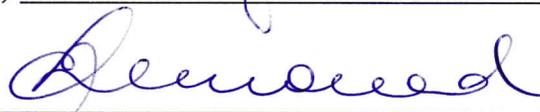
Prof. Dr. Ana Maria Rabelo Gomes (FAE-UFMG)



Prof. Dr. João Antônio de Paula (FACE-UFMG)



Profa. Dra. Ester Limonad (UFF)



Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA)



Para minha família, em especial,
Diná e Isaura, sempre mães até aqui.

Para Karine, minha alicmoa amazônida,
por tudo que virá.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Roberto Luís, um amigo querido, atencioso e professor para a vida. Suas palavras precisas foram refrigério para os momentos de angústia.

À Fapemig, pela bolsa de estudos durante todo o período de doutoramento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, em especial, Celina, Fernanda, Jupira e Silke. Aos professores dos demais programas da UFMG, com quem pude conviver durante os últimos quatro anos e aprender a ver a ciência para além de cada um dos seus departamentos. À Renata e Paula, sempre atenciosas na solução das questões acadêmicas na secretaria do NPGAU.

Aos professores Ana Cláudia Duarte Cardoso, Ester Limonad, Ana Maria Rabelo Gomes e João Antônio de Paula, pelas observações argutas durante a banca final.

Ao URBISAmazônia, pela oportunidade de chegar à fronteira, inclusive, financiando as viagens de campo. Aos integrantes do projeto, pela partilha de saberes. Em particular, agradeço ao Miguel e Isabel, pela acolhida em São José dos Campos. À Ana Cláudia, pela receptividade em Belém. Aos companheiros de campo no Sudeste Paraense: Cláudia, Carla, Paula e meu amigo Alex.

Aos sãofelenses, que tão bem me receberam nessa jornada de tentar compreender esse pedaço da Amazônia. Ao Júnior e à Claudiane, fundamentais nesse percurso.

Aos companheiros economistas, arquitetos e antropólogos de pés descalços: Harley, Júlia, Raiam, Vanessa, Clarice e João. À Sibelle, amiga confidente e responsável por me aproximar do indecifrável universo dos setores censitários. À Fabiana, uma irmã para toda a vida. À Carolina, com saudade.

À minha família, por compreender tanta ausência. À pequenina Sara, que não compreende nada disso ainda, mas me fez tantas vezes rir com sua presença.

À Karine, pelo amor. Sempre!

A Deus, “porque dEle e por meio dEle e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11: 36).

A inconstância é uma constante da equação selvagem.
Eduardo Viveiros de Castro

RESUMO

Esta tese discute o lugar do urbano amazônico no espaço social global, partindo da hipótese de que a constante reativação do estado de fronteira sobre a região é o que leva à subordinação e à destruição das formas e conteúdos preexistentes durante o processo de avanço do capital. A reflexão teórica sobre a reprodução coletiva e a necessidade de prospectar formas alternativas que ultrapassem a perspectiva da dominação é o que alimenta a pesquisa empírica, por sua vez, organizadora da estrutura do trabalho. Partindo da cidade, realiza-se uma experiência multiescalar, que vai da sede municipal às demais manifestações do urbano nos vastos municípios da Amazônia brasileira. É tomado como recorte para o estudo o município de São Félix do Xingu, originado de uma antiga vila ribeirinha no Sudeste Paraense. Analisa-se a construção desse urbano na história, a contribuição das distintas trajetórias sociais para a formação da fronteira que ali se instala, bem como suas representações, a partir de um conjunto de dados obtido junto à imprensa nacional e local, informações censitárias e pesquisas de campo, nas quais foram realizadas entrevistas e observações. Os resultados desse processo evidenciam a necessidade de compreensão do urbano que está além da cidade para a apreensão do próprio espaço citadino amazônico. Mostram ainda a coincidência da perspectiva da fronteira como território de precariedades, tanto na mídia quanto nos dados censitários, mas revelam, diante da proximidade dada pela pesquisa de campo, a urgência de perceber suas (in)constâncias como elemento capaz de construir o novo a partir da Amazônia brasileira, lugar de encontro de múltiplas racionalidades.

Palavras-chave

Urbanização amazônica . Fronteira . São Félix do Xingu

ABSTRACT

This thesis discusses the place of the Amazon urbanization in the global social space, from the hypothesis that the constant reactivation of the frontier situation of the region leads to subordination and destruction of pre-existing forms and contents during the process of capital advance. The theoretical reflection on the collective reproduction and the need of exploring alternative ways beyond the perspective of domination is what fueled the empirical research, in turn, organizing the structure of the work. From the city, the research held a multi-scale experience, from the municipal seat to other urban manifestations in the Brazilian Amazon. São Félix do Xingu, originated from an old riverside town in southeast Pará, is the locality selected to the study. The thesis analyzes the construction of urban history, the contribution of different social trajectories for the formation of the frontier and their representations, from data obtained in the national and local press, in census information and research field with interviews and observations. The result of this process show the need to understand the urban that is beyond the city to the seizure of the Amazonian city space. It still show that the frontier perspective like a the territory of precariousness is in the media and in census data, but it reveal, by the proximity given in the field research, the urgency to see their (in) constancies as an element able to build the new since the Brazilian Amazon, place of multiple rationalities.

Keywords

Amazon urbanization . Frontier . São Félix do Xingu

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sistema urbano em M. Castells	59
Figura 2 - Consumo em C. Topalov	82
Figura 3 - Fronteira em J. de S. Martins	108
Figura 4 - Genealogia dos municípios	159
Figura 5 - São Félix e Parauapebas, principais articulações	159
Figura 6 - Município de Parauapebas	162
Figura 7 - Núcleo Urbano de Carajás, destaques	162
Figura 8 - Núcleo Urbano de Carajás, tipos edificadas	165
Figura 9 - Mancha urbana de Parauapebas	170
Figura 10 - Av. do Comércio, Rio Verde	171
Figura 11 - Cidade Nova	171
Figura 12 - Shopping de Parauapebas	171
Figura 13 - Loteamentos de alto padrão	171
Figura 14 - Alvorá, portaria	171
Figura 15 - Alvorá, divulgação	171
Figura 16 - Viver Bem Parauapebas	176
Figura 17 - Ocupações à margem da Rod. Faruk Salmen	176
Figura 18 - Unidades habitacionais do MCMV e ocupações	177
Figura 19 - Ocupações recentes e consolidadas	178
Figura 20 - Morro Alto Bonito, dezembro de 2013	179
Figura 21 - Morro Alto Bonito, março de 2013	179
Figura 22 - Apresentação do projeto à comunidade	179
Figura 23 - Autoprodução da moradia em Parauapebas	182
Figura 24 - Mancha urbana de São Félix do Xingu	185
Figura 25 - Paróquia S. Félix e entorno da praça principal, Bairro Triunfo	190
Figura 26 - Bairros Centro e Triunfo	191
Figura 27 - Beiradão do Rio Fresco	192
Figura 28 - Novos loteamentos à margem da PA-279	197
Figura 29 - Loteamento Cidade Nova	197
Figura 30 - Frigorífico Frigol	197
Figura 31 - Terreno reservado ao MCMV	197
Figura 32 - Publicidade da Unifesspa	197
Figura 33 - Av. Rio Xingu, entre Igreja N. Sa. das Mercês e centro cultural e esportivo	198
Figura 34 - Município de São Félix do Xingu	201
Figura 35 - Terras Indígenas e principais cidades no entorno do Rio Xingu	212
Figura 36 - Principais aldeias Mebêngôkre	220
Figura 37 - Genealogia do grupo Gorotire	222

Figura 38 - Mapa da Região Norte e seus tipos.....	229
Figura 39 - Caboclo amazônico e seu ambiente de trabalho	229
Figura 40 - Caboclo amazônico, características físicas	229
Figura 41 - Conflitos envolvendo a TI Kayapó.....	239
Figura 42 - Ataque em Espadilha	242
Figura 43 - Pista de pouso interdita.....	242
Figura 44 - Sobreviventes ao ataque em Espadilha	242
Figura 45 - Kanhôk explica o ataque à Fazenda Espadilha	242
Figura 46 - Os Kayapó no garimpo de Maria Bonita	257
Figura 47 - Garimpeiros enfermos retirados de Maria Bonita	257
Figura 48 - Garimpeiros em Redenção	257
Figura 49 - Caminhonete incendiada.....	257
Figura 50 - Lavras paralisadas em Maria Bonita.....	260
Figura 51 - Pista interdita em Maria Bonita.....	260
Figura 52 - Índios controlam o garimpo.....	260
Figura 53 - Atividades da A'Ukre Trading Company.....	265
Figura 54 - Kube-I, o cacique "louco por automóvel"	266
Figura 55 - Índios acompanham transporte da madeira extraída	266
Figura 56 - Casas de alvenaria e iluminação na aldeia Gorotire.....	272
Figura 57 - Antena parabólica na aldeia Gorotire	272
Figura 58 - O gerador a diesel dos Gorotire.....	272
Figura 59 - Tuíra no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.....	281
Figura 60 - Sting e Raoni no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu	281
Figura 61 - Perfil do Rio Xingu e barragens planejadas.....	283
Figura 62 - Chegada das aldeias para a Semana dos Povos Indígenas.....	292
Figura 63 - Atividades durante a Semana dos Povos Indígenas	293
Figura 64 - Garimpo Kikretum (ex-Bateia).....	304
Figura 65 - Jovem Xikrin a caminho do Rio Branco.....	304
Figura 66 - Jovens Xikrin aprendendo a garimpar no Rio Branco.....	304
Figura 67 - Pista de pouso de uma das áreas controladas por Pombo	307
Figura 68 - Cacique Pombo na aldeia Kikretum	307
Figura 69 - Tuto Pombo em Brasília.....	307
Figura 70 - Pombo à frente de seus guerreiros	316
Figura 71 - Pombo: ornamentos Kayapó e tecnologia	316
Figura 72 - Tuto Pombo e a extração madeireira: pouco prejuízo, segundo o cacique.....	316
Figura 73 - Aldeia Kikretum	325
Figura 74 - Rio Fresco nas proximidades da Kikretum.....	325
Figura 75 - Escola da aldeia Kikretum.....	328
Figura 76 - Ngá, a casa dos homens.....	328
Figura 77 - Quadra improvisada na praça central	328

Figura 78 - Habitação na aldeia Kikretum	332
Figura 79 - Edificação remanescente da época de Pombo	332
Figura 80 - Antiga residência do cacique Tuto Pombo	332
Figura 81 - Rio Xingu, entardecer.....	341
Figura 82 - Destaques das orlas dos rios Fresco e Xingu	341
Figura 83 - Confluência dos rios Fresco e Xingu durante o verão amazônico	344
Figura 84 - Movimento das embarcações em direção às praias fluviais.....	344
Figura 85 - Marina de São Félix do Xingu.....	344
Figura 86 - Pátio Olímpico durante o verão amazônico	345
Figura 87 - Praias fluviais públicas nas ilhas do Rio Xingu.....	345
Figura 88 - Praias fluviais particulares no Rio Xingu	346
Figura 89 - Beiradão.....	350
Figura 90 - Beiradão, tipos edificadoss.....	351
Figura 91 - Beiradão, usos.....	352
Figura 92 - Beiradão, cotidiano	353
Figura 93 - Beiradão, da janela vê-se o Rio Fresco	354
Figura 94 - Distritos de São Félix do Xingu, principais vilas e articulações	370
Figura 95 - Família de agricultores partindo de volta para a Vila Clareane	373
Figura 96 - Plantação de arroz na Amazônia.....	380
Figura 97 - Publicidade de herbicida	380
Figura 98 - O gado a caminho de São Félix do Xingu	392
Figura 99 - Caminhões boiadeiros na travessia do Rio Fresco.....	393
Figura 100 - A ameaça da pecuária em São Félix do Xingu.....	402
Figura 101 - A imagem de São Félix 01.....	403
Figura 102 - A imagem de São Félix 02.....	403
Figura 103 - A imagem de São Félix 03.....	403
Figura 104 - Área queimada em São Félix do Xingu	410
Figura 105 - No Mato Grosso, “o notável vigor do agronegócio”	410
Figura 106 - São Félix do Xingu, “a capital da motosserra”	411
Figura 107 - A personagem de São Félix, “um açougueiro que também vende terras”	411
Figura 108 - A personagem do Mato Grosso, “um produtor de alimentos”	411
Figura 109 - Rebanho bovino e terras ilegais, a imagem de São Félix na mídia	412
Figura 110 - Fim de tarde em São Félix do Xingu, o agitar das motocicletas.....	431
Figura 111 - Avenida Pará, localização.....	444

Figura 112 - Relações com a pesca entre grupos familiares da Avenida Pará.....	444
Figura 113 - Porto do Bambu, Rio Fresco	445
Figura 114 - Avenida Pará	445
Figura 115 - Avenida Pará, tipos edificadas	446
Figura 116 - Porto do Bambu, o encontro do rio com a rua.....	456
Gráfico 1 - Evolução do rebanho bovino, São Félix do Xingu.....	397
Gráfico 2 - Evolução do rebanho bovino, regiões	399
Gráfico 3 - Uso da terra, Região Norte	417
Gráfico 4 - Uso da terra, Pará.....	417
Gráfico 5 - Taxas de desmatamento, Amazônia Legal	418
Gráfico 6 - Taxas de desmatamento, São Félix do Xingu	419
Gráfico 7 - Condições de circulação, entorno dos domicílios	426
Gráfico 8 - Condições ambientais, entorno dos domicílios	427
Gráfico 9 - Existência de bens de consumo	430
Gráfico 10 - Bens de consumo, geladeira e televisão, 2000-2010.....	436
Gráfico 11 - Índice de Gini, São Félix do Xingu	441
Quadro 1 - Terras Indígenas Mebêngôkre, subgrupos, aldeias e população	213
Quadro 2 - Tronco Macro-Jê	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rebanho bovino e produção leiteira, posição no ranking nacional ..	397
Tabela 2 - Características urbanísticas, sede municipal e sedes distritais	428
Tabela 3 - Destino do lixo, setores urbanos e setores rurais	429
Tabela 4 - Material predominante das paredes externas, setores urbanos e setores rurais	432
Tabela 5 - Domicílios com energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário, 2000-2010	435
Tabela 6 - Banheiros por domicílio e quartis de renda, 2000-2010	437
Tabela 7 - Abastecimento de água e quartis de renda, 2000-2010	438
Tabela 8 - Geladeira e Televisão e quartis de renda, 2000-2010	438
Tabela 9 - Energia elétrica e quartis de renda, 2000-2010	439
Tabela 10 - Esgotamento sanitário e quartis de renda, 2000-2010	440

SUMÁRIO

1 Introdução	27
1.1 Da ordem distante à proximidade das coisas pequenas	39
1.2 A invenção da fronteira em São Félix do Xingu	44
2 O urbano, a fronteira e a reprodução: alinhavando os fios da trama	53
2.1 O urbano como espaço da reprodução	57
2.1.1 Indo além da dicotomia	64
2.1.2 Por uma outra reprodução	77
2.2 O lugar da fronteira	87
2.2.1 A gênese (e a dominação) do abstrato	99
2.2.2 (Re)unindo as diferenças	104
2.3 Alguns arremates	114
3 Em busca da Amazônia	121
3.1 Quando a Amazônia não era Brasil	129
3.2 Bandos, cacicados e <i>polities: outras urbanidades?</i>	135
3.3 Terra à vista: <i>o Estado e a Amazônia no século XX</i>	142
3.4 A fronteira em duas cenas recentes do Sudeste Paraense	155
3.4.1 Parauapebas: <i>a cidade da empresa</i>	160
3.4.2 São Félix do Xingu: <i>de quem é essa cidade?</i>	183
4 Entre caboclos e cristãos	205
4.1 A construção das diferenças	223
4.1.1 O “massacre” em Espadilha e a reativação da imagem guerreira	240
4.1.2 A conquista de Maria Bonita	247
4.1.2.1 Os “empresários” Kayapó vão às compras	262
4.1.3 Kararaô: <i>o grito de guerra contra a sentença de morte</i>	275
4.1.3.1 Fazendo (outras) festas na cidade	284
4.1.4 Nas terras do “coronel” Pombo	294
4.1.4.1 Os anos dourados em Kikretum	299
4.1.4.2 A explosão midiática do “mais rico” cacique Kayapó	308
4.1.4.3 Chegando à aldeia	320
5 Entre beiradeiros e cidadãos	333
5.1 Abrindo as estradas para o “progresso”	355
5.1.1 Das primeiras picadas à PA-279	360
5.1.2 Caminhando além do ponto final	367
5.2 Terra, gado e motosserra: <i>a saga midiática de São Félix do Xingu</i>	374

5.2.1 Os anos 1980 e a conquista do espaço.....	376
5.2.2 “Vende-se uma fazenda”	384
5.2.3 A invasão do gado no Xingu.....	391
5.2.4 “A capital da motosserra”	404
5.2.5 Do não lugar ao lugar da negação.....	413
5.3 Virando as páginas da imprensa	416
5.3.1 As muitas faces do urbano	424
5.3.2 O avesso da fronteira ou o lugar do possível-impossível?	441
6 Considerações finais	457
REFERÊNCIAS.....	469
APÊNDICE	505

1

Introdução

Este trabalho parte da hipótese de que o lugar reservado à Amazônia desde os primeiros séculos de conquista, e ainda no mundo contemporâneo, é o que tem levado à sujeição do espaço social e natural da região à racionalidade exógena. Como fronteira para expansão do capital, o território amazônico é marcado pela destruição do que precede o novo, em suas formas e conteúdos. Esse lugar é também o que permite organizar, sob um mesmo aparato teórico-conceitual, um conjunto diverso de realidades socioespaciais. É sob o manto da fronteira que a produção nacional avança sobre a floresta; que pululam grandes projetos entre o curso de um rio e outro; que o campo e a cidade se industrializam, dobrando-se ao imperativo da produtividade. Mas é também sob esse mesmo manto que várzea e terra firme se constituem como lugar da vida; que cidadãos e camponeses se urbanizam; que ribeirinhos, empreendedores do agronegócio, índios e não-índios vivem o espaço, o produzem e se reproduzem no território.

Buscar compreender a Amazônia a partir de sua condição de fronteira implica alguns esclarecimentos iniciais. Aqui, a fronteira não é uma delimitação político-administrativa, mesmo que tomemos a Amazônia Legal como um dos recortes para seu estudo. Tampouco é a fronteira usada como sinônimo de periferia, embora não descartemos a possibilidade de ela se materializar nesse território, na maioria das vezes, também longínquo para a lógica capitalista. Temporalmente, trata-se de uma situação ou um estado de fronteira, que se define mais pelo processual do que pela permanência e estabilidade. Espacialmente, essa reunião de diferenças em trânsito se expressa em formas inacabadas, no que ainda está por fazer. Assim, a fronteira é, neste trabalho, a manifestação socioespacial da extensão – ainda incompleta – do capital sobre o território.

Embora essa condição seja revivida pela Amazônia a cada nova rodada de expansão do capital desde as primeiras tentativas de colonização da região, a intensificação dos investimentos feitos pelo governo federal a partir do segundo quartel do século XX produziu alterações expressivas no espaço amazônico. Foi nesse período que o tradicional modo de ocupação às margens dos cursos d'água viu-se reorientado rumo às estradas que começavam a cortar a floresta, carregando consigo levas de migrantes atraídos por projetos de colonização agrícola, pela madeira e o ouro abundantes naquelas terras, ou mesmo pela oportunidade de trabalho em uma grande empresa instalada no coração da selva. Todas essas promessas de um novo futuro acabaram por formar uma miríade de realidades urbanas que, grosso modo, podem ser agrupadas em dois modelos básicos amplamente discutidos pela literatura (Vicentini, 2004; Corrêa, 2006) e que têm no modal de transporte o instrumento mais importante para sua classificação: as nucleações de origem ribeirinha e aquelas que nasceram pela ação predominante das estradas.

Esses dois modelos amazônicos – com formas e conteúdos urbanos próprios – encontram exemplos tanto nas cidades como nos demais tipos de ocupação espalhados pelos vastos limites dos municípios da região, compondo uma extensa e multifacetada rede urbana. É esse conjunto de formas e conteúdos distintos que torna a fronteira parte de uma unidade maior, tecida pelo urbano e o industrial, ainda que sua aparência de precariedade inicialmente a coloque distante desse universo. Afinal, como sintetiza Bertha Becker (1988, p. 73), “a fronteira é um espaço em incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição chave da ordenação do espaço territorial e social”.

Na Amazônia, esse caráter urbano da fronteira ainda não pode se esquecer do ambiental que o acompanha. É fato que, na atualidade, a questão ambiental se coloca como imperativo cada vez mais urgente e para toda urbanidade é cobrada sua presença; não há qualquer novidade em aceitar sua importância, anunciada desde que a crise dos recursos naturais colocou freios à produção capitalista. No entanto, na Amazônia, sua força e presença ainda são consideravelmente melhor visualizadas. E isso não se dá somente pelo fato de a região ser ainda uma das principais reservas de recursos naturais do planeta ou pela imagem idílica de uma natureza supostamente intocada que ela evoca à primeira vista. Reconhecendo que a questão ambiental é uma questão cultural (Monte-Mór, 2008), a Amazônia traz à lembrança a necessidade de repensar a relação entre essas esferas porque, ali, o urbano e o ambiental são um só elemento, partes imbricadas de um mesmo processo.

Essas observações nos levaram, inclusive, a reorientar o rumo deste trabalho. Chegamos à fronteira com a intenção de estudar a cidade amazônica a partir das diversas trajetórias dos sujeitos que a compunham e como se dava a reprodução desses sujeitos diante de um território dominado pela produção. Pretendíamos reconstruir aquilo que normalmente os arquitetos e urbanistas chamam de “intraurbano” – por se limitar à mancha urbana de uma determinada localidade –, caracterizando-o a partir das temporalidades distintas que o formaram. Sabíamos que cada uma dessas trajetórias havia contribuído de uma maneira específica para a construção do espaço citadino, desde as primeiras ocupações até as frentes mais recentes de conquista do território. Entretanto, rapidamente essa proposta se mostrou inviável. Era impossível compreender a relação desses sujeitos e seus espaços na cidade

ignorando o que a cercava. O que estava fora da cidade amazônica era intenso demais para a reprodução desses sujeitos para ser desprezado.

Desse modo, saímos de uma proposta de estudo do espaço citadino para uma tentativa de apreender o urbano na Amazônia. E esse urbano envolveria a cidade, suas vilas e povoados, aldeias indígenas e qualquer outra realidade espacial que refletia o processo de implosão-explosão descrito por Henri Lefebvre (2008a; 2008c). Para a Amazônia, tudo isso tinha uma particularidade: na maioria dos casos, esses fragmentos do urbano que se espalhavam pelo território tinham vindo de uma explosão que ocorrera alhures, fora da própria região. Não era a cidadela amazônica que, ao intensificar suas atividades e se encher de gente, transbordava e se debruçava por sobre o território levando consigo o urbano. Mas era o urbano vindo ainda de mais distante e carregando racionalidades ainda mais exógenas que formava aquele espaço. Ou seja, era um retrato expressivo da “urbanização extensiva” descrita e caracterizada por Roberto Monte-Mór (1994; 2004; 2011).

A reorientação do trabalho não nos fez abandonar a escala da cidade e as trajetórias sociais que a compunham, até mesmo porque, a partir de então, passamos a perseguir o objetivo de tentar compreender qual o lugar da cidade diante desse conjunto mais amplo e como a reprodução da vida desses sujeitos ocorria frente à demanda do espaço global pela Amazônia como reserva para a produção. Como aquele território se colocava – ou era colocado – frente ao urbano que, vindo de fora, encontrava-se com a forte questão ambiental presente na região, envolvia o espaço citadino e o atingia desde as últimas décadas? O que acontecia quando a urbanização capitalista se punha diante de espaços que pareciam informar outros códigos de operação; quando esses *outros*

– os “espaços nativos” – falavam desde perspectivas não-capitalistas, mesmo estando agora sob o capital?

De antemão, é preciso dizer que, ao longo do caminho percorrido, talvez tenhamos levantado mais questões que respondido a essas primeiras indagações que fizemos. Mas nossa trajetória parece ter nos deixado a possibilidade de afirmar que, se há uma singularidade entre as cidades amazônicas – que as une e as diferencia das demais –, esta particularidade está na forte relação, e até mesmo na dependência explícita, entre a cidade e o urbano-ambiental que a envolve. Dizemos que nosso percurso de pesquisa permite assumir a validade dessa sentença pelo fato de, a todo o momento, essa realidade ter-nos sido lembrada pelos próprios sujeitos que encontramos na fronteira, suas histórias e expectativas. Em suas vivências, a cidade – base urbana relevante – quase nunca estava dissociada do restante do território.

Apesar da reorientação da proposta inicial, também não abandonamos a escala da cidade porque foi, a partir dela, que conseguimos construir esse caminho de pesquisa sobre a Amazônia e o fizemos desde uma localidade que, tão logo nos aproximamos da fronteira, pareceu-nos extremamente favorável para a compreensão dessa realidade. São Félix do Xingu, uma antiga vila ribeirinha à confluência dos rios Fresco e Xingu, no Sudeste Paraense¹, guardava consigo temporalidades e processos sociosaciais suficientemente distintos para a compreensão da Amazônia de hoje e de ontem. A cidade de São Félix havia sido o destino de seringueiros desde o início do século XX, que ali se enfrentaram com os grupos indígenas da região. Mais tarde, novas frentes

¹ Embora algumas das referências usadas neste trabalho e apresentadas nos próximos capítulos identifiquem a região onde se localiza São Félix do Xingu como sul do Pará, adotaremos aqui a terminologia de divisão do território elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

alcançaram a fronteira. Alguns chegaram pelos rios; outros, pelas estradas. Para além da cidade, São Félix ainda havia presenciado o surgimento de povoados e nucleações de origens múltiplas. Suas terras tinham servido à colonização agrícola, à exploração do ouro e da madeira. Em tempos mais recentes, seu território continuava a ser alvo de investimentos pontuais do setor minerário, mas transformava-se, principalmente, em área de pujante produção pecuária em meio a um mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. São Félix era, portanto, um dos pontos extremos da atual rede urbana amazônica e, por isso, poderia ser um lugar favorável para perscrutar o encontro, almejado por Bertha Becker (2009) em seus escritos, entre o complexo verde e a Amazônica sem mata. A antiga vila de seringueiros e as trajetórias que ali se desenharam no tempo poderiam nos ajudar, pois, a compreender o entroncamento dessas duas porções distintas do território amazônico, hoje expresso em uma multiplicidade de realidades urbanas que buscam (e necessitam) se complementar.

A tentativa de alcançar essa complexidade de formas e conteúdos urbanos traz, já de início, a necessidade de estabelecer algumas distinções quanto a determinados termos, a fim de dirimir qualquer desentendimento. Assumindo a perspectiva da “urbanização extensiva”, chamaremos de “urbano” o espaço amazônico como um todo, incluindo nessa categoria as áreas que ainda vivem do extrativismo e o campo, onde predomina o agrário. Nesse quadro, identificaremos como “cidade” a sede municipal, mas é preciso deixar claro que não tomaremos como sinônimo da cidade o município, já que este compreende outras realidades urbanas distintas à própria sede. Sabemos que, na microescala, cidade e zona urbana nem sempre são espaços que se coincidem e

que, no interior da sede municipal, algumas manchas de tecido urbano esgarçado pouco lembram a cidade, caracterizada pelo

[...] espaço do poder, da festa, das trocas e da concentração do excedente coletivo, constituindo a centralidade da comunidade organizada onde se concentraram as instituições, leis e mecanismos de gestão, os serviços religiosos e as manifestações culturais, os monumentos, as trocas no mercado e os serviços coletivos de apoio à vida cotidiana (Monte-Mór, 2007, p. 94).

Apesar de reconhecer essa distinção, optamos por definir a cidade como sinônimo da sede municipal por dois motivos principais. O primeiro é decorrente da ampliação da escala de trabalho que o próprio campo nos exigiu. Ao tentarmos ir além da cidade, foi necessário reconhecer que seria impossível oferecer uma descrição refinada das nuances internas ao espaço citadino. Precisávamos escolher entre nos manter restritos à cidade ou tentar apreender o urbano de modo mais amplo e, como já discutimos, a segunda alternativa se mostrava urgente e necessária para a compreensão da própria cidade, ainda que fosse necessário abrir mão de seu delineamento apurado. Portanto, ainda que tenhamos procurado estabelecer algumas dessas diferenças internas à cidade, entendemos que não as atingimos por completo e preferimos não correr o risco de apresentar uma caracterização precipitada.

O segundo motivo que nos levou a não separar a cidade da sede do município foi a necessidade de tomar um conjunto de dados estatísticos que pudessem nos ajudar a traçar paralelos no tempo e no espaço. Embora essa seja uma pesquisa essencialmente qualitativa e de base documental, esses dados pareciam ser fundamentais para o entendimento do urbano na Amazônia, sobretudo, por conta das limitações próprias a um trabalho de campo em uma região de difícil acesso e restrito ao curto período de elaboração de uma tese de doutoramento.

Coletados principalmente nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses dados não apresentam uma caracterização apurada das diferenças internas às sedes municipais. Muitas vezes, um mesmo setor censitário abrange várias partes da cidade, que não guardam entre si grandes semelhanças e não possibilitam a construção de diferenças no interior do espaço citadino. Isso ocorre de maneira mais acentuada em municípios cujas cidades ocupam uma pequena proporção do território, como em São Félix do Xingu, onde a sede atinge pouco mais de 30 quilômetros quadrados dos mais de 84,2 mil que formam todo o limite municipal.

Diante desse desafio de apreender o urbano na Amazônia, a pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Em uma viagem de caráter exploratório, entre os meses de julho e agosto de 2012, foram percorridas as cidades de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Xinguara, Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu. Na companhia de outros pesquisadores vinculados ao projeto URBISAmazônia², foram realizadas entrevistas com informantes das administrações públicas, terceiro setor, comerciantes e moradores, bem como levantamento fotográfico e coleta de documentos oficiais. A segunda etapa, restrita à Parauapebas e, principalmente, São Félix do Xingu, foi realizada em dezembro de 2013. Nessa fase, foram feitos novos levantamentos de dados junto a órgãos municipais e entrevistas com representantes da administração pública. Essas informações serviram de subsídio para uma compreensão geral dos processos, mas o trabalho concentrou-se, principalmente, em observações de campo e entrevistas com sujeitos representativos de diferentes trajetórias

² Com o objetivo de compreender a natureza do urbano na Amazônia contemporânea, o projeto URBISAmazônia reuniu, entre os anos 2010 e 2015, pesquisadores de instituições públicas e privadas, entre elas o Instituto Tecnológico Vale (ITV), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). As duas viagens realizadas para a construção desta pesquisa foram financiadas pelo projeto.

sociais. Foram selecionados pioneiros da região, recém-chegados, comerciantes, pecuaristas, pescadores, líderes religiosos e comunitários, entre outros. Suas histórias de vida, motivações e circunstâncias de chegada à região, expectativas atuais, espaços de moradia e de uso cotidiano na cidade estão entre os temas abordados.

A esse conjunto de narrativas, foi adicionado outro agrupamento de textos predominantemente jornalísticos coletados em alguns veículos de comunicação brasileiros, com destaque para a mídia impressa. Juntamente com as falas dos sujeitos entrevistados, esses textos foram extremamente úteis para remontar o histórico do Sudeste Paraense, principalmente, a história dos períodos que haviam permanecido em silêncio na literatura acadêmica consultada e que não chegaram a ser narrados com detalhes durante o trabalho de campo. De início, escolhemos dois veículos de comunicação nacional para observar a ocorrência de São Félix do Xingu nas matérias jornalísticas publicadas em suas edições³. A opção por veículos de abrangência nacional, em detrimento da mídia local, deu-se exatamente por conta da nossa intenção de procurar inferir como essa porção do território amazônico – reconhecidamente ainda em incorporação ao restante do país – aparecia nas páginas da imprensa sediada no Sudeste brasileiro. Adotamos, então, a revista semanal *Veja* e o jornal diário *Folha de São Paulo*, que além dessa característica também reuniam a vantagem de oferecer em suas bases de dados digitais todas as edições já publicadas, o que facilitou inclusive a

³ O critério para a seleção desse conjunto de textos foi a ocorrência do município de São Félix do Xingu no corpo da matéria jornalística ou em algum dos elementos gráficos contidos nela. Além dos textos jornalísticos, também agrupamos, nesse conjunto, anúncios e peças publicitárias inseridas na mídia impressa analisada, que resultaram das buscas nas bases de dados dos dois veículos de comunicação.

busca pela expressão “São Félix do Xingu”⁴. Entre os anos de 1960 e 2014, o recorte temporal que propusemos, foram encontrados 85 textos – entre pequenas notas, reportagens e outras categorias – que de alguma forma faziam referência a São Félix do Xingu, sendo 69 nas páginas da *Folha de São Paulo* e 16 na *Veja*⁵. Esse conjunto de textos foi organizado e classificado para análise⁶ e sua discussão está, principalmente, no capítulo 5 deste trabalho.

A questão sobre os grupos indígenas da região foi um dos temas usados para classificar inicialmente os textos coletados e esse também havia sido um tema que tomara grande importância durante o trabalho de campo. Diante da necessidade de compreendê-la de forma mais detalhada, foram realizadas novas buscas na imprensa sobre os índios que vivem próximos a São Félix do Xingu, dessa vez utilizando as bases organizadas pelo Instituto Socioambiental (ISA). Não tivemos, nesse caso, um recorte temporal específico. Apenas localizamos junto à biblioteca digital do ISA as notícias sobre os índios que habitam a Terra Indígena Kayapó, uma das áreas mais antigas ocupadas pelo povo Mebêngôkre e parcialmente localizada nos limites municipais de São Félix. Também aqui não nos limitamos a um grupo específico de veículos, sendo utilizados textos da mídia nacional e local. A discussão sobre esse

⁴ Além da expressão completa “São Félix do Xingu”, realizamos a busca pela expressão reduzida “São Félix”, já que é comum se referir à cidade e ao município dessa forma. Essa busca gerou novos registros sobre o município paraense, que precisaram ser devidamente destacados dos demais, já que a procura pela expressão reduzida produziu também ocorrências sobre o santo católico São Félix e localidades de nome similar, como São Félix do Araguaia, município do Mato Grosso.

⁵ É preciso destacar que, ao escolher os dois veículos citados, não temos a intenção de desenvolver um estudo comparativo de suas linhas editoriais quanto à cobertura de determinados acontecimentos. Isso não seria possível por diversos fatores, como o amplo período analisado e o fato de que alguns eventos noticiados por determinada publicação não aparecem na outra.

⁶ Para relação completa, além das referências, ver Apêndice.

conjunto de textos está, predominantemente, apresentada no capítulo 4 deste estudo⁷.

1.1 Da ordem distante à proximidade das coisas pequenas

O uso de todos esses textos – dos extraídos da mídia e também das falas coletadas em campo – exige uma breve explicação sobre a apropriação de alguns termos amplamente discutidos entre as ciências da linguagem e pouco apropriados pelas ciências que têm no espaço seu território privilegiado de trabalho. Como já dissemos, esses textos são úteis a este trabalho pela compreensão da história que eles oferecem, mas também servem para a apreensão das (dis)junções ocorridas entre as racionalidades levadas à fronteira – ambiente polifônico por natureza –, bem como para o entendimento das representações que se produz sobre essa fronteira e do urbano que ali se manifesta. Este trabalho persegue o objetivo de extrair desse conjunto de dados essa análise, mas é necessário por em destaque que ele não procura, com isso, ter como ponto central da investigação as estratégias de uso da língua pelos falantes, ou seja, o modo como esses a operam, a partir das estruturas linguísticas.

A opção por não seguir esse caminho é dada pela natureza e pelas limitações deste estudo e não por acreditar na incapacidade de as teorias da Linguística

⁷ Algumas das notícias aqui apresentadas estão também compiladas e cronologicamente organizadas nas publicações editadas e impressas pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e pelo ISA. No entanto, optamos por utilizar e fazer referência às fontes originais e disponíveis na biblioteca digital do Instituto, uma vez que elas apresentam os textos extraídos da mídia na íntegra. A organização desses recortes de jornais e revistas é fruto do trabalho de documentação iniciado pelo Cedi nos anos 1970 e posteriormente assumido pelo ISA. Em certos casos, esses recortes não trazem alguns dados necessários à referência completa dos textos, principalmente a página do jornal ou revista de onde foram extraídos.

responderem algumas das questões sobre o lugar da fala na fronteira. Ao contrário, um estudo aprofundado que recorresse a esse campo de trabalhos poderia ser bastante útil, sobretudo, no que se refere à construção dos sujeitos, tema presente em autores como Bakhtin (2011) e Jakobson (2003), recorrentemente acionados para marcar a importância do locutor – no caso do primeiro – e do enunciatador – termo utilizado pelo segundo autor. Essas teorias, tensionadas pela empiria e também pelas formulações trazidas por autores como Pêcheux (1995), para quem a posição do sujeito é alternada conforme as formações discursivas e ideológicas nas quais ele se insere, poderiam trazer elucidações sobre a linguagem para além de simples instrumento de comunicação, mas como parte indissociável das atividades do falante na fronteira, esse lugar de (dis)junções constituído pelas relações entre o *eu* e o *tu* amplamente discutidas pelas teorias da linguagem⁸.

Assim, não propomos uma análise de discurso desses textos, pelo menos não a partir dos mesmos instrumentos usados pelas ciências da linguagem. Apesar disso, assumiremos que esse conjunto de textos – falados, escritos e em algumas ocasiões visuais – carregam consigo discursos que nos permitem aproximar dos sujeitos que os produzem. Desse modo, o discurso é usado aqui como uma construção capaz de colocar o sujeito em relação a outros discursos, permitindo a compreensão do lugar ocupado por ele – pelo sujeito e seu discurso – no espaço social. Essa concepção deriva do entendimento de autores como Fairclough (2001), que, ao reconhecer a complexidade do conceito, dada pelas

⁸ Trabalhos de autores em campos distintos da Linguística já evidenciaram a importância da linguagem, como ocorre em Bourdieu (1983), que ao voltar para o *habitus* linguístico de cada grupo falante, ou seja, para a capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua nas diversas situações de interação, demonstra como a língua varia conforme o locutor, a estrutura da interação linguística ou a posição de fala desse locutor no campo. Essas variações são percebidas não só nas palavras construídas e no modo que são acionadas e articuladas, mas também em toda a extensão corporal do sujeito falante.

definições sobrepostas e conflitantes originárias de várias disciplinas⁹, propõe entender o discurso como base de apreensão da prática social, orientado pela Linguística e pela teoria sociológica. Essa formulação apoia-se na Linguística por definir o discurso como um conjunto de amostras de linguagem que enfatizam “[...] o contexto situacional do uso linguístico” (Fairclough, 2001, p. 21). De igual modo, associa-se à teoria sociológica – sobretudo de base foucaultiana – por compreender que as práticas discursivas são estabelecidas diante de relações de poder, que definem o modo de interação entre os sujeitos e, conseqüentemente, conferem graus variados de autoridade a determinados discursos.

Essa compreensão se articula à proposta de Maingueneau (1997; 2001), em que a produção do discurso ultrapassa as questões gramaticais ou linguísticas e exige que os interlocutores retomem, para além de seus conhecimentos da língua, o saber extralinguístico que os permite adequar a fala à situação discursiva. O discurso é, assim, um fato histórico, geográfico e social; seus enunciados não terão o mesmo sentido se produzidos por sujeitos diferentes em momentos diferentes. Da mesma forma, é um fato dialógico e interativo. O discurso pressupõe a presença de um *outro*, aquele que ouve, lê ou de alguma forma interage com o falante. Isso implica em, pelo menos, três considerações. A primeira se refere ao fato de que o discurso é polifônico e, por isso, está carregado de vozes com as quais o falante concorda ou discorda, mas a partir das quais apresenta a sua própria voz (ou se oculta e se cala). A segunda, estreitamente relacionada à polifonia, é dada pela sua natureza interdiscursiva, pelo fato de o discurso não estar sozinho no mundo, mas se construir em um

⁹ Segundo Norman Fairclough (2001), existem distinções dentro da própria Linguística, onde o discurso pode ser, em alguns momentos, restrito ao conjunto de diálogos falados (material de análise discursiva), contrastando com a produção escrita (objeto da análise textual).

emaranhado de outros discursos do presente e do passado. Por fim, o discurso é uma ação do falante que se põe em relação aos demais. Pelo discurso os sujeitos agem, explica o autor.

Retomando Fairclough (2001), essa ação dos sujeitos pelo discurso é um dado importante para entendê-lo como prática social. O discurso é parte da representação do mundo elaborada pelo falante, mas também é constitutivo da sociedade. Ele contribui com sua constituição porque, devido à polifonia que lhe é própria, permite aos sujeitos se construírem, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são construídos pelas práticas discursivas em que agem. Ele é elemento construtor do mundo porque, além de representar entidades e relações sociais, é capaz de posicionar as pessoas dentro de um quadro, transformando-as em sujeitos sociais¹⁰. Os efeitos construtivos do discurso podem ser observados em outras três considerações trazidas por Fairclough (2001, p. 91, grifos do autor):

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu'. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Nesse sentido, a prática discursiva produz e reproduz a sociedade, ou pelo menos contribui para isso. Tanto a manutenção quanto a transformação podem

¹⁰ A discussão sobre a construção do sujeito é tema vasto na literatura das ciências sociais e humanas (Benveniste, 1976; Orlandi, 1996). Na Linguística, ao estruturalismo é conferida a capacidade de ter decretado a "morte ao sujeito", que, colocado diante de um quadro estrutural superior, tem sua ação condicionada e/ou reduzida. Em geral, evita-se inclusive o termo, adotando o conceito de falante para indicar a posição da enunciação. Aqui, como é possível notar, não se faz essa distinção, uma vez que não se pretende filiar a uma ou outra posição, reconhecendo a existência de estruturas fundantes e anteriores ao sujeito, mas evidenciando que a produção do discurso é dialógica e se dá pela relação.

originar-se no discurso, como argumenta o autor. O discurso atravessa e é atravessado por elementos de natureza discursiva e não-discursiva, o que implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, de modo a evitar a ênfase em um ou outro aspecto, na determinação social do discurso ou na construção da sociedade por ele (Fairclough, 2001). Essa compreensão do discurso, de sua potência e de seu lugar em uma rede de relações, torna-se bastante útil para este estudo. Ainda que não se faça aqui o uso dos instrumentos da Linguística para a análise, o entendimento que se constrói nesse campo contribui para tomar a fala dos sujeitos sociais como representação do mundo e ação com o mundo.

Por tudo isso, os discursos produzidos pelo homem comum ganham aqui o mesmo lugar dos dados registrados pelos órgãos públicos, pelas publicações especializadas ou pela imprensa, a fim de que sugiram a diferença entre os lugares da fronteira. Não há uma distinção – quanto à validade, pelo menos – entre essas falas ordinárias e as construídas pelas fontes que rotineiramente são chamadas, pelos estudiosos da Comunicação, de oficiais ou oficiosas¹¹. Todos esses discursos são igualmente úteis para a compreensão da prática socioespacial. Afinal, as histórias não podem ser contadas de outra forma senão como colagem de discursos, produzidos em situações discursivas que jamais permitirão observá-los como dados neutros ou parciais.

Diante dessa proposta, procuramos percorrer, então, um caminho que vai da ordem distante dos meios de comunicação e dos dados secundários à proximidade das coisas pequenas da vida cotidiana desses sujeitos. Fazemos

¹¹ Fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado ou por instituições empresariais e sindicais e por elas reconhecidas como seus porta-vozes. Fontes oficiosas são fontes que, embora ligadas a essas instituições, não são por elas autorizadas a falarem em seu nome (Lage, 2001).

isso inspirados pelos trabalhos de Lefebvre (1991b), a partir da importância dada pelo autor ao trânsito entre o particular e o global, entre o que está aqui e o que permanece alhures. A ordem distante e a ordem próxima lefebvrianas são, assim, as duas condições que nos conduzem nessa caminhada construída, principalmente, pelas ruas de São Félix do Xingu e pelas páginas da imprensa. E a tentativa de estabelecer um diálogo entre esses dois elementos parece-nos extremamente sugestiva para a compreensão da fronteira, por todas as características que ela congrega¹².

1.2 A invenção da fronteira em São Félix do Xingu

Se esse conjunto de textos múltiplos é o que parecia nos permitir experimentar uma tentativa de apreensão das narrativas que constituem a fronteira, a sobreposição desses discursos – no tempo e no espaço – foi responsável por alguns outros deslocamentos na trajetória repleta de desvios que percorremos. A situação de contato colocada pela fronteira confere, ao espaço sobre o qual ela avança, condições privilegiadas para a manifestação da alteridade em suas formas mais agudas. Essa zona de encontros e desencontros de forças assimétricas é o que permitiu, ao longo da história, que determinados grupos fossem subjugados ou mesmo exterminados por completo. Esse lugar atravessado por racionalidades distintas é o que ainda leva, hoje, a disputas pelo território e também pelos recursos que a “terra a conquistar” pode oferecer.

¹² Como explicam Limonad e Lima (2003, p. 22), a partir de Henri Lefebvre, “[...] a ordem próxima e ordem distante contrapõem-se e interpõem-se de maneira incessante em um constante ir e vir da vida cotidiana no mundo moderno às determinações gerais”.

Essa situação nos é lembrada a todo o momento em São Félix do Xingu, inclusive, pela própria fala de seus habitantes. Mas um caso específico ocorrido em um começo de tarde na cidade chamou a atenção, após alguns dias de entrevistas, puxando conversa com um ou outro morador e me apresentando como pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais. Olga¹³, uma empresária e fazendeira local com quem eu havia conversado há poucos dias e tinha se mostrado muito desconfiada quanto à pesquisa, logo após se servir, sentou-se à minha mesa no restaurante da cidade. Perguntou se eu ainda estava trabalhando. Respondi que havia acabado de retornar de uma rápida visita a uma das aldeias dos Mebêngôkre e, então, começamos a conversar.

A jovem senhora – que havia policiado sua fala frente às minhas perguntas sobre a cidade – agora conversava com naturalidade e sem receios em relação aos índios da região. Uma de suas empresas prestava serviços à parte das aldeias do Sudeste Paraense e ela passou a narrar alguns episódios vividos durante os últimos anos de contato com os Mebêngôkre. Mostrava-se enfurecida com a forma como o Estado os tratava, favorecendo “a procriação dos índios” ao lhes garantir “um monte de benefícios”. Para ela, isso era

um absurdo, pois a cultura deles não é de pecuária! A cultura deles não é de agricultura! Vivem de uma coleta insignificante de castanha, que não cobre nem o frete da aldeia até o hospital quando ficam doentes! (Olga, nascida no Paraná, no Sudeste Paraense desde 1980, em São Félix do Xingu desde 2007).

A conversa com Olga se destacou não só pela ausência de constrangimento em discutir a relação permeada de hostilidade com os índios, mas também por outros fatores. Primeiro porque, em relação àquela entrevistada, aquele tema e aquela situação pareciam ter permitido o cruzamento da “fronteira de sombra

¹³ Para garantir o anonimato das fontes, os nomes de todos os entrevistados foram alterados.

moral ou metafísica” da qual fala Clifford Geertz (2008) sobre a relação entre o pesquisador e a sociedade estudada. A cena me lembrava, ainda que de longe, a célebre experiência do antropólogo norte-americano entre os balineses, tão retomada em muitos trabalhos para ilustrar os percalços do pesquisador para se inserir em campo. Ainda que eu não tivesse sido ignorado pelos nativos e tratado como ausente até descobrir as chaves para me aproximar do universo pesquisado e ser aceito entre a comunidade, como ocorreu com Geertz, a desconfiança inicial de Olga e sua eloquência repentina era sinal de que, de fato, uma certa barreira poderia ter sido cruzada.

A travessia desse limiar – a partir de um tema específico que despertou a eloquência de Olga – também serviu como alerta para o conteúdo de sua fala. Tínhamos a hipótese de que as novas diferenças estavam sendo construídas exclusivamente a partir da distinção dos grupos sociais que se estabeleciam na cidade a partir dos anos 1980 em relação aos habitantes de São Félix que haviam chegado às décadas iniciais da conquista do território. Imaginávamos, pois, que as batalhas entre índios e não-índios haviam permanecido em um passado distante, inclusive o embate que se dava nos discursos. Olga nos mostrava que estávamos enganados e que o lugar que havíamos destinado inicialmente à construção das diferenças – entre índios e não-índios e também internamente a esses dois grupos – era excessivamente acanhado diante de uma questão fundamental à fronteira: a alteridade e sua constante reativação.

Por fim, a fala de Olga serviu ainda para repensar todo o trabalho que estávamos fazendo em campo e o lugar de fala desses sujeitos para a construção de uma pesquisa sobre a fronteira que haveríamos de elaborar. Em que medida tudo aquilo não passava de uma criação ocorrida diante da figura de um

pesquisador? Se não estivesse investido desse papel, a criação teria sido outra? Ou ainda, será que chegaria a ocorrer? Nesse momento, a jovem senhora de São Félix nos ensinou mais uma vez que, inevitavelmente, o pesquisador faria parte de sua pesquisa, estaria integrado às construções sobre aquela fronteira – as minhas construções e as dos meus entrevistados. Foi então que me lembrei de um texto de Roy Wagner (2010), que me permitiria – como arquiteto e urbanista – participar dessa construção e reconhecer, nos sujeitos com quem eu estava convivendo nos últimos dias, o poder da invenção e, principalmente, sua validade.

Ao discorrer sobre a experiência de contato com o *outro*, Wagner oferece uma proposição no mínimo instigante para pensar a alteridade: diante do estranhamento, o *eu* cria o *outro*, os sujeitos se (des)conhecem e inventam o vivido por aquele que lhes é diferente. O sujeito em questão é, de início, o antropólogo, que inventa a cultura que ele imagina estudar. Não se trata de uma fantasia livre, de imaginação descabida de qualquer sentido. Aceitar a invenção é reconhecer que “[...] a relação – por consistir em seus próprios atos e experiências – é mais ‘real’ do que as coisas que ela ‘relaciona’” (Wagner, 2010, p. 30, grifos do autor). Essa relação entre dois mundos – ou entre muitos *outros*, como é assumido aqui – é o que permite tornar visível a diferença, fazer concreto o que escapa ao observador de imediato. É um processo sem o qual não se pode adentrar no universo do *outro*, mas também um movimento duplo que leva à concepção da própria cultura daquele que dá partida ao ato inventivo.

O efeito dessa invenção é tão profundo quanto inconsciente; cria-se o objeto no ato de tentar representá-lo mais objetivamente e ao mesmo tempo se criam (por meio de extensão analógica) as ideias e formas por meio das quais ele é inventado (Wagner, 2010, p. 41).

Mas se antropólogos são sujeitos que se especializaram em inventar culturas, essa não é uma atividade restrita a iniciados. Os muitos *outros* são surpreendentemente inventivos. E é isso que torna factível o caráter reverso da Antropologia proposta por Wagner (2010, p. 76); nela “[...] todo ser humano é um ‘antropólogo’, um inventor de cultura [...]”. É isso também que admite pensar a fronteira como lugar de (des)encontros, mas também das muitas falas desses *outros* e de todas as suas invenções. E, por fim, é o que talvez enseje propor a fronteira como ponto de inflexão para a construção entre diferentes, para além da construção de diferenças.

O reconhecimento desses diferentes acabou sendo o que, ao final, estruturou a organização deste trabalho. Além desta introdução e das considerações finais, outros quatro capítulos compõem a tese. O primeiro deles procura fornecer a base teórico-conceitual para a compreensão da fronteira do capital e do urbano como espaço da reprodução coletiva. Nesse capítulo, não chegamos à Amazônia propriamente dita, mas pretendemos construir o campo para compreendê-la como fronteira, espaço por onde o capital se estende, salta por sobre obstáculos, induz a ressignificação de processos e, porque não, deixa o germe da transformação. Partimos de uma aproximação entre a Economia Política e a Antropologia, questionando a separação imposta pelo capital ao par reprodução-produção, e atingimos o urbano como espaço privilegiado para essa observação.

No capítulo seguinte, fazemos uma viagem em busca da Amazônia, de sua constituição como fronteira na história do Brasil e da reativação dessa situação ao longo das últimas décadas principalmente. Finalizamos essa parte do

trabalho apresentando duas cenas do Sudeste Paraense, que nos servem de exemplos das múltiplas realidades urbanas presentes na região. A primeira é Parauapebas, cidade marcada pela presença de uma grande empresa mineradora. A segunda é São Félix do Xingu, o recorte espacial ao qual dedicamos os dois últimos capítulos da pesquisa.

As trajetórias presentes em São Félix do Xingu são o elemento basilar desses dois últimos capítulos, nos quais os caminhos percorridos pelos sujeitos na fronteira nos conduzem ao debate sobre as formas de ocupação do espaço amazônico. No capítulo 4, discutimos o urbano que surge da relação entre índios e não-índios, ou como definem alguns dos moradores mais antigos de São Félix, entre caboclos e cristãos. O capítulo 5 traz a construção de algumas diferenças entre a cidade de São Félix do Xingu e o conjunto maior de realidades urbanas que a envolve, ensaiando um roteiro que vai das vilas às sedes de distritos e que se abre para a discussão das diferenças entre beiradeiros e cidadãos na fronteira contemporânea.

Como será possível notar ao longo do trabalho, a organização desses dois capítulos é fruto da síntese das trajetórias encontradas em São Félix e das diferenças que elas estabelecem entre si. Ali temos antigos seringueiros, ribeirinhos, pescadores, grandes produtores de gado, índios e garimpeiros, só para citar alguns dos personagens mais emblemáticos do Sudeste Paraense. O convívio de todos eles é marcado por uma grande escala de tons, mas também delimitado por contrastes agudos nos modos de vida. Nossa experiência em campo – como explicitado anteriormente – sugeriu que um desses contrastes mais significativos ainda estava na relação entre índios e não-índios e, de fato, essa discussão foi fundamental para a compreensão da alteridade na fronteira e

também para o entendimento dessa porção do Sudeste Paraense que se dá além do espaço citadino. Outro contraste de extrema importância era dado pela relação entre as múltiplas racionalidades que passaram a chegar à fronteira desde o início do século XX, quando frentes de exploração da borracha atingiram a região do Xingu. As diferenças entre beiradeiros e cidadãos sintetizam, de forma geral, essa passagem de São Félix de nucleação ribeirinha amazônica para terra de pujante produção pecuária.

Para se aproximar de todas essas trajetórias foi preciso trilhar uma rota tortuosa, que vai do encontro com os Mebêngôkre às fazendas de gado, que passa pela sede municipal e se estende por todo o urbano. Trata-se de um percurso cheio de voltas e que, sem pressa para atingir um ponto determinado, procura reconstruir a narrativa da fronteira em São Félix do Xingu. Essa multiplicidade de temas – e a profusão de detalhes que eles trazem –, por vezes, parece obliterar o objeto (e o objetivo) da tese. É apenas uma aparência. Todos esses elementos são fundamentais para uma aproximação dessa Amazônia que procuramos documentar, são marcadores das (in)constâncias presentes na urbe selvagem e não estão apresentados aqui por acaso. A rota percorrida não poderia ser outra senão essa, tamanha a complexidade do urbano que ali se constrói.

Todo esse conjunto tem como objetivo apresentar a constituição da fronteira em São Félix do Xingu – realidade tomada como metonímia da fronteira do capital neste trabalho e, por isso, sugestiva para a discussão da Amazônia na contemporaneidade. Nesse caminho, interessa a este estudo, entre outras coisas, retomar sua formação histórica e discutir seu papel no espaço social, bem como sua inserção geográfica, procurando entender quão relacionados estão todos

esses fatores. Faz parte ainda de suas intenções perceber como as particularidades dessa formação socioespacial estão (ou não) carregadas de universalidades, buscando problematizar as singularidades do urbano que ali se estabelece, pautado pelas constâncias e inconstâncias dessa fronteira, expressas na produção e reprodução que nela ocorre. Quais são as manifestações do urbano – entendido como espaço da reprodução coletiva e ambiente capaz de ensejar o novo – na fronteira do capital, território privilegiado para a produção e, na maioria das vezes, percebido como lugar da escassez e da penúria? Como todo o possível-impossível lefebvriano (2008b; 2008c) pode emergir de uma Amazônia constantemente percebida como eldorado e, nesse sentido, transformada em lugar de apenas algumas possibilidades? Eis os problemas (e as utopias) que nos guiam.

2

**O urbano, a fronteira e a reprodução:
*alinhavando os fios da trama***

Antes de chegar à Amazônia brasileira – recorte deste trabalho –, é preciso desenvolver melhor a concepção da fronteira como lugar da convergência de diferentes e também sua posição no mundo dominado pelo capital. O que significa ser fronteira do capital? O que informa a fronteira – território em catequização pela produção – diante da reprodução da vida? Que urbano se manifesta ali e quais possibilidades ele traz para uma nova realidade? O urbano, a fronteira e a reprodução são, desse modo, os termos que lançamos mão para a compreensão do espaço amazônico e os quais pretendemos alinhar ao longo deste capítulo, oferecendo uma primeira aproximação dos conceitos e entre eles.

Propomos realizar esse debate a partir de dois desvios teórico-conceituais: (1) a observação do urbano como espaço de reprodução, estruturado a partir da relação dialógica entre o espaço de vida e o espaço econômico, e (2) a discussão da fronteira como lugar privilegiado para o (des)encontro de racionalidades distintas e, portanto, insurgência de práticas alternativas. O primeiro orienta-se pelo debate da reprodução (e de seus espaços), indo além da ruptura entre reprodução e produção colocada pelo capital, uma dicotomia que pode ser superada, sobretudo, se postas em evidência as fissuras entre esses dois polos e a necessidade de novos paradigmas de organização socioespacial emancipatórios. O segundo busca explicitar como as fronteiras do urbano (ou da urbanização capitalista) indicam, ao contrário do modo como têm sido tratadas, o surgimento do novo. Tradicionalmente encaradas como lugar da escassez e das impossibilidades, essas fronteiras e o ponto de contato entre diferentes mundos que elas definem têm se mostrado território pertinente à reflexão sobre as (dis)junções entre o espaço de vida e o espaço econômico e, portanto, sobre a reprodução e as revoluções cotidianas que ela enseja.

Como podemos notar, esses dois ensaios para uma reorientação do olhar estão intimamente imbricados. A fronteira, território em estado de construção, favorece a tensão entre o par reprodução-produção, não dissolvendo de imediato – por incapacidade ou oportunismo – os vínculos entre o espaço de vida e o espaço econômico, entre o que constrói sujeitos e o que garante a subsistência orgânica. De igual modo, o urbano, como espaço da reprodução, surge como confluência de cursos. Isso implica compreender o urbano não a partir de sua condição de par dicotômico ao industrial – lugar tão somente da reprodução da força de trabalho – ou polo oposto ao ambiental – encarado pela racionalidade ocidental como matéria-prima que antecede qualquer ação –, mas sim em sua forma plena e indutora de transformações, como revolução para uma nova sociedade.

Reconhecer e aceitar essas relações são fundamentais para o entendimento daquilo que Lefebvre (2008b; 2008c) encarou como o possível-impossível de uma sociedade urbana, ou seja, a urgência que não é realidade hoje, mas que poderá ser amanhã; o vir a ser ou a virtualidade emergente que já tem lançada sobre o território sua base de construção. Como toda necessidade, esse virtual demanda um exercício de elaboração mental necessariamente livre das determinações deixadas pelo real, ainda que desse lastro não se despregue e a partir dele os desvios sejam desenhados. É, desse modo, um exercício que Lefebvre chamaria de “utopia experimental”, um estudo sobre o terreno e uma “[...] exploração do possível humano com a ajuda da imagem e do imaginário, acompanhada de uma incessante crítica e uma incessante referência à problemática dada pelo ‘real’” (Lefebvre, 1976, p. 125, grifo do autor).

Para a realização de tal exercício, ensaiamos aqui uma breve aproximação – que merece ser verticalizada em trabalhos futuros – entre a Economia Política e a teoria antropológica. Essa articulação entre campos distintos é sugestiva para organizar, ainda que de modo preliminar, esse movimento lefebvriano em direção à virtualidade necessária e no qual possibilidade e impossibilidade deixam de ser duas unidades opostas para se tornarem perspectivas a partir das quais o real pode ser construído. Desse modo, cotejar o concreto dado pela economia política – o capital, seus espaços de reprodução da vida e todos os constrangimentos que eles ensejam – e a concretude das ações humanas diante de outras matrizes de organização do mundo – às quais tem se dedicado a Antropologia – pode tornar visíveis imagens do impossível, ou ainda, de outras possibilidades. Ir além do concreto, mas a partir dele mesmo, é o que leva prospectar a imagem do possível-impossível, nesse caso, forma e conteúdo urbanos construídos *por* e capazes de construir efetivamente *os* sujeitos da ação, aqueles, como bem define Ana Clara Torres Ribeiro (2014), que são os protagonistas num determinado campo da ação social.

2.1 O urbano como espaço da reprodução

Qualquer formulação que tenha como objetivo conferir ao urbano a condição para reprodução demanda, necessariamente, retomar os trabalhos do sociólogo Manuel Castells, sobretudo a sua obra *A questão urbana*, publicada originalmente no começo da década de 1970, na França. Ao declarar que “[...] o urbano não remete apenas a uma forma espacial, mas exprime a organização social do processo de reprodução”, Castells (1983, p. 460) propõe o que ele chama de “virada epistemológica” no pensamento urbanístico. Com isso, o autor oferece ao consumo – processo espacial da reprodução da força de

trabalho – posição de destaque nos estudos urbanos, tomando-o como elemento estruturador do espaço e não como resíduo ou fato resultante dos demais processos. Essa postura influenciou sobremaneira as pesquisas latino-americanas e também foi amplamente criticada, como veremos a seguir, mas, de antemão, é preciso dizer que, a despeito de suas limitações – muitas delas reconhecidas pelo próprio Castells – será extremamente útil a este trabalho.

Para chegar a essa proposta, o autor, declaradamente influenciado pelos escritos de Althusser, formula a hipótese do urbano como um sistema constituído por elementos que, em relação, são a referência espacial de uma estrutura social. Esse sistema é, segundo a defesa de Castells quanto à crítica ao estruturalismo presente em sua construção, aparato útil para pensar a realidade e não para aprisioná-la, podendo ser decomposto em, pelo menos, quatro elementos: a produção, o consumo, a troca e a gestão¹⁴. Se a produção é dada pelo conjunto de atividades produtoras, o consumo se refere às atividades de apropriação desses produtos e serviços, podendo ser individual ou coletivo. A troca diz respeito à espacialização das transferências entre a produção e o consumo. Já a gestão indica o processo de regulação das relações entre os três primeiros. Todos esses elementos são definidos pelas instâncias econômica, político-jurídica e ideológica da sociedade, mas é ao consumo que Castells confere privilégios para o entendimento da questão urbana declarada em sua obra, pois a concentração natural dos meios de produção industrial leva a uma concentração paralela dos meios de consumo, que se manifesta no urbano principalmente (Figura 1).

¹⁴ Em determinados momentos de sua obra, Castells acrescenta a esse conjunto um quinto elemento, denominado por ele de “simbólico”, sobre o qual pouco se detêm.

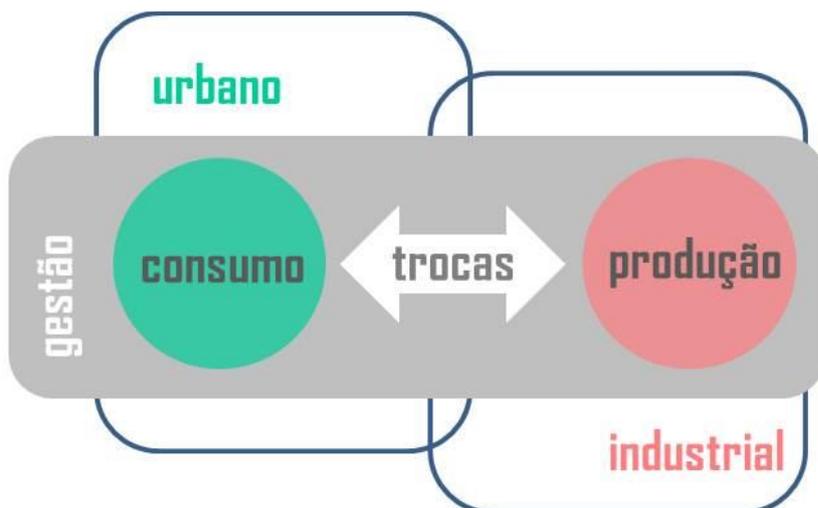


Figura 1 - Sistema urbano em M. Castells

Fonte: Elaborado a partir de Castells, 1983.

Com isso, Castells não nega a importância da produção na constituição do espaço ou sua relação com o urbano. Ao contrário, o autor chama a atenção para o fato de que, no modo de produção capitalista, “[...] o sistema econômico é o sistema dominante da estrutura social e, por conseguinte, o elemento produção está na base da organização do espaço” (Castells, 1983, p. 165). Entretanto, para ele, é impossível atribuir à produção a exclusividade na estruturação espacial, pois o processo de reprodução da força de trabalho também molda o espaço e o faz de forma decisiva. Se a produção é capaz de articular o espaço industrial, a reprodução tem no urbano seu território privilegiado, especialmente, a partir do consumo coletivo. Isso não significa dizer que o consumo coletivo – possibilitado pelos equipamentos e infraestrutura coletivizados – esteja separado do consumo individual – dado pelo uso de bens privados. Eles estão intimamente relacionados, uma vez que só faz sentido ter acesso a determinados bens, como um eletrodoméstico ou um automóvel, se os meios de consumo coletivo que permitem o uso desses bens estão garantidos, como a energia elétrica e a estrada. Castells somente chama a atenção para o fato de que o consumo coletivo é determinante para a realização do consumo individual e, portanto, estruturador da reprodução como um todo.

Isso faz com que o urbano, como unidade espacial e aglomeração da força de trabalho, necessite desse viés para sua compreensão. Segundo o autor, não por acaso os problemas tidos como “urbanos” àquela época estavam

[...], de fato, ligados aos processos de “consumo coletivo”, ou ao que os marxistas chamam de organização dos meios coletivos de reprodução da força de trabalho. Isto é, dos meios de consumo objetivamente socializados e que, por razões históricas específicas, são essencialmente dependentes, por sua produção, distribuição e gestão, da intervenção do Estado (Castells, 1983, p. 469, grifo do autor).

É possível notar que, de certo modo, a questão dada pelo urbano como espaço da reprodução, na perspectiva do autor, é a questão de sua crise. É a impossibilidade de realização do consumo que traz à tona o conflito entre o Estado e a força de trabalho, ou seja, a questão urbana somente é colocada como um ponto do debate quando a coletivização dos meios de consumo não se concretiza. Reside nesse fato a explicação de os ensinamentos de Castells terem tido ampla repercussão em muitos dos países da América Latina, onde o Estado passou a enfrentar grandes dificuldades de prover os serviços públicos necessários à reprodução ante o acelerado processo de urbanização vivido a partir da segunda metade do século XX.

Mas se o pensamento de Castells parecia iluminar o intrincado caminho percorrido pela urbanização nos países do chamado capitalismo periférico, não faltaram críticas à sua teoria sobre o urbano. Topalov (1979; 1988), Lojkin (1979; 1981) e Gottdiener (1993) são alguns dos principais interlocutores do autor nesse debate, em que a excessiva carga dada à reprodução é o ponto de divergência de maior destaque. De forma geral, a redução dos problemas urbanos à ordem do consumo coletivo é, para a crítica, uma formulação capaz de encobrir outras questões urbanas não apresentadas por Castells. No caso

brasileiro, o diálogo entre os pesquisadores locais e Castells é apontado por Pedro Fiori Arantes (2009) como responsável pela construção de um percurso teórico menos complexo e de menor resistência. Ao estudar a cidade como espaço do consumo, ocorre uma simplificação das questões urbanas por parte de muitos pesquisadores, que passam a entendê-las exclusivamente como causa e efeito do conflito entre Estado e trabalhadores, ignorando o fato de que a produção da cidade ocorre pela ação dos diferentes agentes em torno da acumulação. Essa compreensão acabou por fazer do urbano um simples suporte de processos sociais e econômicos, negligenciando-o como condição e produto da acumulação capitalista, é o que apresenta Arantes.

É fato que considerar o urbano como espaço da reprodução não permite eliminar quaisquer outras forças de estruturação desse espaço. Retomar a importância de Castells para as pesquisas urbanas não implica, necessariamente, negar as colaborações trazidas pelos seus críticos. Os próprios meios de consumo coletivo – e não apenas os bens privados – são apropriados em coletividade e individualmente, o que torna mais complexa a relação entre o espaço e o capital do que a teoria desenhada pelo autor se propõe a alcançar. Como considera Lojkine (1979), quanto ao valor de uso, esses meios de consumo são apropriados coletivamente, pois uma parcela relativa da população se beneficia, em conjunto, desses bens e serviços. É o que ocorre, por exemplo, quando essa população faz uso da rede de abastecimento de água ou de um equipamento destinado à educação. Entretanto, o valor de troca que esses mesmos bens e serviços imprimem ao solo urbanizado garante uma apropriação individual por cada um desses sujeitos. Cada parcela do espaço, ao ser comercializada, permitirá ao dono da terra reter para si uma renda que tem

como origem a existência ou não desses meios de consumo numa dada localidade.

Desse modo, se os meios de consumo coletivo têm em si um valor de uso que é coletivizado, eles também têm destaque na produção do urbano porque, assim como apresenta Topalov (1979, p. 9), “[...] para o capital, o valor de uso da cidade reside no fato de que ela é uma força produtiva, porque ela concentra as condições gerais de produção capitalista”. Ou seja, nos termos do autor, os meios de consumo coletivo – geralmente ofertados pelo Estado, por serem de baixa rentabilidade ao capital – são essenciais ao que ele chama de “valor de uso complexo” do urbano, um efeito útil de aglomeração, “[...] que nasce do sistema espacial, da articulação no espaço de valores de uso primários” (Topalov, 1979, p. 9). Como esses elementos de baixa rentabilidade se articulam a mercadorias produzidas pelo próprio capital, compondo o “valor de uso complexo” do urbano, nenhum polo de acumulação tem o controle da formação desse processo de valorização, tornando-o cego e problemático. Assim, define Topalov (1979, p. 9), “[...] a urbanização capitalista é, essencialmente, uma infinidade de processos privados de apropriação do espaço. E cada um desses é determinado pelas próprias regras de cada capital particular, de cada fração do capital”.

Todas essas considerações são extremamente importantes para o caminho que pretendemos trilhar aqui, mas é preciso insistir em reafirmar que a tal “virada epistemológica” sugerida por Castells (1983) – ainda que sobre ela pesem críticas das mais diversas origens – é um dos pontos de partida para esta pesquisa. A hipótese formulada para essa escolha é que voltar ao consumo e à reprodução pode ser útil para nos ajudar a compreender o urbano

contemporâneo como lugar da virtualidade anunciada por Henri Lefebvre (2008a), o lugar da vida plena e liberta dos constrangimentos. Pode parecer estranha essa aproximação, já que Castells assume postura crítica em relação à ideologia explícita na obra lefebvriana e o próprio autor francês chama a atenção para o fato de que o consumo é insuficiente para definir a realidade urbana, pois também “ela intervém na produção e nas relações de produção” (Lefebvre, 2008a, p. 50). No entanto, ao apresentar o urbano como espaço da reprodução, Castells nos leva a encará-lo como o lugar do cotidiano, pois o processo de reprodução é, segundo o autor, “[...] a exata designação, em termos de economia marxista, do que se chama a ‘vida cotidiana’” (Castells, 1983, p. 475, grifo do autor). É nesse aspecto que parece haver uma possível aproximação menos conflituosa entre os dois autores, pois, se para Lefebvre, a revolução capaz de transformar o virtual em realidade não é mais informada pela lógica da produção e está no cotidiano, assumir o urbano como espaço da reprodução e buscar compreendê-lo a partir desse viés torna-se um recurso útil na busca pelo novo que exige nascer.

Essa construção merece ser ampliada a partir de algumas rupturas que ainda estão por se fazer. A primeira, e talvez mais imediata, refere-se à ruptura com a dicotomia entre reprodução e produção, uma cisão posta pelo capital à vida e que está na base de alguns conflitos práticos e teóricos. É preciso deixar claro que o foco dado à reprodução neste trabalho não pretende exacerbar essa dicotomia. O urbano, como espaço da reprodução, não é uma oposição ao espaço industrial, lócus da produção. Ele é a síntese desses termos, se entendido o par reprodução-produção para além do capital. Isso demanda, obrigatoriamente, trazer à tona outras formas de produzir e, no caso específico desta pesquisa, encarar a reprodução como fato urbano que transcende a

reprodução da força de trabalho no capitalismo, como elemento que envolve não somente os meios de consumo coletivo, mas também tudo o que é capaz de constituir sujeitos sociais. É por isso que a “virada epistemológica” de Castells é um ponto de partida importante, mas não é suficiente e não dá conta da complexidade. É importante porque traz à luz o que poderia ser observado como resíduo; não é o bastante porque não basta inverter os objetos diante do sujeito. É preciso repensar por completo a relação entre os sujeitos e é, nesse ponto, que reside a necessidade de uma segunda ruptura, mas não menos urgente, e que vem sendo chamada de “virada ontológica”. Como afirma Viveiros de Castro (2012, p. 167) “trata-se de repor no mundo o que havia sido posto no eu”, uma perspectiva que assume outras perspectivas. Entender o urbano e a reprodução diante desse marco pode nos ajudar, inclusive, a restaurar o mundo da vida cotidiana à produção econômica, eliminando as dicotomias trazidas pelo capitalismo. Compreender o mundo como processo constituído por sujeitos em relação – e não diante de objetos – indica, pelo menos, uma alternativa capaz de fazer emergir o urbano como lugar da práxis política que permite (re)produzir pessoas que tomem assento no corpo social.

2.1.1 Indo além da dicotomia

No capitalismo, o espaço da produção é o espaço da geração de riquezas materiais. O espaço da reprodução é o espaço da manutenção da vida, da recuperação do corpo para um novo ciclo produtivo. Assim, o espaço de produção é o lugar do trabalho produtivo, enquanto o espaço de reprodução é o lugar do trabalho reprodutivo ou do descanso. Esse parece um esquema muito simplificador, como em geral são os esquemas, mas talvez sirva a uma primeira aproximação daquilo que é chamado aqui de reprodução e também dos espaços

dessa reprodução. A hipótese de sua utilidade reside exatamente na sua simplicidade, ou seja, na cisão imposta pelo capital ao par reprodução-produção, uma contradição que se revela nos hibridismos dos espaços e das formas de produzir e reproduzir apresentados pelo mundo concreto. Além da constatação óbvia de que nem a reprodução nem a produção foram inventadas pelo capital – embora tudo nele leve a imaginar que a reprodução da força de trabalho dependa da produção de bens materiais exclusivamente –, às margens da produção capitalista, subsistem (ou mesmo, emergem) outros esquemas menos simples do que o esboçado acima.

Se “ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si” (Mészáros, 2011, p. 96, grifos do autor), seria oportuno discutir, ainda que de forma bastante breve, como essas outras formas de articulação entre o par reprodução-produção são postas em prática e em que elas podem nos ajudar nesse trajeto rumo à ruptura com a dicotomia trazida pelo capital. Para isso, propomos um percurso que parte de Marx e sua análise sobre o modo de produção do capital, avançamos em direção aos estudos antropológicos – e as perspectivas desde outros pontos de vista que eles nos oferecem – até nos reencontrarmos novamente com o sistema econômico que tem procurado estruturar nossas vidas nos últimos séculos e suas manifestações no urbano. Nesse caminho pretendemos não apenas buscar a reconciliação entre a reprodução e a geração de bens, serviços e riquezas, mas também dilatar a ideia da reprodução, tentando oferecer uma formulação que se desprenda das questões mais imediatas.

O caráter indissolúvel do par reprodução-produção pode ser notado já em Marx e Engels (1989), no momento em que os autores colocam, como condição inexorável à existência humana na história, os meios para a satisfação de suas necessidades. O alimento, a roupa que cobre o corpo, o abrigo são, assim, os exemplares de uma produção material que permitirá ao homem construir os demais fatos históricos. A constituição corporal dos homens e as relações que ela engendra entre eles e os demais seres da natureza são organizadas pela produção dos meios de existência. “O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (Marx; Engels, 1989, p. 11, grifos dos autores).

A explicação para essa associação é construída a partir do entendimento de que, para se manter vivo, a si mesmo e aos seus descendentes, não é possível prescindir de uma base material, e também cultural, construída em sociedade. Marx (1996) elabora esse argumento a partir de uma categoria bastante particular: a força de trabalho – o conjunto de habilidades intelectuais e físicas do trabalhador –, que, no capitalismo, é mais uma das mercadorias disponíveis para a venda. Se a força de trabalho somente pode se realizar mediante sua exteriorização no trabalho do indivíduo vivo, sua produção depende da existência deste indivíduo e de sua capacidade de repor, por meio de certa soma de artigos necessários à sua subsistência, os desgastes físico e mental diários. Assim, “[...] a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção” (Marx, 1996, p. 288). Essa reprodução envolve tanto a manutenção cotidiana do trabalhador como a reposição daqueles que se retiram do contingente absorvido pelo capital por motivo de morte, aposentadoria ou qualquer outra incapacidade de se constituir como força de

trabalho. Ao fim, é a reprodução empenhada pelo próprio trabalhador, possuidor da mercadoria força de trabalho, o que organiza esses dois momentos. Quando consumido pelo capital, seu potencial de converter-se em força de trabalho é garantido pela reprodução que se dá na vida cotidiana. Mesmo quando excluído da produção, é seu potencial biológico e o gasto dedicado ao cuidado com os filhos, por exemplo, o que permite a sucessão de gerações dispostas a compor a força de trabalho demandada.

Como mercadoria inserida no capitalismo, a força de trabalho tem seu valor composto por dois elementos. O primeiro é o elemento físico, ou seja, são as garantias básicas para a reprodução da classe operária, para que ela possa se manter de pé e se multiplicar. O segundo é um elemento que talvez pudéssemos chamar de cultural – embora Marx não use exatamente esse termo –, já que envolve o costume e padrões de vida variáveis conforme tradições específicas, “[...] a satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (Marx, 1996, p. 114). Trata-se, pois, de um elemento social que pode se acentuar ou se extinguir de modo que só permaneça o elemento físico, o limite mínimo do valor da força de trabalho.

Mas seria possível estabelecer um limite universal entre os dois elementos que definem o valor da força de trabalho, já que o próprio Marx caracteriza como imensamente elásticos o desejo socialmente criado e a necessidade biológica imediata? Ou seja, seria válida uma construção que estabelecesse o crivo entre uma reprodução-produção estritamente biológica e física e outra orientada por uma intenção cultural? É, neste ponto, que residem os primeiros enfrentamentos entre lógicas distintas de reprodução-produção e, conseqüentemente, suas interpretações. É a partir desse momento que a trilha

percorrida pelos estudos antropológicos pode nos ajudar a construir algumas considerações sobre a produção vital à reprodução e também sobre o lugar dos sujeitos nesse processo, assim como a importância da não-produção (ou da improdutividade, se preferirem) para o social.

Começaremos por discutir a produção vital à reprodução, o que a define e a partir de quais elementos isso é feito. Em sua análise sobre Marx, Marshall Sahlins (2010) reconhece que, embora as relações simbólicas essenciais à compreensão da produção tenham sido colocadas em segundo plano, foi o próprio autor quem ensinou à ciência que a produção nunca se dá como simples reprodução física dos homens. Ao entender a produção como algo que acontece no interior das sociedades e situar estas sociedades na história, Marx fornece as bases para a compreensão de que “os homens produzem objetos para sujeitos *sociais* específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*” (Sahlins, 2010, p. 168, grifos do autor). Esse argumento pode ser apreendido ainda a partir da noção marxiana de valor de uso, uma vez que toda produção é uma produção de valor de uso, mesmo quando impera a mercadoria, como ocorre no capitalismo. Para Sahlins, é o uso, e o valor atribuído a ele, que faz com que toda produção esteja inserida em um sistema simbólico, a partir do qual sujeitos e objetos formam um corpo imbricado e complexo, em que sujeitos reciprocamente “[...] definem os objetos em termos de si mesmos e definem-se em termos de objetos” (Sahlins, 210, p. 169).

O que Sahlins parece repercutir é, em síntese, um entendimento próprio e fundador da Antropologia, e tão caro a ela, de que a gênese do pensamento e da ação humana é social. A existência de uma lógica simbólica – e, portanto, articulada a partir de uma intenção cultural – que organiza o par reprodução-

produção é tão verdadeira no pensamento burguês, ao qual Sahlins e Marx se dedicam, quanto na cerimônia do *potlatch* entre os Kwakiutl da costa noroeste da América do Norte. Constituem-se, em ambos os casos, sistemas hierarquizados que classificam o mundo, firmam o contrato social e, sobretudo, rechaçam uma perspectiva que defende o domínio de um caráter natural ou utilitário. O caráter é tão pouco utilitário, nos termos ocidentais pelo menos, que no *potlatch* chefes competem entre si ao oferecerem grandes quantidades de bens aos outros, podendo chegar à destruição completa das riquezas. Em busca de prestígio, eles realizam contendas marcadas por um excesso de autoglorificação que, se na sociedade ocidental é uma característica repreensível, entre os Kwakiutl é um atributo essencial à vida em grupo¹⁵. O caráter é também tão pouco natural que nenhuma característica inerente ao objeto é capaz de explicar porque tradicionalmente calças são produzidas para homens e saias para mulheres em grande parte do mundo, se ambos são capazes de satisfazer uma mesma necessidade material, como argumenta Sahlins. Ou seja, “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem” (Sahlins, 2010, p. 170).

¹⁵ A descrição do *potlatch* pela antropóloga Ruth Benedict (2000) reflete as ideias trabalhadas por Marcel Mauss quanto à criação do vínculo social por meio da troca, em especial, entre os Kwakiutl, grupo também explorado pelo autor francês no texto *Ensaio sobre a dádiva*, de 1923. Segundo Benedict, a peculiaridade do padrão de cultura dos Kwakiutl está no modo como eles lidam com a propriedade e a riqueza. A propriedade não se vincula somente a bens materiais, mas também aos cantos, mitos e nomes hereditários. A riqueza não é medida em acumulação desses bens, mas estes são apenas um meio para alcançar prestígio social. No entanto, o mais significativo elemento apresentado pelo *potlatch* é a confirmação da inexistência de uma economia natural, de uma simples troca de bens entre indivíduos, como observa Mauss (2011). No *potlatch*, assim como em outros sistemas de prestações, “[...] são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam [...] e a circulação de riquezas não é mais que um dos termos de um contrato muito mais geral e permanente” (MAUSS, 2011, p. 58). Na classificação de Mauss, o *potlatch* dos Kwakiutl é uma “prestação total” – como ocorre em outras culturas –, uma vez que é o clã que contrata por todos os componentes do grupo e por intermédio de seu chefe. É especificamente uma prestação total do tipo agonístico, já que implica uma rivalidade e competição incomum entre outros grupos.

Embora sejam organizados igualmente a partir do simbólico construído em sociedade, dirá o autor, os grupos se distinguem profundamente quanto à localização desse simbolismo. As condições materiais de existência não é o que organiza muitos dos mundos observados pela Antropologia, pelo menos não as mesmas condições materiais que organizam o mundo regido pelo capital. Longe de defender a inexistência de uma racionalidade material rigorosa entre esses grupos, essa abordagem põe em destaque a necessidade de encontrar o regime simbólico que orienta o par reprodução-produção em cada um desses diferentes contextos.

Esse entendimento sobre a gênese social das operações humanas como princípio que orienta o campo da Antropologia já estava presente na obra conjunta de Marcel Mauss e Émile Durkheim em 1903, no texto *Algumas formas primitivas de classificação*, ainda hoje extremamente contemporâneo. Durkheim e Mauss mostram como a classificação, ou seja, a ordenação das coisas em grupos distintos entre si, não é produto de uma atividade individual, como pretende a Psicologia; nem mesmo é dada pelas próprias coisas e imediatamente exprimível pela cadeia infinita de silogismos, como podem supor os lógicos. As coisas, por si só, não oferecem a possibilidade de classificação. É o homem quem define isso e o faz socialmente. O funcionamento das operações lógicas é o resultado do homem vivendo em sociedade, do dia que o homem começou a separar-se em grupos. Isso não é contrário à ordem pragmática do mundo, apenas refere-se ao fato de que, antes dessa ordem natural, existiu uma ordem social. “Foi porque os homens estavam agrupados e viam-se em pensamento em forma de grupos que agruparam idealmente os outros seres, e as duas

maneiras de agrupamento começaram a confundir-se a ponto de se tornarem indistintas” (Durkheim; Mauss, 1981, p. 451).

A luz colocada sobre os condicionantes sociais não pretende, entretanto, excluir as questões psicológicas ou biológicas que contribuem para a formação das características de uma dada sociedade e tampouco trocar uma espécie de determinismo por outra. Ela indica que esses elementos – aparentemente determinantes e universais –, por si só não explicam o fato social total maussiano. Mesmo a produção mais primitiva, aquela que se destinaria à sobrevivência, transcende as necessidades físicas imediatas e é regida por regras que põem em questionamento a existência de uma cesta básica universal definida por imposições biológicas, por exemplo. O par reprodução-produção é socialmente orientado em qualquer situação, do casaco usado para se proteger do frio ao traje de festa ornado de apetrechos inúteis e mais prontos a atrapalhar a vida do que facilitar sua manutenção. Não por acaso, o mínimo vital tem se mostrado tão distinto entre as organizações sociais espalhadas pelo globo, o que confere ao social privilégios na explicação da dedicação do povo Nuer ao gado, descrita por Evans-Pritchard (1978), ou do significado dos colares e braceletes de conchas que circulam nas complexas trocas rituais dos trobriandeses, narradas por Malinowski (1984). Em culturas materiais muito simples aos olhos ocidentais e próximas do limite da sobrevivência, o gado é mais que fonte de proteína e adornos corporais não são simplesmente enfeites. São ambos articuladores de relações que, ao fim, garantem a permanência da vida (em coletividade). No interior desses organismos sociais, esses “produtos” são vitais ao sujeito, não aparecendo como secundários ou exemplos etnográficos pitorescos, como talvez uma interpretação antropocêntrica possa classificá-los.

Tão distinto quanto a constituição da produção material primeira e necessária à sobrevivência no grupo é o modo como os sujeitos põem em prática a construção desse arcabouço vital. Entre algumas sociedades a produção dos bens necessários à vida corresponde à “[...] simbolização das mais íntimas relações pessoais” (Wagner, 2010, p. 59). Essas culturas encarnam uma inversão da tendência ocidental a “[...] fazer das técnicas produtivas o foco das atenções e a relegar a vida familiar a um papel subsidiário (e subsidiado)” (Wagner, 2010, p. 60). O trabalho está no ato de fazer um roçado, participar de uma festa ou gerar uma criança e, conseqüentemente, produzir (e reproduzir) pessoas, que um dia se tornarão produtores indispensáveis à manutenção do grupo, é mais importante que produzir coisas.

É assim que os sistemas de troca das sociedades tribais e camponesas se ajustam ao ciclo de vida humano e à substituição de pessoas por “riquezas”. As pessoas são indispensáveis, de modo que as coisas mais valiosas que se conhecem são postas a serviço do controle da distribuição de pessoas. São os detalhes dessa substituição, o controle, a troca e a distribuição de pessoas que os antropólogos entendem como “estrutura social” (Wagner, 2010, p. 59, grifos do autor).

Essa articulação entre a esfera íntima e a produção torna clara a interconexão entre as produções material e simbólica, mas ainda mais importante é sua contribuição para a ideia de que a reprodução da vida demanda a construção de relações preciosas que envolvem o individual e o coletivo na criação de seres sociais. Isso quer dizer que essa produtividade que encarna relações interpessoais, certamente, não se limita ao produto tangível e pronto a saciar o corpo. É também por meio desses encontros que se torna possível tomar assento no grupo e atualizar seus sistemas simbólicos, que, como lembra Geertz (1997), estão prontos ao pesquisador como modos de expressão observáveis na

maneira de viver e nos veículos disponíveis para sua expressão. Produzir pessoas parece ser então, fundamentalmente, a construção de um emaranhado de fios que permitem ao homem conectar-se ao universo social que o cerca. E é a partir desse movimento espiral entre o eu e o grupo – organizador da produção da pessoa – que o próprio nativo a concebe como uma composição, nas palavras de Geertz (1997, p. 106), “um ponto em uma estrutura”.

Não há qualquer pretensão de empreender aqui uma discussão vertical sobre a noção de pessoa, como tem feito a Antropologia desde que Maus (2003, p. 369), ainda nos anos 1930, aqueceu as discussões sobre essa “[...] categoria do espírito humano – uma dessas ideias que acreditamos inatas [...]”. A proposta é tão somente considerar os sujeitos, e sua produção, como elemento constitutivo da reprodução, uma reprodução que se dá no interior de um organismo e a partir dele dialoga com o mundo. Como descrevem as etnografias, esse lugar ocupado pelos sujeitos na produção tem ocorrido de formas extraordinariamente diversas. Pessoas podem ser produzidas por que fazem, do grupo, um organismo forte, capaz de lavrar a terra ou promover uma caça na mata; mas igualmente todas essas atividades são desempenhadas, em certos contextos, porque a riqueza material que elas promovem é essencial à produção de mais pessoas e, claro, várias outras riquezas de natureza diferente. Nesse sentido, é que a visão de pessoa dominante no Ocidente – expressão da ideologia moderna e centrada no indivíduo (Dumont, 1985) – em muito se distancia de construções particulares a certos grupos, que colocam o indivíduo como um par complementar ao social.

Algumas cosmologias têm ensinado à Antropologia, por exemplo, que “a continuidade física e a continuidade social, na América indígena, escolheram

outro caminho que o grupo corporado perpétuo, que controla o poder produtivo e reprodutivo de seus membros” (Seeger; Da Matta; Viveiros de Castro, 1979, p. 14). A produção de pessoas, entre os índios sul-americanos, não é a produção ou o controle de forças produtivas em potencial. A produção de pessoas é a atualização de um idioma simbólico por meio da produção de corpos. Por isso têm pouca importância as genealogias e os bens que poderiam ser deixados como herança, assim como não há a reificação de grupos corporados, como clãs ou linhagens, que os fariam constituir outro tipo de formação social. O que oferece as chaves para a compreensão de suas cosmologias e organização social é a noção de pessoa e sua relação com o lugar central ocupado pelo corpo (Seeger; Da Matta; Viveiros de Castro, 1979).

Esse é o caso dos *Mebêngôkre*, entre os quais o feto é um volume líquido e sem forma, que adquire o “endurecimento” necessário à vida através do sêmen paterno, nos primeiros meses de gestação, e do sangue materno, após esse período. Como traz Gordon (2006), esse processo de formação da pessoa, a partir do “endurecimento” do corpo e do espírito, continua após o nascimento da criança, com o trato diário dos pais e também em cerimônias de “embelezamento”, que produzem pessoas e corpos. O entendimento do corpo como matriz simbólica de posição organizadora central oferece uma resposta às dificuldades de implantação de projetos com o objetivo de produzir excedentes

para a venda, por exemplo, entre os Xikrin do Cateté estudados pelo autor¹⁶. Apesar de já terem tido experiências com a criação de gado, os Xikrin nunca conseguiram fazer prosperar a produção. Tão logo os animais se desenvolviam, eram todos abatidos para o consumo em cerimônias. Entre esse grupo, observa Gordon (2006, p. 314, grifos do autor), a produção material só pode ser entendida dentro do “[...] processo geral de produção de pessoas mebêngôkre. Não há outro objetivo na produção material que não seja seu consumo voltado à produção do *corpo* e da *beleza* das pessoas”.

Além de servir ao entendimento do lugar central ocupado pela produção da pessoa no contexto da reprodução, essa ilustração nos conduz à necessidade de reavaliar a posição da não-produção diante do mundo em que a produtividade surge como imperativo. A não-produção não significa obrigatoriamente uma oposição à produção, como poderia sugerir uma avaliação negativa dessa parte integrante da reprodução e que, ao fim, pode ser sintetizada no gozo improdutivo ou nas ações que não têm em si qualquer finalidade utilitarista. Ela não é um par de oposição à produção até mesmo porque faz parte do descanso necessário ao novo ciclo produtivo, como ocorre, por exemplo, no capitalismo. Mas também não é um antagonismo porque, para além do capital, a não-produção é o que nos pode sugerir a efetiva manutenção da vida e,

¹⁶ Os Xikrin do Cateté são um dos grupos Mebêngôkre que habitam a Amazônia brasileira. Dentre outras características, eles compartilham com os demais povos Mebêngôkre o sistema ritual que objetiva conferir ou confirmar publicamente nomes e prerrogativas cerimoniais (papéis, funções ou conhecimentos específicos). Esse sistema é essencial à formação da pessoa Mebêngôkre; é por meio do ritual que os Xikrin constituem e transformam as pessoas ao longo da vida. Os jovens iniciados estão no auge desse processo, fisicamente cheios de sangue e socialmente preparados, já que puderam participar das cerimônias e confirmar publicamente seus grandes nomes cerimoniais, aqueles realmente bonitos. À medida que têm filhos e envelhecem, passam por um processo de “excorporação”, transmitindo aos filhos e netos suas substâncias até chegarem à morte, momento no qual corpo e espírito se separam. O que resta à reprodução da vida são os nomes e prerrogativas que podem continuar circulando entre os vivos e os constituindo pessoas.

consequentemente, de qualquer tipo de reprodução-produção que ela possa demandar no futuro.

A reavaliação do lugar ocupado pela não-produção indica, ao menos, dois pontos que merecem atenção e que, em ambos os casos, também exigem uma nova postura diante do domínio do utilitarismo e do progresso. O primeiro desses pontos está no poder transformador da vida improdutiva e, que tem, no limite, o riso e a festa, como suas manifestações mais acaloradas. Maffesoli (1985) e sua sociologia da orgia indicam que está mais nesse aspecto pouco pragmático do cotidiano a capacidade de o social se estruturar e se regenerar do que na imposição das regras morais. O “imoralismo ético” do qual fala o autor – presente no movimento lúdico e desregrado e que faz do corpo mais que instrumento de produção – é o que dá solidez ao laço simbólico da comunidade e também o que permite o novo. Esse poder corrosivo, presente nos tempos e espaços de fruição, é o que leva o sujeito ao riso regenerador e grotesco trazido por Bakhtin (2002), em sua análise da literatura de Rabelais e o contexto medieval e renascentista na qual ela estava inserida. Nela, são os aspectos cômico, popular e público dos ritos e espetáculos que libertam os sujeitos do dogmatismo imposto pelo poder oficial. Capaz de golpear a estrutura macro à qual se condiciona, o riso festivo – e não produtivo – leva a fraturas potencialmente transformadoras. Essa discussão demanda, necessariamente, um deslocamento crucial no lugar dos debates, lutas e conquistas políticas. Afinal, nesse contexto, segundo Bakhtin (2002, p. 9) o sujeito era dotado de uma segunda vida, “a alienação desaparecia provisoriamente. O homem tornava a si mesmo e sentia-se um ser humano entre seus semelhantes”.

O segundo aspecto a ser observado quanto a não-produção refere-se ao urgente redimensionamento das práticas produtivas colocado à sociedade capitalista na contemporaneidade, sobre o qual a “improdutividade” dos mundos estudados pelos etnólogos, mais uma vez, tem muito a dizer. Viveiros de Castro, já alertou para a necessidade de criar uma “pragmática da suficiência” contra a “teologia da necessidade” que dominou o Ocidente nos últimos séculos, ou ainda, de substituir a “necessidade extensiva” por uma “suficiência intensiva”, na qual muito pouco é suficiente e capaz de manter a vida na Terra. “[...] Sistema político-religioso cujo princípio consiste em retirar das pessoas o que elas têm e fazê-las desejar o que não têm [...]”, o capitalismo, argumenta Viveiros de Castro (2008b, p. 258), recrudescer “[...] a insaciabilidade infinita do desejo humano perante os meios materiais finitos de satisfazê-los” e essa forma de se relacionar com o ambiente – embora possa ser altamente produtiva – é extremamente contraditória, pois jamais nos levará à construção de uma vida boa o bastante. Por isso, defende o autor, no momento em que o muito – por mais que ele se expanda – ainda não é o necessário para o bem viver, “é preciso aprender a decrescer para não morrer” (Viveiros de Castro, 2011, p. 7).

2.1.2 Por uma outra reprodução

Nesse ponto, já é possível voltar ao estudo da reprodução no urbano, à necessidade de superar seu entendimento exclusivamente diante do capital e, conseqüentemente, de compreender a reprodução como fato que transcende a reprodução da força de trabalho. Parece ter ficado claro que a força de trabalho é apenas um momento do sujeito no ciclo do capital. Apesar de se mostrar categoria útil ao debate, o trabalhador ou produtor – mas, principalmente, sua trajetória isolada – não é suficiente para que se possa atingir, por completo, a

reprodução. Isso se deve ao fato de que muitos jamais se constituirão como tal, por escolha, impedimento, incapacidade ou, simplesmente, por serem os próprios capitalistas. Entretanto, sua posição no interior do capitalismo – e a teia de relações que esse lugar articula – proporciona os meios necessários para o entendimento dessa reprodução, seja porque é a partir do trabalhador – como força de trabalho e, portando, detentor de uma mercadoria – que a produção se organiza, seja porque é o valor gerado por ele que permite a reprodução daqueles que não estão incluídos entre as forças produtivas, com privilégio neste conjunto para o capitalista.

Uma síntese das principais contribuições de Christian Topalov (1979) é essencial ao desenvolvimento dessa ideia. Pode parecer curioso, já que o autor foi um dos maiores críticos da ênfase dada por Manuel Castells (1983) à questão reprodutiva nos estudos urbanos, como vimos aqui. Entretanto, sua dedicação em esclarecer as diversas nuances do consumo – especialmente sob o domínio do capital – são extremamente úteis para ampliar a inversão iniciada por Castells ao interpretar o espaço urbano a partir da perspectiva da reprodução. E isso se dá não apenas porque Topalov insere o consumo no marco mais amplo das condições gerais de produção, mas também porque a sua própria concepção de reprodução no urbano envolve um conjunto de relações mais complexo que a definida pelos meios de consumo coletivo, exibindo o quão interligados estão os elementos reprodução-produção nesse processo.

Resgatando Marx e Patrice Grevet, Topalov inicia mostrando como a transformação dos produtores em mercadorias apresenta uma contradição do capitalismo, uma vez que a forma-mercadoria da força de trabalho é antagônica às suas exigências de reprodução. Como é de fácil observação, o salário pago ao

trabalhador não corresponde ao montante da força de trabalho empenhada na produção, caso contrário o capitalista não conseguiria auferir lucro. O valor da força de trabalho também não é determinado pela satisfação das necessidades dos produtores, pelo menos não pelo conjunto completo dessas necessidades. O que permite calcular o salário pago ao trabalhador é apenas uma parte desse volume, a qual é capaz fazer dele o criador do mais-valor esperado pelo capitalista e necessário à reprodução do capital, ou seja, apenas aquilo que lhe garanta a sobrevivência. Essa perspectiva tomada pelo próprio capital – de que existe um crivo que define algumas necessidades como objetivas e outras como subjetivas – é a responsável pelo ponto de tensão em destaque, pela contradição que envolve a reprodução ampliada do trabalhador.

O resultado é uma tendência à crise do sistema de manutenção e reprodução dos trabalhadores. Para os produtores em seu conjunto, esta crise é ressentida permanentemente sob a forma das necessidades não satisfeitas. Em contraste, para o capital, esta crise só aparece nos períodos históricos particulares, quando está em jogo o abastecimento de mão de obra (Topalov, 1979, p. 39).

Se o preço pago pela força de trabalho corresponde somente às demandas que estão diretamente relacionadas à utilização produtiva, dois pontos merecem mais atenção: o que fica fora dessa cesta básica e como os sujeitos se organizam na tentativa de suprir essas necessidades não associadas à produção. A resposta ao primeiro ponto indica um amplo espectro de bens e serviços que podem ser incluídos ou não nesse volume básico de itens de sobrevivência, variando conforme o contexto social e histórico. Em geral, esses itens excluídos da porção mínima são aqueles bens e serviços que estão associados aos períodos não produtivos da vida, como a infância e a velhice. São ainda aqueles que empreendem grande quantidade de tempo para o consumo, como a educação e

a moradia, já que não interessa a cada capitalista em particular pagar por aquilo que não representa o dia trabalhado estritamente (Topalov, 1979).

É inegável, contudo, o quanto essa vocação do capitalismo em oferecer à força de trabalho salários abaixo do seu valor real tem sido tensionada, sobretudo quando as economias ocidentais contemporâneas se voltam cada vez mais para o consumo de faixas etárias não produtivas, como as crianças, e para a criação intensiva de demandas supostamente subjetivas, que começam a ser reconhecidas ou anunciadas como imperativos na reprodução da vida pela publicidade e o marketing. Os mais novos *media*, a alta tecnologia que se torna obsoleta em pouquíssimo tempo, as modas efêmeras que dão ao cotidiano o ar de um passeio contínuo por uma infinita loja de departamentos: tudo surge necessário à sustentação da vida, dizem os publicitários e os consumidores dos produtos por eles anunciados. Compreender a reprodução do capitalismo nessas situações e – a reprodução dos sujeitos que vivem sob ele – parece ser um desafio que brinda o consumo desses itens como campo privilegiado de investigação.

Quanto ao segundo ponto, o modo como os sujeitos se organizam para suprir as necessidades não associadas à produção e, portanto, não computadas ao valor da força de trabalho, Topalov dirá que é o consumo não-mercantilizado o que responde a essas exigências da reprodução. Nos termos do autor, esse consumo pode ser privado ou coletivo. No primeiro caso, ele ocorre como “[...] o autoabastecimento de valores de uso no interior da unidade de consumo [...]” (Topalov, 1979, p. 42). Trata-se, portanto, do consumo oferecido pelo trabalho doméstico – ou reprodutivo –, que está fora da relação capitalista, mas tende a sofrer alterações significativas com o avanço do capital, como a

dessincronização progressiva dos ritmos de trabalho e descanso dos membros da família, transformando a divisão de tarefas na esfera privada. Mas o mais conflitante é que, na mesma medida em que há uma tendência a transformar parte dessas atividades de autoabastecimento em serviços mercantilizados – uma vez que o tempo para o trabalho assalariado compete com o tempo dedicado à autossuficiência –, a manutenção do consumo doméstico contribui para o rebaixamento do salário pago à força de trabalho e, conseqüentemente, para o aumento da taxa de mais-valor na produção capitalista (Topalov, 1979).

Já o consumo coletivo não-mercantilizado pode aparecer sob a forma de socializações espontâneas – a exemplo de redes de vizinhos e parentes que se organizam para a realização de distintas atividades –, de cooperativas estruturadas ou ainda em sistemas estatais de manutenção da força de trabalho. Estes últimos são, segundo Topalov (1979, p. 40), os principais “[...] testemunhos das contradições entre a força de trabalho mercantilizada e as exigências objetivas da reprodução” e se dividem em duas categorias, uma monetária e outra que implica o fornecimento direto de valores de uso. As transferências monetárias por parte do Estado, como subsídios, financiamentos e assistências, acabam por derivar no consumo mercantilizado, pois oferecem renda que se converte em aquisição de bens e serviços, na maioria das vezes. Elas não são as únicas capazes de realizar essa conversão, mas são, de fato, potencialmente mais propensas. Em contrapartida, o fornecimento direto de valores de uso atua naqueles setores que, geralmente, não interessa ao capital investir, como equipamentos de serviços de esgoto e abastecimento de água ou energia. Esses setores – que, ao fim, representam os meios de consumo coletivo anunciados por Castells (1983) – são igualmente necessários à produção

(capitalista, inclusive), à reprodução da força de trabalho e à reprodução de modo mais amplo (Figura 2).

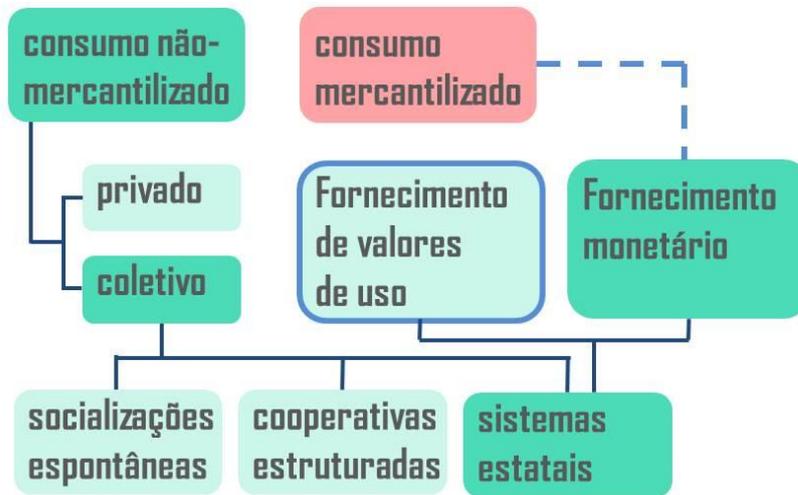


Figura 2 - Consumo em C. Topalov

Fonte: Elaborado a partir de Topalov, 1979.

Essa inserção dos meios de consumo coletivo em um quadro mais geral contribui para o caminho rumo à ampliação da ideia de reprodução no urbano, uma vez que reforça e oferece maior gama de detalhes sobre a interdependência entre o consumo privado e o consumo coletivo (mercantilizados ou não) e também porque permite vislumbrar possíveis alternativas à reprodução para além da oferecida pelo capital. Para completar essa trajetória, parece ser imprescindível uma revisão da própria noção de consumo e das relações que ele é capaz de gerar na vida dos sujeitos. Isso implica ir em direção oposta à linguagem vulgar, em que o consumo aparece como ação frívola e manipulada. Demanda reconhecê-lo, nos termos de Néstor García Canclini (2010), como um “processo sociocultural”, que envolve aspectos econômicos, políticos, simbólicos e comunicativos. Ou seja, o consumo é o lugar em que se completa a produção – fazendo expandir o capital e reproduzindo a força de trabalho –, mas também é o palco de disputas políticas no cotidiano, cada vez mais

articulado por consumidores que decidem reafirmar suas cidadanias por meio desse canal. O consumo é o que permite estabelecer classificações e diferenças, mas isso não exclui sua natureza integrativa e sua capacidade de gerar trocas não comerciais. Por isso tudo, “consumir é tornar mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora” (Canclini, 2010, p. 65).

Tal percepção é devedora da complexidade presente no mundo dos objetos consumíveis e também das relações que eles podem estabelecer. Como partes visíveis da cultura, os bens e o consumo que se faz deles, dirão Mary Douglas e Baron Isherwood (2009, p. 108), têm como função principal dar sentido ao mundo; as mercadorias são “[...] como um meio não verbal para a faculdade humana de criar”. Por isso qualquer teoria utilitarista do consumo esbarra em nuvens cinzentas na tentativa de explicar as motivações para o dispêndio ou a poupança que o coloca como projeto futuro, ignorando o fato de que “[...] dizer de um objeto que ele está apto para o consumo é o mesmo que dizer o objeto está apto a circular como marcador de conjuntos particulares de papéis sociais” (Douglas; Isherwood, 2009, p. 41).

Quanto às formas alternativas de reprodução – e, conseqüentemente, de produção, já que a distinção entre os termos é praticamente nula – a elaboração de Topalov (1979) nos leva diretamente ao conceito de “reprodução ampliada da vida” formulado por José Luis Coraggio (1998; 2003) para designar a orientação de uma economia em que o trabalho não está subordinado ao capital. Essa “outra economia”, proposta pelo autor, requer uma nova posição para a força de trabalho, que deixa de ser condição para viabilizar a acumulação capitalista e se torna fim das atividades econômicas. Ampliada, a reprodução da vida não se trata “[...] meramente de quantidade (consumo de bens e

serviços), mas de qualidade de vida em sociedade” (Coraggio, 2003, p. 18). Em síntese, ela congrega a distinção feita por Castells (1983) entre as reproduções simples – equipamento material mínimo, como moradia e infraestrutura – e ampliada da força de trabalho – espaços verdes, equipamentos sócio-culturais, políticos e jurídicos. Entretanto, diz mais que isso: é a unidade entre reprodução e produção dada pelo novo lugar ocupado pelo trabalho que permite construir uma economia que incorpora

[...] conhecimento como força produtiva indissociável do trabalho e da reprodução ampliada da vida de todos. Essa afirmação teórico-prática da centralidade do trabalho marca – como direito em si e como condição material, junto com o respeito aos equilíbrios ecológicos, para definir e exercer todos os demais direitos humanos – um programa estratégico que pode orientar ações e gerar situações de aprendizagem com base na prática e na reflexão em várias escalas (Coraggio, 2003, p. 19).

É preciso destacar que a economia popular defendida por Coraggio não deve ser confundida com a economia solidária, também majoritariamente encontrada entre os setores populares. A economia solidária, como apresenta Paul Singer (2002), está entre os grupos cooperados e as organizações autogestionadas formalizadas ou não, em que os meios de produção e distribuição são ditos socializados. Sua unidade básica é, portanto, a cooperativa de produção e, nela, os trabalhadores são os únicos a possuírem o capital da empresa. Enquanto isso, Coraggio (1998) trabalha com a ideia de unidade doméstica de reprodução e produção, que, embora possa ter algum grau de exploração – quanto ao gênero ou idade, por exemplo –, ainda está longe da exploração da mais-valia própria ao capitalismo. A principal fonte de recurso da unidade doméstica – e também seu fim – é o fundo de trabalho de seus membros, ou seja, o conjunto das capacidades de trabalho dos seus integrantes.

É fato que, na prática, essas duas propostas podem aparecer bastante embaralhadas, o que dificulta o discernimento entre uma e outra. No entanto, mais complicado do que essa indistinção é o assalto do capital sobre ambas, gerando zonas borradas e que encobrem a brutalidade da acumulação capitalista. Alguns estudos têm mostrado que muitos desses grupos cooperados acabaram por adotar o caminho reverso já denunciado por Singer (2005), uma vez que, adaptando-se tão bem ao modo de produção hegemônico do capitalismo, abandonam sua origem solidária, ganham estrutura hierarquizada e formas de assalariamento convencional. Em certos casos, apoiados por instituições do terceiro setor ou mesmo por políticas públicas, sequer chegam a nascer a partir desse princípio, embora carreguem consigo a marca da solidariedade desde o berço – slogan banalizado pelos programas supostamente virtuosos de geração de renda. São achados como esses que aparecem nas pesquisas de Cibele Rizek (2012) junto aos circuitos de catadores de material reciclável e costureiras na periferia da cidade de São Paulo. Cooperados ou trabalhando em domicílio, suas experiências têm se mostrado mais próximas do capitalismo do que podemos imaginar. Apesar de viverem sob o rótulo da autonomia, os sujeitos pesquisados pela autora representam a exploração das camadas mais vulneráveis da população e são reféns de uma precarização do trabalho, que vai da ausência total de direitos a uma tentativa frágil de formalização, para a qual são transportadas não só as práticas de contratação do capitalismo, mas também elementos típicos de seu processo de produção, como linhas e esteiras de montagem usadas para acelerar o ritmo do trabalho e a produtividade.

Tudo isso não significa dizer que a economia popular de Coraggio e também a economia solidária de Paul Singer sejam alternativas inviáveis ao modo de

produção capitalista. Sugere apenas que, talvez, ainda não tenhamos chegado lá, que as armas usadas pelos setores populares precisam ser mais poderosas do que as que têm sido normalmente empregadas e que os hibridismos e interdependência entre os circuitos da economia – o superior e o inferior, tal como classificou Milton Santos (2008) – merecem maior atenção. Essa acuidade em relação às trocas entre um nível e outro não tem como objetivo demarcar dualidades, mas parece ser parte da condição necessária para garantir aquilo que interessa a esse trabalho e que, ao fim, é o objetivo de uma produção que ocorre para além do capital: a reprodução, conduzida pela busca de uma melhoria na qualidade de vida sem limites impostos pela produção, como argumenta Coraggio (1998). Essa perspectiva, dirá o autor, requer uma economia que ultrapassa o economicismo e que, mesmo quando em relação com a ordem econômica hegemônica do capital, não coloca o equilíbrio macroeconômico acima

[...] dos equilíbrios psico-sociais que requer a vida humana, dos equilíbrios sociais que facilitam a convivência em paz da humanidade, nem dos equilíbrios naturais, sendo o respeito por todos esses o que faria sustentável o desenvolvimento da vida social neste planeta. Supõe também assumir como contradição dinâmica a contraposição entre a lógica da reprodução do capital e a lógica da reprodução da vida humana. E finalmente, implica ver o conjunto de trabalhadores – que podem existir dentro ou fora das relações capitalistas imediatas – como base social do sujeito histórico possível para esse desenvolvimento sustentável (Coraggio, 1998, p. 65).

É diante disso que o urbano como espaço da reprodução, indo além do capital ou mesmo emergindo de suas brechas, ultrapassa o sentido fordista da cidade como lugar da reprodução da força de trabalho, assim como supera a condição produtivista do industrial. O espaço de reprodução, nessa perspectiva, congrega aquilo que John Friedmann (2002) chama de “unidade de opostos”, os

espaços de vida e os espaços econômicos. “O espaço de vida é, ao mesmo tempo, o teatro da vida, entendido como uma vida de convívio, e a expressão dela. O espaço econômico corresponde mais estreitamente às condições de subsistência, ou à manutenção da vida” (Friedmann, 2002, p. 96). Mas vale dizer que, para isso, o caráter econômico do espaço não se restringe ao produtivismo capitalista, como tem ocorrido nos dois últimos séculos. Trata-se de uma economia radical, das leis que gerem a casa e, a partir dela, garantem a manutenção da vida em coletividade.

Também é por conta disso, que a ruptura entre reprodução e produção, como alerta Monte-Mór (2011, p. 190), é uma falsa dicotomia “[...] construída conjunturalmente segundo alguns interesses e modos de organização econômica dominantes, e está condenada à superação, cedo ou tarde”. A fase industrial do capitalismo põe em conflito a lógica de produção própria ao capital e a lógica de reprodução, sujeitando esta àquela. Nesse sentido, espaços de produção (o industrial) se opõem a espaços de reprodução (o urbano), ou ainda, estes se subordinam àqueles. Entretanto, são as brechas entre esses dois polos que sugestionam a superação da dicotomia, são as crises do modelo industrial dominante que colocam a necessidade de novos paradigmas de organização socioespacial. E esses novos arranjos, como indica o autor, são potencialmente emancipatórios se articulados a partir do urbano, como projeto e práxis.

2.2 O lugar da fronteira

Desde a divulgação inicial do texto *The significance of the frontier in American history*, em 1893, por Frederick Jackson Turner, as discussões sobre a fronteira e

a possível explicação da sociedade norte-americana a partir da influência provocada pelo avanço rumo ao oeste entraram na pauta de cientistas sociais, em especial historiadores, ora validando, ora refutando a proposta do autor amplamente difundida e adaptada para outras partes do globo. Em síntese, as ideias apresentadas por Turner (1963) ofereciam uma interpretação dos aspectos sociais dos Estados Unidos ancorada em um “novo americanismo”, um espírito que nascia quando o homem dava as costas para o Leste e se permitia ao contato com a simplicidade das sociedades primitivas na imensidão das supostas “terras livres”. O oeste desbravado (ou por desbravar) é o que permitiria explicar o espírito norte-americano e não a costa atlântica carregada de heranças do Velho Continente. Diante da necessidade de competição pelos recursos não apropriados é que, segundo o autor, surgiram as forças que dominam o caráter norte-americano: o individualismo, o nacionalismo e a democracia.

De certa forma, essa tentativa de explicar os fundamentos da sociedade que emerge nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX não deixa de ser um tanto autoglorificadora, o que naturalmente levou à sua crítica. Além disso, as “terras livres” nunca foram livres do modo como se pensava ou propunha. A existência de populações indígenas que ali construíram seus espaços de vida cotidiana e seus territórios sagrados, de alguma forma, confrontava-se com uma política de ocupação que promovia a marcha rumo ao oeste. Não demorou muito, portanto, para ser posta em xeque a interpretação de que o isolamento nas terras conquistadas teria sido a condição necessária para a criação de um espírito independente da influência inglesa e promotor de um individualismo agudo capaz de dar ao colono as condições para enfrentar qualquer tipo de

governo autoritário, transformando-o em senhor do seu próprio destino (Stadniky, 2007).

Entretanto, é impossível ignorar que a chamada “tese de Turner” contribuiu para a construção de, no mínimo, um enredo mítico elevado à categoria científica. Funcionando praticamente como mito fundador de um povo, a proposta de Turner dizia ao mundo sobre a singularidade daquela nação erguida por indivíduos livres, mulheres e homens pioneiros, “civilizados” diante da “selvageria”, nos termos do próprio autor. Além disso, construindo a ideia de uma “fronteira móvel” em direção ao Pacífico, Turner (1963) acabaria por colocar em discussão o lugar ocupado pela fronteira no processo de transformação social, política e econômica. Afinal, era a marcha para o oeste, por meio do desenvolvimento e da democracia prometidos por ela, que subjugava a “selvageria” em favor do progresso da nação.

Se a construção em Turner permite chegar a essa imagem da fronteira em avanço e contínua incorporação dos territórios, seria oportuno pensar o que está sendo incorporado a quê, ou em outros termos, qual a parte incorporada e sua relação com o incorporante – a totalidade da qual faz parte. A forma como se dá essa relação em um espaço global e fragmentado pode ser apreendida em István Mészáros, autor que não tem exatamente a fronteira como pauta de discussão, mas que fornece as bases para sua compreensão sob o domínio do capital, situação definida por aquilo que ele chama de “divisão social hierárquica do trabalho”. Na empreitada de dar prosseguimento ao trabalho de Marx, o autor afirma que essa divisão só é possível a partir da ruptura entre produção e controle dos meios de produção, mas argumenta que sua eficácia não está na imposição e sim em sua couraça ideológica e inquestionável. A divisão social

hierárquica é, assim, um dado superposto à divisão funcional ou técnica do trabalho, que – fundidas a fim de tornarem-se inevitáveis e naturais – mantêm a ordem, justificando qualquer elemento que possa atrapalhar o curso do sistema do capital “orientado para a expansão e movido pela acumulação”, como afirma Mészáros (2011, p. 100).

Tal divisão é caracterizada pela subordinação estrutural do trabalho ao capital e, por isso, o lugar ocupado por cada um dos agentes nesse conjunto é definidor do grau de autonomia a eles concedido, ainda que, ao fim, todos estejam sob a mesma nuvem controladora e incontrolável. A impossibilidade de ser governado faz do capital, segundo o autor, o primeiro sistema da história “totalizador irrecusável e irresistível”, em que cada um dos seus agentes – independentemente do poder de suas ações controladoras individuais – seja apenas mais uma peça ou um microcosmo no interior de um “sistema de controle sociometabólico”, no qual o conjunto dos poderes individuais é transformado em ações insignificantes ou nulas. O conceito de sistema sociometabólico formulado por Mészáros não é exclusivo ao capital, mas a singularidade deste tempo está na eliminação do sujeito de suas ações – uma vez que os agentes são personificações do capital e por ele estão controlados – e na perda da autossuficiência de seus microcosmos. Enquanto outras formas de controle sociometabólico são caracterizadas pela autossuficiência de suas unidades, a exemplo das sociedades tribais,

[...] as unidades econômicas do sistema do capital *não necessitam nem são capazes* de autossuficiência. É por isso que, pela primeira vez na história, os seres humanos têm de enfrentar, na forma do capital, um modo de controle sociometabólico que *pode e deve* se constituir – para atingir sua forma plenamente desenvolvida – num sistema *global*, demolindo todos os obstáculos que estiverem no caminho (Mészáros, 2011, p. 102, grifos do autor).

Essa inserção do sistema sociometabólico no tempo é o que permite tornar clara a distinção entre capital e capitalismo, fato que já estava em Marx, mas por muitas vezes foi equivocadamente interpretado pelos seus leitores¹⁷. O capitalismo é uma fase singular da produção do capital, na qual predomina a produção motivada pelo lucro, com tendência à integração global – devido aos imperativos de expansão próprios ao sistema – e com o objetivo principal de troca – e, portanto, a supremacia do valor de troca. Dentre todas as mercadorias capazes de serem produzidas, a força de trabalho é mais uma delas, sendo sujeitada à apropriação privada da mais-valia através da ruptura entre produção e controle, uma vez que os meios de produção e os produtores são colocados como polos opostos. O capital antecede e sucede tudo isso. Ele inclui as condições de origem para produção capitalista, assim como também sobrevive nas sociedades pós-capitalistas em processo de superação da divisão hierárquica do trabalho e reestruturação social “[...] de acordo com a livre associação dos indivíduos sociais, que conscientemente regulam suas próprias atividades” (Mészáros, 2011, p. 1029).

Tal distinção indica, pelo menos, três pontos importantes para o entendimento do capital e de sua fronteira. O primeiro deles se refere ao fato de que é pelo avanço da divisão social hierárquica do trabalho – das características vitais que definem o capitalismo, a geradora de todas as outras – que a fronteira é constituída. Isso não significa dizer que esses lugares recém-alcançados sejam necessariamente imagens idílicas de mundos pré-capitalistas. Não implica também se referir a esses espaços como templos isolados onde imperam

¹⁷ Mészáros (2011) observa que a obra de Marx se insere em um quadro mais amplo de rompimento do domínio do capital e não somente do capitalismo. Parte dos desentendimentos ocorreu por conta da primeira tradução do livro I de *O capital* para o inglês, cujo título original *O processo de produção do capital* foi convertido para *Uma análise crítica da produção capitalista*, afirma o autor.

relações comunais nas quais o capital não se faz presente. Implica, ao contrário, entende-los diante de um processo de expansão avassalador, porém incompleto. É por isso que falar em fronteira inacabada, como em Sawyer (1986), para designar o processo de incompletude do capitalismo nessas terras conquistadas, parece ser uma repetição de termos. A fronteira do capital é por definição um espaço não plenamente estruturado, contraditório e marcado por relações sociais híbridas.

Diretamente relacionado a esse aspecto híbrido está o caráter doutrinário e até mesmo religioso da fronteira. Essa particularidade pode ser notada pela constatação de que práticas estrangeiras lançadas a um novo mundo demandam a instrução daqueles que precisam operar a partir dessas regras exógenas. Não raro, o processo de aprendizado desse código se autodefine capaz de religar os recém-chegados ao cosmos da razão, em um trânsito entre mundos que se assemelha à conversão religiosa. Como explica Bourdieu (2006), isso faz com que, muitas vezes, os sujeitos precisem reinventar tudo o que a teoria econômica um dia pressupôs universal, indicando que as disposições econômicas dos sujeitos, seus gostos e necessidades, são históricos e nada têm de naturais. Em uma das epígrafes de sua obra *As estruturas sociais da economia*, a citação do filósofo francês Henri Bergson – de que “são necessários séculos de cultura para produzir um utilitário como Stuart Mill” – deixa claro o quão socialmente são produzidas as decisões dos sujeitos diante de ordens aparentemente universais. A esfera econômica, dirá Bourdieu, não é um

universo à parte e autônomo, mas sua suposta universalidade é produto de uma história coletiva reproduzida nas histórias individuais dos sujeitos¹⁸.

E, por fim, o terceiro ponto revela a necessidade de questionarmos a existência de tal fronteira em um momento no qual o próprio capitalismo deixa claro ter alcançado seu ponto máximo. É válida a hipótese de uma fronteira do capital diante de uma integração global dos lugares antes inalcançados, no qual o grau de expansão do capitalismo parece ter atingido seu fim? Mais uma vez, sem atingir a discussão sobre a fronteira, Mészáros (2011) oferece claras demonstrações para pensar esse tema no momento em que o sistema sociometabólico do capital surge global e em estado de maturação e expansão aparentemente completo. A negação da existência de espaços possíveis para a expansão capitalista é, segundo o autor, uma ingenuidade cega pela própria lógica totalizante do sistema. É impossível negar sua propagação dominante – que se aproxima da completude mais de 100 anos após as formulações de Marx –, mas é igualmente necessário considerar a possibilidade de ele reorientar-se sobre um mesmo território. O sistema metabólico do capital não é capaz apenas de “[...] descobrir novos continentes para exploração que estavam anteriormente velados sob a crosta de sua própria ineficiência relativa e de seu subdesenvolvimento” (Mészáros, 2011, p. 591), mas também de “[...] reestruturar suas válvulas de escape segundo as exigências de uma *totalidade intensiva* quando forem alcançados os limites da sua *totalidade extensiva*” (Mészáros, 2011, p. 591, grifos do autor).

¹⁸ A construção de Bourdieu põe em xeque a recorrente abstração em busca do *homo economicus*, na qual uma determinada dimensão particular da prática humana aparece subtraída da ordem social total que envolve toda e qualquer prática humana. Conceitos puros e descolados da história que impregna os fatos, segundo Bourdieu (2006), não são suficientes para a compreensão das ações e instituições econômicas, pois o mundo social está totalmente presente em cada uma dessas ações e instituições.

Se as reorientações em campo tendem a se direcionar rumo ao que oferece menor resistência, como é próprio ao sistema, pode-se considerar como hipótese que nada impede que a própria fronteira seja reconstruída como tal a cada nova rodada de expansão. Isso põe em destaque o lugar central da fronteira – microcosmo aparentemente periférico – ante o sistema sociometabólico do capital. Essa posição privilegiada não decorre somente de sua importância para garantir a sobrevivência do conjunto, mas do fato de que está na fronteira a força centrípeta que tudo atrai, da precariedade absoluta ao que de mais novo e sofisticado pode vir a existir. Reside aí não somente a distinção entre o conceito de fronteira e a noção de periferia, mas também a aproximação do primeiro ao par oposto do segundo: o centro. De imediato, seguramente, essa não é a percepção mais fácil. O visível pode tornar as duas imagens muito confusas, afinal a incompletude de ambas – fronteira e periferia – é, evidentemente, semelhantes, o que faz a vista vacilar. Mas a fronteira não é um eufemismo para uma possível negatividade imediata trazida pela ideia de periferia, e sim um espaço em (des)construção. Nesse sentido, o mito das “terras livres” – espaço supostamente vazio e pronto para ser dominado em Turner (1963) – contribuiu para compreendê-la como campo de possibilidades distinto, lugar em que a vida está por ser feita.

Assim como a dupla totalidade intensiva-extensiva do capital é promissora para pensar a centralidade da fronteira, é também essa discussão que levou a divergências teóricas a respeito da sobrevivência do capitalismo. Em Rosa Luxemburg (1988), a explicação para a sobrevivência do capitalismo está exatamente nessa expansão rumo a terras desconhecidas ou, nos termos da autora, rumo aos mercados externos ao capitalismo. Ou seja, à expansão da fronteira geográfica, se junta o avanço do próprio capitalismo e seu modo de

operar, pois está na fronteira a reserva necessária ao deslocamento territorial do capital. Para a autora, a reprodução do capital somente seria possível a partir de um amplo contingente de áreas não capitalistas capazes de absorver o excedente produzido pelo centro. Dependeria da expansão contínua do consumo para além das próprias fronteiras capitalistas a formação desses mercados externos, muitas vezes, posicionados geograficamente no interior dos próprios países capitalistas. A fronteira de Luxemburg se define, portanto, diante da saturação dos espaços consolidados e pelo desbravamento de novos territórios para a reprodução do capital, estabelecendo contato entre distintas lógicas. Essa noção de que a marcha do capital depende exclusivamente de mercados externos – atingindo esferas de consumo situadas fora das relações capitalistas – é uma das maiores discordâncias entre Luxemburg e o pensamento de Marx. Para ela, é falsa a concepção presente nos esquemas fechados elaborados pelo autor, nos quais a expansão da sociedade capitalista pode se dar a partir do consumo interno, ou seja, restrito à indústria, aos operários e à burguesia.

Ora, embora o capital não tenha se expandido exclusivamente por meio dos espaços não-capitalistas como pretendia Luxemburg, reservas mantidas fora dos modos de produção dominante têm se mostrado úteis à acumulação, como a própria fronteira pode demonstrar. No entanto, a permanência de formas pré-capitalistas em meio aos processos de expansão do capital parece deixar claro que a convivência tem sido superior à redução dos mercados, o que supostamente levaria ao colapso do capitalismo. Além disso, a história tem deixado evidente o quão capaz de se reproduzir autonomamente é o capital, não incorporando – sobretudo, no campo do consumo – sujeitos que não constituem uma demanda efetivamente solvável, pelo menos não

completamente. Em certa medida, isso oferece luz ao entendimento dos esquemas de Marx (1996), revelador da barbárie revestida de civilização trazida pelo capital nas terras libertas.

Isso não revela um contrassenso necessariamente. Como apresenta Harvey (2005), a partir do próprio Marx, o duplo processo de intensificação e expansão empenhado pelo capital é um mecanismo necessário à sua reprodução. A expansão geográfica das relações de produção capitalista e a criação de espaço novo para a acumulação de capital – ainda que não o transformando em novo centro de produção – nunca estiveram ausentes da teoria construída por Marx. Ela simplesmente não foi encarada como única alternativa, podendo se associar, de maneira complementar, à intensificação e dinamização das relações de produção nos próprios centros tradicionais do capitalismo.

Essas observações conduzem a discussão à proposição trazida por Henri Lefebvre (1978), em cuja obra a sobrevivência do capitalismo, a produção do espaço e a reprodução das relações sociais de produção são temas interdependentes. Para o autor, o capitalismo foi capaz de equacionar suas contradições, e até mesmo promover seu crescimento, com a ocupação do espaço, sua produção em grande escala, e a reprodução das relações sociais inerentes à sua dinâmica. Essas relações, cruzadas pelo capital e por ele conduzidas, perpassam toda a vida dos sujeitos; estão na esfera familiar e na reprodução biológica que lhe é inerente, nas definições de como ocorrerá a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção. São as relações sociais que marcam a produção propriamente dita, a partir da propriedade privada, numa ideologia que, de tão eficaz e próxima da prática social do capitalismo, sequer apresenta-se como ideologia e mascara-se a partir “[...] da

ilusão de uma reprodução natural das relações de produção” (Lefebvre, 1978, p. 29), como ocorre com a sucessão de gerações em uma família, por exemplo.

Assim, não é a produção do espaço que permite sozinha a sobrevivência do capital, mas o conjunto de todos os fatos a ela relacionados (Lefebvre, 1991b). Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que o espaço produzido pelo capital se desenvolve em função das relações sociais em suas formas dominantes, as relações sociais de produção demandam uma existência espacial ou, caso contrário, seriam simples abstração. Base dessas relações sociais dominantes (e dominadoras), o espaço no capitalismo é, por consequência, mais próximo de um produto do que de uma obra coletiva e artística. Em Lefebvre, ele é um produto político e estratégico, que põe nas mãos do Estado as rédeas da exploração e dominação, ainda que esse espaço se apresente como neutro e isento, dissimulando as relações sociais nele envolvidas.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo capital no seu processo de valorização, o Estado é quem assume parte da dívida imposta pela reprodução do capital, hierarquizando o conjunto de lugares ao orientar seus investimentos para uma área ou outra, estruturando os mecanismos necessários ao consumo coletivo e, no limite, como identifica Lefebvre (1991a), infiltrando-se na vida cotidiana, dela se apoderando e controlando seus rumos. A inclusão no mercado mundial exige a produção de um espaço que, mais do que garantir a reprodução social, promove a reprodução ampliada do próprio capital. Em boa parte dos casos, essa produção espacial e o aumento brutal do capital fixo que ela engendra – em forma de redes de energia, comunicação e sistemas de transportes – pouco têm oferecido condições para uma reprodução ampliada da vida daqueles que, mesmo no interior desse processo, são postos à margem.

Por conta disso é que Mészáros (2011) afirma que, incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando e, simultaneamente, isento de agentes individuais capazes de operarem essa função, o capitalismo – como variante histórica específica do capital – oferece ao Estado a função de reunir as distintas partes dadas pela fragmentação de seus microcosmos.

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto (Mészáros, 2011, p. 124-125, grifos do autor).

O desenho da fronteira é, portanto, articulado a partir do próprio Estado, que, de modo geral, transporta a abstração característica do espaço por ele produzido ao território antes dominado pelos costumes e os mitos, ao templo do espaço absoluto descrito por Lefebvre (1991b). É importante destacar que esse projeto de abstração total do espaço não é suficientemente poderoso para apagar por completo as diferenças e que qualquer relação de linearidade temporal entre as diferentes realidades espaciais, como se elas não pudessem coexistir, corre o risco de ser redutora ou ingenuamente simplificadora. Exatamente porque servem de suporte e constituam os sedimentos para a criação do novo, as realidades preexistentes não se diluem no tempo. Elas permanecem – sejam nas representações do espaço, sejam nos espaços de representação – configurando práticas espaciais, dirá Lefebvre.

2.2.1 A gênese (e a dominação) do abstrato

O nascedouro da abstração, segundo Lefebvre (1991b) está no momento em que a paternidade se impõe sobre o solo, sobre os bens e a família, estabelecendo propriedades e leis. Em oposição à figura feminina – comandada pelo imediato e a reprodução da vida –, o poder paternal somente é possível a partir dos signos, das mediações abstratas, e é esse poder que resultará, mais adiante, na laicização e racionalização da vida, na liberação das obrigações político-religiosas, na decodificação do mundo e, por fim, na constituição dos Estados nacionais. Trata-se de um processo crescente de abstração que não se deve a eventos ou instituições específicos, embora muitos deles tenham contribuído consideravelmente para isso.

De acordo com o autor, esse processo de predomínio da abstração começa a tomar fôlego na Europa Ocidental do século XII, quando a sociedade passa a trocar os costumes pelo contrato e, então, a oferecer luz às sombras próprias do subterrâneo. Apesar de definir um ponto de ruptura, esse espaço ainda não é abstrato, garante Lefebvre. A condição destruidora do dinheiro e da mercadoria não se manifesta nesse momento. Ao contrário, é a função libertadora e dessacralizadora que prevalece na praça de mercado.

Uma grande parte – mesmo que em declínio – da "cultura", das impressões e representações, permanece *críptica*, ainda vinculada a lugares sagrados, condenados ou assombrados – cavernas, grutas, vales sombrios, túmulos e santuários subterrâneos (Lefebvre, 1991b, p. 267, grifos do autor).

Somente com o século XV, quando os pintores do Quattrocento italiano irão anunciar a passagem do críptico ao decodificado, e seus desdobramentos no século seguinte, quando o campo se renderá à cidade na Europa Ocidental, será

possível, segundo Lefebvre, falar de um “código do espaço”. Grosso modo, esse código – composto de um alfabeto formal e prescrições de ordenação estilística, entre outros elementos – tem como base os trabalhos de Vitruvius, tratadista romano da Antiguidade Clássica que, redescoberto na Renascença, ofereceu os pilares para a arquitetura e a engenharia modernas.

No entanto, essa linguagem, composta de planos e vistas que se multiplicam, concebe e escreve a cidade em um momento no qual a propriedade mobiliária e o comércio prevalecem sobre a propriedade do solo e a produção agrícola. Esse tempo, marcado pela ascensão da cidade de base comercial e a instituição dos sistemas urbanos do século XVI – a rede de cidades que se estende pelo território dominado –, permite que a cidade se manifeste como entidade unificada, ou nas palavras de Lefebvre (1991b), como “sujeito”. É exatamente nesse fato que reside o novo em relação à Roma de Vitruvius. Se nos tratados clássicos a cidade não passava de um ajuntamento de monumentos e casas, na Renascença, o que Lefebvre denomina “efeito urbano” faz com que ela se constitua em “[...] um conjunto harmonioso, um organismo mediador entre a terra e o céu” (Lefebvre, 1991b, p. 271).

Tal poder de mediação da cidade e do sistema urbano esclarece o porquê de a abstração ainda não ter completado, nesse momento, seu projeto de destruição da natureza e de negação da história, fato que ocorrerá mais à frente, quando um grau de abstração superior, dado pelo poderio do Estado, irá se firmar. Originado das revoluções e em meio à acumulação de riquezas garantida pela violência das guerras, o Estado moderno se ergue a partir do pressuposto de sua soberania, solapando o que encontra pela frente e tudo que o antecede: o poder religioso, as classes e grupos diversos, qualquer contradição que ameace

seu domínio sobre o espaço. O homogêneo é seu alvo, a busca por uma sociedade unificada e aparantemente isenta de contradições se transforma em uma meta. É com sua glorificação, portanto, que o espaço abstrato se constitui definitivamente (Lefebvre, 1991b).

O que, de fato, merece atenção é que esse limiar já foi cruzado, que o espaço abstrato está aí, a espera de iniciativas que o decifrem, ou melhor, que revelem o que há por detrás de sua falsa transparência, camada a camada. Lefebvre seguirá esse caminho em sua obra, esmiuçando esse espaço, caracterizado por ele como “fálico-vídeo-geométrico” e organizado a partir desses três elementos formantes. Nesse sentido, o espaço abstrato é geométrico, ou seja, euclidiano em busca da redução da natureza e da história à homogeneidade, do tridimensional ao plano bidimensional: “[...] uma folha de papel em branco, um desenho sobre essa folha, um mapa ou qualquer outra representação gráfica ou projeção” (Lefebvre, 1991b, p. 285.). Quanto ao seu formante ótico ou visual, é ele o responsável por exilar os objetos, colocá-los à distância, reduzindo a uma imagem passiva. “É, portanto, um espaço visual não simbolicamente, mas de fato. O predomínio do reino visual implica uma série de substituições e deslocamentos por meio dos quais o visual conta de todo o corpo e usurpa o seu papel” (Lefebvre, 1991b, p. 286). Por fim, o formante fálico é o que preenche o espaço para além das imagens, é o símbolo da violência e força masculinas com todos os seus meios de repressão.

Mas se a instalação do abstrato não significa a eliminação completa do que o precede, seria oportuno tentar compreender as relações e os desdobramentos desse conjunto de conceitos rumo à construção de uma utopia necessária: o espaço diferencial lefebvriano. Se para o autor não existe um espaço vazio – a

tábula rasa sobre a qual é possível partir de um instante nulo –, são as precedências que permitem a edificação de um novo momento e o que permanece é o material constituinte e base da nova realidade. Assim, o espaço diferencial não emerge de outra realidade senão das contradições próprias do espaço abstrato, este, por sua vez, uma negação daquilo que lhe serve de sedimento e suporte, ou seja, os espaços absoluto e histórico. Assim, o espaço abstrato lefebvriano emerge como zona crítica, lugar de tensão entre o que poderá nascer e o que já está posto e definido. Ele se define como um estado de turbulência instaurado entre o espaço diferencial e os espaços absoluto e histórico. Sua marca é a negatividade, a negação daquilo que o sucede em potencial e de tudo o que o precede. O que pode vir a partir dele? O retorno às diferenças esmagadas e apresentadas pasteurizadas. O que lhe serve de base? A natureza e a história transformadas em nostalgias.

Mas se a transparência do espaço abstrato é enganosa e exige especial atenção, as dualidades inerentes ao espaço absoluto o tornam tão fugidio quanto instigante. Religioso e político, o espaço absoluto tem sua origem no conjunto de lugares nomeados e trabalhados pelo homem. É o espaço do qual o homem toma posse, domina e se apropria em suas atividades cotidianas. Ele apresenta, portanto, uma existência social, uma “realidade” específica, ao mesmo tempo em que seu caráter mítico e próximo faz dele o gerador dos tempos e dos ciclos, conferindo-lhe uma existência mental e “fictícia”. O espaço absoluto, em Lefebvre, desenvolve-se entre esses dois polos, nas confluências entre a ficção e a realidade, ou melhor, na transcendência dessa oposição, “[...] trata-se de um espaço, de uma só vez e indistintamente, mental e social, que compreende toda a existência do grupo [...]” (Lefebvre, 1991b, p. 240).

Quanto à forma, geralmente ele é definido por um contorno que o distingue na paisagem e, simultaneamente, permite articular toda a vida e estabelecer relações. Como define Lefebvre, o espaço absoluto é o guardião da unidade cívica, do laço entre os membros de um grupo. Assim são os templos, os monumentos, os palácios, mas também podem ser os espaços somente indicados ou sugeridos, ou ainda, um espaço que não se situa em lugar algum, mas reúne todos eles. No entanto, não é somente porque o mental se realiza por meio dessas atividades sociais – como o imaginário que se converte em realidade em templos e palácios – que o espaço absoluto é, ao mesmo tempo, fictício e real. Esse espaço é vivido, é ao corpo que ele se dirige, especificamente ao “[...] interstício irrenunciável entre o espaço do corpo e os corpos no espaço (o interdito)” (Lefebvre, 1991b, p. 251).

Desse espaço absoluto é que procede o espaço histórico, no qual a historicidade esgarça a naturalidade e instaura a acumulação de riquezas, recursos, conhecimentos, técnicas, símbolos e objetos diversos. Não por acaso, seu centro é a cidade – sujeito que domina o território e detém o poder de concentrar e reunir em torno de si e para si tudo e todos. “Nesse processo, o espaço absoluto não desaparece, mas sobrevive como alicerce do espaço histórico e suporte de espaços de representação (religiosos, simbolismos mágicos e política)” (Lefebvre, 1991b, p. 48). Essa organização do espaço na história, constituindo redes e centros econômicos e de informação, é o que servirá de apoio à abstração do espaço, à distinção completa entre a produção e a reprodução. A cidade, lócus privilegiado da acumulação, é o que reunirá as condições necessárias para o domínio do espaço abstrato, fato que resultará na sua própria explosão.

Contudo, é também a negatividade inerente ao espaço abstrato que tornará possível a insurgência do espaço diferencial anunciado pelo autor. São as contradições próprias do espaço e o nascimento de novas contradições que levarão à corrosão da abstração, cavando o seu fim. Algumas delas são históricas, outras surgem da dissolução de velhas relações, mas a todas o espaço abstrato tenta escamotear e apresentar em homogeneidade. Em oposição, o espaço diferencial restaura as diferenças outrora negadas pela abstração, não somente as diferenças dadas pela natureza e pela história, mas também as diferenças entre os corpos, sexos, gerações e etnias. “Ele irá reunir a unidade destruída pelo espaço abstrato: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele vai exterminar essas localizações que destroem a integridade do corpo individual e social [...]” (Lefebvre, 1991b, p. 52). Afinal, sua insurgência só é possível quando se põe em evidência as diferenças e, sendo o espaço diferencial desdobramento de outras realidades, necessariamente, ele contém todas as demais que o precedem e é construído a partir dos sedimentos deixados por cada uma delas.

2.2.2 (Re)unindo as diferenças

Diante da sobreposição de diferenças que é própria à concepção da fronteira, uma das imagens mais promissoras para pensar suas relações internas e também entre ela e o mundo que a envolve pode ser encontrada em Michel de Certeau (1998), para quem a fronteira funciona como um terceiro elemento, que não pertence a nenhum dos seus lados limítrofes e, ao mesmo tempo, carrega traços de todos eles. A fronteira em de Certeau é um lugar “entre dois” ou *entredois*, termo que também aparece na antropologia de Michel Agier (2011, p. 188) para designar esses interstícios – espaços “nem demasiado dentro, nem

demasiado fora” e, exatamente devido a essa condição intermediária, capazes de ligar polos distintos ainda que pela via do conflito. Assim, aqui entendida como *entredois*, a fronteira é ponto de contato entre racionalidades diversas e inerentes a sua lógica de povoamento. Como terceiro elemento e diante do capital, é síntese do que está sob o seu jugo e do que não está.

A (dis)junção entre esses dois – ou vários outros polos distintos – em grande parte se dá graças a origem dos sujeitos que ali se estabelecem nas sucessivas levadas de migração. Esse aspecto demográfico da fronteira é o que põe em cena o estranho (Martins, 1993). Personificação da ameaça frente ao mundo previsível, o estranho sempre esteve associado ao sujeito que transgride as fronteiras, que não se adapta aos mapas formulados pelo grupo do qual se origina, como define Zigmunt Bauman (1998). Entretanto, para além dos tipos desviantes que parecem dominar o pensamento de Bauman – aqueles que toda sociedade produz e também de algum modo cria os instrumentos de sua anulação –, o estranho em questão é o que se constitui como *outro* diante do *eu* na relação entre os diferentes ou na criação das diferenças entre semelhantes. Embora não haja a pretensão aqui de desenvolver esse debate sobre a instauração da alteridade, ao qual tem se dedicado ciências como a Psicologia e a Filosofia¹⁹, seria importante apenas explicitar a importância das (dis)junções entre esses sujeitos na fronteira – ora *eu*, ora *outro* – para o entendimento desse espaço como campo de forças. Afinal, explica José de Souza Martins (1997), é a produção dessas diferenças, que ocorre pelos mais diversos motivos, o que faz da fronteira o lugar privilegiado da alteridade.

¹⁹ Uma extensa discussão sobre o lugar da alteridade pode ser encontrado em Sartre e em torno de sua obra. A famosa frase do autor francês na peça teatral *Entre quatro paredes*, “O inferno são os outros” (Sartre, 2007, p. 125) e sua discussão sobre o olhar externo na construção desse nexo entre o *eu* e o *outro* num intenso processo de afirmação e negação (Sartre, 2003) são exemplos de sua contribuição para o debate.

Tomando a expressão da fronteira no Brasil, e a observando a partir de uma perspectiva rural, Martins (1997) propõe um esquema que permite visualizar com certa facilidade essas lógicas de ocupação distintas em dois movimentos: a frente de expansão e a frente pioneira. Ambas são concepções de referência em estudos da Antropologia e Geografia respectivamente, e que, além de expressarem o debate sobre a fronteira, evidenciam as fronteiras científicas e os pontos de contato de cada disciplina com o próprio fenômeno estudado. Concepção mais próxima da Antropologia, a frente de expansão surge como o avanço do capital a partir de uma forma que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista, baseada em “[...] rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal [...]” (Martins, 1997, p. 156-157), em um mercado que opera pela mediação de relações pessoais. Já a frente pioneira que aparece nos estudos da Geografia é, segundo o autor, uma das dimensões da reprodução capitalista do capital, “[...] sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão de terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada [...]” (Martins, 1997, p. 156). Assim, enquanto a primeira linha de pesquisa se refere a uma fronteira demográfica, ou seja, a fronteira da “civilização”, a segunda dá destaque a uma fronteira econômica, à entrada definitiva das relações sociais de produção próprias ao capitalismo.

É fato que, ao fim, as duas frentes representam o movimento do capital; são momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades de sua expansão territorial. Entretanto, algumas distinções, sobretudo vinculadas às temporalidades dos sujeitos, são necessárias e tornam perceptível a datação histórica elaborada pelo autor para o caso brasileiro: o esquema é composto por

duas linhas de fronteira (uma demográfica, outra econômica) e três situações socioespaciais (a zona de ocupação antiga, a frente de expansão e a frente pioneira). Entre a zona de ocupação antiga e a frente de expansão, impõem-se a fronteira demográfica. Entre a frente de expansão e a frente pioneira, está a fronteira econômica. Na fronteira demográfica estão os conflitos entre populações indígenas e aqueles “agentes da civilização” que ainda não são os agentes típicos da produção capitalista. Nela, a caça ao índio por seringueiros e seringalistas chegou a dizimar aldeias inteiras até os anos 1960, pelo menos. Ao mesmo tempo, são os sujeitos da frente de expansão que, diante de uma fronteira econômica, confrontam-se com os que incorporam a frente pioneira, aqueles que são, de fato, os “agentes da economia capitalista”. É ali o lugar onde, por exemplo, posseiros e grandes latifundiários se desencontram, onde o pequeno agricultor próspero e o camponês dedicado ao que Martins chama de “economia de excedentes”²⁰ vivem temporalidades diferentes (Figura 3).

²⁰ O raciocínio que organiza a atividade produtora, neste caso, inclui desde o início, a ideia de que parte da produção será consumida pela família e outra parte destinada à troca ou venda. O excedente não é a sobra do que o grupo familiar consumiu, mas um elemento concreto do qual o agricultor tem consciência antes mesmo da sua produção. A economia de excedentes não é, portanto, uma economia de subsistência, assim como também se diferencia da prática do pequeno produtor capitalista, uma vez que este não tem consciência do que vai constituir o excedente destinado à sua acumulação ou à apropriação feita pelo capital (Martins, 1997).

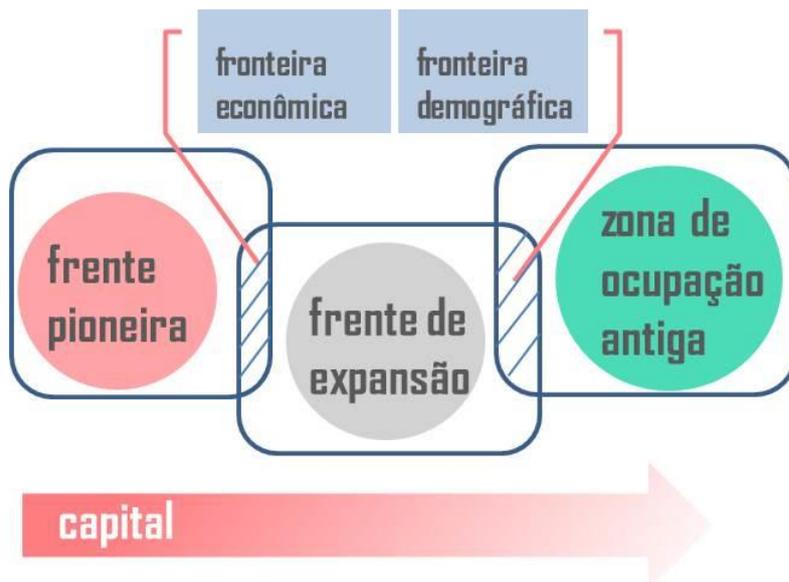


Figura 3 - Fronteira em J. de S. Martins

Fonte: Elaborado a partir de Martins, 1997.

Essa abordagem que distingue a fronteira a partir de suas dimensões demográfica e econômica tem algumas limitações, como observa Donald Swayer (1984), pois não faz sentido falar em ocupação demográfica isenta de atividade econômica, mas sim perceber que algumas atividades da economia demandam baixa ocupação demográfica. Segundo o autor, a fronteira é definida principalmente por suas atividades produtivas, ou ainda, pela organização econômica das diversas frentes que nela se instalam. O entrecruzamento dessas frentes, com suas combinações específicas de forças produtivas e relações de produção, é o que confere concretude ao espaço da fronteira e lhe garante heterogeneidade.

Nesse sentido, a fronteira poderia ser considerada um espaço que oferece condições para a expansão de atividades econômicas antes ausentes, ou presentes em escala menor. O oposto da fronteira, que seria uma espécie de antifronteira, corresponderia a um espaço em que as condições favorecem a retração de atividades econômicas antes presentes em escala maior (Swayer, 1984, p. 5-6).

É fato que a dimensão econômica não pode ser dissociada dos processos demográficos, como alerta Sawyer, mas a abordagem de José de Souza Martins (1997), inspirada por estudos clássicos sobre a fronteira, parece permanecer útil para o entendimento ao menos de que a clivagem desses sujeitos sociais que integram cada uma dessas frentes está na diferença entre os tempos históricos vividos por eles. A situação de contato e a alteridade construída pelas diferentes temporalidades, no limite, põem em xeque o lugar do humano nessa zona de desencontro. É na fronteira que se pode observar melhor as contradições entre o humano e o não-humano elaboradas teoricamente; é na fronteira que se pode apreender

[...] como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra. Não é nela que a humanidade do Outro é descoberta como mediação da gestação do Homem (Martins, 1997, p. 12).

De acordo com o autor, essa fronteira da humanidade é prioritariamente percebida nos (des)encontros entre a zona de ocupação antiga e a frente de expansão, na qual a dimensão econômica é secundária. Parece, no entanto, pouco provável que essa (dis)junção seja privilégio de um ou outro território e que o predomínio de uma dimensão econômica (ou de uma economia do capital) seja capaz de liquidar distinções entre o humano e o não-humano. Reconhecer a existência de outras humanidades que podem ser descobertas por qualquer tipo de contato talvez seja mais adequado. Afinal, essa distinção entre o humano e o não-humano, é o que tem permitido, por exemplo, a subordinação desses *outros* à racionalidade de quem promove a colonização da fronteira e, no Brasil, isso vai da preação do índio nas primeiras bandeiras ao trabalho escravo que subsiste em fazendas espalhadas pelo interior. Ou seja, em

uma determinada abordagem o não-humano são aqueles que estão do outro lado da margem, os que não têm humanidade, ou pelo menos não a mesma humanidade.

A etnologia indígena mostra o quão diferente pode ser a constituição dessas humanidades, a partir de que lugar elas se constroem e em torno de quais elementos. Sobre o lugar dessa construção, como define Viveiros de Castro (1996, p. 126, grifos do autor), enquanto “[...], a cosmologia construcionista pode ser resumida na fórmula saussureana: *o ponto de vista cria o objeto*”, o perspectivismo trazido pelos ameríndios ao autor “[...] procede segundo o princípio de que *o ponto de vista cria o sujeito*; será sujeito quem se encontrar ativado ou ‘agenciado’ pelo ponto de vista”. A respeito do que é acionado para essa construção, uma explicação dada também pela Antropologia, a partir das relações iniciais entre brancos e índios, parece útil. Os métodos de averiguação da humanidade postos em prática pelo europeu nas Américas revelam a assimetria entre dois mundos, que só recentemente têm sido desveladas. “O grande diacrítico, o marcador da diferença de perspectiva para os europeus é a alma (os índios são homens ou animais?); para os índios, é o corpo (os europeus são homens ou espíritos?)” (Viveiros de Castro, 1996, p. 129).

Indo além da humanidade entre humanos, a Antropologia apresenta ainda que, em algumas sociedades, são atribuídas intencionalidade a animais e outros seres não-humanos e que, nessas condições, o *outro* responde não como uma simples força física de reação, mas porque é dotado de intenções. É o caso dos próprios ameríndios estudados por Viveiros de Castro (1996, p. 119), que, na contramão da cosmologia evolucionista ocidental, informam que “a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a

humanidade". Assim, se o antropocentrismo de base cartesiana é o responsável pelo divisor que estabelece os limites entre natureza e cultura, para os ameríndios a diferenciação do humano não ocorre a partir do animal. Seus "[...] mitos contam como os animais perderam os atributos herdados ou mantidos pelos humanos. Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais" (Viveiros de Castro, 1996, p. 119).

Essa discussão presente na etnologia indígena é promissora para levantar, pelo menos, dois aspectos da fronteira a partir de uma abordagem contemporânea. O primeiro deles é que, se o espaço da fronteira é marcado pela destruição do que antecede o novo, parece necessário conjecturar quais são as distinções que têm levado a sujeição desse ambiente pela racionalidade exógena, pelo pensamento cartesiano produtor de abstrações e que substitui, ou melhor, que procura substituir a heterogeneidade inicial por lugares do mesmo, as isotopias, que, nas palavras de Lefebvre (2008a, p. 115), conservam as diferenças apenas como "[...] acidentes, comodidades vagas de uma linguagem folclórica [...]". Voltar à Antropologia e indagar em que medida a relação sujeito-objeto, *eu-outro*, humano/não-humano constrói as diferenças, pode ser um movimento importante para instigar o debate acerca do lugar ocupado pelo espaço diante da fronteira. Para isso é fundamental perscrutar como operam essas intencionalidades do espaço – natural ou não – colocado na posição de *outro*, ainda que elas não tenham sido atribuídas a ele pela racionalidade ocidental, na qual o ambiente, e também todo o espaço encontrado de antemão, é tido como matéria-prima para a ação.

Trata-se de uma abordagem que, necessariamente, conduz a uma simetriação, à superação de qualquer tipo de determinismo e à necessidade de considerar humanos e não-humanos em relação (Latour, 1994). Isso não implica ignorar a existência de diferenças, pois é inegável que os conflitos demonstram as chances distintas que um ou outro projeto tem de se concretizar. Ao contrário da anulação das diferenças, a simetriação requer que o ponto de vista desde o centro dos dois ou mais mundos ressalte as assimetrias, sem concebê-las previamente, em favor de um ou outro lado. Uma perspectiva simétrica põe em cena uma abordagem ecológica, que se dá na relação entre vários e que permite reconhecer humanos e não-humanos, de todos os tipos, como sujeitos.

Essa ideia é precípua para aceitar a fronteira como o lugar *entredois*, como uma possibilidade de atualização para aquilo que Ingold tem chamado atenção em relação à agência do homem *no* mundo, base do conceito de “dwelling” proposto pelo autor e que revela a relação do homem *com* o espaço herdado, a partir da qual, “[...] no mundo, nós não agimos *sobre* ele ou temos ações *por* ele, mas sim nos movemos *com* ele. Nossas ações não transformam o mundo, mas são parte do mundo em transformação” (Ingold, 2000, p. 200, grifos do autor). A perspectiva de agir *com* o mundo e não *sobre* ele se insere nesse conjunto de trabalhos contemporâneos que buscam trazer de volta a unidade entre natureza e cultura, para além da ruptura dicotômica que está na base de muitos estudos antropológicos clássicos – mas também na concepção da ciência moderna (Velho, 2001). Como argumenta Ingold (1994), está claro para a Antropologia, há um bom tempo, que os diversos padrões de humanidade existentes não permitem conferir qualquer grau de autoridade a um determinado padrão específico. O etnocentrismo é letra morta. A questão que se impõe agora é a de reconsiderar uma tradição que se estrutura a partir da humanidade – já que a

Antropologia tem se sustentado na existência de uma essência humana apta à cultura – ante a possibilidade de culturas humanas e não-humanas, sendo necessário compreender as diferenças entre uma espécie humana dentro do cosmos e a condição humana que vai além dela.

O outro aspecto possível de ser apreendido a partir dessa discussão refere-se ao reconhecimento da fronteira como paradigma moderno – “[...] onde o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais” (Becker, 2005, p. 35) – ante uma multiplicidade de narrativas contemporâneas marcadas pela contradição. Como paradigma de base racional cartesiana, a fronteira está prenhe de contradições que a própria modernidade não consegue ou nunca pretendeu conferir legitimidade. Entretanto, frente a crise dos discursos oficiais, torna-se indispensável debater seu lugar *entredois*, no qual esses dois ou vários *outros* não trazem consigo mitos apenas, mas racionalidades, ainda que míticas. “A crise das narrativas oficiais é, por certo, também a das fronteiras que enaltecem o poder da linguagem da ciência sobre as outras linguagens”, como apresenta Cássio Hissa (2002, p. 44) e, exatamente por conta disso, “a contemporaneidade registra (quando não demanda) a fronteira, transformando-se em passagem obrigatória [...]”. Tal como diz Boaventura de Souza Santos (2005, p. 14)

estas transformações são ou parecem tão profundas, que é possível caracterizar o nosso tempo como um tempo de problemas modernos (as promessas por cumprir da modernidade ocidental) para os quais não há soluções modernas. Em meu entender, é por isso que o que está em causa é a própria reinvenção da emancipação social.

Essas promessas da modernidade permanecem sendo reativadas – e não cumpridas –, como a fronteira, em cores mais aguçadas, nos permite observar.

Apesar de a homogeneização insistir em afirmar que as linhas retas que rasgam o espaço e os volumes brancos que pousam sobre o plano são as únicas alternativas, há também os lugares do *outro*, as heterotopias, e ainda, o lugar do possível: a utopia. Somente essa multiplicidade, esse encontro de diferentes pode dar forma e conteúdo ao urbano, pois “a diferença é informante e informada. Ela dá forma, a melhor forma resultando da informação ótima” (Lefebvre, 2008a, p. 121).

Revisar o lugar da fronteira no mundo contemporâneo implica percorrer esse caminho que propomos até aqui, reconhecendo que a abstração imposta pelo capital ao seu espaço e o palimpsesto – formado pela soma de tudo que se pretende homogeneizador e também daquilo que não é possível apagar – faz dela território potencial para o surgimento do novo. Essa sobreposição de mundos que lhe é inerente confere à fronteira seu problema teórico e prático. Trata-se de um problema teórico porque somente a luz trazida pela crítica parece ser capaz de permitir a compreensão de seus hibridismos, sem se deixar cegar pelo exotismo aparente de seus conteúdos ou mesmo pela precariedade recorrente de suas formas. De igual modo é o que define seu problema prático porque a realidade presente – e indesejada – exige a pulsão transformadora, procurando se afastar da tentativa histórica de sobrepor, sobre as múltiplas narrativas presentes na fronteira, uma única fala, seja esta exógena ou mesmo elencada dentre as trajetórias que a compõem.

2.3 Alguns arremates

A possível manifestação do urbano como espaço da reprodução – ante o imperativo produtivista colocado pela fronteira do capital – foi o fio que nos

conduziu até aqui na empreitada de alinhar alguns conceitos necessários à discussão que se segue. Para isso, partimos do capitalismo e da reprodução que ocorre sob as forças que o regulam, mas esperamos ter permitido a construção de algumas questões que nos levem além dessa reprodução impregnada pelos constrangimentos e as determinações próprias ao capital. Esperamos ainda ter oferecido algum instrumento para pensar que essa utopia necessária pode ser conduzida a partir do urbano e que é ela o que possibilita fazer, da fronteira, mais que terreno favorável à expansão do produtivismo que assola o nosso tempo e nos conduz à destruição planetária.

Como vimos, não há novidade em reconhecer o urbano como espaço da reprodução. Manuel Castells (1983) já fez isso logo no início dos anos 1970, sendo posteriormente criticado por alguns de seus contemporâneos, devido à ênfase dada à reprodução da força de trabalho diante da nítida estruturação do espaço comandada pela produção industrial. Entretanto, a inversão feita por Castells – e a ela incorporadas as críticas – nos mostrou ser ponto de partida próspero para pensar o urbano contemporâneo diante de demandas que ultrapassam o domínio do capital ou que são capazes de superá-lo. É a centralidade dada aos meios de consumo coletivo – conceito amplamente incorporado para designar a parte não rentável da reprodução e, portanto, geralmente atendida pelo Estado – que nos permite dar início à transformação da reprodução em questão imperativa no urbano. É o reconhecimento do urbano como palco da reprodução que nos leva à compreensão do poder das lutas cotidianas que ali tomam corpo e que são capazes de ensaiar a revolução lefebvriana, aquela que não está mais dada pelas questões relativas à produção, mas encontra na reprodução da vida a possibilidade de existir (Lefebvre, 2008a).

Nada disso faz da reprodução par dicotômico à produção, ou define o urbano em oposição ao industrial. Ao contrário, tal perspectiva implica reconhecer que esses dois elementos estão imbricados e que outras formas de articulação entre ambos são possíveis, embora sejam frequentemente reduzidas à condição de resíduo pela cisão imposta pelo capital. Afinal, como afirma Coraggio (1998, p. 65),

por ao centro a reprodução ampliada da vida humana não supõe negar a necessidade da acumulação, mas sim subordiná-la à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre a produção (como meio) e a reprodução (como sentido).

Uma nova unidade entre o par reprodução-produção (no urbano) certamente não descarta o consumo coletivo (e seus meios de realização), mas incluiu outros desejos ignorados, que tentamos, pelo menos, apresentar aqui. Ao fim, eles podem todos juntos revelar a complexidade do valor de uso presente no espaço urbano – não o valor de uso complexo que encontramos hoje e tão bem descrito por Topalov (1979) –, mas aquele em que, articulada à produção, a reprodução da vida demanda o consumo do espaço urbano, de tudo o que ele reúne e faz nascer. Parece ser esse consumo do espaço e também os espaços desse consumo – e não só os meios de consumo coletivo – o que nos pode levar ao direito à cidade anunciado por Lefebvre (2008c), caso provoquemos também uma inversão do lugar do consumo na vida dos sujeitos.

Além disso, muitos desses desejos imperativos – tal como o gozo improdutivo e os meios necessários para a produção efetiva de sujeitos sociais, autores da práxis política – não só permitem pensar em uma nova unidade para o par reprodução-produção hoje, como também indicam a condição necessária para

qualquer reprodução-produção do amanhã. Estamos nos reorientando para isso, mas é fato que

nossa concepção linear e cumulativa de história — congenitamente cega à estrutura, às regulações sistêmicas, às causalidades circulares — demorou demais a acordar para a constatação de que a miséria, a fome e a injustiça não são o fruto do caráter ainda parcial, incompleto, da marcha do progresso, mas seus “subprodutos” necessários, que aumentam à medida que tal marcha prossegue na mesma direção (Viveiros de Castro, 2011, p. 4, grifo do autor).

Completando esse caminho tortuoso de inversões, insistimos: todas essas transformações são possíveis na fronteira do capital, ou ainda, é ali que podemos encontrar as bases para completar o jogo e inverter os resultados até então alcançados. Com isso, não estamos ignorado que a metrópole ou que os centros das grandes decisões econômicas estejam condenados ao domínio da produtividade, até mesmo porque a fronteira pode perfeitamente estar presente nos seus subterrâneos. Ao rever o lugar da fronteira diante do capital estamos apenas chamando a atenção para o fato de que o lugar da ausência — e é assim que a fronteira é encarada quanto à reprodução — pode guardar mais que os recursos necessários para o avanço do capital; ela tem em si um devir ainda mal compreendido.

Como explica Lia Osório Machado, etimologicamente e em seu uso histórico, a fronteira sempre sugeriu o que está à frente. Originalmente não esteve associada a conceitos legais, mas “[...] nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. [...] O sentido de *fronteira* era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir” (Machado, 1998, p. 41, grifo da autora). Nesse processo de expansão, ao menos dois elementos são constantemente acionados e recorrentemente

postos em conflito, o território sobre o qual se avança e a alteridade. O primeiro dá à fronteira sua espacialidade. Como fronteira do capital, é o avanço do capitalismo sobre as terras não conquistadas. Pode-se dizer que são nessas terras suposta e miticamente livres que a fronteira se espacializa e, por conseguinte, que o encontro dos diferentes se anuncia, ou melhor, que as diferenças são criadas nos desencontros. Nessa construção, se o território surge como primeiro demarcador da fronteira, elemento a partir do qual se torna possível a espacialidade do termo, a alteridade é elemento propulsor dos (des)encontros que marcam esse estado de provisoriidades. Decorre disso a proposição da fronteira como lugar *entredois*, ou entre muitos *outros*, como aparece em Agier (2011) e de (Certeau, 1998). Essa concepção da fronteira é a mesma que encontramos reativada hoje, ao observar, no espaço, as várias frentes que a compõem em sobreposição e disputam seus recursos.

Entretanto, parece ser cada vez mais urgente reavaliar de modo radical essa concepção da fronteira como paradigma moderno, imagem unilinear e infinita, sobretudo, no momento em que o reconhecimento das diferenças se reafirma em relação à histórica negação e ao absoluto encobrimento. Isso demanda tomá-la como lugar do (des)encontro entre humanos e não-humanos dos mais diversos tipos, a fim de discutir não só as várias humanidades presentes ali, mas também a humanidade para além dos seres humanos, como sugere Viveiros de Castro (1996), o que coloca o ambiente – e o espaço de forma mais geral – nesse bojo de seres dotados de intenção.

Como empreender esse projeto? Algumas respostas já estão postas. Mészáros (2011) dirá, por exemplo, que o processo de superação só é possível a partir de um desafio à divisão hierárquica do trabalho, por sua vez, inalcançável sem o

ataque às funções vitais do sociometabolismo capitalista. Coraggio (1998), em busca de uma nova unidade para o par reprodução-produção, oferecerá um terceiro caminho, que não chega a destruir o capital em um só golpe, mas também a ele não se sujeita. Seja a primeira, a segunda ou qualquer alternativa, parece que em comum elas trazem uma certeza: vem do subterrâneo descrito por Lefebvre (1991b) a força capaz de produzir qualquer alteração. Como trazê-la à superfície? Esse é o desafio, que parece não ter nas “questões únicas”, tão criticadas pelo próprio Mészáros, uma resposta²¹. É por isso que, como afirma Monte-Mór (2011, p. 189-190),

evidentemente, a questão ambiental vem somar forças com a questão urbana, no sentido de impor limites e, eventualmente, subordinar a lógica da produção em si mesma (articulada a acumulação capitalista) à lógica da reprodução coletiva ampliada. Em nível planetário, e não apenas regional, a principal luta contemporânea esta sendo travada entre a reprodução urbano-ambiental e a produção industrial.

Assim, o espaço da reprodução é a urgência para a reflexão sobre o urbano hoje. Observar o urbano – entendido aqui como o espaço global – e a relação entre os sujeitos nesse espaço e com ele, a partir da reprodução, é fundamental para sua compreensão, mas também para prospectar um novo caminho. De igual modo, encarar a fronteira como lugar de manifestação desse urbano parece ser o que permitirá reinventar seus papéis e, quiçá, os outros todos. Somente assim parece ser possível construir uma trajetória diferente da que está posta, na qual

²¹ Não por acaso, segundo o autor, reside nesse fato o motivo da trajetória pouco exitosa de algumas lutas políticas encabeçadas pelo que ele denomina de “movimentos de questão única”, com destaque para as lutas ambientais. Geralmente reformistas, muitos desses movimentos deixaram de lado as questões de classe, desconsiderando que as causas da destruição ambiental tinham raízes mais profundas. Isso não significa dizer que as múltiplas questões contemporâneas sejam de menor importância, mas como afirma o autor, nenhuma questão única pode ser tomada como a única questão.

a pujança da produção capitalista e a fragilidade da reprodução da vida caminham em direções opostas, ainda que sejam peças do mesmo jogo.

Diante disso, é que surgem algumas questões. Quais são as formas e os conteúdos do urbano na fronteira hoje e, em que medida, eles permitem a reprodução tal como procuramos apresentar aqui? Ou ainda quais as formas-conteúdos possíveis na fronteira, para além do lugar da produção que lhe é destinado no sistema metabólico do capital? Se como já vimos a relação entre forma e conteúdo é o que informa o urbano, seria possível pensar em uma contraforma-conteúdo na/da fronteira? Claramente inspirada pelos contraprojetos lefebvrianos, a contraforma-conteúdo é o negativo que resultaria da silhueta observável. É na própria relação forma-conteúdo que ela encontra as bases para sua manifestação, mas dela se desprende e eleva-se. É, portanto, mais que uma simples oposição ao presente, o que levaria à utopia negativa, abundante e desnecessária. Como nas equações matemáticas, onde sinais negativos geram a positividade, ela encontra, na ausência, a presença e permite o novo possível. Qual o negativo do urbano na fronteira? Não esperamos oferecer respostas a todas essas questões ao longo deste trabalho, mas tudo indica que esse é o desafio para a Amazônia brasileira como fronteira do capital ontem e hoje.

3

Em busca da Amazônia

O que poderia articular uma cidade nascida da confluência de dois rios à época da exploração do látex a um projeto de colonização agrícola implantado com incentivos do governo federal entre as décadas de 1970 e 80? Que relação se estabelece entre um acampamento que brota junto a um entroncamento de estradas – anos mais tarde transformado em reduto de fazendeiros importantes – e uma currutela de garimpeiros movida à “fofoca”²² do ouro? Essas questões trazem algumas das imagens que a Amazônia do Sudeste Paraense nos apresenta – uma miríade de realidades urbanas díspares ou mesmo contraditórias à primeira vista –, mas também oferecem o caminho necessário para a tentativa de estabelecer umnexo entre esse mosaico de formas e conteúdos ali encontrados, bem como entre esse conjunto e o mundo amazônico de modo mais geral. Dessas questões derivam, portanto, o objetivo deste capítulo, que, ao buscar uma síntese da região a partir do sudeste do Pará, empenha-se também em compreender o que faz daquelas amazônias, Amazônia.

Mas seria o Sudeste Paraense recorte geográfico suficiente para o entendimento da Amazônia? A resposta dessa indagação é diretamente dependente de outra: qual Amazônia, entre tantas possíveis, pretende-se atingir? As entradas por esse território polifônico são muitas, como já bem explicitou Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001). No entanto, se limitada a Amazônia ao aspecto físico, que coloca a várzea em oposição à terra firme, o caminho aqui percorrido pouco contribuiria para uma síntese da região. De igual modo, se o Bioma Amazônico fosse o aspecto mais relevante para essa discussão, o sudeste do Pará – ainda que se constitua como parte em contínua transformação desse conjunto de

²² Em regiões de garimpo, a “fofoca” é o termo utilizado para se referir à notícia – ainda por ser confirmada – sobre a existência de ouro ou outro mineral em um determinado ponto de extração. É pela “fofoca” que os garimpeiros são atraídos e levados a se aventurarem na exploração mineral.

ecossistemas – deixaria de lado os impasses vividos, por exemplo, pelo Cerrado do Mato Grosso ou do Tocantins, ignorando, conseqüentemente, a influência dessas duas realidades na dinâmica mais recente do mundo amazônico como um todo.

Assim, a síntese proposta neste trabalho só faz sentido se a Amazônia for entendida de modo mais amplo, como aquilo que Milton Santos (1978, p. 104-105) chamou de espaço derivado, porção do território “[...] cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais”. A classificação contemporânea que nos deixa mais próximos dessa ideia – embora limitada – é a da Amazônia Legal, área política, instituída em 1953, que corresponde atualmente aos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e boa parte do Maranhão. São cerca de 60% de todo o território brasileiro, que na tentativa de serem integrados ao restante do país, foram alvo de investimentos pontuais na segunda metade do século XX, transformando a região em alternativa aos excedentes populacionais e à expansão do capital nacional e internacional. Para esse entendimento da Amazônia, o Sudeste Paraense torna-se elucidativo.

Reconhecido o caráter derivado do espaço amazônico – estendido à várzea e à terra firme, do Cerrado à floresta –, ofereço, de antemão, a hipótese elaborada ao longo dos próximos parágrafos e que condensa esta seção: o que reúne todo esse conjunto de situações aparentemente irreconciliáveis, no urbano e em tudo mais, é o estado de fronteira colocado pelo capital ao espaço amazônico. Esse estado de fronteira é o que permite à região incremento populacional superior à média nacional, com casos como o de Parauapebas, em que o número de

residentes mais que dobrou em dez anos, saindo de pouco mais de 71,5 mil habitantes, em 2000, para 153,9 mil, em 2010 (IBGE, 2010). É ainda o que proporciona um esgarçamento do tecido urbano em muitas das sedes municipais, onde a luta por um lote de terra – outrora cena que predominava no mundo rural – invade a cidade, ganha novas configurações, mas permanece dando à questão fundiária posição de destaque diante do avanço do capital sobre o espaço. Não é outra coisa senão manifestações da fronteira a tentativa de integração posta à região desde os primeiros contatos, evidenciando a disjunção de racionalidades própria às zonas de interseção entre mundos distintos. Em síntese, essas e outras manifestações são o que torna possível a reunião de todas essas realidades ali encontradas sob um mesmo aparato teórico-conceitual, o que nos parece promissor pra a compreensão da Amazônia.

Como instrumento útil para observar o mundo amazônico, a fronteira não torna possível, contudo, reduzir as especificidades de cada um desses pontos reunidos. Ao contrário, estendendo-se sobre o território, aqui e alhures, o capital cria formas e conteúdos próprios de acordo com as particularidades de cada realidade socioespacial encontrada pelo caminho. Entretanto, é preciso considerar que o faz, geralmente, pela destruição – ou tentativa de destruição – do que lhe é dado como ponto de partida e não favorece seu avanço. Essa característica intrínseca à dominação sobre formas e conteúdos pretéritos, mesmo que apresentada em graus diferentes, é também o que congrega as manifestações da fronteira e capacita a relação de todo esse conjunto.

Na literatura brasileira, a fronteira é predominantemente entendida como o avanço das frentes agropastoris – o que lhe garante a designação de “fronteira

agrícola”²³ – ou como tudo o que segue à margem da urbanização – o que a transforma em “fronteira urbana”. Neste trabalho, a fronteira do capital envolve todas essas formas, até mesmo porque elas podem ser encaradas como faces distintas de um mesmo fato ou ainda como temporalidades interdependentes de um único processo. Essa compreensão da fronteira é extremamente devedora dos trabalhos de Bertha Becker sobre a Amazônia²⁴. Foi a autora que, a partir dos anos 1970, propôs uma reinterpretação dos estudos sobre a fronteira, conferindo às cidades papel de destaque no processo de incorporação do território. Somente isso poderia explicar “[...] o aparente paradoxo de uma fronteira agrícola com intenso processo de urbanização [...]” (Becker, 1985, p. 362), o que já ocorria na Amazônia daquele tempo.

Nessa perspectiva que procura localizar o nexos entre a parte e o todo, estão na fronteira os elementos fundantes do modo de produção dominante e é impossível negar que ela carregue consigo as marcas de sua formação social e econômica. No entanto, na fronteira de Becker também convivem formas diversificadas de produção com alta capacidade de redefinição e, nesse sentido, o “distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra” (Becker, 1988, p. 67). Esse novo significado geopolítico para a fronteira trazido pela autora é, pois, o que permite não reduzi-la a um programa específico ou ainda colocar sobre ela

²³ O termo “fronteira agrícola” é caracterizado pela dominância do setor primário da economia ou atividades fortemente vinculadas a ele. Como apresenta Sawyer (1984), a fronteira em questão não se restringe à atividade agrícola, sendo o adjetivo incorporado ao termo, sobretudo, para diferenciá-lo da fronteira como limite político. Desse modo, a fronteira agrícola inclui todas as atividades de apropriação direta ou indireta da natureza, como pecuária e extração vegetal, animal e mineral.

²⁴ Para o histórico sobre a aplicação do conceito ao caso brasileiro e à Amazônia, assim como o debate entre os autores das mais diversas áreas, ver os trabalhos de Lia Osório Machado (1992) e Bertha Becker (1988). Para discussões recentes sobre o avanço da fronteira mineral e de recursos energéticos, ver conjunto de textos em Acselrad (2010).

qualquer tipo de determinismo, uma vez que, nesse jogo de relações, incorporado e incorporante são redefinidos. Ou seja, se a fronteira – como espaço em construção – é dada em relação ao espaço estruturado ao qual ela está ligada, como extensão da totalidade,

[...] a fronteira nela também influi. Espaço não plenamente integrado no espaço global, a fronteira pode ser definida como espaço de manobra das forças sociais. É também o espaço de projeção para o futuro, da expectativa, um espaço ideológico (Becker, 1985, p. 359).

Como será apresentado, o distanciamento entre o sul e o norte do Brasil foi definidor para o avanço sobre o território. Ao longo dos primeiros séculos de ocupação, a Amazônia pôs em contato grupos indígenas e missionários católicos, tornou-se objeto de interesse da companhia criada pelo Marquês de Pombal para a inserção dos produtos tropicais no mercado europeu, fez surgir relações entre seringueiros e seringalistas em torno da extração do látex. Cada um desses momentos produziu alterações no espaço que serviram de ponto de partida para o instante posterior, uma demonstração daquilo que Milton Santos (2012) identifica como “rugosidades”. Os aldeamentos jesuítas serviram de base às primeiras nucleações, algumas dessas se tornaram entrepostos durante a época áurea da borracha e, pelas calhas dos rios, a Amazônia se fez. Nesses interstícios espaciais e temporais, novas cidades foram criadas e fortes instalados, fazendo operar a rede urbana em um padrão que pode ser classificado como dendrítico e é análogo à ramificação desenhada pelo curso d’água mais importante e seus afluentes, como explica Corrêa (2012, p. 206-207), um desenho no qual “[...] a principal cidade está excentricamente localizada, próxima à foz do rio que drena a rede”.

O recorte deste estudo é herdeiro direto do processo acima descrito, mas também sofreu de modo significativo a influência dos projetos de expansão iniciados nos anos 1970 e 80 pelo governo federal. Esses, por sua vez, são desdobramentos do movimento em direção ao interior, que tem como marco o pós-guerra e a migração de excedentes populacionais na busca por um lote agrícola, mas que, diferentemente das frentes de expansão anteriores – como a que ocorreu no Paraná, nos anos 1940, e em Goiás e Mato Grosso, entre 1950 e 60 –, assumiu caráter mais heterogêneo e urbanizado (Schmink; Wood, 2012), como veremos. A atual configuração da fronteira na Amazônia, ou pelo menos a parte neste trabalho selecionada para maior discussão, é reflexo do que Bertha Becker (2004) denominou de “arco do povoamento adensado”, em função da intensa ocupação já consolidada nos anos 1990 e em oposição à imagem até então construída pela designação da área como “arco do fogo ou do desmatamento”. Como propõe Bertha, frentes de ocupação já se sobrepunham a esse momento e os núcleos urbanos serviam de base para a expansão da fronteira, o que inviabilizaria qualquer outra categoria, já àquela época, que não fosse a de “floresta urbanizada” para designar essa grande mancha que sai da porção oeste do Pará e chega à Rondônia, passando pelo norte do Mato Grosso.

Tudo isso nos permite inferir que, embora tenha se tornado mais acintoso e tomado ritmo acelerado após a segunda metade do século XX, esse processo de incorporação remonta o período colonial. Virtualmente, e como embrião que indica o futuro, os padrões encontrados hoje na fronteira já estavam lá organizados desde as primeiras tentativas de inserção da região no contexto global, ou seja, desde quando o capital viu na Amazônia uma fronteira para sua expansão, ainda em tempos de capital mercantil. Até mesmo porque, como mostra Darcy Ribeiro (2006, p. 177), o Brasil,

[...] surgindo embora pela via evolutiva da atualização histórica, nasceu já como uma civilização urbana. Vale dizer, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes mas complementares e comandada por grupos eruditos da cidade.

De Lisboa às primeiras cidades brasileiras, numa rede que explode por todo território a partir do quinto século de ocupação, o processo de transformação do espaço brasileiro foi (e ainda é) marcado por relações diretas com demandas externas (Ribeiro, 2006). A argumentação do autor evidencia a predominância histórica dos modelos exógenos e demonstra a importância de reconhecer que, nessa relação, o mesmo sujeito pode ocupar posições distintas de acordo com a situação: do urbano brasileiro, como fronteira do capital mundial, ao urbano amazônico, como expressão regional dessa relação. É, portanto, considerando a possibilidade de serem atualizados os pares Amazônia-Brasil, Amazônia-mundo, Brasil-Amazônia e Brasil-mundo que seguimos na tentativa de remontar o processo de ocupação e transformação da região estudada.

3.1 Quando a Amazônia não era Brasil

O caráter derivado do espaço amazônico remonta o tempo em que boa parte do território hoje identificado como Amazônia sequer fazia parte do então Estado do Brasil. Esse relativo isolamento fez com que a região tivesse uma história diferente daquela vivida pelo resto do país, com a alternância de pequenos períodos de crescimento e longos intervalos de estagnação, como sugere Bertha Becker (2012). Ali,

[...] a expansão do sistema capitalista colonial não se fez mediante um único modelo. Por sua apropriação feita por múltiplos atores por quase dois séculos, o processo [amazônico] aproxima-se mais

de um modelo caribenho de povoamento, marcado pela pirataria e disputa de poder (Becker, 2012, p. 24).

A conquista definitiva do território pelos portugueses foi iniciada com a derrota dos franceses na Ilha de São Luís do Maranhão, em 1615²⁵. Um ano depois, os lusitanos ergueram o Forte do Presépio, onde seria a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, às margens da Baía de Guajará. As lutas pelo território, entre índios, portugueses e outros europeus, se estenderam até 1648, quando foi destruída a última posição holandesa, localizada no atual Amapá. O domínio do delta amazônico facilitou a expansão rumo ao interior e, em 1669, surgia o núcleo inicial que deu origem à cidade de Manaus. Estas três cidades, estrategicamente posicionadas, foram os pilares para a hierarquização de uma rede urbana que se formaria: primeiro, a partir das disputas entre São Luís e Belém, capitais político-administrativas; mais adiante, com a inserção de Manaus, que passou a polarizar a porção ocidental da Amazônia, num padrão predominantemente ribeirinho. Durante todo esse período, considera Antônio Risério (2012, p. 121), esteve posto

[...] o longo apartamento amazônico com relação ao Brasil. Uma solidão que vai se estender das primeiras décadas do século XVII até meados do século XX. Até a década de 1960, pelo menos, quando se intensificaram os esforços para incorporar efetivamente a Amazônia ao Brasil, num processo que, por sinal, ainda não se completou.

Tal isolamento, dado pela dificuldade de acesso à região, foi reforçado pela desconexão política e administrativa promovida pela Metrópole. As primeiras fronteiras foram estabelecidas ainda à época da União Ibérica (1580-1640), quando em 1621 o Estado do Maranhão e Grão-Pará – formado pela porção

²⁵ A cidade de São Luís havia sido fundada pelos próprios franceses em 1612, três anos antes da conquista portuguesa.

norte das terras conquistadas pela Coroa Portuguesa e tendo como capital a cidade de São Luís – tornou-se uma unidade independente, com governo próprio e ligação direta com Lisboa²⁶. A criação de uma unidade separada do restante do Brasil pretendia facilitar a comunicação entre as terras ao norte da Colônia e a Metrópole, contribuindo com a ocupação que já vinha sendo feita por meio da fundação de cidades e fortes.

Com o fim da união entre as duas coroas da península europeia, em 1640, Portugal passaria a reivindicar para si as terras antes definidas como espanholas, incluindo a maior parte da região amazônica. Àquele momento, os portugueses já haviam avançado a oeste e ocupado um território que é, grosso modo, a configuração do Brasil contemporâneo. No entanto, seria somente após diversos conflitos que, em 1750, o Tratado de Madri substituiria o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo os limites das terras portuguesas na América a partir de acidentes geográficos e do direito de posse²⁷.

Em todos esses anos, a Colônia localizada ao norte permaneceu diretamente vinculada à Coroa, sem ligações maiores com a sede da capital do Estado do Brasil. Com as limitações tecnológicas da navegação à vela, “uma viagem do Rio de Janeiro para Lisboa em 1790 durava noventa dias; uma entre Belém e Lisboa na mesma época durava trinta dias; já outra entre o Rio de Janeiro e Belém podia durar até cinco meses” (Souza, 2005, p. 87). Assim, as duas colônias se desenvolveram de forma praticamente independente. Ao sul, a porção descoberta por Cabral em 1500 e ao norte a colônia

²⁶ Nesse período, ainda vigorava o Tratado de Tordesilhas, que desde 1492 dividia as terras do Novo Mundo entre os reinos de Portugal e Espanha.

²⁷ No ano seguinte, a Colônia ao norte passaria a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo sua capital transferida de São Luís para Belém. Mais tarde, em 1772, a contínua expansão do território rumo ao interior fez com que a Colônia do norte fosse desmembrada em duas unidades, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí.

[...] descoberta por Vicente Iañes Pinzón, em 1498, logo após a terceira viagem de Colombo à América, quando batizou o rio Amazonas de mar Dulce, mas efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1630. Essa colônia tinha em seu território o equivalente à reunião dos atuais estados do Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e parte do Acre. [...] Uma nota curiosa: os habitantes da Colônia do sul eram chamados de brasileiros, os do norte de portugueses-americanos (Souza, 2005, p. 87-88).

No século XVIII, as intervenções do primeiro-ministro português Marquês de Pombal produziram alterações significativas no espaço amazônico. Responsável pela criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – empresa monopolista instalada em 1755 no marco das alianças entre o capital comercial e o rei absolutista –, Pombal fez a Amazônia experimentar transformações somente comparáveis às trazidas ao final do século XIX pela Belle Époque da economia da borracha. As ações da Companhia criada durante sua gestão eram pautadas pelas circunstâncias internacionais e visavam inserir a economia amazônica no mercado mundial, numa tentativa de “[...] reproduzir, tardiamente, o modelo de acumulação que muito contribuiu para a passagem do capitalismo mercantil para o industrial: acumulação que era em parte dificultada pelo poderio comercial das ordens religiosas” (Corrêa, 2006, p. 198).

Não por acaso, a cassação do poder exercido pelos missionários religiosos – que acabaram expulsos e tendo seus bens confiscados em 1759 – foi uma das principais decisões políticas do período, o que permitiu que muitos aldeamentos fossem elevados à categoria de vila. Assim, as ações da Companhia afetaram diretamente a embrionária rede urbana amazônica, possibilitando um relativo desenvolvimento. Mesmo não levando à formação

expressiva de núcleos urbanos a partir da incorporação de novas áreas, o crescimento produtivo das unidades já ligadas à economia colonial consolidou a expansão do território realizada no século anterior. Essa consolidação dirigida pela administração pombalina, explica Corrêa (2006, p. 200), deu-se, contudo, “[...] espacialmente de modo desigual, introduzindo certa diferenciação entre os núcleos de povoamento”, levando a uma hierarquização da rede.

Tal diferenciação, orientada pela natureza das funções urbanas exercidas por cada núcleo, fez com que Belém fosse beneficiada em maior grau pelas transformações. A localização no topo da hierarquia político-administrativa permitiu que a capital do atual estado do Pará vivesse, ainda no século XVIII, a liberdade dos ares trazidos pela cidade, como sugere Souza. Acostumada às encenações na Casa de Ópera, inaugurada em 1775, Belém é, segundo a descrição do autor, a expressão de uma “modernidade” que ainda não havia chegado ao restante do Brasil, onde a “[...] a profissão de ator, por decreto oficial, deixa de ser considerada infame, seguindo uma ordenação de 1771, outorgada pelo rei Dom José I, de Portugal” (Souza, 2005, p. 90).

A despeito da proposta comparativa do autor e reconhecendo a importância de trabalhos que já destacaram o forte caráter urbano de outras porções do Brasil àquele momento – pelo menos a partir da descoberta do ouro nas Minas²⁸ –, essa descrição da “modernidade” amazônica no século XVIII tem um papel importante. A imagem de uma “[...] cultura urbana bastante desenvolvida, [...] um sopro de ar inovador numa época exclusivamente barroca [...]” (Souza, 2005, p. 90), nos oferece, pelo menos, a possibilidade de vislumbrar, já àquele tempo, o urbano onde ainda hoje se questiona sua existência.

²⁸ Ver Paula (2000) e Cunha e Monte-Mór (2000).

Mas a história mostra que o processo de incorporação do norte ao restante do Brasil não ocorreu de forma tranquila, pelo menos não no campo administrativo e político. A notícia da independência do Brasil, em 1822, segundo Souza (2005), ganhou alguns adeptos na Colônia do norte, que ensaiaram repetir o feito do príncipe Pedro Alcântara. Os portugueses, é claro, repreenderam as tentativas de adesão ao Império do Brasil por parte dos nortistas, deportando e condenando à morte os líderes de levantes e perseguindo a imprensa que pregava o corte dos laços com Portugal. A adesão à nova nação aconteceu somente no ano seguinte, quando o soldo do recém-criado império brasileiro ameaçou Belém de um bombardeio naval.

A partir de então, a região viveu um dos períodos mais conturbados de sua história. Insatisfeitos com a posição secundária a que foram relegados com o fim da Colônia, líderes das elites locais se levantaram contra a autoridade do Rio de Janeiro. Os cabanos – negros, índios e mestiços pobres –, por sua vez, se rebelaram contra as condições miseráveis em que viviam, dando nome ao levante que terminou sem êxito para os insurgentes em 1840. O marco inicial do movimento que ficou conhecido como Cabanagem foi o ano de 1835, quando os cabanos liderados pela elite tomaram o quartel e o palácio do governo de Belém, mas os anos antecedentes foram igualmente difíceis.

Entre 1823 e 1840, a região norte sofre a intervenção política e militar do Império do Brasil, **perde suas lideranças históricas e deixa de ser uma administração colonial autônoma para se transformar numa fronteira econômica.** A derrota do Grão-Pará e sua destruição pelo Império do Brasil, se me permitem a comparação um tanto audaciosa, foi, de certo modo, como se o Sul tivesse vencido a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. Dezessete anos de guerra civil levaram a Amazônia a perder 40% dos seus habitantes. A anexação destruiu todos os focos de prosperidade. Entre os políticos do Império do Brasil e as

lideranças nortistas nenhum diálogo foi possível (Souza, 2005, p. 92-93, grifo nosso).

A adesão ao novo império, segundo Souza (2005), deu-se pelo fato de os amazônidas estarem conscientes de que “se continuassem portugueses, numa tentativa de fazer um Canadá português, sofreriam um retrocesso. A administração do ultramar nunca mais seria como antes, nunca mais Portugal teria um Pombal” (Souza, 2005, p. 91). A instabilidade da monarquia lusitana não descartava sequer a possibilidade de outros países dominarem a Colônia do norte; tampouco permitia aos nortistas a garantia de manutenção de uma economia que já havia possibilitado aos habitantes locais – pelo menos os belenenses letrados – experimentar um modo de vida urbano, no qual “[...] as noites tropicais eram inundadas de música e canto, que vinham das casas particulares e das bandas a animar as praças repletas de transeuntes” (Souza, 2005, p. 90). Não lhes restava, pois, outra opção senão se tornarem parte do Império do Brasil.

3.2 Bandos, cacicados e *polities*: outras urbanidades?

Os estudos no campo da Arqueologia mostram que os amazônidas foram autores de complexos processos socioespaciais muito antes do imbróglia na relação entre o antigo Estado do Brasil e a atual Amazônia. Esses achados foram importantes para o processo de reconhecimento da complexidade dos ameríndios em dois sentidos. Primeiro, serviram para contrariar a ideia de que os ocupantes das terras amazônicas – e do Brasil, de modo mais geral – enquadravam-se entre as populações mais primitivas das Américas à época da conquista. Segundo, começaram a tornar possível o questionamento de um

modelo classificatório fechado para definir esse suposto grau de primitivismo das sociedades.

Esse mito do primitivismo foi sustentado, durante décadas, pela classificação de Julian Stewart sobre os povos da América do Sul. Autor da tese que classifica os ameríndios em quatro categorias a partir, principalmente, da associação entre meio físico, organização sociopolítica e modo de produção, Stewart contribuiu para a miopia que fez com que ele e outros estudiosos “[...] lessem a floresta tropical com as lentes andinas” (Fausto, 2000, p. 62). No modelo elaborado nos anos 1940, os Andes Centrais e a Costa do Pacífico teriam sido os ambientes propícios para a formação das sociedades mais complexas que a América do Sul conheceu, sendo a produção agrícola e o aparelho estatal inca os exemplos mais completos. Abaixo desse patamar, estariam os povos circuncaribenhos e os Andes Setentrionais, que desenvolveram centralização política e religiosa suficiente para ultrapassar os laços de parentesco que marcavam o igualitarismo da floresta tropical, dominada por povos que – embora se fixando em aldeias e praticando a agricultura – careciam de instituições políticas. Por fim, encontravam-se os ditos povos marginais, caçadores-coletores nômades que habitavam o Brasil Central, o Cone Sul e o Chaco. Esses quatro tipos – em ordem crescente: tribos marginais, cultura de floresta tropical, cultura circuncaribe e civilização andina – foram os ingredientes para a formulação, em 1962, da sequência evolutiva de Elman Service para os ameríndios: bando, tribo, cacicado e estado (Fausto, 2000).

Dentro desse quadro classificatório, os índios da Amazônia brasileira estariam agrupados nas duas primeiras categorias. Enquanto a várzea teria favorecido o surgimento de tribos assentadas, bandos nômades haviam percorrido as terras

firmes da região durante séculos. Essa perspectiva enviesada reforçou o determinismo geográfico de muitos estudos, bem como a demarcação de limites entre os dois espaços amazônicos (várzea e terra firme) e entre a região da floresta tropical e as demais áreas sul-americanas. Segundo Fausto (2000), mesmo vestígios de complexidade social, como as elaboradas cerâmicas e os aterros artificiais encontrados na Ilha de Marajó, foram encarados como heranças exógenas aos habitantes locais, sendo considerada a hipótese de uma migração andina para a Amazônia brasileira. Essas sociedades migrantes, anteriormente estruturadas em cacicados, teriam abandonado esse padrão de organização social e se adaptado ao meio a partir de um modelo tribal ao chegarem no Brasil.

Na década de 1980, Anna Roosevelt (1992) confrontou-se com esta tese, defendendo um desenvolvimento autóctone das populações da várzea amazônica. Em pesquisa realizada nas terras inundáveis dos rios Amazonas e Orenoco, Roosevelt contribuiu para distanciar a imagem da organização social não estratificada dos povos das terras baixas brasileiras. Segundo a autora, a várzea foi ambiente favorável à formação de sociedades complexas, que dominavam territórios extensos a partir de uma organização social hierárquica e intensas redes de comércio, que desapareceram por volta dos séculos XVII e XVIII. Esses cacicados, belicosos e expansionistas, nos termos de Roosevelt, colocavam, em certa medida, os índios brasileiros em proximidade com os incas, dirimindo as dicotomias entre as terras baixas e os Andes no que diz respeito à estrutura social. Sobre a organização do espaço, vale destacar que os trabalhos da arqueóloga e outros relatos etno-históricos que ela apresenta dão conta de que, para ordenarem esses densos agregados demográficos, essas sociedades realizaram complexas obras de terraplanagem, desviaram cursos de

rios para o cultivo e construíram estruturas multifuncionais, com “[...] áreas específicas de artesanato, áreas cerimoniais, aterros defensivos, cemitérios e amontoados, além de [...] estruturas domésticas e utilitárias, como habitações e fornos” (Roosevelt, 1992, p. 77).

As descrições de Roosevelt permitem pensar, portanto, que a floresta tropical socialmente produzida – e, principalmente, em uma escala surpreendente – é uma realidade anterior à conquista europeia. No entanto, como alerta Fausto (2000), falar em cacicados complexos no interior de um molde tipológico de baixa complexidade, como faz a autora, reforça o sistema classificatório de origem eurocêntrica, permitindo apenas que os povos da várzea subam um degrau no modelo evolucionista de Stewart e Service. A etnografia mostra, contudo, que as formas de complexificação social escapam a esses quadros esquemáticos e lineares para o passado e indicam que diversas formas de articulação, em escalas local e regional, faziam parte do continente à época da conquista, culminando não só em processos migratórios, mas também em fusões de diferentes grupos e tradições, em organizações sociais e espaciais que não se enquadram em modelos fechados²⁹.

Para os estudos urbanos na Amazônia contemporânea, esse reconhecimento não é secundário. Ao contrário, para a visualização do urbano possível, parece

²⁹ O modelo de Stewart não se mostrou insuficiente apenas para explicar os habitantes da Amazônia, mas para classificar os ameríndios de forma geral. Entre os Jê do Cerrado, considera Fausto (2000), ele chega a trazer para os estudos da Antropologia resquícios do imaginário predominante no período colonial. Dentro do sistema evolutivo, eles seriam parte do grupo mais primitivo, do mesmo modo como eram descritos pelos Tupi-Guarani que dominavam a costa brasileira: “[...] gente bárbara, desprovida de aldeia, agricultura, canoa, rede e cerâmica [...]” (Fausto, 2000, p. 62). No entanto, os Jê contradizem, por completo, a associação proposta pela ecologia cultural entre ambiente e características sociais, políticas e econômicas. “Os Jê reúnem o que deveria estar separado: são móveis e possuem grandes aldeias; a tecnologia de subsistência é simples, mas os adornos corporais são elaborados; não há chefes supremos, embora haja uma economia política do prestígio [...]” (Fausto, 2000, p. 67).

ser imprescindível a compreensão de que aquelas organizações – comumente chamadas de civilizações menores ou cacicados –, como lembra Michael Heckhenberger (2011, p. 242), “[...] representam caminhos alternativos de desenvolvimento sociopolítico e não simplesmente estágios anteriores ao estado em termos de um esquema evolutivo”. A organização do espaço empreendida por esses povos indica uma relação mais adequada com o meio do que os modelos ocidentais incorporados ao longo do processo de conquista. Pelo menos é isso o que tem mostrado pesquisas realizadas pelo próprio Heckhenberger a partir dos anos 1990 no Alto Xingu, porção sul do território amazônico.

Os achados de Heckhenberger fornecem os dados mais significativos no campo do que o autor chegou a denominar de “urbanismo pré-colombiano” na América do Sul. Em um dos trabalhos – assinado com outros cientistas e o líder indígena Afukaka Kuikuro – o conjunto xinguno é comparado às cidades-jardim propostas por Ebenezer Howard, em 1898. De acordo com os pesquisadores, o modelo de Howard para o futuro do urbanismo, com suas pequenas unidades dispostas de modo radial e envoltas por áreas de cultivo que uniriam o melhor do campo e da cidade, teria sido antecipado pelos antigos habitantes da Amazônia Oriental. “As sociedades complexas pré-colombianas do Alto Xingu desenvolveram um sistema desse tipo, exclusivamente adaptado aos ambientes florestais do sul da Amazônia” (Heckhenberger *et al.*, 2008, p. 1.217). No lugar onde hoje está o Parque Indígena do Xingu, criado em 1961, uma infraestrutura composta por fossos, aterros e pontes dava suporte a grandes aldeias circulares e interligadas por estradas que convergiam para praças centrais. Sustentadas por uma economia baseada na pesca e no cultivo da mandioca, 30 ou 50 mil pessoas chegaram a viver em diversos

assentamentos, que começaram a sofrer brutal decadência a partir do final do século XV.

Para se referir à organização de tais assentamentos, Heckhenberger (2011) usa o termo *polities*, que em alguns momentos é traduzido, pelo próprio autor, como “sociedades complexas pré-modernas”. Cada *polity* se estruturava a partir de um padrão multicêntrico, um conjunto galáctico regido por uma unidade principal e a partir da qual orbitavam centros de grandezas distintas e precisamente distribuídos no espaço. Essa unidade articuladora, assim como nas aldeias xinguanas contemporâneas, é a praça circular, que ainda hoje organiza as demais construções de modo a formar um caminho no eixo leste-oeste. Mas se hoje cada aldeia tem entre 100 e 500 índios, no passado, esse número era dez vezes maior. Além disso, se a comunidade máxima contemporânea é o grupo local estruturado pela praça, no passado o grupo máximo era multicomunitário. Estima-se que cerca de 20 ou 30 *polities* regionais e independentes politicamente estiveram integradas a um agrupamento hierárquico, denominado *peerpolity*, num padrão de territorialidade incomum e que se estendeu por uma área de mais de 20 mil quilômetros quadrados na bacia do Rio Xingu. Essas múltiplas comunidades de praça estavam ligadas a um centro exemplar e orientavam-se em três blocos (leste, oeste e norte), onde viviam os ancestrais dos atuais xinguanos Kamayurá, Aweti, Wauja, Mehinaku, Yawalapiti, Kuikuro, Matipu, Kalapalo e Nahukwa (Heckhenberger, 2011).

De algum modo, sugere Heckhenberger, parte da complexidade hierárquica na organização espacial pré-colombiana entre os povos do Alto Xingu pode ser vista a luz dos princípios que definem a construção e a orientação de pessoas, casas e praças de aldeias ainda nos dias de hoje. Entre os Kuikuro, a

organização espacial em níveis distintos é atravessada por valores e práticas que definem posições sociais claras. Os chefes, por exemplo, ocupam tal posição porque são os administradores dos rituais e da arquitetura pública na própria aldeia, como a praça central e a casa dos homens, chamada por esse grupo de *kuakutu*.

Não há dúvida, neste mundo dividido, sobre quem é quem, mas, se houvesse, também existe uma fórmula fácil para se seguir. [...] Do lado direito, ao entrar na casa, está o dono, *üneoto*, perpendicular à porta e, se ele for um chefe de hierarquia alta, à sua direita deveria estar a primeira esposa; na esquerda da casa estará o dono secundário. Ao entrar na aldeia, ao longo do caminho formal, esta geometria é mantida, já que à direita (ou às vezes à esquerda) se encontra a *tajühe*, a casa do chefe. [...] O eixo longo do *kuakutu* é perpendicular à linha leste-oeste marcada pela estrada formal (*tanginhü*) e cria um eixo norte-sul fixo, marcando, assim, a estrutura básica da aldeia, que é espelhada pelas casas, numa escala menor, e, no passado remoto, por conjuntos regionais, numa escala ainda maior (Heckhenberger, 2011, p. 259-260, grifos do autor).

Mas a contribuição de maior peso do “urbanismo pré-colombiano” trazido por Heckhenberger, como já mencionado aqui, talvez seja sua inserção em um conjunto de trabalhos que questionam o próprio modelo de cidade adotado pela cultura ocidental. Isso ocorre em, pelo menos, dois sentidos. O primeiro, como crítica à universalização de parâmetros para aproximação de realidades particulares, ao seja, aos modelos que têm se mostrado deficientes quando em contato com outras estruturas que fogem dos princípios gerais estabelecidos para a classificação. Acostumada com ambientes erguidos à pedra e, mais recentemente, forjados no aço, a tradição ocidental vê-se, no mínimo, embaraçada diante da complexidade articulada pelo corpo entre os ameríndios. Para esclarecer qualquer dúvida, Heckhenberger (2011, p. 272) argumenta que, “[...] em termos de desenho, planejamento e integração regional, os padrões

xinguanos antigos aparecem até mais elaborados, rígidos, do que vários casos urbanos clássicos [...]” e indica que, se observada a

[...] domesticação da paisagem – sofisticação e a intensidade do manejo de recursos naturais –, vale a pena considerar os sistemas antigos do Xingu como os de outras regiões das terras baixas neotropicais, como variações amazônicas dos sistemas que, em outras regiões do mundo, são considerados sócio-politicamente complexos, urbanismo, ou até civilizações pré-modernas (Heckhenberger, 2011, p. 272).

Nesse aspecto – a domesticação elaborada da paisagem natural xinguanana –, reside o segundo questionamento que a abordagem do autor permite ao modelo exógeno de cidade ocidental impresso na região amazônica ao longo dos anos. As *politias* do Alto Xingu conseguiram equilibrar a relação homem-natureza de modo singular, em grande escala, e, ao que tudo indica, garantindo a reprodução da vida de modo menos conflituoso como vem acontecendo hoje, seja na relação entre homens, seja na conexão entre os homens e o meio. Reconhecer isso não implica dizer que os xinguanos construíram um arranjo que sirva de modelo para a Amazônia contemporânea – já que modelos não têm se mostrado alternativas favoráveis para as cidades ou o estudo das sociedades em geral –, mas possivelmente abra espaço para prospectar uma Amazônia urbana em que a alteridade, de qualquer ordem, não se imponha como limite.

3.3 Terra à vista: o Estado e a Amazônia no século XX

Vimos no capítulo anterior que uma das principais características da fronteira é o avanço de uma racionalidade econômica exógena sobre terras supostamente livres, ou seja, que a espacialização da fronteira se dá preferencialmente num território mítico em que a terra está por ser conquistada. Apropriando-se de Rafestin (1993, p. 144), para quem o espaço é a “prisão original” e o território

“[...] a prisão que os homens constroem para si”, a fronteira poderia ser encarada, então, como essa criação humana a partir do horizonte desconhecido, que deste necessariamente se alimenta e nele toma corpo e forma. É preciso destacar que essa conquista e a imagem da terra liberta que ela evoca podem – e normalmente são – reinventadas a cada nova rodada de deslocamento do capital, sendo o papel do Estado importante nesse processo de construção, ainda que ele não seja suficientemente poderoso para imprimir a abstração total ao espaço, diluindo todas as diferenças encontradas.

Nos países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia – nos termos de Otávio Velho (1976), conhecedores de um “capitalismo autoritário”, com herança direta de sistemas de repressão da força de trabalho³⁰ – o papel interpretado pelo Estado surge com vigor ainda maior e, possivelmente, as precariedades vividas pelas camadas excluídas da marcha rumo ao eldorado também. Com certa semelhança à fase de acumulação primitiva enfrentada pelas economias capitalistas competitivas clássicas, esses países foram impulsionados, pelas próprias economias que se lançaram à frente e assumiram posição de liderança no sistema internacional, a se modernizarem, deixando no passado o “atraso” que viviam. Sem uma classe econômica capaz de conduzir essa transformação, o Estado foi forçado a assumir o controle das mudanças (Velho, 1976).

³⁰ Segundo Velho (1976), todo caso de desenvolvimento do capitalismo é único, uma vez que se trata de uma combinação particular – e que possivelmente não se repetirá – de alguns elementos básicos, ou seja, a corporificação de uma série matemática que não conhece limites. Para além do modelo usual – no qual a burguesia emerge do interior de uma sociedade feudal, rompe com o antigo regime e encabeça uma revolução política que permite seu domínio –, há uma multiplicidade de nuances desviantes, que podem ser agrupadas sob uma versão que o autor chama de “capitalismo autoritário”. Essa proposição não pretende concluir que, no capitalismo burguês clássico, o Estado fosse passivo, mas que ele era órgão executivo de uma classe economicamente dominante e hegemônica, o que não ocorre nos países em que o autoritarismo predomina ou na tendência autoritária apresentada pelo capitalismo monopolista mais contemporâneo.

No Brasil, inúmeros são os exemplos da ação do Estado com o objetivo de dirigir o país para o progresso desejado e formulado pela ideologia oficial. No caso da Amazônia, em especial, eles são particularmente marcados pela tentativa de expansão da racionalidade hegemônica à região. Como argumenta Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008), esse processo se intensificou a partir da década de 1770 – quando a política pombalina e as reformas por ela realizadas ganharam maior volume –, mas avançou pelos anos seguintes, alcançando o século XX. Estão nesse bojo a criação de departamentos, autarquias e outros órgãos vinculados ao governo que promoveram concessões de terras públicas, buscaram explorar os recursos minerais da região e procuraram preencher o suposto “vazio demográfico”. Tudo isso revela “[...] uma monotonia deste discurso que enfatiza o ‘racional’ aplicado a objetos singulares e a realidades localizadas” (Almeida, 2008, p.29, grifo do autor).

O século XX viu predominar a intenção de “ocupação racional” da Amazônia em oposição à instabilidade econômica atribuída aos seringueiros e ribeirinhos locais. Esse povoamento da região deveria, conforme os discursos oficiais, converter os povos amazônicos à sedentarização, única alternativa para se alcançar o progresso. Isso porque “todos os produtores diretos extrativistas são interpretados como desenvolvendo atividades produtivas itinerantes, cuja pré-condição para se tornarem ‘racionais’ passaria pela fixação” (Almeida, 2008, p. 34, grifo do autor). A ação do Estado serviria, assim, para reverter a “degradação” a que tinha sido acometida a Amazônia e que, de acordo com os órgãos planejadores, teria sido provocada pelo próprio “[...] ‘conhecimento selvagem’ que não pode competir com a racionalidade das potências europeias e das grandes empresas [...]” (Almeida, 2008, p. 70, grifo do autor).

Durante o período que vai de 1964 até 1985, e que compreende o regime militar, esse esquema foi particularmente usado para explicar e justificar a ação do Estado na Amazônia, como destaca Almeida (2008, p. 70, grifos do autor), momento no qual

[...] se acentua o discurso da “integração” ou da incorporação dos mais “selvagens” e “primitivos” aos supostos benefícios da industrialização e quando se define que o “extrativismo morreu”, facilitando as transações comerciais de venda de seringais, castanhais e babaçuais no mercado de terras para projetos agropecuários e de *commodities* minerais e agrícolas, que usufruem de incentivos fiscais e creditícios [...]. Sob este viés autoritário todas as categorias sociais devem convergir para “colonos”, de acordo com os planejadores, enquanto que os chamados “posseiros”, recentes ou antigos devem ter disciplinada sua forma de exploração com um uso dos recursos cada vez mais aproximado do modelo de um campesinato de base parcelar. Decreta-se arbitrariamente o “fim do caboclo” e das formas de uso comum de florestas, campinas, beiras e igarapés, lagos e rios, ou seja, das chamadas “terras firmes” e das “várzeas.” Mesmo os conflitos sociais pela terra, agravados a partir de 1969, que abalam toda a Amazônia, não logram uma mudança nos traços essenciais desta ação.

Nesse bojo, um caso emblemático do que Velho (1976) chamou de “capitalismo autoritário” é a política nacional adotada ainda no início da década de 1970 para a Amazônia, o Programa de Integração Nacional (PIN). A partir do estímulo à migração, a região deveria ser ocupada por meio da colonização agrícola baseada em pequenos lotes de terra. As *plantations* do Nordeste – o sistema repressor da mão de obra que imperava àquela época – deveriam fornecer a força de trabalho necessária para a efetivação desse processo. Não por acaso, a reação das elites nordestinas foi contrária às decisões do governo federal. Segundo elas, o PIN não só levaria a um esvaziamento populacional, como também ao desvio de recursos antes canalizados para a região. Mas, além

disso, como observa Velho, por trás da fala da elite estava o fato de que o Programa poderia por fim ao sistema de repressão da força de trabalho conduzido até então por seus latifúndios, principal empecilho para o surgimento de um campesinato livre de massas.

Nesse caso, a ocupação da fronteira, materializada nas terras do oeste brasileiro, foi a solução encontrada pelo governo nacional frente a uma série de questões que se impunham àquele momento. Entre os anos 1969 e 1970, o Nordeste havia sido assolado por uma grande seca e o anúncio da construção da Rodovia Transamazônica, em março deste mesmo ano, e a divulgação do PIN, logo em seguida, indicavam as primeiras iniciativas para ultrapassar os limites geográficos da região a partir de uma política de abordagem regionalista, baseada nas diretrizes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mas o incentivo à migração, a fim de atenuar a fome e o desemprego em massa, respondia ainda a propostas internacionais para o território brasileiro. “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra”, as famosas expressões que acompanhavam o Programa, já colocavam às claras a tentativa de incorporação definitiva da Amazônia – a última das fronteiras – ao restante do Brasil, bem como os meios usados para esse fim.

No final da década de 1960, um projeto apresentado pelo Instituto Hudson de Nova York e apoiado por Roberto Campos, embaixador do Brasil nos Estados Unidos à época, propunha a criação de um grande complexo lacustre na Amazônia. A construção dos Grandes Lagos, segundo o estudo, era o melhor instrumento para viabilizar a conexão entre os principais centros industriais e os produtores de matérias-primas, além de permitir a ampliação do potencial hidrelétrico do país. A Bacia Amazônica deveria ser usada para a criação de

canais fluviais que permitiriam a comunicação entre Belém, Manaus e várias outras cidades da América Andina, chegando até Buenos Aires. Uma barragem represaria o Rio Amazonas a uma altura média de 30 metros acima do nível de suas águas, inundando cerca de 400 mil quilômetros quadrados e fazendo submergir muitos de seus afluentes, além de cidades e vilas inteiras localizadas na região (Queiroz, 2011).

A resposta brasileira à proposta vinda dos Estados Unidos, como é possível apreender em Velho (1976), foi a expressão da lógica capitalista autoritária, na qual o Estado define as diretrizes de ação. Em oposição ao controle de natalidade para conter o aumento da população nordestina – medida defendida por Roberto Campos –, o governo brasileiro oferecia a migração de mais de 100 mil famílias às novas terras do oeste. Contra a inundação da Amazônia e a transformação da bacia em um grande canal, foi concebida uma rodovia que a cortasse, fazendo com que os modelos de ocupação do Sudeste chegassem até a região. Resgatada por Velho, a fala do então ministro da Fazenda, Delfim Neto, sintetiza, como bem lembra o autor, as decisões desse autoritarismo nacional: avançar sobre a fronteira representava conquistar um novo país a partir do seu próprio capital, ou seja, a abundância de terras e o excedente populacional, que, em vez de serem destruídos deveriam se associar em favor do desenvolvimento econômico. Mas, em certa medida, o fato é que podemos considerar que a resposta brasileira não deixa de ser também uma reação do capitalismo autoritário nativo da periferia a outra ordem de autoritarismo exógeno.

Da ação do Estado nesse período ditatorial foi que resultou a singularidade da fronteira na Amazônia. De acordo com Francisco de Assis Costa (2012a), essa manipulação dos fluxos migratórios descrita acima teve como objetivo acalmar

as tensões em pontos de colonização antiga, mas não foi capaz de encobrir o projeto de modernização da agricultura empreendido pelo governo federal e cuja base desfavorecia o assentamento dos pequenos produtores. Com isso, a configuração da fronteira a partir de meados dos anos 1960 na Amazônia nega, em parte, o processo de expansão das frentes agrícolas que vinha ocorrendo desde os anos 20 e 30 em São Paulo e Minas Gerais e que, em pouco tempo, havia avançado sobre Paraná, Goiás e Mato Grosso. Se nesses outros pontos a produção familiar era seguida de fazendas que se apropriavam da terra “amansada” somente décadas depois da instalação dos primeiros grupos de agricultores, em praticamente toda a área de colonização da Amazônia sujeitos de origens e posições sociais distintas disputaram o mesmo espaço quase que simultaneamente. Isso significa que – dentro daquela estrutura apresentada no capítulo anterior e que tomamos aqui de José de Souza Martins (1997) para a compreensão das temporalidades da fronteira – a frente pioneira, na Amazônia, foi concomitantemente composta por pequenos produtores rurais, grandes fazendeiros, empresas agrícolas diversas, entre outros.

Como destaca Costa, a convivência desses sujeitos distintos não representava, contudo, a tentativa de o Estado promover a interdependência saudável no interior da cadeia produtiva, o que era posto em evidência pela distribuição desigual de recursos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e os demais órgãos atuantes na região. A política de incentivos fiscais e de distribuição de terras fez com que a fronteira deixasse de ser mais que uma alternativa ao excedente populacional em busca de um lote agrícola capaz de contribuir para o abastecimento dos centros urbanos em expansão. A fronteira tornou-se uma possibilidade à acumulação do capital promovida pelas grandes empresas. Assim, “a evolução da intervenção estratégica do Estado na fronteira

agrícola amazônica demonstra claramente a preferência pelas empresas capitalistas. Mais ainda: pelas maiores entre estas” (Costa, 2012a, p. 185).

Essa singularidade da fronteira na Amazônia da segunda metade do século XX, em certa medida, tinha também como objetivo combater as singularidades da região, que já haviam provocado embaraços ao grande capital. Em 1927, em uma área de um milhão de hectares concedida pelo governo do Pará na região do Rio Tapajós, a Ford Motor Company instalava a Companhia Ford Industrial do Brasil. Líder da indústria mundial, a empresa norte-americana pretendia desenvolver o plantio de seringueiras para a extração do látex e produção da borracha usada na fabricação de componentes automobilísticos. No entanto, não teve êxito. Extinta em 1945, todo o patrimônio – inclusive os centros urbanos de Fordlândia e Belterra implantados pela filial da indústria norte-americana – foram repassados para o Estado³¹. O motivo do insucesso da instalação da Ford em terras amazônicas, segundo Costa (2012b), teria sido mais que a inabilidade técnica da empresa para atuar em uma região tropical. O fracasso do empreendimento havia sido dado pelos conflitos decorrentes das relações sociais de produção envolvendo as necessidades e expectativas do capital industrial diante da realidade local, dominada pelo capital mercantil, o extrativismo combinado a uma pequena agricultura para o autoabastecimento e, principalmente, o baixíssimo controle da posse da terra.

³¹ As pioneiras Fordlândia e Belterra são exemplos clássicos da instabilidade da fronteira, onde cidades instaladas pelo grande capital a partir de investimentos vultuosos foram posteriormente desativadas, sendo a infraestrutura incorporadas à rede urbana local ou mesmo abandonada. A elas se juntaram posteriormente outras *company towns* que também não alcançaram o sucesso almejado pelos seus idealizadores, como a Vila Serra do Navio e a Vila Amazonas, ambas no Amapá, e a Vila dos Cabanos, no Pará. Para um levantamento histórico detalhado da implantação da Ford no Brasil dos anos 1920, além de Costa (2012b), conferir Grandin (2010), onde é possível ter acesso a relatos do cotidiano da *company town* instalada no Pará.

Além disso, as terras concedidas à Ford não estavam em um “vazio demográfico” como se imaginava. Sua área de atuação estava superposta a terrenos ocupados por pequenos produtores assentados na região há algum tempo. Muitos dos que chegaram após a instalação da companhia norte-americana, também não se vincularam a ela. Com os títulos expedidos pelo Estado, a Ford tentava contestar os direitos de uso da terra, o que pouco aliviava as dificuldades enfrentadas na estruturação da empresa. A expulsão dos que estavam assentados nas terras não eliminava a produção familiar independente, que poderia se deslocar à procura de novas terras na vastidão da Amazônia. Ou seja, a singularidade do modo de ocupação da região não permitia à Ford constituir uma mão de obra livre e expropriada dos meios de produção, que se tornaria o conjunto de trabalhadores dependentes do salário pago pela companhia. Assim, a Ford não conseguiu formar o mercado de trabalho necessário para o sustento das atividades da empresa e o pouco contingente que canalizou para as tarefas desempenhadas por ela foi logo seduzido pelas mesmas características que levaram a companhia capitalista até aquele lugar: “a abundância de terras livres na Amazônia tolhia a formação desse mercado” (Costa, 2012b, p. 103).

Apesar dos esforços do Estado em “racionalizar” a ocupação da Amazônia, as heranças deixadas pela economia de base extrativista nunca conseguiram ser apagadas. Ao contrário, a extensão de uma outra racionalidade econômica somente fez agravar os conflitos. Nesse domínio, por exemplo, a localização das árvores das quais se extraía castanha e látex predominava sobre a lógica do lote demarcado com rigor e requerido pelo aparato legal. Em um território dominado pela extração em áreas de amplas extensões, muito pouco importava o número de hectares que uma determinada unidade de exploração detinha. E

essa tradição de uso da terra, ou ainda, da floresta, já havia inclusive deixado marcas que embaralharam as tentativas de regularização também no caso dos latifundiários da castanha. Em Marabá, área de grandes castanhais no sudeste do Pará, foram concedidos pelo governo estadual aforamentos de extensas faixas de terra, o que acabou por conferir certo caráter legal – ou pelo menos suposto direito de propriedade – à posse dada pela extração de produtos florestais em grande escala (Schmink; Wood, 2012).

O aforamento – caracterizado pela manutenção do Estado como proprietário e a concessão do direito de uso aos foreiros –, em lugar de dirimir os embates, fez com que, entre os anos 1970 e 80, houvesse um recrudescimento das lutas entre as elites “donas” dos castanhais e posseiros³², em geral, trabalhadores sem-terra não integrados às relações de subordinação da oligarquia local. Segundo Marília Emmi (1999), os latifundiários foram hábeis em alegar a existência de uma quadrilha de ladrões de castanha organizada para invadir as áreas por eles exploradas, a fim de escamotear a violência com a qual eram tratados os posseiros e, principalmente, o verdadeiro motivo pelo qual os conflitos ocorriam: a terra.

É assim que a concentração da propriedade de terras e as estratégias para sua manutenção e ampliação ganham características peculiares diante da instabilidade própria à fronteira. O caso do estado do Pará mostra como algumas situações obscuras sobrevivem acima dos limites da lei e outras muito particulares sequer chegam a ser alcançadas pelo que determinam as legislações

³² Segundo José de Souza Martins (1993, p. 104) o posseiro não é um invasor da propriedade de outros, pois “invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse”. O posseiro é o lavrador pobre, sem titulação de propriedade sobre a terra, que se sustenta do trabalho familiar e vende os excedentes no mercado para poder comprar aquilo que não produz.

específicas sobre a terra. A regularização fundiária na região é uma tarefa que desafia sucessivos governos até os dias atuais. Transações mal documentadas, legalmente suspeitas e com títulos falsificados que simulam concessões datadas desde o século XIX se amontoaram numa desordem de difícil solução mesmo após a criação de órgãos dedicados especificamente ao tema, como o Instituto de Terras do Pará (Iterpa)³³, de 1975, acusado de favorecer os grandes proprietários e ter pouco poder de ação para controlar a violência contra os camponeses (Bunker, 2007). Como destacam Marianne Schmink e Charles Wood (2012, p. 111), em pesquisa realizada nesse período,

[...] as pessoas usavam uma analogia da arquitetura para descrever a desordem que se alastrou por todo processo de obtenção de títulos de terras. As reivindicações mais antigas, que datavam da época do Brasil colonial, eram conhecidas como “primeiro andar”. Sobre o primeiro andar foram sobrepostos andares adicionais de reivindicações concorrentes, cada uma com suas respectivas elaborações legais. [...] Eram comuns propriedades que tinham de sete até dez “andares”.

Os conflitos permaneceram (e permanecem) como sinalizadores da situação de fronteira. São disputas envolvendo grilagens de terras ocupadas por populações indígenas, lutas entre grandes proprietários e pequenos agricultores e uma diversidade de tantos outros casos de massacres acumulados no tempo o que melhor expressam esses desencontros. A história de Chico Mendes, morto por

³³ Autarquia estadual ainda em atividade e responsável por executar a política fundiária do Pará, o Iterpa substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura. Sua criação teve como objetivo promover a regularização das propriedades diante dos impactos trazidos pelo incentivo à migração nos anos 1970, considerada como principal indutora do aumento de emissão de títulos falsos e conflitos relacionados à terra. A criação de um Instituto específico para o tema também pode ser interpretada como uma reação à forte intervenção federal no Pará à época. Em 1971, o Decreto Lei 1.164 – revogado em 1987, mas ainda hoje repercutindo sobre a situação fundiária de muitos municípios – incluía entre os bens da União grande área de terras devolutas localizadas na Amazônia Legal, o que no estado do Pará representou cerca de 70% do território (Brasil, 1971). De certo modo devido a esse impasse, sua atuação é marcada por divergências com órgãos federais, como o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat), criado em 1980 e extinto em 1987.

pecuaristas em 1988, dá corpo a parte desses imbróglios característicos das fronteiras contestadas. Filho de pais nordestinos que migraram para a Amazônia, ele começou a trabalhar nos seringais aos 11 anos de idade e foi um dos defensores de uma proposta de reforma agrária que respeitasse as especificidades dos contextos sociais e culturais, uma vez que os projetos de colonização organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)³⁴ não eram compatíveis com a prática dos seringais. O seringueiro estava acostumado a usar uma pequena porção de terra, a “colocação”, onde ficava sua casa, podia cultivar roças, criar animais para consumo próprio e a partir da qual eram abertas “estradas de seringa” no meio da floresta. Contudo, como mostra Porto-Gonçalves (2009) o lote oferecido, de 50 ou 100 hectares, o transformava em colono e confinava sua atividade à agropecuária. Foi a partir dessa incompatibilidade, que Chico Mendes contribuiu para o desenvolvimento de uma proposta de criação de Reservas Extrativistas³⁵ junto ao Conselho Nacional dos Seringueiros, fundado por ele em 1985.

³⁴ Criado em 1970, no marco das disputas por terras na fronteira amazônica, o Incra é uma autarquia federal com objetivo de realizar a reforma agrária, administrar as terras públicas da União e manter o cadastro de imóveis rurais. No momento de sua criação, o Incra absorveu as atribuições dos extintos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inda), ambos surgidos em 1964, em substituição à Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e no mesmo ano de aprovação do Estatuto da Terra (Incra, 2014).

³⁵ Atualmente, a Reserva Extrativista é uma das 12 categorias de Unidades de Conservação (UCs) previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Sistema define cinco modalidades de UCs de Proteção Integral, ou seja, aquelas em que é apenas admitido o uso indireto de seus recursos naturais por meio de pesquisa científica e educação, principalmente. São elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já as UCs enquadradas na categoria Uso Sustentável pretendem compatibilizar a preservação da natureza com o uso de parcela dos recursos naturais existentes na área. São consideradas UCs de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Em ambos os casos a posse da terra pode ser pública ou privada, sendo compatível ou não com a presença de moradores. Na Reserva Extrativista, é permitida a moradia de populações extrativistas tradicionais, a posse da terra é pública com concessão de uso regulada por contrato, sendo desapropriadas as áreas particulares incluídas em seus limites.

A vida e o assassinato do seringueiro acreano, líder de um dos mais importantes episódios de combate ao desmatamento que afrontava o modo de vida das populações tradicionais, contribuíram para dar visibilidade à existência dos muitos *outros* naquilo que era tomado como um grande “vazio demográfico”. Entretanto, a vitória de minorias num país marcado pelo latifúndio não exclui a permanência de desentendimentos, chegando até mesmo a deflagrar novos desencontros. A criação de outras modalidades de Unidades de Conservação (UCs), em especial as de Proteção Integral, e a demarcação de Terras Indígenas, principalmente a partir dos anos 1990, não deixam de ser demonstrações de como a terra permaneceu como objeto de disputas desde as primeiras frentes que se dispersaram da costa atlântica. Mesmo sendo parte de um único conjunto de áreas protegidas, objeto de plano estratégico federal instituído em 2006, a sobreposição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação indicam uma política ainda desarticulada. Coordenada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a demarcação de Terras Indígenas necessariamente implica usufruto dos recursos naturais existentes no território pela população, o que entra em choque com os programas de proteção total de algumas Unidades. Junta-se a isso o fato de que é facultado a criação de Unidades de Conservação estaduais e municipais conforme demandas regionais não atendidas pela legislação federal. Isso faz com que seja uma realidade a própria sobreposição de Terras Indígenas e UCs distintas, como mostra Ricardo (2004).

3.4 A fronteira em duas cenas recentes do Sudeste Paraense

O sudeste do Pará foi um dos pontos retardatários da economia da borracha, se comparado a outras porções da Amazônia onde a produção do látex se estendia e permitia o surgimento de povoados e cidades há algum tempo. Embora a extração nos seringais da região ocorresse desde meados do XIX, apenas no final desse século foram fundadas as primeiras nucleações às margens do médio Tocantins e ao longo dos rios Araguaia e Xingu. Nesse conjunto, Marabá logo assumiu posição de liderança pelo grande volume produzido e também por sua localização estratégica na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins. Por este rio, a cidade se conectava a Belém, transportando a borracha coletada e defumada na viagem de ida à capital e retornando com os bens de consumo destinados aos seringueiros e caucheiros ali estabelecidos (Schmink; Wood, 2012).

Apesar dessa condição de relativo atraso diante das demais porções da Amazônia, essa foi uma das regiões que, a partir dos anos 1970, passou a sofrer com mais intensidade as consequências dos programas federais que buscavam dar como definitiva a incorporação do Norte ao restante do Brasil. Faz parte desse bojo o já citado Plano de Integração Nacional, elaborado pelo governo Médici e que, além da abertura de estradas, previa a implantação de projetos que incorporassem a população da Amazônia à economia de mercado³⁶. Também está nesse conjunto de investimentos que atingiram fortemente a região, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), uma estratégia centrada no conceito de polos setoriais de desenvolvimento, posta em prática a partir de 1974 (Becker, 2004).

³⁶ Estão nesse marco a abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como os assentamentos do Incra às margens desses dois eixos viários.

Esse afluxo de recursos e pessoas para a região fez com que rapidamente o padrão ribeirinho de ocupação – que havia predominado entre as cidades, vilas e povoados da Amazônia brasileira até meados do século XX e tinha os rios como principal vetor de circulação e organização da rede urbana – passasse a conviver de perto com as nucleações que se formavam ao longo das estradas. A própria Marabá – pioneira entre as cidades de origem ribeirinha no Sudeste Paraense – viu-se cortada pelas rodovias que começavam a se multiplicar a partir dos anos 1970 e que induziram a formação de nucleações urbanas no interior dos vastos municípios amazônicos, muitas delas desmembradas posteriormente em novas municipalidades. Assim, entre os rios e as novas estradas da região foi que surgiram as formas e conteúdos urbanos distintos que hoje caracterizam o Sudeste Paraense e que, embora possam parecer díspares em um primeiro momento, guardam consigo a marca da fronteira e permitem entender essa porção da Amazônia a partir desse paradigma.

Em específico, o Sudeste Paraense teve três ações determinantes para a sua reestruturação espacial: a criação dos Centros de Desenvolvimento Regionais (Cederes) pelo Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat), o Projeto de Colonização Tucumã e o Projeto de Ferro Carajás. Esses projetos induziram a formação de novas cidades às margens das rodovias, numa intensa subdivisão de municípios a partir do final da década de 1980. Foi nesse período, por exemplo, que São Félix do Xingu – uma antiga vila ribeirinha, que se emancipou de Altamira em 1961 – deu origem a Tucumã e Ourilândia do Norte, duas nucleações gêmeas que se formaram da população atraída pela colonização particular da Andrade Gutierrez e dos migrantes excluídos que não tinham recursos para comprar os lotes, respectivamente. Nos anos 2000,

Ourilândia sofreu subdivisão, criando os municípios de Cumaru do Norte e Bannach. Foi também na década de 1980 que Parauapebas começou a se formar, a partir do encontro do projeto de mineração da Vale e o assentamento de famílias em lotes rurais pelo Getat. Parauapebas desmembrou-se de Marabá e transformou-se em município em 1989 e, nos anos 1990, deu origem a Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás, sendo este também um antigo assentamento agrícola (Figura 4).

Esses dois municípios – São Félix do Xingu e Parauapebas – trazem bons exemplos dos dois modelos amazônicos de ocupação do território, apresentando similaridades e diferenças quanto a suas formas e conteúdos urbanos. O fim da linha para quem chega ao sudeste do Pará é o que marca tanto a cidade de São Félix quanto a de Parauapebas. Esta é a última parada da Rodovia PA-275. Aquela é o ponto final da PA-279 (Figura 5). Fora essa condição de lugar extremo para aqueles que chegam à região, São Félix e Parauapebas ainda têm em comum o fato de estarem à margem de grandes áreas de preservação. São municípios extensos – com destaque para São Félix, com 84.213 quilômetros quadrados, enquanto Parauapebas tem 6.886 quilômetros quadrados – e, em ambos os casos, cerca de 80% de seus territórios são ocupados por áreas protegidas, entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Apesar dessas semelhanças, o processo de formação de São Félix do Xingu e Parauapebas – o que os transforma nesses dois modelos de urbano na Amazônia – é responsável por algumas diferenças significativas entre eles. Como algumas outras cidades da região, Parauapebas se formou em um curto espaço de tempo. Entre as primeiras ocupações e a emancipação do município

se passaram menos de 10 anos. Alvo de investimentos pesados no setor de extração mineral, a cidade cresceu de forma também acelerada. O Censo de 2010 registrou 153.908 moradores, enquanto em São Félix, que começou a se formar ainda nos primeiros anos do século XX, foram registrados 91.340 habitantes (IBGE, 2010). A origem ribeirinha de São Félix do Xingu e a formação de Parauapebas a partir de um grande projeto de mineração constituíram, desse modo, trajetórias distintas, como veremos a seguir nessas duas cenas da fronteira.

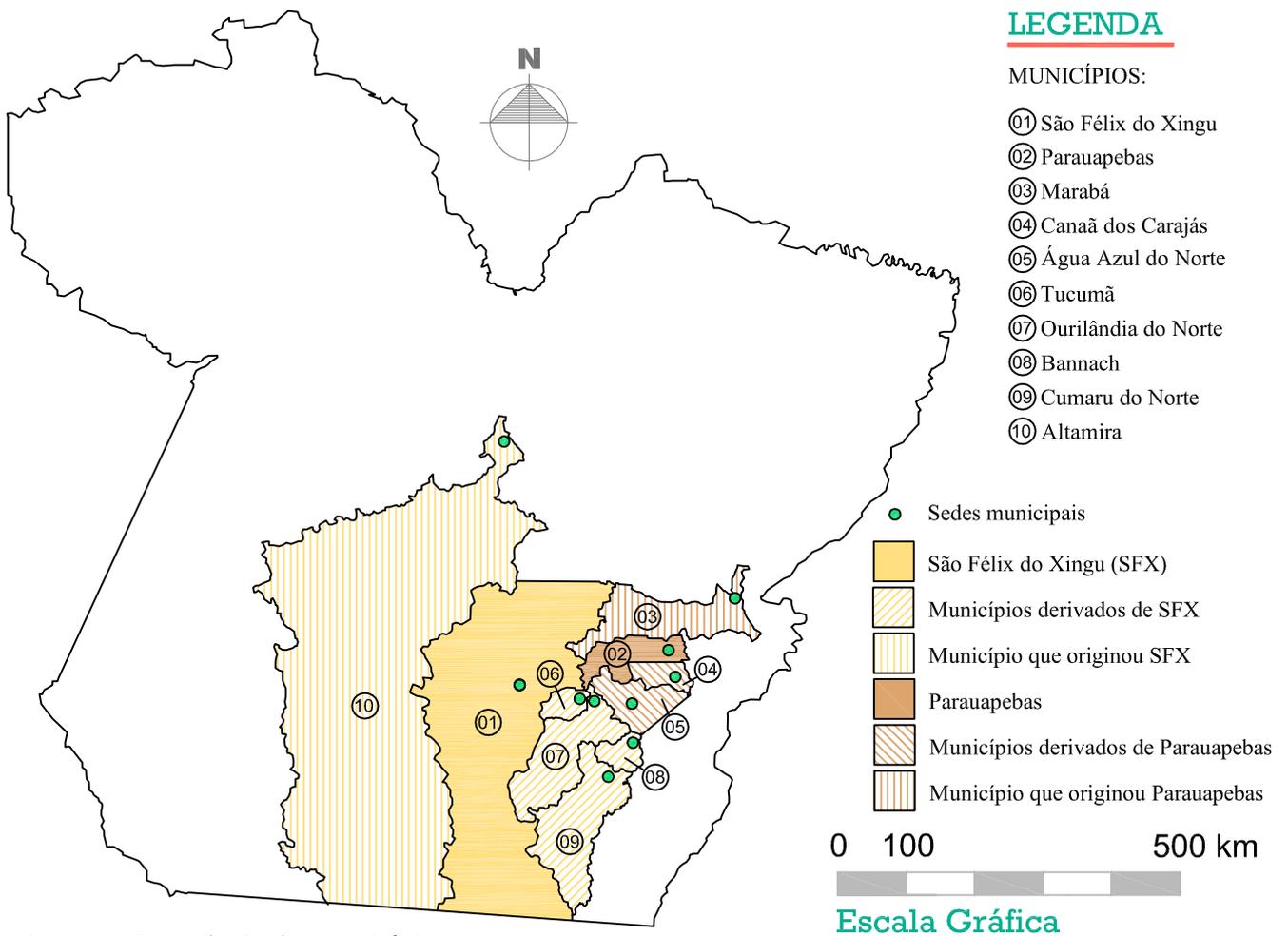


Figura 4 - Genealogia dos municípios

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2015.

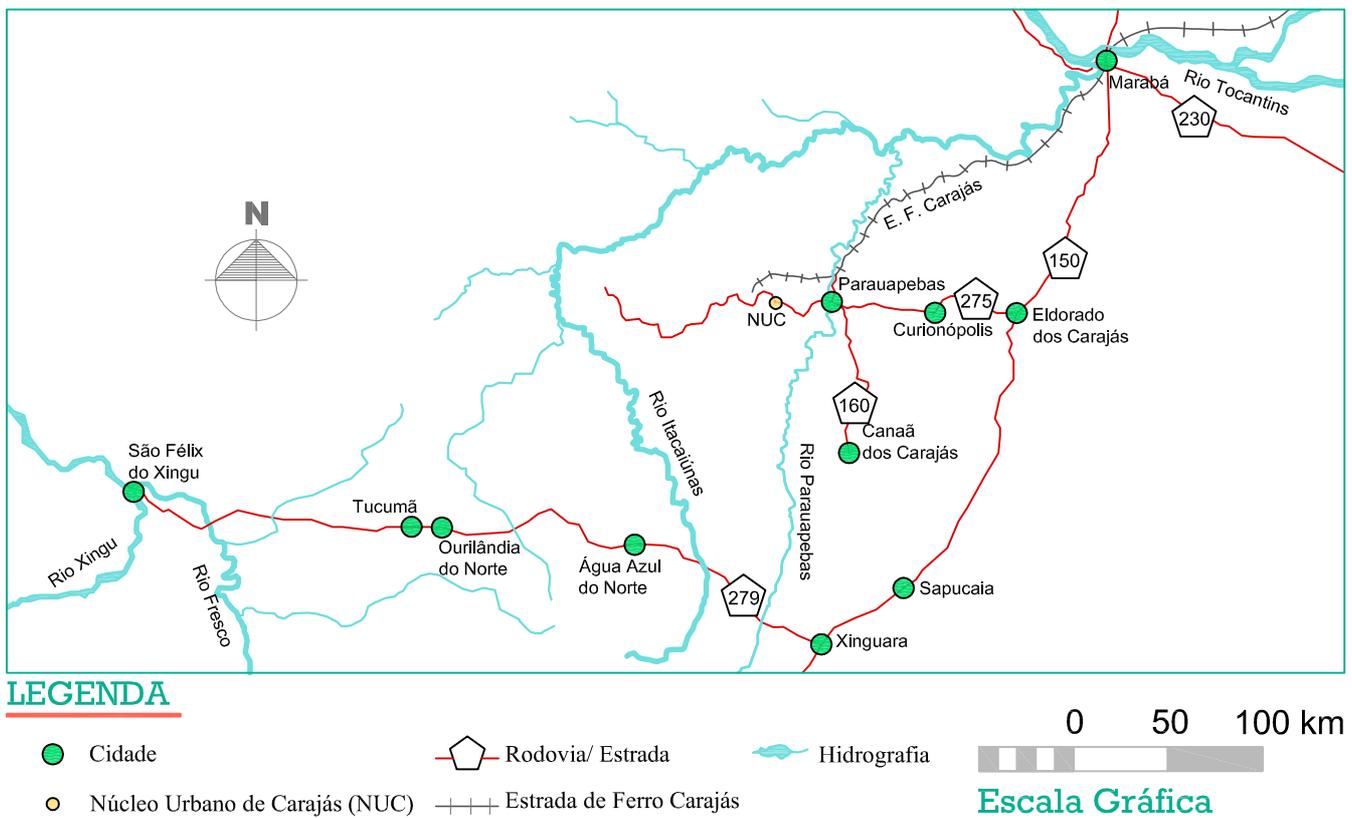


Figura 5 - São Félix e Parauapebas, principais articulações

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2015.

3.4.1 Parauapebas: a cidade da empresa

A fronteira entre a cidade pública e a cidade privada é o que marca Parauapebas desde o início da década de 1980, quando se intensificou o processo de ocupação da região motivado pela criação do Programa Grande Carajás. Um dos pontos centrais do Programa era o Projeto Ferro Carajás, de responsabilidade da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale³⁷ –, que viabilizaria a exploração das jazidas minerais mapeadas pela United States Steel Company nos anos 1960. A mineração em uma área desprovida de infraestrutura fez com que a empresa investisse na criação de um complexo de mina integrado a instalações auxiliares e rede de escoamento. No contexto da crise econômica vivido pelo país, a implantação do Sistema Norte de extração mineral alterou os rumos da CVRD, já que o potencial de Carajás e a qualidade do seu minério eram superiores aos das minas do Sudeste, onde a atuação da empresa se restringia até o momento. Orçado em US\$ 930 milhões, o Projeto tinha a expectativa de produzir 12 milhões de toneladas de minério de ferro por ano a partir de 1979, atingindo 50 milhões de toneladas anuais até 1985 (Vale, 2012).

Se as novas minas redefiniram os investimentos da empresa, estes acabaram por reorientar a produção do espaço em Carajás, de forma extremamente dinâmica e antes mesmo de se concretizar o início das explorações. A

³⁷A decisão de alterar nome e identidade visual foi uma estratégia de marketing tomada em um contexto de internacionalização e posta em prática em 2007. A empresa, que àquela época já estava presente em 30 países, havia comprado a mineradora canadense Inco no ano anterior e passava a ser a segunda maior do mundo, ficando atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton. A nova imagem pretendida é explicada pela própria empresa: “o desenho trazia a letra ‘V’ estilizada e poderia representar tanto uma cava de mina quanto um coração. A fácil leitura visual reforçava a imagem da Vale como empresa global. Era o fim das diferentes marcas e imagens para suas diversas áreas. A Vale – moderna e plural – era única” (Vale, 2012, p. 45, grifo do autor).

construção de uma ferrovia para o escoamento da produção foi autorizada pelo governo federal nos anos 1970, mas as obras só foram concluídas e a Estrada de Ferro Carajás (EFC) inaugurada em 1985. Antes disso, a companhia já havia dado início à construção de dois conjuntos habitacionais, um no alto da Serra de Carajás e outro às margens do Rio Parauapebas. O primeiro, o Núcleo Urbano de Carajás (NUC), atenderia aos funcionários ligados à extração mineral. O segundo, que deu origem à sede do município de Parauapebas, tinha o objetivo de alojar a mão de obra inicial necessária à construção da EFC e conter a população migrante, dando suporte ao processo de ocupação que se iniciava. Os dois projetos de urbanização foram realizados por empresa contratada pela mineradora, mas o controle mantido até os dias atuais no Núcleo de Carajás nunca foi uma realidade na cidade ao pé da Serra (Figuras 6 e 7).

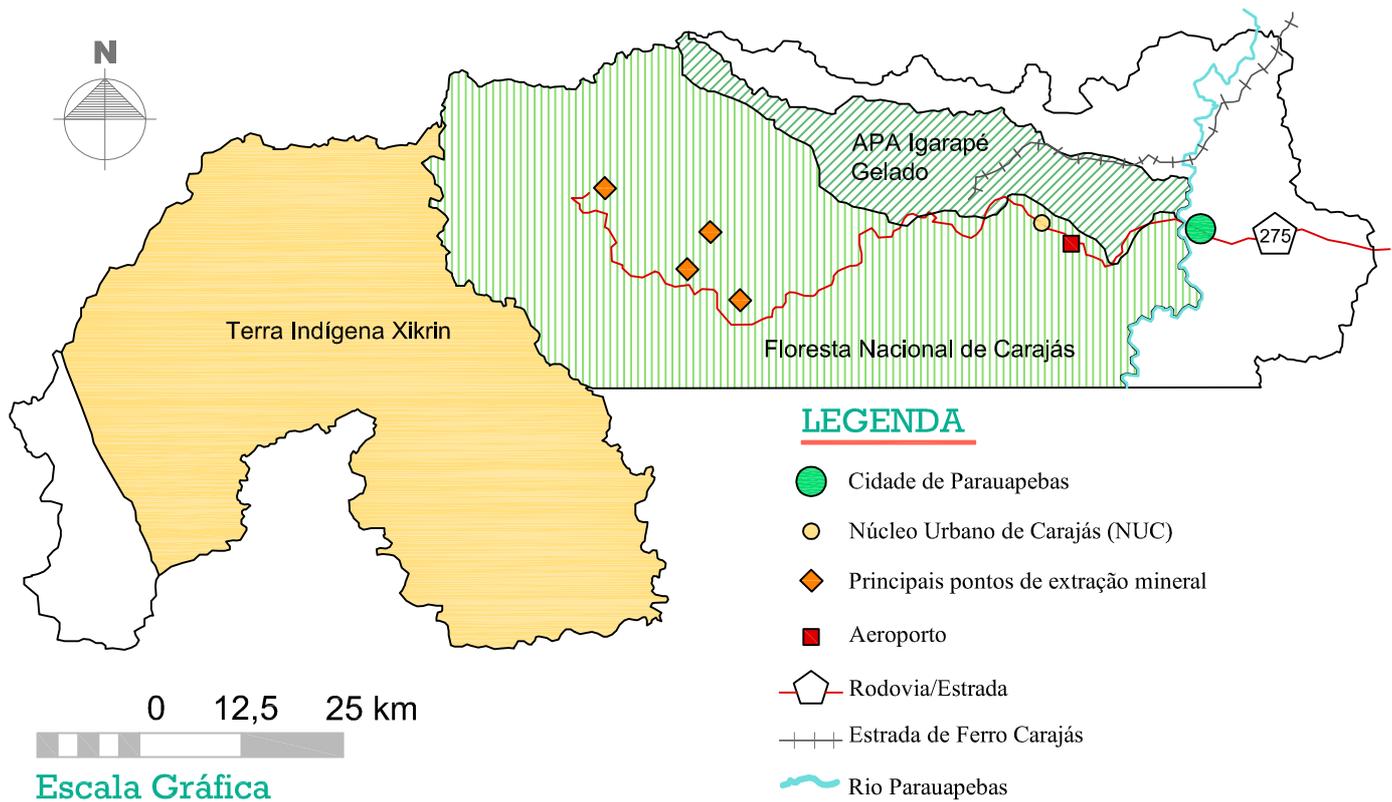


Figura 6 - Município de Parauapebas
 Fonte: Elaborado a partir de Parauapebas, 2006.

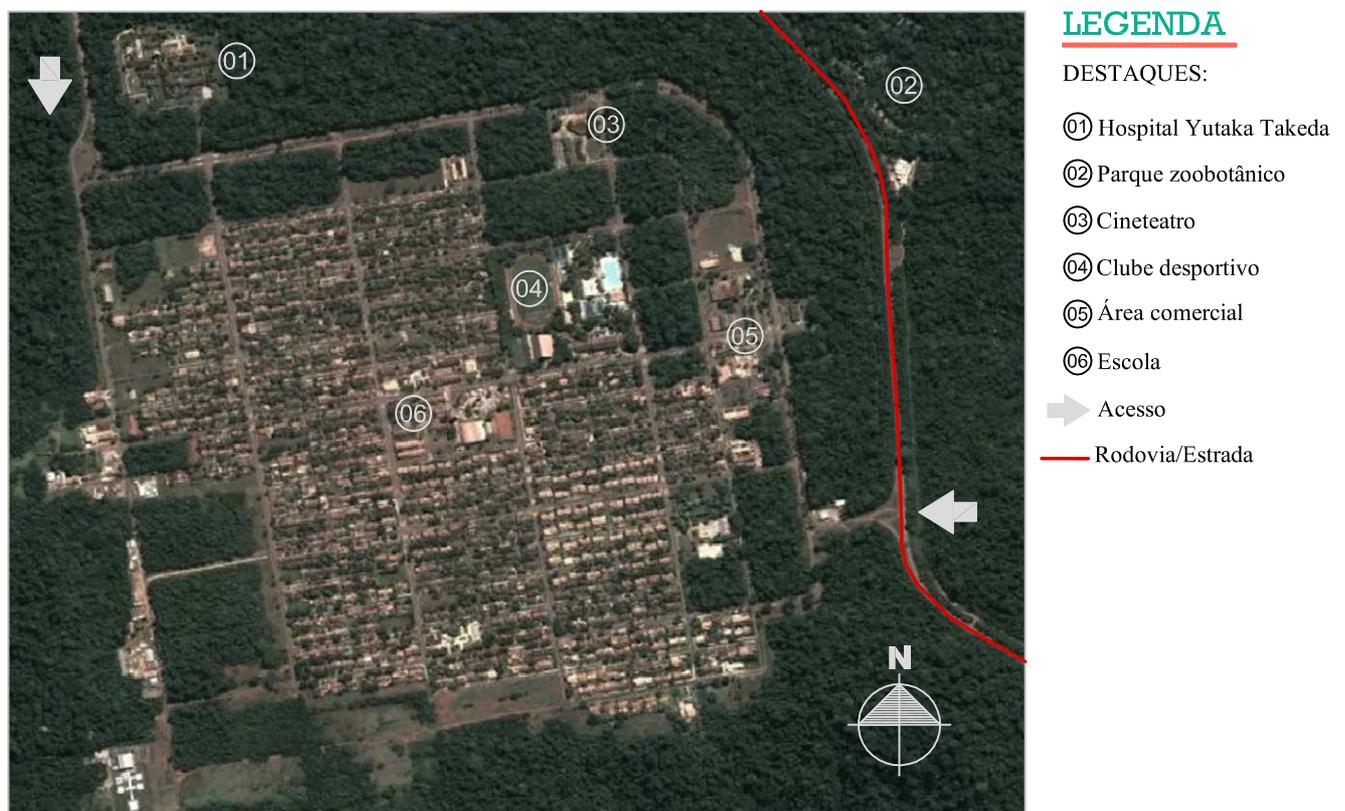


Figura 7 - Núcleo Urbano de Carajás, destaques
 Fonte: Elaborado a partir de GoogleEarth, 2015.

Localizado no interior da Floresta Nacional de Carajás (Flonaca), entre a cidade de Parauapebas e a mina, o NUC foi planejado para ser uma *company town* fechada, ou seja, com acesso restrito e fisicamente isolada. Para chegar até lá, é preciso passar por uma portaria que controla a entrada de visitantes, moradores e funcionários. A administração da Floresta de Carajás é feita pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) em parceria com a mineradora, mas a barreira de acesso é identificada por todos como a “portaria da Vale”. Em 2006, a Prefeitura Municipal de Parauapebas (PMP) firmou termo de cooperação com o ICMBio a fim de criar o Programa de Uso Público da Flonaca e facilitar a visita e o acesso a serviços disponíveis no Núcleo de Carajás. O Programa não eliminou o controle, mas tornou mais rápido o processo de identificação de quem entra na Floresta para visitar o parque zoológico mantido pela Vale ou ir ao aeroporto local – situado entre a portaria e o NUC. É curioso notar que o poder simbólico desse limite físico tem sido atualizado em protestos por grupos diversos, como sem-terras, indígenas e os próprios funcionários da Vale e terceirizadas, que tentam impedir parte das atividades da mineradora ao “fecharem” as “portas da floresta” durante as manifestações.

À época da implantação do Núcleo Urbano de Carajás foram construídas cerca de 500 casas provisórias e pré-fabricadas em madeira sobre uma das jazidas que seriam mineradas. Essas instalações no alto da Serra serviram para alojar alguns técnicos e uma grande quantidade de outros trabalhadores envolvidos na construção da *company town*. A localização sobre a jazida era proposital, pois forçava a remoção das unidades em médio prazo. Entretanto, esse conjunto de habitações provisórias funcionou como alojamento de funcionários solteiros da companhia e de empresas terceirizadas durante um bom tempo, sendo demolido somente na década de 1990. Em 1987, aproximadamente três mil

pessoas moravam nessas casas, muitas delas sem vínculo direto com a Vale, como conta Müller (1994, p. 133, grifos da autora); “a permanência destas é, de certa forma, uma concessão da companhia, que admite excepcionalmente a presença de ‘estranhos’ na serra. Os moradores desta vila estão *dentro* mas à margem do empreendimento, residem provisoriamente”.

Esse caráter provisório, no entanto, ainda é uma realidade na relação entre os atuais moradores e o Núcleo Urbano de Carajás, mesmo entre aqueles que são funcionários da Vale e residem nas unidades definitivas. Além do simples fato de que a casa somente será moradia do funcionário enquanto ele estiver vinculado à empresa, as restrições de uso são diversas. Em alguns casos, os próprios moradores se encarregam de fazer o policiamento, denunciando vizinhos que desrespeitam as normas estabelecidas pela companhia. A empresa tornou algumas posturas mais flexíveis no decorrer dos anos. Permitiu, por exemplo, que as fachadas – inicialmente todas pintadas de bege – ganhassem cores de acordo com a escolha dos moradores. Mas não existe a possibilidade de modificação das residências e isso é algo que incomoda boa parte dos habitantes que ocupam as pouco mais de 1,3 mil unidades divididas em cinco modelos básicos, que variam entre 79 e 280 metros quadrados (Figura 8).



Figura 8 - Núcleo Urbano de Carajás, tipos edificados
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.

O NUC é dotado de infraestrutura completa e a Vale é a responsável por toda manutenção. Como na maioria das *company towns*, os tipos de moradia e sua distribuição no espaço expressam o sistema hierárquico da companhia. Em Carajás, as casas de um mesmo tipo são agrupadas em setores, mas estes não determinam o desenho urbano. Ou seja, uma malha ortogonal pouco hierarquizada comporta os diferentes grupos de casas e o que torna visível a distinção entre setores é o tamanho dos lotes e das construções. As casas maiores, destinadas aos níveis funcionais mais elevados, são localizadas em setores mais afastados do centro comercial, a fim de garantir privacidade. As casas do corpo técnico menos especializado se localizam nas proximidades do conjunto de equipamentos de uso coletivo, onde estão supermercados, escolas, cineteatro e clube (Rodrigues, 2001).

Em contraste com este conjunto que permaneceu praticamente inalterado ao longo das últimas décadas, do outro lado da “portaria da Vale” a área planejada ao pé da Serra de Carajás sofreu mudanças profundas logo nos primeiros anos de ocupação. O povoado foi projetado para abrigar, inicialmente, cinco mil pessoas, com área de expansão prevista para um limite de dez mil habitantes. Era uma espécie de segunda cidade-empresa da mineradora, com maior número de funcionários terceirizados, já que a localidade mais próxima que poderia oferecer essa mão de obra era a sede municipal de Marabá, a aproximadamente 200 quilômetros. Para isso, uma parte do terreno de 400 hectares adquirido pela companhia foi urbanizada, recebendo arruamento, sistema de tratamento de esgoto, captação de água, além de casas, delegacia, cadeia e escola.

Entre os objetivos de criar essa segunda área residencial, estava a tentativa de conter o afluxo de mão de obra ocasionado pelas atividades da empresa em uma região que, àquela altura, já era dominada por conflitos em torno da extração mineral. A Vale vinha de uma experiência pregressa em que não havia conseguido exercer o direito de lavra em Serra Pelada, devido à instalação do garimpo em 1979. Esse mesmo garimpo já havia produzido também ocupações como a localizada à altura do quilômetro 30 da Rodovia PA-275, na atual cidade de Curionópolis – um centro comercial de abastecimento e prostituição que serviu de ponto de apoio aos garimpeiros e que, “devido à violência da época, [...] ficou conhecido como ‘30’ de dia e ‘38’ à noite, em referência aos conflitos que eram resolvidos com o revólver calibre 38” (Silva, 1996, p. 32, grifos do autor).

A instalação da guarita na entrada da Flonaca e a criação do conjunto residencial afastado da área de mineração – uma espécie de “povoado dique” – permitiu que a Vale mantivesse a operação de suas atividades no alto da Serra sem grandes transtornos. No entanto, a ocupação da região fora da Flonaca fugiu ao controle da companhia logo cedo. Nos primeiros anos da década de 1980, várias famílias foram assentadas nas suas proximidades pelo Getat em três Centros de Desenvolvimento Regional, o que impulsionou a chegada de um grande número de outros migrantes na esperança de conseguir um pedaço de terra. Além disso, muitos dos garimpeiros que não conseguiam entrar em Serra Pelada, vindos do quilômetro 30, avançavam sobre a rodovia, chegando à área da Vale.

A falta de acesso aos lotes urbanizados ou aos terrenos rurais levou à formação de uma terceira área urbana nas proximidades do conjunto projetado pela

mineradora, o Rio Verde (Figura 9). Marcado por um crescimento acelerado e isento de infraestrutura, o Rio Verde passou a servir à empresa como lugar de estoque de mão de obra e a seus funcionários como centro de comércio popular durante o dia e cabarés no período noturno. O Rio Verde passou a ser, assim, a currutela da área urbanizada pela Vale, o lugar onde os trabalhadores se divertiam e consumiam nas horas de folga. Rapidamente as duas áreas urbanas fora da Flonaca – o conjunto projetado pela Vale e a ocupação espontânea do Rio Verde – se transformaram em uma região conurbada, a partir de um processo intenso de ocupação de terras públicas e privadas. A luta pela emancipação foi iniciada logo em seguida e, no final dos anos 1980 foi criado o município de Parauapebas.

Essas duas áreas mais antigas são identificadas pela população como o atual centro de Pebas, apelido dado à cidade no cotidiano. O arruamento projetado pela Vale deu origem ao Bairro Cidade Nova, onde estão as principais atividades de comércio e serviço, como supermercados, lojas de eletroeletrônicos, agências bancárias, consultórios médicos, escritórios de advocacia e concessionárias de veículos. O Rio Verde também se transformou em um bairro comercial de referência, em especial, por conta da Avenida do Comércio, onde se concentram lojas mais populares (Figura 10). Outros bairros surgidos ao longo dos anos criaram centralidades comerciais de menor expressividade em algumas ruas, onde aparecem lojas de materiais de construção e pequenos mercados. Entretanto, assim como é usual em cidades de pequeno e médio porte, esses centros reúnem mais do que separam as diferenças. Não é raro encontrar lojas sofisticadas convivendo com pequenos armazéns. E essa é uma realidade mesmo no Bairro Cidade Nova, que entre os espaços tradicionais é o que apresenta alterações recentes mais significativas

no padrão construtivo das edificações e oferta de bens e serviços especializados em maior volume (Figura 11).

De igual modo, como é comum em cidades situadas às margens de estradas, essas centralidades se desenvolveram ao longo da via principal, no caso, a PA-275, que dentro do perímetro urbano também recebe o nome de Rua Liberdade, Rua E ou Rua F, dependendo do trecho. Nas adjacências da rodovia também foram criados os novos bairros e é ela quem conduz ao shopping da cidade, inaugurado em 2011³⁸. Nesse extremo oposto à portaria da Floresta, novos loteamentos foram lançados nos anos recentes e consumidos pela população em muito pouco tempo. É uma área que tende a se constituir como uma nova centralidade da cidade, mas certamente em outros moldes: a partir de um centro de compras privado, com a construção de empreendimentos de luxo ao redor, demarcação clara entre áreas comerciais e residenciais e alto potencial de segregação socioespacial (Figuras 12 e 13).

³⁸ Em 2014, o Grupo Partage, sediado em São Paulo, passou a administrar o shopping da cidade, alterando o nome do estabelecimento de Unique Shopping Parauapebas para Partage Shopping Parauapebas.

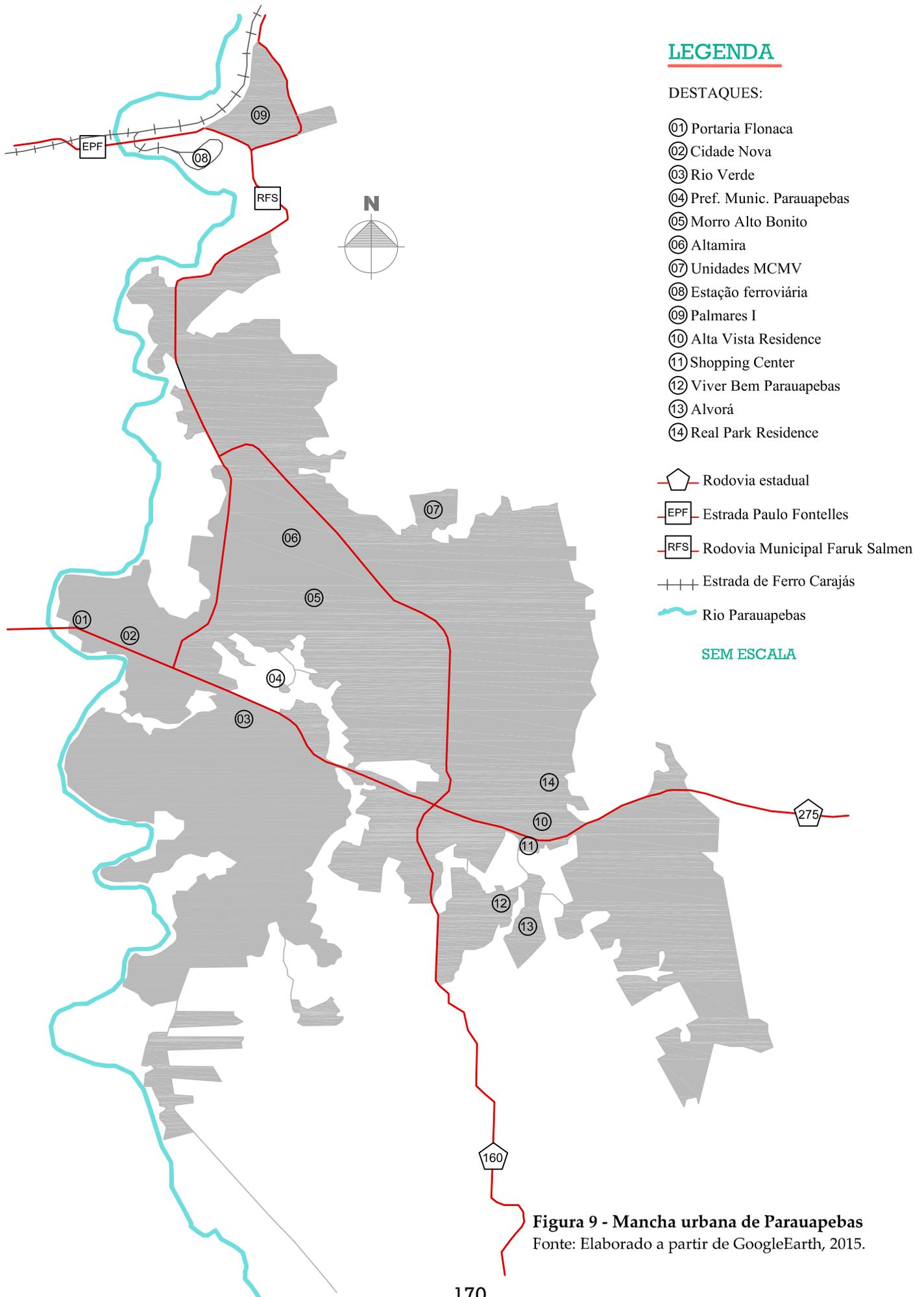


Figura 9 - Mancha urbana de Parauapebas
 Fonte: Elaborado a partir de GoogleEarth, 2015.



Figura 10 - Av. do Comércio, Rio Verde
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 11 - Cidade Nova
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 12 - Shopping de Parauapebas
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 13 - Loteamentos de alto padrão
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 14 - Alvorá, portaria
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 15 - Alvorá, divulgação
Fonte: Cipasa, 2014.

Na extremidade desse vetor de expansão, predominam os empreendimentos privados e a ação de grandes empresas incorporadoras externas a Parauapebas, em alguns casos associadas a proprietários fundiários do município. Nota-se, portanto, a manutenção da tendência observada por Mercês (2011) de alteração do processo de transformação de terras rurais em lotes urbanos, ocorrida a partir de 2007 principalmente. Os loteamentos anteriores a esse período foram implantados pelos próprios donos de antigas fazendas localizadas nas proximidades da área central e que, para se apropriarem da renda fundiária, parcelaram suas terras de forma irregular ou clandestina, na maioria dos casos. É interessante observar que, em geral, esses loteamentos não foram abertos nas áreas mais distantes do centro, a fim de induzir a valorização das terras entre o núcleo desenvolvido e as bordas recém-criadas. Estão entre o “centro antigo” e o que pretende ser o “futuro centro”, destacando que todos eles, na verdade, pouco fazem lembrar uma centralidade em sua forma.

Nesse “centro estendido” ao longo da PA-275, três empreendimentos lançados em 2013 se destacam e sugerem outras transformações. O primeiro é o Bairro Alvorá, loteamento realizado pela empresa de urbanismo paulista Cipasa, com lotes residenciais de 200 metros quadrados e outros terrenos comerciais distribuídos pela avenida principal projetada (Figuras 14 e 15). O tratamento paisagístico dispensado às áreas comuns chama a atenção em uma cidade em que amenidades urbanas desse tipo são uma raridade, mas a entrega dos lotes com sistema de esgotamento sanitário é mais impressionante ainda. Até então, apenas uma única outra área da região já havia sido entregue aos compradores com esse tipo de serviço, o Viver Bem Parauapebas. O segundo empreendimento de destaque é o Alta Vista Residence, duas torres de 26 pavimentos cada, num total de 192 apartamentos, indicando uma possível

tendência à verticalização e a chegada de um segmento um pouco mais sofisticado ao setor imobiliário local. “Requinte e conforto para você morar bem. Uma grande oportunidade de investimento” é o que anuncia o folder publicitário da Recep Engenharia, ressaltando os dois motivos principais para a compra do apartamento de 72 metros quadrados de área privativa e lazer completo decorado. Por fim, outro edifício com 19 andares, o Real Park Residence é divulgado como “o primeiro condomínio clube de Parauapebas”, numa parceria entre a Recep (sediada em Tocantins), o Grupo Leolar (com sede em Marabá e líder do mercado varejista em boa parte do sudeste do Pará) e a Buriti (empresa de Redenção, no Pará, presente em outras cidades da região, além de estados como Goiás, Bahia, Minas Gerais e Alagoas).

Os dois últimos empreendimentos merecem destaque não só pelo fato de anunciarem o tal “requinte” ou “todo o lazer que um clube pode oferecer, com o maior espaço e o melhor acabamento que poderia desejar”, características pouco comuns ao setor imobiliário de Parauapebas. A venda de unidades habitacionais prontas para morar já é, por si só, uma singularidade num mercado dominado pelo comércio de lotes nos últimos anos. Até então, as poucas exceções a esse fato se restringiam a alguns prédios de pequeno porte espaçados pelos novos bairros e ao já citado Viver Bem Parauapebas. Aliás, este também pode ser considerado um caso à parte na paisagem da cidade: um grande conjunto habitacional aberto, lançado em 2008 e com unidades entre dois e quatro quartos. Conhecido como WTorre, nome da empresa paulista responsável pela construção, o Viver Bem Parauapebas reúne casas térreas, sobrados e prédios residenciais de até quatro pavimentos. A homogeneidade dos projetos vem sendo quebrada por pequenas alterações realizadas pelos proprietários, como a construção de anexos ou a troca da cor das fachadas. No

entanto, ainda predomina a imagem asséptica das casas pré-fabricadas, que contrasta fortemente com os outros bairros da cidade (Figuras 16).

Desde a portaria da Floresta Nacional de Carajás, onde estão os primeiros bairros da cidade, até as proximidades do shopping e dos mais novos loteamentos, a PA-275 conduz a expansão da cidade e de seus centros no sentido leste. Para além desse vetor, o tecido urbano de Parauapebas estende-se no sentido norte-sul produzindo periferias de extrema precariedade. Nesse quadro, a porção norte se destaca pela via que dá acesso à Estrada de Ferro Carajás. Três vezes por semana, o trem de passageiros desembarca em Parauapebas, vindo de São Luís do Maranhão e passando por outras 23 localidades. Aqueles que chegam à cidade pelo trem e não têm acesso aos lotes urbanizados vão ficando por ali mesmo, ocupando as margens da estrada que dá acesso à estação ferroviária, localizada nas proximidades de Palmares I, um dos antigos projetos de assentamento do município. É um ponto estratégico para conseguir emprego, já que a estrada leva até os projetos da mineradora e é também por ela que se chega à zona rural. Não se sabe ao certo quantos são, pois nenhum órgão tem o controle do número de migrantes que chega pela Estrada de Ferro. A Vale divulga apenas a capacidade de passageiros no trem: 1,3 mil por viagem (Figura 17).

Avançando sobre a via de acesso à EFC, no encontro entre a PA-160 com a Avenida Brasília, algumas ocupações espontâneas já estão consolidadas, como o Bairro Betânia, mas outras várias surgem de forma acelerada e se misturam a loteamentos irregulares e às unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para a faixa de renda de zero a três salários mínimos (Figura 18). Ali está, por exemplo, o Complexo Altamira, um agrupamento de cinco bairros

com divisa difícil de ser notada que soma adensamento elevado à infraestrutura deficiente, transformando-se em um dos pontos mais críticos da cidade. Também é nessa região que se concentra a maior parte dos investimentos da Prefeitura em habitação de interesse social. Entre 1993 e 2008, cerca de cinco mil famílias foram atendidas, recebendo lotes ou casas. Entre 2010 e 2012, foi a vez de outras quatro mil. O critério de prioridade é o tempo de permanência no município.

Muitas das áreas desocupadas pela Prefeitura Municipal de Parauapebas são reocupadas por novas famílias ou mesmo pelos antigos moradores. Não são raros casos de áreas desocupadas e reocupadas inúmeras vezes. A maioria das ocupações acontece em grandes glebas de terras públicas, mas também é comum ocorrer pequenas ocupações adjacentes aos projetos de habitação de interesse social, a fim de usufruir da infraestrutura já instalada, ou nos lotes destes conjuntos destinados a praças e outros equipamentos urbanos. O Morro Alto Bonito é um dos exemplos mais recentes de desocupação realizada pela Prefeitura. No final de 2013, algumas famílias aguardavam a construção de um conjunto residencial vertical enquanto recebiam auxílio para o pagamento dos aluguéis; outras já haviam sido atendidas com lotes em uma área urbanizada pela PMP, após terem sido desmanchadas as palafitas em que moravam (Figuras 19, 20, 21 e 22).



Figura 16 - Viver Bem Parauapebas
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 17 - Ocupações à margem da Rod. Faruk Salmen
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 18 - Unidades habitacionais do MCMV e ocupações
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

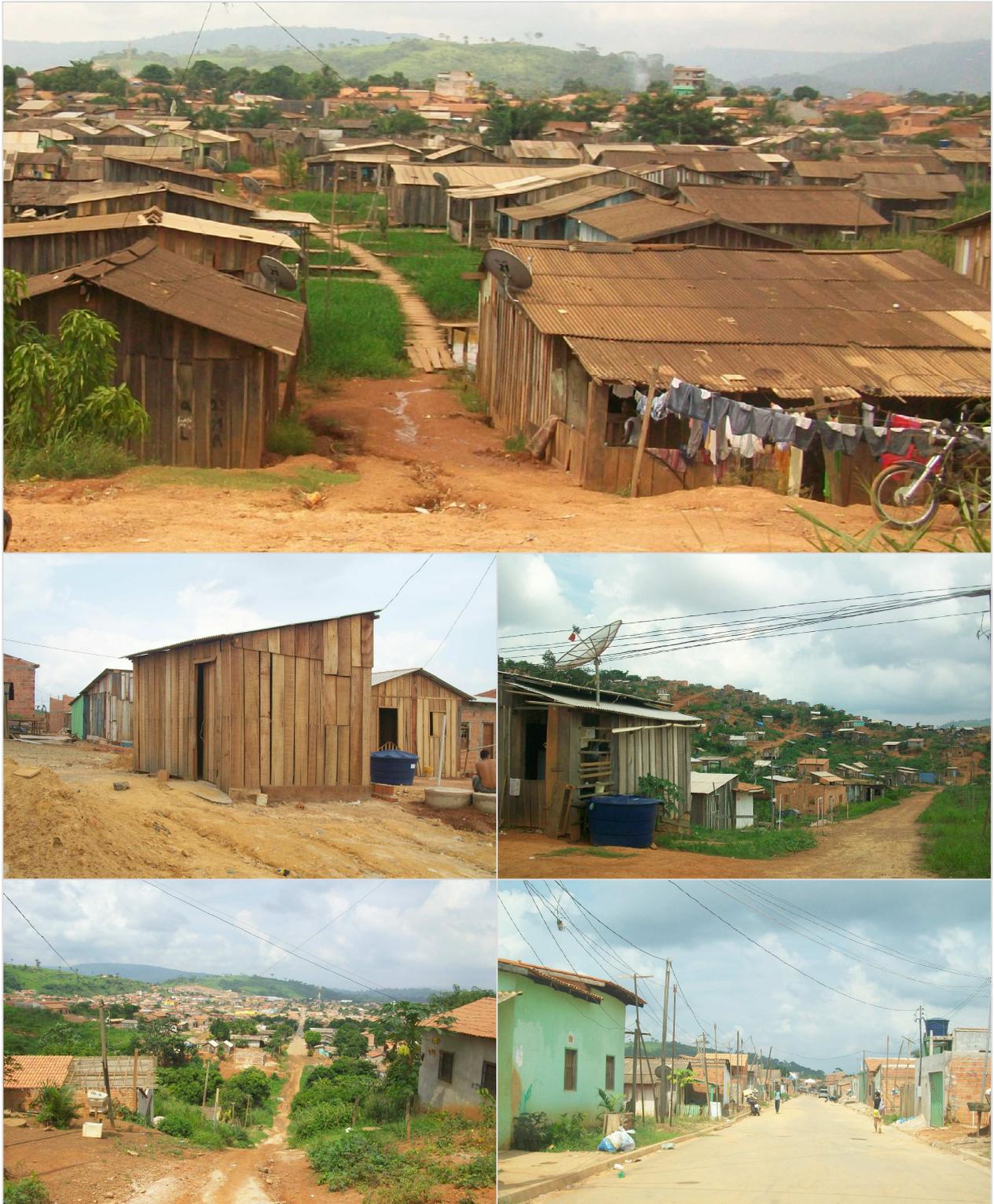


Figura 19 - Ocupações recentes e consolidadas
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 20 - Morro Alto Bonito, dezembro de 2013
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 21 - Morro Alto Bonito, março de 2013
Fonte: PMP, 2013



Figura 22 - Apresentação do projeto à comunidade
Fonte: PMP, 2013

Esse crescimento acelerado da cidade de Parauapebas coincidiu com o aquecimento do mercado imobiliário em quase todo país a partir de 2008, mas reflete, sobretudo, a fase de expansão da atividade mineradora na região em meados daquela mesma década. O número de empregos diretos gerado pelo setor no município saltou de 1.288, em 2002, para 5.065, em 2007, chegando a 9.474 em 2012. Com isso, outros setores foram estimulados, como o comércio, que saiu de 1.259 empregos para 8.612 nesse mesmo período de 10 anos (Idesp, 2013).

Entretanto, esse cenário começou a sofrer algumas alterações já a partir do segundo semestre de 2012 devido a fatores relacionados também à atividade mineradora. Entre eles estão a queda nos preços do minério de ferro no mercado internacional e a conclusão das obras de algumas instalações que haviam sido responsáveis pelo aumento da demanda por mão de obra durante certo período de tempo. Mas as promessas do Projeto S11D, localizado no município vizinho de Canaã dos Carajás, é, consideravelmente, o fator que mais impactou o arrefecimento da economia em Parauapebas. Desde o anúncio do empreendimento pela Vale, não é raro ouvir entre uma conversa e outra com aqueles que vivem em Parauapebas que “o Peba acabou e o negócio agora é Canaã”.

A situação vivida pela cidade no período mais recente demonstra o grau de influência da atividade mineradora e, particularmente, da Vale nos demais setores da economia e na vida cotidiana dos moradores. Se o preço dos aluguéis estava acostumado a ser orientado pelo auxílio-moradia oferecido aos funcionários da empresa que não residem no Núcleo Urbano – fazendo com que as populares quitinetes da região chegassem a custar R\$ 2 mil reais por mês

–, os investimentos da mineradora na cidade vizinha de Canaã dos Carajás – e a especulação em torno desses investimentos – produziam uma queda de 20% a 30% nos valores cobrados pelos aluguéis em Parauapebas ao final de 2013. Os empreendimentos imobiliários e loteamentos continuavam a ser lançados, como pode ser notado, mas o ritmo de vendas passou a ser sensivelmente menor e boa parte dos lotes permanecia desocupada. As periferias, estas sim, assemelhavam-se a verdadeiros canteiros de obras. Ali, a autoprodução da moradia permite a rápida substituição dos barracos provisórios de madeira por casas de alvenaria. Caminhões carregados, areia e tijolos amontoados nas calçadas e depósitos de materiais de construção são componentes corriqueiros da paisagem dos conjuntos projetados pela prefeitura, dos loteamentos particulares e das ocupações espontâneas (Figura 23).



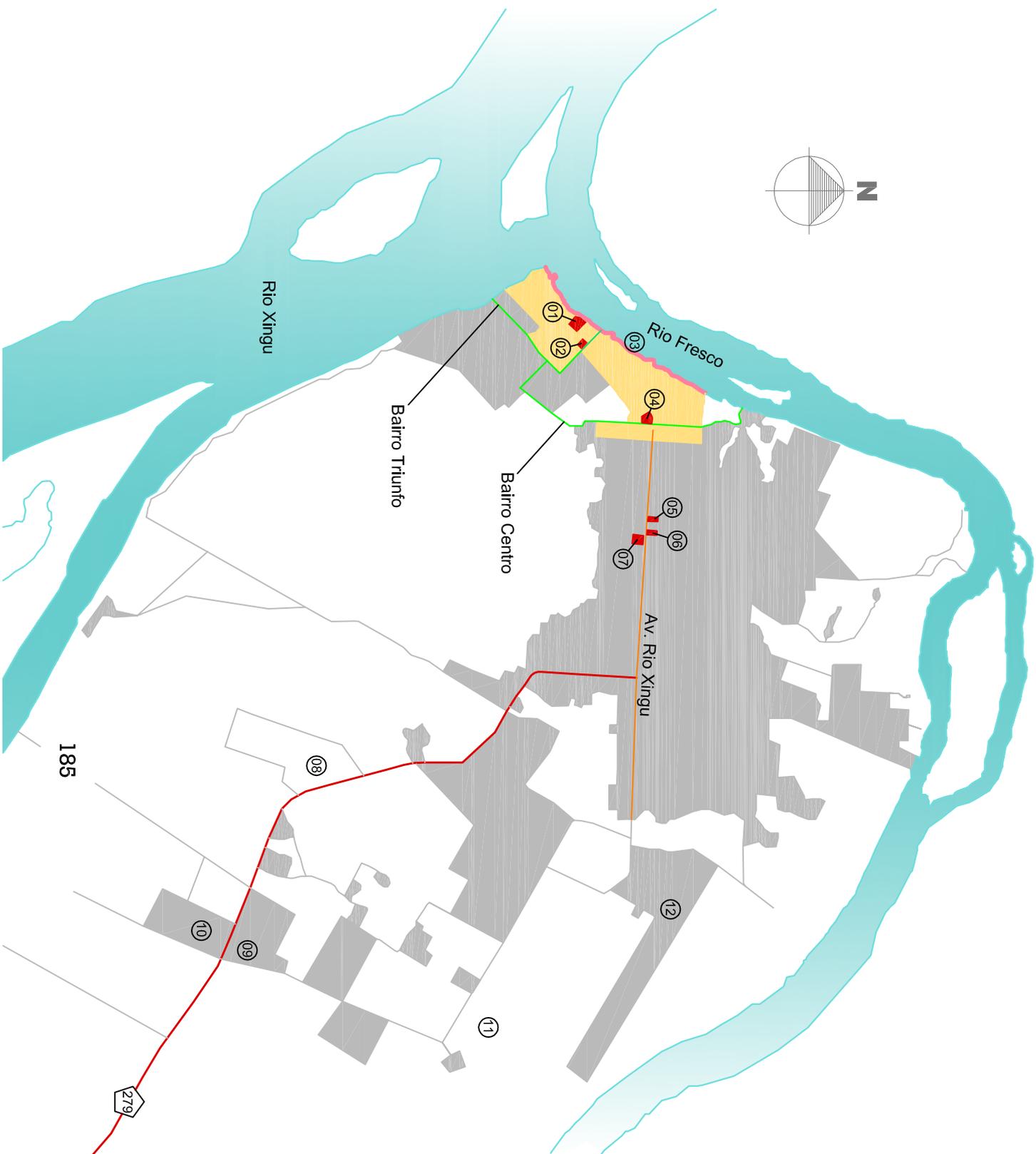
Figura 23 - Autoprodução da moradia em Parauapebas
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria

3.4.2 São Félix do Xingu: de quem é essa cidade?

Se em tempos recentes a abertura de uma estrada ou a instalação de um grande projeto de exploração mineral foi capaz de fazer surgir novas cidades na Amazônia, à época da extração do látex os barracões de aviamento eram a estrutura inicial para a atividade produtiva. Tão logo era descoberta uma área com grande número de árvores de caucho (*Castilla ulei*) ou seringueiras (*Hevea brasiliensis*), logo ali se estabelecia um barracão, que serviria de residência a um determinado patrão da borracha e ponto de apoio para os trabalhadores sob seu controle e instalados nas adjacências. Esses trabalhadores eram chamados de fregueses ou aviados, pois ferramentas, armas e alimentos eram adquiridos no barracão por meio de um sistema de adiantamento de mercadorias, que ficou conhecido como aviamento e prescindia da moeda física na maioria das transações. Antes de saírem para a mata, os seringueiros eram aviados pelos patrões e essa era uma forma de controle da mão de obra, a partir da qual eram estabelecidas relações praticamente servis.

A importância desses barracões fez com que alguns deles acabassem dando origem às nucleações urbanas que hoje margeiam os rios da Região Norte. Esse foi o caso de São Félix do Xingu, que nasceu da construção de um barracão de aviamento em 1900, ano em que Tancredo Martins Jorge, maranhense radicado na Bahia e ex-coronel da Guarda Nacional, instalou-se na Ilhota de São Félix, próximo à atual sede do município. Tancredo havia sido contratado por José Porfírio de Miranda, também ex-coronel de origem nordestina e residente em Altamira, que controlava toda a Bacia do Xingu e pretendia expandir seu império. Da Ilhota de São Félix, “os brabos” – como eram conhecidos os nordestinos que vinham trabalhar na seringa e no caucho – avançavam pela

mata na extração do látex. Cerca de dois mil homens chegaram a ser aviados por Tancredo, que comandou a região durante os primeiros anos do século XX. Em 1914, uma enchente destruiu o barracão e o povoado se mudou para sua localização atual (Figura 24). Entretanto, a influência de Tancredo já começava a decair. Uma rota de tropeiros entre o povoado e Conceição do Araguaia fugia ao controle do ex-coronel, permitindo a entrada de mercadorias e migrantes. Mais tarde, desavenças entre ele e José Porfírio fizeram com que este se apoderasse de todos os bens de Tancredo, que morreu pobre em 1920, sendo seu barracão demolido em 1930 (Santana, 2007; Schminck; Wood, 2012).



LEGENDA

DESTAQUES:

- 01 Barracão avião Cel. Tancredo (1914-1930)*
- 02 Paróquia de São Félix
- 03 Beiradão do Rio Fresco
- 04 Igreja de Nossa Senhora das Mercês
- 05 Banco Bradesco
- 06 Banco do Brasil
- 07 Praça de esportes e centro cultural
- 08 Área reservada às unidades MCMV
- 09 Cidade Nova (loteamento)
- 10 Frigorífico Frigol
- 11 Área reservada ao campus Unifesspa
- 12 Aeroporto

- Mancha urbana atual
- Mancha urbana até 1978**
- Limites bairros***
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Sem Escala

Figura 24 - Mancha urbana de São Félix do Xingu
 Fonte: Elaborado a partir de GoogleEarth, 2015; pesquisa de campo 2013; * Santana, 2007; ** Schmitz; Wood, 2012; *** PMSEFX, 2010.

Esses primeiros anos da antiga vila ribeirinha foram marcados por embates sangrentos entre essa frente de expansão – majoritariamente masculina e nordestina – e os grupos indígenas que ocupavam a região há vários séculos. Por conta desses conflitos, o ex-coronel Tancredo ergueu, ainda na ilhota próxima à confluência dos dois rios, uma capela para abrigar a imagem trazida por ele da Bahia e que acreditava ser capaz de proteger seus aviados dos ataques dos índios que habitavam o Xingu. Com a enchente que fez Tancredo se mudar para a localidade onde hoje está a cidade de São Félix, a capela foi abandonada, mas a imagem do santo católico seguiu viagem com o patrão da borracha e acabou dando nome ao povoado: inicialmente São Félix da Boca do Rio e, anos depois, São Félix do Xingu. Atualmente, a imagem está na Igreja de São Félix, construída em 1938, e sua história ainda é lembrada por alguns moradores.

Era uma tristeza, uma matança horrível. Aí Tancredo trouxe essa imagem e fez a propaganda de São Félix por todo Xingu. Ele dizia pro povo: vocês se pegam com essa imagem, com esse santo, porque esse santo pode defender vocês dos índios. E é certo que os caucheiros começaram a prometer: se eu me sair bem, vou trazer uma pelinha de borracha pro senhor, São Félix. Eu era menino e vi o pátio dessa igreja cheio de pelinha de borracha. Uma vez, juntaram tudo e venderam. Deu mais de uma tonelada! (Eustáquio, nascido em São Félix em 1936).

O período entre as duas guerras mundiais foi caracterizado pelo declínio da economia da borracha em toda a Amazônia. Em São Félix, a atividade não deixou de existir, mas passou a conviver com outras categorias importantes de extrativismo, como a coleta de castanhas, que ocorria no período de chuvas, entre janeiro e maio, principalmente. Nesse tempo, as elites que comandavam a economia da borracha na região tinham como base Altamira, município ao qual pertencia a área onde hoje está o município de São Félix do Xingu. Somente os

seringueiros e suas famílias moravam no povoado que se formou às margens do rio.

Após o fim da Segunda Guerra, que conseqüentemente levou a uma nova queda nos preços da borracha nos mercados externos, a caça de animais silvestres também começou a fazer parte das atividades que garantiam a sobrevivência da população de São Félix. Foi a “época da fantasia” ou “época do gato”, como contam os moradores mais antigos da cidade, que viveram da caça de onças, lontras e ariranhas, cujas peles eram vendidas no mercado internacional para a fabricação de casacos e outros artigos de luxo. Assim como a coleta de castanhas, a caça de animais silvestres herdou da borracha a relação entre fregueses e patrões que marcou os anos iniciais em São Félix.

Na seringa, a gente entrava pra mata no mês de maio e saía já no final de agosto. Comprava na mão do patrão o rancho³⁹ pra deixar pra família e tinha o rancho que a gente levava pra mata. Quando voltava, ia acertar com o patrão. Se sobrasse algum dinheiro, o patrão dizia que a gente tinha saldado. Se era cabra solteiro que saldava, com o saldo ele ia pra Altamira gastar o dinheiro. Gastava com bebida e com tudo mais que tinha por lá. Quem era de longe, a maioria era do Ceará, ia pra casa ver a família e depois voltava. Com o gato era a mesma coisa. O patrão financiava a gente, botava mercadoria na nossa casa enquanto a gente tava no mato pegando a pele. Quando chegava, tinha pista de pouso espalhada pra tudo que é lado e descendo avião pra comprar a pele (José, nascido em São Félix em 1938).

A minha mulher cortava seringa com os irmãos e também panhou muita castanha. Quando eu ajuntei com ela, ela sozinha fez 54 hectolitros de castanha. Era muito! Eu tinha feito só 15 hectolitro. Ela, então, ganhou um prêmio do patrão: um corte bacana pra fazer um vestido pra ela (Antonio, nascido em São Félix em 1941).

Eu comecei a trabalhar na borracha com oito anos. Primeiro foi o caucho, que dava mais perto do rio. Depois foi a seringa, que era dentro da mata. Nesse tempo já eram muitos os patrões aqui no

³⁹ No linguajar local, rancho é uma determinada quantidade de gêneros alimentícios usada para o abastecimento de uma residência ou para uma viagem.

Xingu. Eu mesmo trabalhei para um turco que morava em Altamira e arrendava o seringal no Banco da Amazônia. Isso foi de 1944 até 1978. Quando a borracha já tava muito difícil, eu entrei na pele de fantasia, a pele do gato. E os mesmo patrão da seringa aviava a gente pra ir pra mata caçar o gato (Eliezer, nascido em São Félix em 1934).

Juntamente com essas atividades extrativistas, a população local ainda desenvolvia a pequena agricultura. Como afirma um dos antigos moradores de São Félix ao apontar para a extensão de terras que se avista desde a cidade, “esse era o jeito de ter o que comer, porque tudo demorava muito tempo pra chegar na cidade. E cada um plantava o que podia no pedaço de terra que queria, porque naquela época a terra não tinha dono”. Exclusivamente voltada para o autoconsumo, a agricultura em São Félix não permitia a formação de um mercado, pois, como explica outro habitante nascido na cidade ainda na primeira metade do século XX, “naquela época, todo mundo trabalhava de roça e você não achava pra quem vender um caroço de feijão. Não tinha comércio porque cada um tinha a sua terra e nela plantava”.

Pra ganhar um dinheiro, eu também fui caçar gato! Eu fazia assim... Mês de abril eu brocava roça e derrubava. O tempo de mariscar o gato era maio, junho, julho, agosto e setembro. Quando era em setembro era o mês de nós queimar a roça. Aí era quando eu voltava da mata, queimava a roça e depois ia pro mato de novo. Eu comecei com o negócio do gato e acabei gostando. Então, ficava na roça... E ficava no gato também. Cheguei a pegar 14 gato em quatro meses. Cada gato era trezentos reais, naquele tempo era trezentos cruzeiros. E o que é certo é que dava pra gente se balançar melhor (Eustáquio, nascido em São Félix em 1936).

Plantava arroz, feijão, mandioca, mas não dava para viver daquilo. Então eu mexia com a castanha também... Na época da castanha, mexia com a castanha. Deixava o arroz plantado e quando estava maduro ia colher o arroz e abandonava a castanha. Quando terminava aquilo já tinha chegado o verão e ia mexer com roça. E assim a gente ia vivendo (José, nascido em São Félix em 1938).

Desse modo, do início da ocupação até a o final da década de 1970, a frente de expansão em São Félix foi marcada por uma grande massa de trabalhadores pobres comandados por patrões que, em geral, aviavam tanto a extração da castanha, quanto da borracha ou a caça de animais, mas tinham suas bases em outros municípios, com predomínio para Altamira, a quem São Félix sempre esteve fortemente ligada pelo rio. Em todo esse tempo, o sistema de aviamento articulou patrões e fregueses em torno das atividades extrativistas, mas não consolidou uma elite local.

No decorrer das décadas seguintes, esses primeiros habitantes desenvolveram duas trajetórias principais. Com a emancipação do município, alguns se envolveram na administração pública, sendo que até hoje famílias inteiras desses antigos moradores trabalham em órgãos do governo, com destaque para a área da educação municipal. Essas famílias ocupam, principalmente, o núcleo original da cidade, composto pelos bairros Triunfo e Centro. Nesses dois bairros, localizados na confluência dos rios Fresco e Xingu, há predomínio de edificações vernáculas e vias densamente ocupadas, ainda que não seja possível notar a presença de verticalização do espaço construído (Figuras 25 e 26). Outros desses antigos moradores, com o fim das atividades extrativistas financiadas pelos patrões, passaram a viver do trabalho informal. São parte dos atuais beiradeiros de São Félix, aqueles que moram às margens dos rios da cidade, com destaque para o Rio Fresco (Figura 27). Muitos de seus familiares, entretanto, construíram um caminho parecido com as gerações sucessoras dos outros antigos moradores e trabalham atualmente na administração pública.



Figura 25 - Paróquia de S. Félix e entorno da praça principal, Bairro Triunfo
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 26 - Bairros Centro e Triunfo

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 27 - Beiradão do Rio Fresco
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

Foi somente no início dos anos 1980 que essa frente de expansão entrou em contato com os chamados pioneiros, quando se iniciou a extração do mogno no município de São Félix do Xingu. Conhecido como “ciclo do ouro vermelho” – nome dado em função da cor das toras exportadas para a Europa e os Estados Unidos –, o período de exploração da madeira nobre trouxe para a região empresas de outras cidades, que abriram suas serrarias às margens do Rio Fresco, principalmente. Durante toda a década, transformações expressivas no espaço urbano passaram a acontecer de modo mais acelerado. A cidade cresceu a partir da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e em direção à estrada construída em 1983, a PA-279, deixando o antigo núcleo no encontro dos dois rios para trás. Aqueles que chegavam, em geral populações altamente móveis que já haviam passado por outras cidades do sudeste do Pará, recebiam da prefeitura lotes urbanos, como explicam Schmink e Wood (2012), favorecendo a ocupação do território de modo relativamente desordenado.

A essa época, o garimpo também já era uma atividade forte nas terras do Xingu e evidenciava o caráter urbano que a fronteira havia ganhado, antes mesmo de ser uma fronteira agrícola. Mesmo não estando localizados na sede, os garimpos reuniam alguns milhares de habitantes, tendo pequenas vilas como base de serviços locais. Como registra Monte-Mór (1984, p. 7), as áreas de garimpo foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos fortes, em alguns casos “[...] transformando o próprio espaço contíguo à área de garimpagem em lugares centrais que permanecem como centros de serviços regionais, mesmo quando a atividade mineradora perde sua forma indutora, esgotando-se ou deslocando-se para outras áreas”. Assim surgiram alguns povoados no município de São Félix e até hoje áreas de garimpo têm se destacado, como é o caso da sede do atual Distrito Taboca, localizado distante a

100 quilômetros da sede municipal e com população estimada em 20 mil habitantes, em 2013, devido à intensa movimentação econômica gerada pela extração da cassiterita.

Com a proibição da derrubada do mogno, entre o final dos anos 1980 e início da década seguinte, duas atividades passaram a ter grande importância no município, a extração do jaborandi e a pecuária. A extração do jaborandi aconteceu durante um conturbado e curto período, sendo montada uma cadeia de produção em que a grande maioria dos envolvidos, os chamados folheiros, não tinha qualquer vínculo com a Merck, empresa que comprava o vegetal usado no tratamento do glaucoma. Já o desenvolvimento da pecuária, foi liderado por alguns dos donos de serrarias que permaneceram no município e, aproveitando as terras desmatadas e avançando sobre outras áreas, transformaram São Félix do Xingu no maior produtor de bovinos do país, fato que discutiremos no capítulo 5.

Atualmente, a pecuária é praticada no município por três perfis principais de produtores rurais. O pequeno produtor tem foco na pecuária leiteira ou na criação de alguns poucos bezerros, que são comprados pelos médios e grandes proprietários para engorda e revenda para abate nos frigoríficos. Muitos dos grandes proprietários de terras em São Félix residem em outras cidades da região ou mesmo em outros estados do Brasil. Apesar disso, é possível encontrar integrantes desses três perfis que têm a cidade como base de reprodução, ou seja, moradia, uso de serviços, consumo ou mesmo desenvolvimento de outra atividade que é incorporada à renda. Em alguns casos, segundo a associação comercial local, essa atividade urbana é até mesmo a primeira fonte de renda, sendo a propriedade rural uma via secundária de

recursos. Estima-se que mais de 80% dos comerciantes de São Félix tenham terra e sejam produtores de gado no município.

Nos anos mais recentes, um quarto perfil tem surgido nesse contexto. Como dizem os próprios fazendeiros locais, são os “super grandes”, produtores praticamente autossuficientes em toda a cadeia e com baixíssima articulação com a cidade de São Félix e os demais criadores de gado. Como a sede de seus negócios não está na região, eles comercializam diretamente com os principais laboratórios de produtos veterinários do Sudeste do Brasil e trazem boa parte da mão de obra especializada de fora. Essas fazendas surgiram, em alguns casos, graças à incorporação de terras onde havia pequenos ou médios produtores. Existem áreas nas quais foram incorporadas terras de mais de 200 famílias que tinham a cidade como base para consumo. “O super grande é um câncer para São Félix, ele não movimentava nada na economia da cidade e ainda tem abocanhado os pequenos que viviam por aqui”, garante um dos fazendeiros da cidade.

A trajetória que se desenvolveu entre a pecuária e o comércio a partir dos anos 1980 tem sido a responsável por consolidar a atual elite econômica e política de São Félix do Xingu. Elaine, uma paranaense cuja família está na região desde o início daquela década, é um caso típico desse caminho percorrido pelos migrantes pioneiros. Seu pai explorou madeira até meados dos anos 1990, quando a pressão do governo contra o desmatamento e a valorização da moeda nacional promovida pelo Plano Real passaram a dificultar a extração do mogno. Com serraria própria, a família de Elaine empregava entre 80 e 100 funcionários diretos, mas a esse momento da crise do “ouro vermelho” já haviam expandido os negócios. Grande parte das terras estava preparada para receber o gado e,

em 1993, abriram comércio na cidade, dedicando-se à venda de produtos veterinários e equipamentos usados na produção rural. “Mas o comércio não é como a madeira. É muito devagar. Você precisa de muito tempo para conseguir um certo lucro”, compara Elaine.

Abundantes na paisagem de São Félix até o início dos anos 2000, a maioria das serrarias está hoje desativada. Algumas delas se integraram à cidade, convertendo-se em loteamentos, assim como ocorreu também com antigas fazendas que, devido à proximidade da sede municipal, tiveram seus domínios transformados em terra urbana. Esse processo teve início em São Félix do Xingu a partir de 2005, quando surgiram os primeiros loteamentos privados. Nessas bairros, como em praticamente toda a cidade, não há sistema de esgotamento sanitário e, nos loteamentos mais antigos, as vias também não são pavimentadas. Os bairros mais recentes – como o Cidade Nova, lançado em 2013 – confirmam o vetor de expansão da sede municipal, ao longo da Rodovia PA-279 (Figuras 27 e 29). A nova área foi aberta em frente ao Frigorífico Frigol⁴⁰, esperança de emprego para alguns jovens da cidade e em atividade desde o segundo semestre de 2013 (Figura 30). Antes de alcançar o loteamento, às margens da rodovia está também o terreno destinado à construção das primeiras moradias da cidade pelo Programa Minha Casa Minha Vida (Figura 31). Avançando para o interior do loteamento, ao final das terras parceladas, está o terreno onde ficará o campus local da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), criada pelo governo em junho daquele mesmo ano (Figura 32).

⁴⁰ Mesmo tendo o maior rebanho bovino do país, não havia frigorífico até então nos limites municipais de São Félix do Xingu. O gado das fazendas locais era abatido por empresas instaladas em outras cidades da região.



Figura 28 - Novos loteamentos à margem da PA-279
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 29 - Loteamento Cidade Nova
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 30 - Frigorífico Frigol
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 31 - Terreno reservado ao MCMV
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 32 - Publicidade da Unifesspa
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 33 - Av. Rio Xingu, entre Igreja N. Sa. das Mercês e centro cultural e esportivo
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

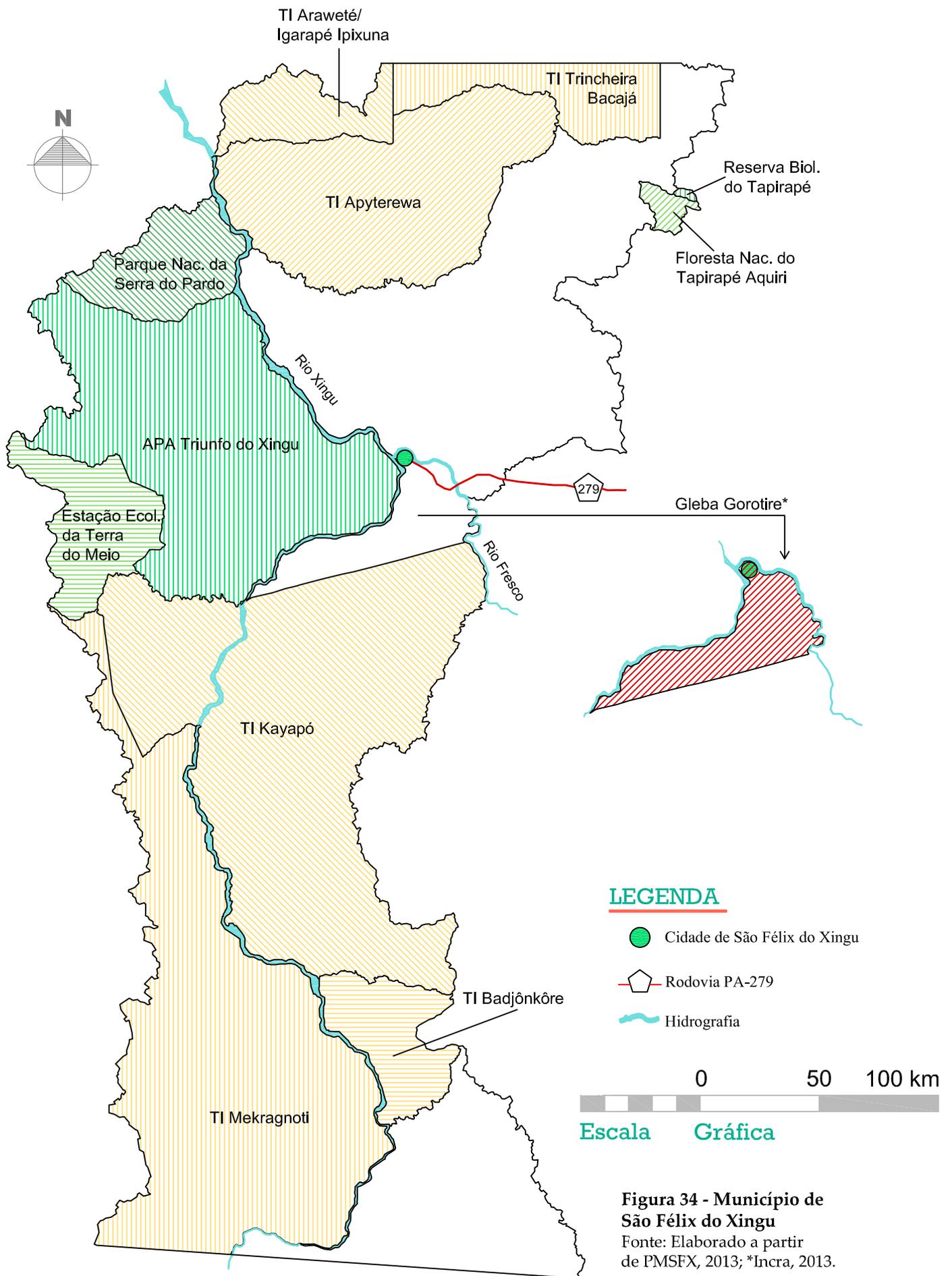
Entre esses novos loteamentos e o núcleo original de São Félix, a Avenida Rio Xingu se consolida como novo centro de serviços e comércio na cidade. Esse processo foi desencadeado também em 2005, sendo conduzido pela abertura de uma agência do Banco do Brasil em um dos lotes daquela via. A partir de então, o comércio local se intensificou, conduzindo para a área novos empreendimentos. Em 2008, quando a agência do Bradesco deixou um imóvel alugado no Centro de São Félix e transferiu-se para uma quadra próxima à do Banco do Brasil, a própria população começou a reconhecer aquele novo espaço como “o futuro de São Félix” e os preços dos lotes aumentaram. Áreas de 12x38 metros passaram a ser comercializados por até R\$ 400 mil. No final de 2013, foi inaugurado um centro cultural e uma praça de esportes nas proximidades, atraindo também adolescentes e crianças durante todo o dia (Figura 33).

Apesar de todos esses fatos ocorridos durante os últimos anos, muitos dos novos loteamentos estão subocupados. Esta é uma cena comum a muitas das cidades do Sudeste Paraense, devido ao arrefecimento da economia provocado pela crise no setor minerário. Entretanto, em São Félix, os impactos da atividade mineradora são menores, se comparado a outras localidades da região, onde as sedes municipais estão próximas das unidades de extração, o que favorece o reflexo direto no mercado imobiliário e comércio locais⁴¹. Assim, apesar de a desaceleração da atividade mineradora também ter chegado a São Félix do Xingu pela PA-279, o enfraquecimento da economia local é atribuído, sobretudo, a um fator interno: a irregularidade da gleba onde está localizada a sede municipal. No ato de criação da Reserva Florestal Gorotire pelo então presidente Jânio Quadros, a área de proteção foi superposta à sede de São Félix,

⁴¹ O Projeto Jacaré, em fase de estudos pela Anglo American, está localizado a 60 quilômetros da sede de São Félix. No caso da Vale, embora mais de 50% da área minerada pela empresa estejam no município de São Félix, os reflexos são sentidos com mais intensidade em Ourilândia do Norte e Tucumã, já que as sedes destas duas cidades são próximas à mina de níquel.

impedindo que a prefeitura concedesse títulos de propriedade à população (Brasil, 1961). Como a gleba de mais de 18 mil quilômetros quadrados entre os rios Fresco e Xingu passou a ser subordinada ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, durante décadas, predominaram registros cartorários baseados na chamada “posse mansa e pacífica”. Desde 2000, lideranças locais vinham se mobilizando para resolver o imbróglio, até que, em 2005, a União repassou a área para o estado, a fim de que este cedesse a Gleba Gorotire ao município e concluísse a legalização dos terrenos, o que não foi feito (Figura 34).

Por conta disso, no início de 2013, o prefeito de São Félix cancelou todos os títulos dos terrenos e imóveis situados na Gleba Gorotire. Além de impactar a atividade de comerciantes e empresários locais – que passaram a não contar com o patrimônio imobiliário como garantia de crédito –, a ação do poder público inibiu o parcelamento de novos terrenos e fez cair a venda dos loteamentos já existentes, já que não era mais possível conseguir financiamento. Grupos que atuam em outras cidades do Sudeste Paraense chegaram a visitar o município naquele mesmo ano, mas optaram por não investir na abertura de novos empreendimentos. Ao fim, a Gleba Gorotire transformou-se em um entrave à expansão do mercado imobiliário formal e à entrada de incorporadores externos.



Sem a presença desses investidores, o setor imobiliário de São Félix se manteve, predominantemente, controlado pelos loteadores locais. Não por acaso, alguns loteamentos são mais conhecidos pelos nomes de seus executores do que pelo nome dado ao futuro bairro. Aqueles que optam pela compra de lotes para a construção da casa própria precisam aderir ao carnê pago diretamente ao loteador. É praticamente um acordo tácito entre as partes, já que nenhuma das duas tem o título do imóvel. As camadas mais simples, por falta de informação ou por estarem acostumadas à informalidade dos chamados contratos de gaveta em suas transações imobiliárias, não sentem grandes dificuldades em lidar com essa instabilidade.

Por fim, é preciso destacar que a cidade de São Félix do Xingu é um dos pontos onde se pode observar a distinção mais aguda entre as temporalidades dos sujeitos que chegam até a fronteira. Congregando processos socioespaciais de diferentes tempos, São Félix do Xingu nasce como uma cidade tradicional amazônica – de origem ribeirinha e base econômica extrativista – que chega ao século XXI com o maior rebanho bovino do Brasil. Essas diferentes racionalidades estão sobrepostas nos dias atuais, mas espacialmente vão se orientando de modo a criar oposição e contraste entre áreas tradicionais e novos espaços. Isso pode ser notado à medida que a cidade cresce e se afasta de seu núcleo original, na confluência dos rios Fresco e Xingu. Em princípio, essa dinâmica entre tempos e racionalidades distintas é o que organiza as trajetórias dos sujeitos em São Félix do Xingu.

Isso fica mais evidente quando se traça um breve paralelo entre São Félix e Parauapebas, cidade marcada pela presença da grande empresa e onde o grau de autonomia dos sujeitos em relação à Vale é o que favorece a criação de

trajetórias distintas. Todos em Parauapebas estão ligados à companhia mineradora de algum modo. Mesmo os funcionários públicos e comerciantes locais têm algum vínculo com a empresa, ou porque dependem dos investimentos feitos por ela na região para o sucesso de seus negócios, ou porque algum familiar trabalha direta ou diretamente para a empresa. Esse grau de dependência da cidade em relação à grande empresa é notado pela própria população em geral. Em Parauapebas o tempo dos sujeitos na fronteira importa pouco como fator distintivo, sendo superado pelo vínculo com a grande empresa.

Assim, se em Parauapebas praticamente todos são forasteiros, as relações entre os muitos *outros* na cidade de São Félix do Xingu resgatam cenas de um passado recente de disputas na fronteira. A luta por terras entre os índios, seringueiros e produtores rurais ainda está viva na fala dos sujeitos e essa diferença entre os tempos de chegada à fronteira e entre as temporalidades próprias a cada grupo tem sido atualizada. Os índios estão “pacificados”, como contam os moradores, mas não deixam de constituir um *outro* muito diferente, como também o são os que moram à beira d’água, os que estão no antigo centro da cidade e os que vieram fazer fortuna no eldorado amazônico. Essas diferenças constituem o tema dos dois próximos capítulos, nos quais, a partir de São Félix do Xingu, procuraremos apreender melhor essa Amazônia constantemente reelaborada como fronteira.

4

Entre caboclos e cristãos

Como apresentado anteriormente, as décadas iniciais em São Félix do Xingu foram marcadas por inúmeros conflitos entre os grupos indígenas que habitavam a região e os desbravadores em busca do látex. As primeiras expedições encontraram o caucho abundante às margens dos rios, evitando, assim, a entrada na mata e o confronto com os nativos. Mas como a extração do látex a partir do caucho exigia a derrubada das árvores, as reservas mais próximas do povoado não demoraram a cair em declínio. Foi preciso, então, traçar as estradas rumo aos seringais, por onde entravam os chamados “machadinhos” – os homens que consigo levavam um pequeno machado utilizado para fazer cortes no tronco das seringueiras e delas extraírem o leite usado na produção da borracha.

Nesse momento, os “cristãos” – como se definem alguns dos moradores atuais de São Félix que vivenciaram as primeiras décadas de embates na antiga vila de seringueiros – travaram batalhas sangrentas com os “caboclos” que estavam naquelas matas. Era, como lembra um dos machadinhos que ainda vivem em São Félix,

[...] um tempo de mata bruta. Não tinha um cristão sequer que não atravessasse essas mata com medo da morte, porque ali [mostra o outro lado do Rio Fresco] só tinha índio e mais nada. Era índio matando gente e gente matando índio. Índio matava muito cristão, mas morria muito caboclo também. Pra gente ir pra mata cortar seringa, tinha que deixar um barraqueiro em casa, tomando conta da mulher. Nós pagava pra ele cuidar do que era da gente. Se não fosse assim, quando chegasse em casa, achava todo mundo morto (Pedro, nascido em São Félix em 1935).

Além de remontar a história dessa porção da Amazônia, a fala do ex-seringueiro – e também de outros antigos moradores de São Félix – chama atenção para o modo como o termo “caboclo” ainda é usado naquele território e, conseqüentemente, para a relação entre índios e não-índios que a

terminologia e seu emprego nos permite apreender. Ali, o uso coloquial do termo é similar ao que ocorre em outras cidades de pequeno porte da Região Norte, principalmente àquelas de origem ribeirinha, onde a caboclice de alguns sujeitos é o que demarca a diferença entre quem é e quem não é índio.

É importante trazer à tona essa observação porque, como apresenta Deborah Lima (1999), não existe um grupo fixo para o qual o rótulo é utilizado na Amazônia. Isso ocorre porque o caboclo é, segundo a autora, parte de um sistema complexo de classificação e, como categoria relacional, refere-se a alguém que está em posição social inferior ao falante. Assim, se em grandes cidades ou nas capitais toda a população dos municípios menores pode ser considerada cabocla, entre os habitantes dessas pequenas localidades há uma rejeição do rótulo por parte dos mais ricos. Essa classe economicamente superior se refere aos mais pobres e aos moradores do campo como caboclos, que, por sua vez também não se identificam como tal e usam a expressão para classificar os índios. Trata-se, portanto, de um termo político e

os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e 'não civilizada' (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada (Lima, 1999, p. 7, grifo da autora).

Em São Félix do Xingu, especificamente, não há outro caboclo senão o índio. Talvez isso ocorra pelo fato de o índio ser um caboclo ainda muito presente, ou seja, a alteridade máxima, o extremo da diferença em relação aos demais. Os que estão nas roças são lavradores; os que estão à beira d'água são ribeirinhos ou beiradeiros. Os mais ricos – geralmente parte integrante das frentes que chegaram após os anos 1980 – intitulam-se “pioneiros”, por terem sido os primeiros a dominarem, de fato, aquelas terras, levando até elas o modo de

produzir e viver a que estavam acostumados em suas regiões de origem. O índio é o caboclo disso tudo, com todas as complexidades que essa categoria relacional traz consigo e ainda que no interior desse grande grupo de não-caboclos também haja distinções importantes, como veremos no próximo capítulo.

É possível dizer que, em São Félix do Xingu, a caboclidade indígena remonta os primeiros anos de catequização católica na cidade, possivelmente uma das primeiras demarcações de diferença entre índios e brancos. Afinal, como reafirma outro senhor também nascido na cidade à época áurea da extração do látex, “nós somos cristãos; eles são caboclos”. Mas além das diferenças de credo, os índios também são caboclos por todas as demais características que os colocam em posição inferior aos outros habitantes. “O índio não é como a gente, que tem ambição de crescer. Ele fica lá, vivendo a vida do mesmo jeito que sempre viveu e sem sair do lugar”, diz uma senhora dona de terras no município, que chegou a São Félix para a exploração da madeira em meados dos anos 1980.

É fato que os índios de São Félix do Xingu não se reconhecem como os caboclos aos quais os habitantes mais velhos se referem e até mesmo a categoria de “índio” – do modo genérico como a grande maioria passou a designá-los – eles tendem a rejeitar, embora reconheçam que fazem parte de um grupo maior, ao qual a sociedade brasileira se acostumou a chamar de “povos indígenas”⁴². Isso ocorre porque, antes de serem índios, eles já tinham suas próprias autodenominações e formavam, inclusive, comunidades antagônicas. Os textos

⁴² Assim como o termo “caboclo”, a categoria genérica dada pela expressão “índio” é um rótulo de identificação exógeno. Somente em tempos recentes é que ela ganhou relação com as identidades dos povos a que se referem e, por isso, passou a ser aceita e usada para a autodenominação (Lima, 1999).

que relatam a história de São Félix do Xingu dão conta de conflitos entre os primeiros moradores e povos Xipaia e Assurini, mas predominam, de forma significativa, os relatos sobre os Kayapó (Santana, 2007; Nunes, 1998). Atualmente, este continua sendo o povo indígena que estabelece maior contato com os demais habitantes de São Félix, até mesmo porque o grande grupo Kayapó habita quatro das seis Terras Indígenas (TIs) localizadas no município. Além da área que leva o mesmo nome do grupo, eles estão nas TIs Trincheira/Bacajá, Menkragnoti e Badjônkôre⁴³.

De acordo com o levantamento censitário mais recente, o município de São Félix do Xingu tem cerca de 1,3 mil índios autodeclarados (IBGE, 2010). Pode parecer pouco, diante dos seus mais de 91 mil habitantes, mas, se entendido o contexto no qual esses números aparecem, qualquer dúvida sobre a influência dos povos indígenas na região do Médio Xingu logo tende a ser dirimida. Em São Félix, uma área de aproximadamente 60% de todo o território municipal é composta por Terras Indígenas. Essas TIs estão, em sua maioria, localizadas em mais de um município e se observado o mapa das áreas distribuídas ao redor de São Félix – e também de outras cidades próximas, como Tucumã e Ourilândia do Norte – o que vemos é praticamente uma grande “ilha” envolta por terras habitadas pelos Kayapó, mas também pelos Parakanã, Araweté, Kuruáya, entre outros povos. As Terras Indígenas que se estendem pela Bacia do Xingu – indo desde o norte, nas proximidades da BR-230, até o Mato Grosso, onde está o Parque Indígena do Xingu – formam em conjunto uma espécie de cinturão. Isso faz com que, talvez, seja possível até mesmo propor uma inversão da usual expressão “sociedade envolvente”, acionada pelos antropólogos para

⁴³ Em São Félix do Xingu, os Kayapó somente não ocupam a Terra Indígena Araweté/ Igarapé Ipixuna - cuja população é composta pelos índios Araweté – e a TI Apyterewa, habitada pelos Parakanã.

se referirem aos demais grupos com os quais um determinado povo indígena estabelece contato. Em São Félix do Xingu, quem envolve são os índios, pelo menos espacialmente (Figura 35).

Apesar de todo esse universo de povos distintos, vamos nos ater aqui somente aos Kayapó, em especial aos subgrupos que habitam a Terra Indígena de mesmo nome, sobretudo, pela proximidade das relações com São Félix, como já mencionamos. Além da TI Kayapó, os Mebêngôkre ocupam atualmente outras nove TIs, todas localizadas entre os estados do Pará e o Mato Grosso, num total de mais de 13 milhões hectares (Quadro 1). Entre elas, apenas a TI Kapotnhinore, ainda está em fase de identificação⁴⁴. As demais já atingiram os estágios de registro e homologação, etapas finais do processo de demarcação de Terras Indígenas conduzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e que garantem maior estabilidade aos habitantes da área. Ao todo, os Kayapó distribuídos pelas aldeias espalhadas entre os dois estados brasileiros somam mais de 8,6 mil índios (ISA, 2014). Desse total, uma população de cerca de 3,5 mil índios vivem na Terra Indígena Kayapó, uma das mais extensas, ocupando 3.284.005 hectares em partes dos municípios de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e Bannach.

⁴⁴ A Terra Indígena Kapotnhinore é de reivindicação dos subgrupos Metuktire e Mekrãgnoti (ISA, 2014). Seus dados não constam no quadro por não haver ainda informações disponíveis sobre sua área e população.

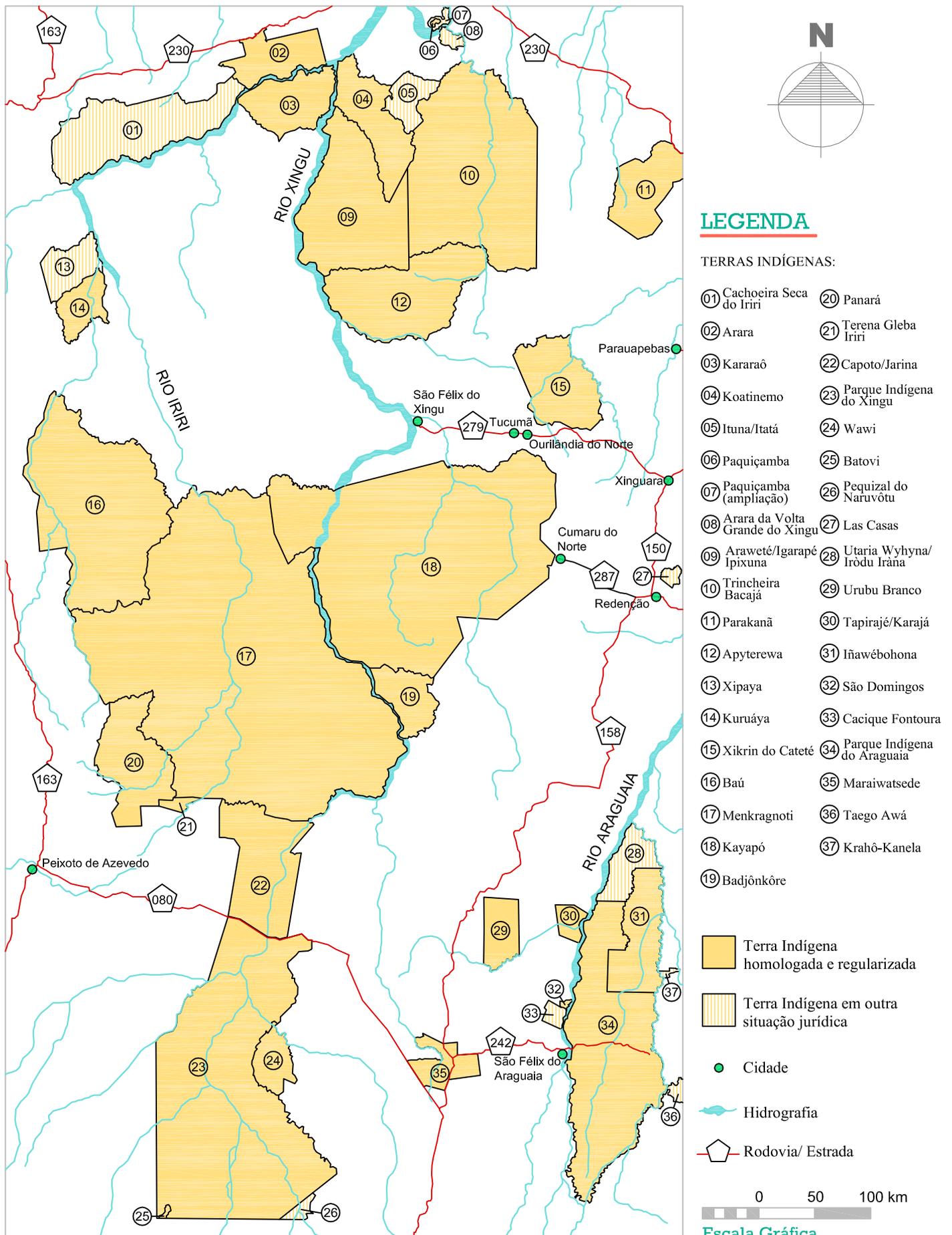


Figura 35 - Terras Indígenas e principais cidades no entorno do Rio Xingu

Fonte: Elaborado a partir de Funai, 2014.

Terra Indígena Área oficial Ano de homologação e/ou registro - UF de localização	Subgrupo	Aldeia	Ano de Origem (aldeia)	População (Funasa, 2010)
Las Casas 21.344 ha./ 2009 - Pará	Gorotire	Las Casas	1996	337
Kayapó 3.284.005 ha./ 1991 - Pará		Gorotire	1936	931
		Kikretum	1976	468
		Kokuedjá	1994	82
		Kriny	2003	159
		Apeiti	2009	50
		Turedjá	2010	211
	Kokraimoro	Kokraimoro	1940	424
		Pukarârânkre	1999	178
	Kubenkranken	Kubenkranken	1936	219
	A'Ukre	1979	384	
	Moikarakô	1995	380	
	Kawatire	2007	47	
Badjônkôre 221.981 ha./ 2003 - Pará		Kanhâpare	1988	118
Kararaô 330.838 ha./ 1998 - Pará	Kararaô	Kararaô	1935	54
Baú 1.540.930 ha./ 2008 - Pará	Mekrâgnoti	Baú	1947	200
Menkragnoti 4.914.255 ha./ 1993 - Pará		Pukany	1980	211
		Pungraiti	2010	39
		Kubenkókre (Mekrâgnoti)	1983	759
		Kendjá	1999	197
		Omeikrankum	2007	56
		Koróróti	2007	78
	Kâkankuben	2007	122	
Capoto/Jarina 634.915 ha./ 1991 - Mato Grosso	Metuktire (Ixucarramãe)	Kremoro (Kapot)	1989	547
		Metyktire	1989	276
		Piaraçu	1985	148
		Kenpó	2007	42
		Bytíre	2008	49
		Kromare	2009	15
		Pykatâkwry	2009	31
		Jatobá	2003	38
Kretire	2009	18		
Xikrin do Cateté 439.151 ha./ 1991 - Pará	Xikrin	Cateté	1953	625
		Djudjekô	1993	381
		Oodjá	2007	64
Trincheira/ Bacajá 1.650.939 ha./ 1996 - Pará		Bacajá	1926	206
		Mrotidjá	2003	293
		Patkrô	1985	123
		Pykayaká	2006	81
		Pytakô	2010	45
13.038.358 ha.		TOTAL		8.686

Quadro 1 - Terras Indígenas Mebêngôkre, subgrupos, aldeias e população

Fonte: Adaptado de Turner *et al.*, 2011, p. 446, com incorporação de dados do ISA, 2014.

Não constam no quadro os Mebêngôkre residentes em aldeias de outras etnias (27 pessoas) e roças próximas às aldeias Kikretum e Gorotire (265 pessoas).

Autodenominados Mebêngôkre – cujo significado apresentado por Terence Turner (1992, p.311) é “[...] gente do espaço dentro da(s), ou entre a(s), água(s)” –, os atuais Kayapó fazem parte dos povos da família linguística Jê, sendo também conhecidos como Kayapó do Norte ou Setentrionais. Segundo Greg Urban (1992), os Jê se separaram de outras famílias integrantes do tronco Macro-Jê há cerca de três mil anos e têm, possivelmente, a região central do Brasil como ponto de origem. Dali, os Jê se subdividiram, avançando a norte e a sul e se distanciando das demais famílias do mesmo tronco, entre elas a Bororo, a Krenak e a Maxakali ⁴⁵. Como grupo Jê setentrional independente, de acordo com Turner, os Mebêngôkre somam mais de 400 anos de existência, desde que se separaram dos Apinajé e Suyá, seus parentes mais próximos, entre os séculos XVI e XVII. Cerca de 100 anos antes dessa cisão, esse grupo ancestral formado pelos Kayapó, Apinajé e Suyá teria se desligado dos Timbira (Quadro 2).

⁴⁵ Embora uma tentativa de reconstituição que reduza a diversidade das línguas a alguns agrupamentos seja simplificadora, a organização desses grupos em troncos e famílias linguísticas permite conhecer parte do complexo e ainda pouco explorado processo de ocupação do território brasileiro anterior ao contato ocidental. É a reconstrução cronológica dos grupos de falantes que permite levantar hipóteses sobre a distribuição espacial desses povos e as relações entre eles. Como relata Urban (1992) esses estudos indicam, por exemplo, que os dois principais troncos linguísticos conhecidos – o Macro Jê e o Tupi – têm como prováveis origens áreas de cabeceiras de importantes rios brasileiros no período de 4000-5000 a.C., com posterior ocupação das terras baixas, provavelmente, em 1000 a.C..

Tronco	Família	Língua	Dialeto(s)	
Macro-Jê	Kamaká†	Kamaká†		
		Mongoyó†		
		Menié†		
		Kotoxó†		
		Masakarát†		
	Maxakalí	Maxakalí		
		Kapoxó†		Kumanaxó e Panhámet†
		Monoxó†		
		Makoní†		
		Malalí†		
		Pataxó†		
	Krenak	Krenak		Nhakrehé, Nakpié, Naknyanúk, Nakyapmã, Nyepnyep, Etwet, Mínyäyirún, Yiporók, Pojítzá, Potén, Krek mú, Bakuén e Aranã
		Gueré†		
	Puri†	Puri†		
		Koropó†		
		Coroadó†		
	Kariri†	Kipeá†		
		Dzubukuá†		
		Sabuyá†		
		Kamuru†		
	Yaté	Yaté		
	Karajá	Karajá		Karajá do Sul, Karajá do Norte, Javaé e Xambiwá
	Ofayé	Ofayé		
	Bororo	Bororo do Leste		
		Bororo do Oeste†		
		Umutina		
		Otúke†		
Guató	Guató			
Rikbaktsá	Rikbaktsá			
Jê	Jê do Sul	Kaingáng	Kaingang do Paraná, Kaingang Central, Kaingang do Sudoeste e Kaingang do Sudeste	
		Xoklêng		
		Ingain†		
	Jê Central	Xavante		
		Xerente		
		Xakriabá*		
		Akroá†		
	Jê Nordeste†	Jaikó†		
	Jê do Norte	Panará		
		Timbira	Canela Romkokamekrã, Canela Apanyekrã, Gavião Piokobjé, Gavião Parakatejé, Krinkatí, Krahô e Krenjé	
		Apinajé		
		Suyá	Tapayuna	
		Kayapó	Gorotire, Kararaó, Kokraimoro, Kubenkranken, Mekrãgnoti, Metuktire (Txukarramãe) e Xikrin	

Quadro 2 - Tronco Macro-Jê

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 1999, p. 167-168. * Língua possivelmente extinta, segundo o autor.

†Famílias, línguas e dialetos considerados extintos pelo autor à época da pesquisa.

Turner (1992) afirma ainda que existem evidências de que essa cisão entre os Kayapó e os demais povos de língua Jê tenha ocorrido na área entre os rios Araguaia e Tocantins, ao norte da Ilha do Bananal. Uma narrativa guardada pelos Mebêngôkre contemporâneos informa que seus ancestrais viviam como um só grupo até descobrirem uma árvore carregada de espigas de milho. Com a derrubada dessa árvore, eles passaram a dominar o cultivo do cereal, mas também começaram a falar línguas diferentes, dando origem a diversos grupos distintos. Relatos portugueses do século XIX, de fato, dão conta de vários povos Jê diferentes vivendo nessa região e, entre eles, um grande grupo, cuja designação “Nhyrykwaye” só encontra palavra semelhante entre as expressões usadas pelos atuais Kayapó. Esse conjunto de dados é o que leva Turner a sugerir que os Nhyrykwaye descritos pelos portugueses sejam, na realidade, os Mebêngôkre e “o espaço entre águas” indicado pelos Kayapó ao se referirem a si próprios, a porção de terra entre os rios Araguaia e Tocantins.

A dificuldade enfrentada pela pesquisa histórica e geográfica em remontar o percurso de ocupação dos vários povos indígenas no território nacional ocorre, de acordo com Terence Turner, principalmente, pela imprecisão de boa parte das fontes dos séculos XVII e XVIII e também alguns documentos datados do XIX. Em muitas situações, o mesmo nome tribal é usado para designar grupos distintos; em outras, há a aplicação de vários nomes diferentes para um mesmo povo. No caso dos Kayapó, a grande confusão é dada pelo fato de que muitos povos nativos empregavam o termo de origem tupi – cujo significado literal é “como macaco” – ou variantes dele para se referirem a seus inimigos. Além disso, outro grupo Jê, de origem bastante distante dos atuais Kayapó, já havia recebido dos estudiosos essa mesma nomenclatura. São diversos os registros sobre esse grupo – também conhecido como Kayapó do Sul ou Meridionais –

considerado extinto até a revelação de que os índios Panará, contatados nos anos 1970, eram seus descendentes. Entretanto, grande parte desses estudos não apresenta a devida distinção entre os Kayapó do Norte e os do Sul.

Apesar dessa dificuldade em reconstituir o processo de ocupação do território e as cisões mais remotas entre os grupos e subgrupos, a etno-história dos Mebêngôkre sugere que a grande aldeia ancestral que deu origem às atuais sociedades tenha começado a se subdividir na passagem do século XVIII para o XIX. Os primeiros a deixarem a aldeia primitiva foram os Porekru, ancestrais dos Kokorekre e Djorê – ambos extintos – e também dos Xikrin, que vivem atualmente às margens dos rios Cateté e Bacajá. No final do século XIX, já eram três grandes grupos, que juntos somavam mais de sete mil indivíduos. Além dos Porekru, havia os Goroti-Kumrex e os Irã'ãmranhre. Estes, também conhecidos como Pau d'Arco devido ao rio próximo à área onde se estabeleceram, chegaram a formar contingente de três mil pessoas, mas foram dados como extintos na década de 1940, após sucessivos ataques e a tentativa "civilizatória" fracassada da missão dominicana. Já os Goroti-Kumrex – identificados pelo mesmo nome dado à grande aldeia ancestral – são os ascendentes dos Mekrãgnoti e dos Gorotire, os dois grupos responsáveis pela origem das comunidades localizadas hoje entre o sudeste do Pará e o norte do

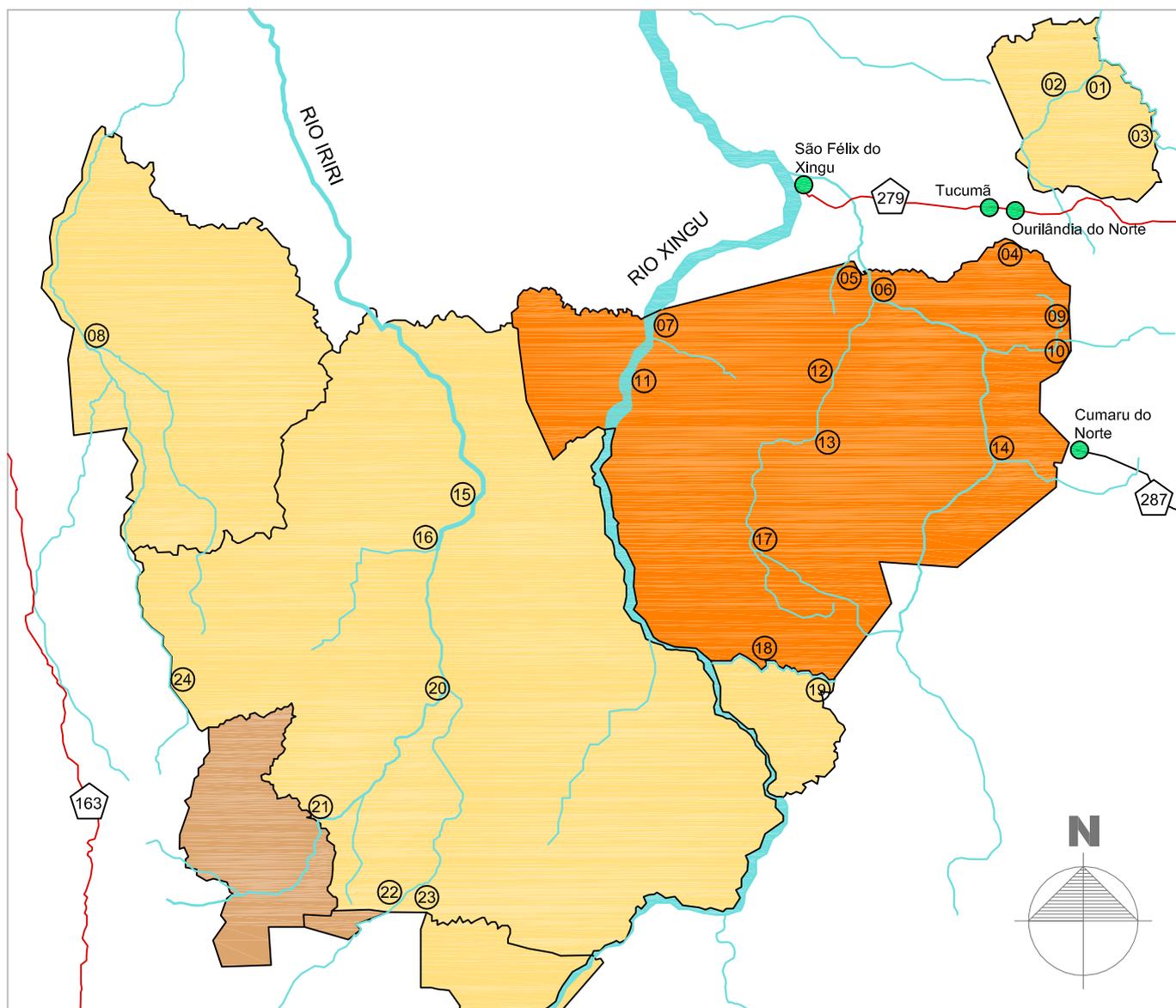
Mato Grosso, a partir de subdivisões datadas do início do século passado⁴⁶ (Verswijver, 2002; Vidal, 1977).

O século XX foi marcado pela intensificação do processo de contato entre os Mebêngôkre e os demais integrantes da sociedade brasileira. Fatores decorrentes dessas aproximações somaram-se às motivações tradicionais para as subdivisões internas dos grupos – como a busca por terras com mais recursos necessários à sobrevivência –, alterando significativamente a dinâmica de reprodução dos Kayapó, conforme apresenta Turner *et al.* (2011). Antes das primeiras aproximações pacíficas, os ataques externos violentos produziram um acirramento dos conflitos entre os membros das comunidades. Na primeira metade dos anos 1900, as epidemias trazidas pelas frentes de expansão e os artigos industrializados que elas tinham em seu poder foram algumas das principais causas que levaram à fragmentação das comunidades em agrupamentos menores. Atribuindo a origem das doenças a feitiçarias, grupos rivais passaram a promover acusações mútuas, o que chegava, no limite, à formação de uma nova comunidade. A atração pelos bens de consumo encontrados com os ribeirinhos e seringueiros também dividiu a opinião dos chefes quanto à necessidade de deslocamento das aldeias para ter acesso a esses artigos, o que fez com que alguns membros optassem por deixar suas comunidades para dar origem a outras nucleações.

⁴⁶ Vanessa Lea (1986), em sua pesquisa junto aos Metuktire, identifica como parte de uma “comunidade Kayapó” apenas os grupos formados pelos habitantes das aldeias descendentes dos Gorotire e dos Mekrãgnoti. Isso se deve ao fato de esses grupos compartilharem, à época do estudo, além da mesma língua, um acervo comum de nomes cerimoniais de extrema relevância social. Apesar da distância física entre as aldeias, eles se consideravam, segundo a autora, povos que tinham uma “identidade comum”, o que não ocorria em relação aos Xikrin, povo incluso entre os Kayapó pela literatura Jê, mas que já havia se separado dos demais grupos há mais tempo. Os Xikrin, embora estivessem mais próximos dos Kayapó cultural e linguisticamente que qualquer outro grupo Jê, acredita Lea, deveriam ser considerados uma sociedade distinta, devido a suas especificidades.

Os Gorotire foram os primeiros a aceitar a “pacificação”, ainda em 1937, um ano após terem sofrido cisão interna e dado origem aos Kubenkranken. Os demais grupos – inclusive os derivados dos Mekrãgnoti, que se direcionaram a oeste do Xingu – somente passaram por esse processo durante a década de 1950. Esse período de “pacificação”, promovido pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), também causou algumas subdivisões devido à instalação de agências do governo junto às aldeias, fato que redimensionou o poder das lideranças tradicionais, antes responsáveis pela coesão dos grupos. Entretanto, somente a partir da década de 1980, quando os Mebêngôkre voltaram a aumentar seu contingente populacional, é que novas comunidades foram criadas com menor intervalo de tempo. Desde aquela década até o ano de 2010, surgiram ao menos 31 novas aldeias, sendo que 18 delas foram instaladas a partir do ano 2000 (Turner *et al.*, 2011). Assim, se a reconstituição de cisões remotas é dificultada pela imprecisão de muitos dos dados, o trabalho de mapear as aldeias Kayapó no presente corre o risco de rapidamente deixar de representar a realidade, dada a intensidade de subdivisões recentes⁴⁷ (Figura 36).

⁴⁷ Como apresenta André Demarchi (2014), os mapas oficiais são geralmente ultrapassados, não conseguem acompanhar a dinâmica de segmentação própria aos Mebêngôkre e deixam de trazer algumas das aldeias originadas em período recente.



LEGENDA

PRINCIPAIS ALDEIAS:

- | | | | |
|------------|----------------|----------------|---------------|
| ① Cateté | ⑦ Kokraimoro | ⑬ A'Ukre | ⑰ Kanhâpare |
| ② Djudjekô | ⑧ Baú | ⑭ Gorotire | ⑱ Kubenkókre |
| ③ Oodjã | ⑨ Kokuedjã | ⑮ Kendjã | ⑲ Kâkankuben |
| ④ Turedjã | ⑩ Kriny | ⑯ Pukany | ⑳ Koróróti |
| ⑤ Apeiti | ⑪ Pukarârãnkre | ⑰ Kubenkankren | ㉑ Omeikrankun |
| ⑥ Kikretum | ⑫ Moikarakô | ⑱ Kawatire | ㉒ Pungraiti |

- TI Kayapó
- Demais TIs habitadas pelos Mebêngôkre
- TIs de outros povos
- Cidade
- Hidrografia
- Rodovia/ Estrada

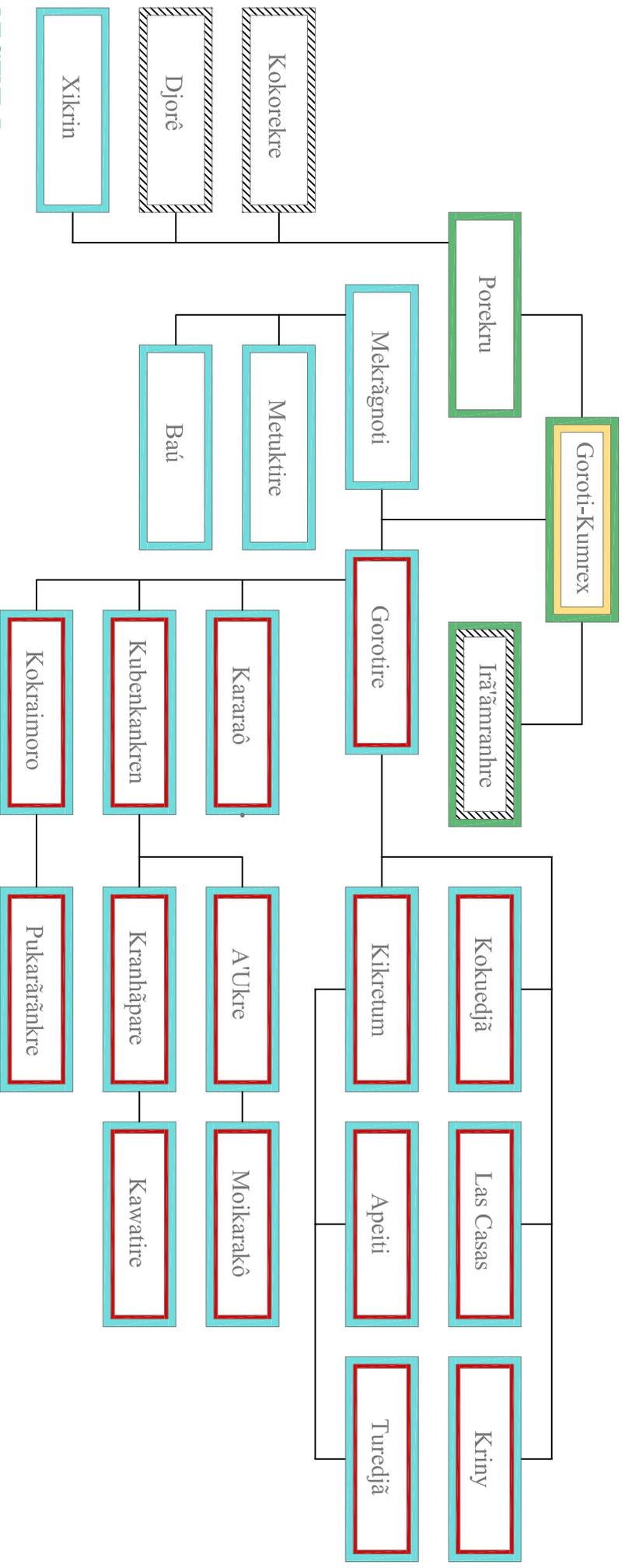
0 50 100 km

Escala Gráfica

Figura 36 - Principais aldeias Mebêngôkre

Fonte: Elaborado a partir de Turner *et al.*, 2011; Lea *apud* Demarchi, 2014.

Na Terra Indígena Kayapó, estão os descendentes dos primeiros Gorotire, que até as primeiras décadas do século passado viviam em uma única aldeia. Dela nasceram as demais comunidades que formam o grupo Gorotire derivado de Goroti-Kumrex e que, como já foi dito, se separou dos Mekrãgnoti há cerca de 100 anos. Não por acaso, a aldeia Gorotire ainda é hoje a mais populosa da região. Até a segunda metade dos anos 1970, existiam apenas outras três aldeias vinculadas ao grupo Gorotire: Kararaô, Kubenkranken e Kokraimoro. Juntamente com Gorotire, essas aldeias formam, atualmente, alguns dos subgrupos Kayapó e são responsáveis pela descendência das demais comunidades do grupo Gorotire na região (Figura 37). É importante destacar que o termo Gorotire, nesse caso, é empregado para designar tanto a aldeia Kayapó existente desde 1936, quanto o grupo nascido de Goroti-Kumrex e o subgrupo cujas cisões posteriores à década de 1970 originaram, entre outras, as aldeias Kikretum e Kriny (Figura 37). A partir desse momento, no entanto, chamaremos de Gorotire, exclusivamente, a antiga aldeia localizada às margens do Rio Fresco e responsável por alguns dos episódios mais importantes da trajetória da Terra Indígena Kayapó que veremos a seguir.



LEGENDA

- Aldeia ancestral
- Grupos primitivos
- Grupos e subgrupos extintos
- Aldeias Mebéngôkre atuais
- Aldeias derivadas de Goroti

Obs. Não foram incluídas as aldeias derivadas de cisões entre os subgrupos Mokrãgnoti, Metuktire, Baú e Xikrin.

Figura 37 - Genealogia do grupo Goroti

Fonte: Elaborado a partir de Turner *et al.*, 2011; Turner *apud* Lea, 1986; Verswijver, 2002; Vidal, 1997.

4.1 A construção das diferenças

Desde os primeiros contatos entre europeus e ameríndios, a construção da alteridade – incorporada à história oficial e à formação de uma identidade nacional – foi marcada pelo domínio do discurso colonizador. Seja nas expedições de cronistas nos séculos iniciais da conquista ou nas imagens dos pintores-viajantes que proliferaram durante o Império, um conjunto expressivo de descrições – textuais e pictóricas – contribuiu para a formulação de uma visão dominante sobre o lugar do ameríndio na sociedade brasileira, como destaca Maria Sylvia Porto Alegre (1994). Reproduzidas em exaustão no Brasil e fora dele, pela imprensa e nos trabalhos científicos, as cenas do cotidiano no Novo Mundo foram reconhecidas como documentos históricos praticamente inquestionáveis, principalmente, devido ao fascínio do registro iconográfico. Antecipando a fotografia, o desenho conferia ao relato etnográfico uma autoridade discursiva surpreendente, dado seu caráter sedutor e pretensamente testemunhal.

Nesse conjunto de trabalhos, a dualidade entre o bom e o mau selvagem é um dos temas mais recorrentes. “Esboços, croquis e desenhos se conjugam para compor o mosaico vivo e ilustrado da extinção eminente desses seres ora ‘decadentes’ e ‘grotescos’, ora ‘belos’ e ‘inocentes’” (Porto Alegre, 1994, p. 67, grifos da autora). Misturado a isso, estava a visão recorrente do nativo como extensão harmoniosa da natureza, influência do romantismo novecentista, pautado pela busca de um paraíso natural e de seus defensores. Munidos de arco e flecha, banhando-se em riachos e igarapés ou caçando animais pela mata, os índios das narrativas românticas são a síntese de um imaginário que

contrasta com a selvageria e a barbárie, ambos formadores do enredo que procurava explicar o nativo e sua relação com o meio.

Questionadas posteriormente – sobretudo por conta da superação das teorias raciais a que estavam associadas e quanto às condições em que foram produzidas e reproduzidas⁴⁸ –, essas narrativas tornadas oficiais não deixaram de ser reativadas em momentos diversos. Foram elas que permitiram, por exemplo, que os índios – mas também outros grupos sociais – fossem encarados como seres passivos e “presos” à natureza, aos quais Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) chamou de “sujeitos biologizados”. Assumindo condição inferior dentro do quadro geral cunhado pelo discurso oficial, esses “sujeitos biologizados” são todos aqueles que permanecem metaforicamente “amarrados” ao meio em que vivem, sendo considerados incapazes de agir por suas próprias forças. Metáforas geológicas e botânicas pulularam durante décadas para explicar esses seres, como observa o autor, indo do “índio ligeiro como as corredeiras” ou “perigoso como os animais selvagens” até o “sertanejo forte como uma rocha”.

Esse grupo amplo de tipos sociais – considerados limitados por um esquema interpretativo que orientou as políticas públicas durante longo período de tempo – somente viu sua situação se alterar em meados da década de 1980, quando movimentos emergentes dos chamados “povos da floresta” começaram a ganhar voz. Embora na grande parte dos casos essas falas tenham sido

⁴⁸ Como observa Porto Alegre (1994), no caso das pinturas dos viajantes do século XIX, estudos posteriores foram dedicados a discutir o valor documental e histórico das obras deixadas pelos viajantes, a partir de alguns pontos como: (1) o uso de modelos para o registro das imagens, sendo os mesmos adornados pelos próprios pintores para marcar as diferenças entre as etnias; (2) o fato de muitas imagens terem sido produzidas a partir da descrição de terceiros e não da observação direta e (3) a alteração dos desenhos originais no momento da reprodução litográfica nas editoras da Europa, com o objetivo de eliminar características capazes de causar a repulsão do público ou no intuito de romantizar as cenas retratadas.

incorporadas de modo burocrático pelos órgãos governamentais, foi somente nesse momento que os “sujeitos biologizados” se transformaram em “sujeitos sociais”, libertando-se do lugar comum e cristalizado de suas imagens na sociedade, como esclarece o autor.

Neste processo de ruptura passam a ser os sujeitos da ação, separados radicalmente da natureza, e não mais aceitam ser entendidos como produto ou parte dela, não mais aceitam ser exibidos em jardins botânicos ou em exposições ao vivo de museus ou em zoológicos. Ao contrário passam a intervir nas políticas conservacionistas dos jardins botânicos, através de uma consciência ambiental aguda, passam a se impor às exposições de museus e centros culturais através de uma mobilização político-organizativa que os torna uma questão da ordem do dia (Almeida, 2008, p. 81-82).

É importante destacar que o momento de biologização dos sujeitos coincide exatamente com o período em que dominou a leitura dicotômica dos pares natureza e cultura, que vê na separação do meio natural a condição da humanidade. Embora Almeida não discuta essa questão, sua colocação é fundamental para elucidar as complicações dadas pela biologização desses grupos sociais diante desse paradigma dual, a partir do qual gradientes de humanidade maiores ou menores são atribuídos aos seres conforme o grau de aproximação com a natureza. Ou seja, se de início o discurso do bom selvagem – associado ao homem como extensão da natureza – pode parecer vantajoso em relação à narrativa que põe o índio como um ser degradado, a perspectiva apresentada por Almeida nos permite discutir o quão enganosa é a construção do homem aprisionado ao seu meio. Ela leva ainda a perceber que, mesmo questionada posteriormente, as imagens do mundo selvagem serviram para configurar a distinção entre a própria ciência e o reino dos mitos, distinguindo a racionalidade ocidental de uma suposta irracionalidade nativa, tomada como incapaz de edificar uma visão de mundo particular.

Antes da ruptura ocorrida nos anos 1980 apontada por Alfredo Wagner, a biologização desses sujeitos foi endossada pela literatura, pelos livros didáticos e pelos próprios órgãos oficiais. O autor chama a atenção, inclusive, para o modo como eles foram apresentados – e representados – pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante boa parte do século XX, na tentativa de compor um quadro geral dos tipos humanos brasileiros. Entre os anos 1930 e 1970, juntamente com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), o IBGE publicou uma das séries mais populares de sua história, denominada *Tipos e aspectos do Brasil*. Em formato de pequenos textos ilustrados, a série teve início já no segundo ano de circulação da *Revista Brasileira de Geografia*, em 1939, na qual os artigos eram inseridos. Mais tarde, a coletânea de textos publicados passou também a ser organizada no formato de livros, sendo algumas das edições traduzidas para outras línguas, como o espanhol e o inglês. Cada um dos quadros, na revista do Instituto ou nos livros, ilustrava o modo como esses “sujeitos biologizados” interagiam com o meio: do jangadeiro nordestino ao vaqueiro de Marajó, passando pelo barraqueiro do São Francisco e o peão do Centro-Oeste. Em *Tipos e aspectos do Brasil*, os “sujeitos enraizados” – para usar aqui mais uma das metáforas que contribuem para essa biologização e que, de certo modo, ainda está presente nos dias atuais – constituíam parte de um conjunto de figuras típicas criadas pelo Estado e que pretendiam formar a consciência nacional de um povo. Como argumenta Almeida (2008), eram o símbolo oficial de uma identidade nacional que se pretendia cunhar.

Tomando aqui uma das edições publicadas pelo IBGE e o CNG (1956), é possível estabelecer algumas considerações sobre o lugar social desses tipos no Brasil daquele tempo, em especial o do indígena. Organizada por regiões

geográficas, a publicação apresenta um mapa do Norte brasileiro e seus sujeitos típicos em que a figura do índio é ausente, fato curioso para uma das porções do país onde, pouco tempo depois, um mosaico de terras indígenas iria surgir pelas mãos dos órgãos oficiais e após lutas empenhadas pelos próprios nativos. Não fosse a contribuição das diversas etnias indígenas ali localizadas para a constituição cultural dos tipos que delas se originaram – perceptível pela descrição contida no texto e reconhecida pela publicação no modo de construir e no trato com o rio – o índio do Norte seria um fato, por completo, do passado. Aliás, em boa parte das descrições é assim que ele é apresentado, como um doador de caracteres étnicos e culturais indispensável para a região, mas não como um sujeito do presente. Essa ausência se deve, em grande parte, à opção pela teoria do caldeamento das raças, ainda em vigor àquele momento. Entretanto, é fato que, na tentativa de elaborar uma cultura nacional síntese de um cadinho de misturas, uns e outros foram integrados como componentes mais ou menos nobres da composição, até mesmo porque, no campo das ações, a assimetria de forças entre eles sempre foi uma realidade. Além disso, se os sujeitos biologizados já são, inevitavelmente, encarados sob a condição da passividade, sequer figurar entre eles parece indicar uma situação ainda mais crítica (Figuras 38, 39 e 40).

Além da ausência do índio, chama atenção a forma como é apresentada a figura do caboclo amazônico, tipo altamente representativo do Norte, segundo a própria publicação. Conforme a descrição, esse sujeito “tirado ou procedente do

mato”⁴⁹ – significado do termo em tupi – é o grande devedor do índio das várzeas, pois dos “[...] resquícios dos usos e costumes primitivos pautam o caboclo amazônico todas as formas e modos de sua atividade pelas contingências do meio físico, de que o rio e a floresta constituem a maior expressão” (IBGE; CNG, 1956, p. 9). O caboclo

antes de tudo é um nômade. Preferencialmente é um coletor, um pescador ou um caçador. Uma vez ou outra, dedica-se à minguada cultura de subsistência, aproveitando ora uma nesga de terra limpa pelo fogo, ora certa porção do solo fértil das vazantes. Planta, então, aqui e ali um pouco de milho e de feijão, alguma batata, uns quantos legumes (IBGE; CNG, 1956, p. 7-8).

⁴⁹ Não há consenso na literatura quanto à etimologia da palavra caboclo. Como observa Lima (1999), existem, pelo menos, duas versões para a origem do termo. Uma delas é essa apresentada pelo IBGE, na qual “o que vem da floresta” deriva do tupi *caa-boc*. A outra, também do tupi, *kari'boka*, significa “filho do homem branco”. Considerando ambas especulativas, a autora argumenta, contudo, que a primeira é mais coerente, uma vez que o termo caboclo foi inicialmente usado como sinônimo de tapuio, palavra empregada pelos próprios índios para se referirem aos indivíduos de outros grupos e, posteriormente, utilizada para designar os indígenas assentados.



Figura 38 - Mapa da Região Norte e seus tipos
 Fonte: IBGE; CNG, 1956, p. 1 (Autoria: Percy Lau).

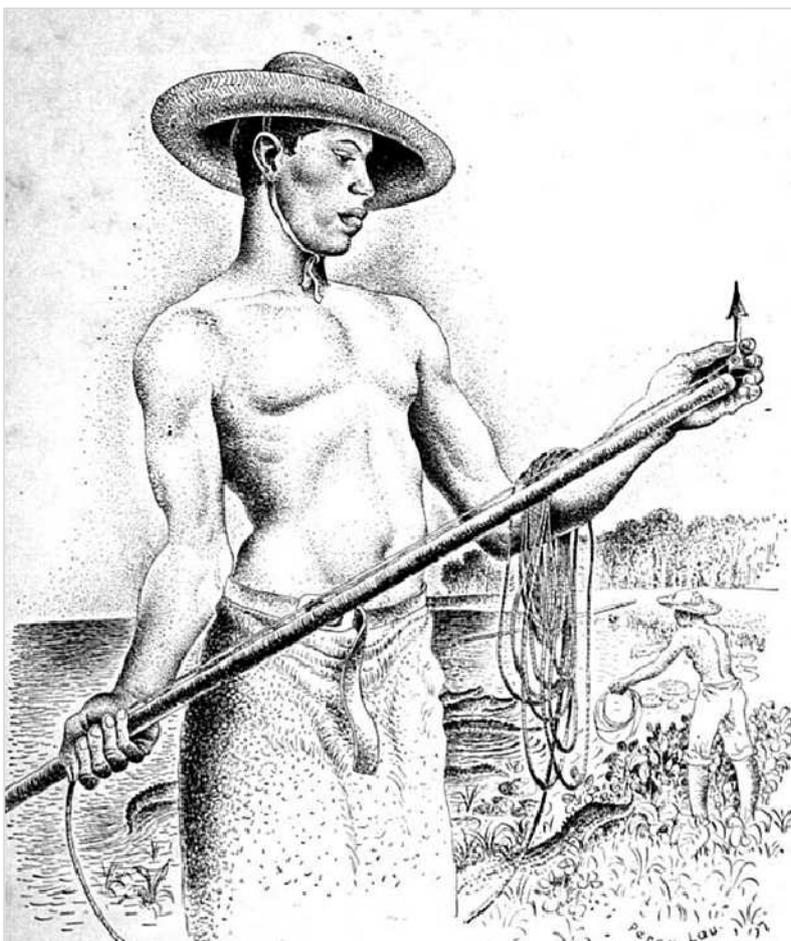


Figura 39 - Caboclo amazônico e seu ambiente de trabalho
 Fonte: IBGE; CNG, 1956, p. 4 (Autoria: Percy Lau).

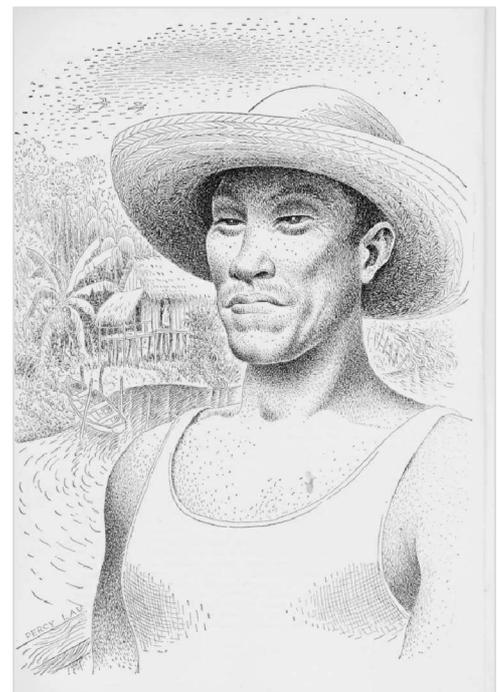


Figura 40 - Caboclo amazônico, características físicas
 Fonte: IBGE; CNG, 1956, p. 6 (Autoria: Percy Lau).

Se culturalmente o elemento indígena é o maior responsável por sua formação, as características fenotípicas são igualmente devedoras dos primeiros habitantes da região, seja entre o caboclo curiboca (nascido do casamento do branco com o índio), seja para o caboclo mameluco (fruto da mistura entre o branco e o curiboca). A “pigmentação epidérmica; a barba diluída; certa obliquidade dos olhos; sobriedade dos gestos” (IBGE; CNG, 1956, p. 8), enfim, tudo o assemelha ao índio nativo das terras baixas amazônicas. Desse modo, o caboclo definido pelos relatos do Instituto e pelos desenhos feitos a bico-de-pena por Percy Lau – peruano radicado no Brasil responsável pelas ilustrações dos tipos catalogados pelo IBGE – é um misto de categoria racial e social, como lembra Lima (1999), recorrentemente acionado para a construção de uma relação desigual entre classes na Amazônia: uma branca, civilizada e superior e outra baixa, predominantemente dependente do mundo rural e cabocla, como já discutido aqui a partir da autora.

Mas se a própria publicação do IBGE não se refere ao índio amazônico, qual a sua representação nas décadas recentes? A que temas eles estão associados? De que maneira suas histórias se juntam às histórias da região? Como já explicitado anteriormente, os índios foram e ainda são sujeitos sociais de grande importância em São Félix do Xingu – o recorte da Amazônia analisado neste trabalho – e em muitos casos o município paraense é associado aos povos indígenas que ali vivem. Com o objetivo de apreender essa realidade, este capítulo segue explorando a construção das diferenças entre índios e não-índios em São Félix do Xingu e faz isso, principalmente, a partir das falas dos entrevistados e das notícias sobre os grupos indígenas da região, com prioridade para os Mebêngôkre que vivem na Terra Indígena Kayapó. Foram selecionadas, como já explicitado na Introdução deste trabalho, 99 reportagens

em diversos veículos da mídia local e nacional para análise. Essas reportagens foram associadas àquelas que, retiradas de *Veja* e *Folha de São Paulo* a partir da pesquisa das expressões “São Félix” e “São Félix do Xingu”, tinham como tema a relação entre o município e os grupos indígenas da região⁵⁰.

Temporalmente, este conjunto de notícias relacionadas aos Kayapó está concentrado principalmente na década de 1980. Isso ocorre, sobretudo, porque esse período foi identificado em uma primeira análise de um quadro mais geral de reportagens sobre o grupo como o momento no qual os Mebêngôkre conseguiram grande publicidade decorrente dos acordos estabelecidos entre eles e os não-índios que chegavam ao Sudeste Paraense. Foi também o momento no qual os Kayapó acirraram a luta pelo reconhecimento do domínio de suas terras, uma reivindicação que já vinha sendo feita desde os anos 1960. Em 1973, os principais líderes sobrevoaram a região e no ano seguinte a Funai definiu os limites da área, mas o decreto de criação da TI ficou trancado em Brasília durante quatro anos, causando irritação entre os índios. Em 1978, foi iniciada a demarcação, mas a empresa que ganhou a concorrência da Funai para o trabalho abriu falência e suspendeu as atividades. Esse imbróglio foi fundamental para a reativação da imagem guerreira dos Kayapó a partir da década de 1980.

O recorte temporal aqui proposto não pretende ignorar que muitos dos problemas vividos pelos Kayapó a partir dos anos 1980 tenham simplesmente desaparecido de suas terras na atualidade. Embora o combate ao desmatamento tenha se intensificado e permitido a interrupção da exploração do mogno, o garimpo ainda é uma realidade nas áreas indígenas do Sudeste Paraense, como

⁵⁰ Nesse caso, as reportagens extraídas de *Veja* e *Folha de São Paulo* trazem, além dos Kayapó que habitam a TI de mesmo nome, relatos sobre outros grupos indígenas.

continua a noticiar a imprensa nos anos recentes (Folha de São Paulo, 2006d) e a própria Funai (2010; 2012; 2014a), em seus relatórios sobre a desativação de pontos ilegais de extração mineral. Em São Félix, esse é um fato constantemente comentado, como aparece na fala de um dono de barranco que encontrei na travessia do Rio Fresco, à espera da balsa que o levaria até a região. Segundo ele, “o pior são os índios, que pedem uma porcentagem muito alta para permitir a retirada de ouro nas suas terras”. Ainda assim, ele garantia que nos barrancos que colocava seus homens trabalhando, “só se via o Toddy”, usando a marca do achocolatado em pó para fazer referência à cor da água após a extração mineral.

Também não pretendemos com esse recorte apagar as ocorrências anteriores a ele. Elas são importantes, inclusive, para pontuar as origens dos contrastes, como ocorre na primeira reportagem encontrada em que os índios Kayapó – nesse caso, do subgrupo Xikrin – são citados juntamente com o município de São Félix nas páginas da *Folha de São Paulo*. A reportagem traça um paralelo entre a civilização presente nas cidades e a vida natural nas aldeias do Sudeste Paraense. Na descrição do jornalista,

Marabá progride e apresenta-se, por isso, como cidade movimentada e civilizada, embora distante da capital. Entre esse município e o de São Félix do Xingu, nasceram e vivem felizes, numa aldeia de difícil acesso, os índios da tribo Xicri⁵¹, a 220 quilômetros de Marabá em linha reta, por avião, e mesmo assim “teco-teco”, pois não há campo de pouso para aviões maiores na região (Folha de São Paulo, 1969, p. 9, grifo do autor).

⁵¹ Os termos relacionados aos Kayapó empregados nos textos extraídos da mídia impressa são grafados aqui como aparecem no original, mesmo quando adotada grafia diferente em outras partes deste trabalho, como ocorre, por exemplo, com o nome dos Xikrin. Nesse caso, optou-se pela grafia mais usada entre os etnógrafos contemporâneos: Xikrin, e não Xicri, como aparece na matéria do jornal *Folha de São Paulo*.

Como em um quadro pitoresco, os Xikrin são sujeitos pacíficos que vivem de suas roças de mandioca, milho, batata doce, cará, arroz e feijão, bem como dos frutos nativos. Além disso, eles caçam e pescam graças ao trabalho de um missionário católico, com quem “[...] aprenderam a colher castanha-do-pará e a preparar peles silvestres, que são vendidas em Marabá e Belém” (Folha de São Paulo, 1969, p.9). O frei foi o responsável pela organização de uma espécie de cooperativa. Cada índio tinha sua conta, onde era creditada metade da soma referente ao seu trabalho. A outra metade era revertida para a compra de implementos, sementes e produtos necessários para a vida na aldeia que não eram produzidos pelos indígenas.

Tanto no corpo do texto como nas legendas que acompanham as imagens é a intervenção do religioso que permite aos Xikrin uma nova realidade. Na legenda que descreve a cena de uma dança ritual, festa e trabalho são momentos distintos da vida cotidiana na aldeia, pois só após a “obrigação cumprida, os índios voltam à casa e dançam até que o sol desapareça” (Folha de São Paulo, 1969, p. 9). Na imagem de uma índia segurando um ouriço de castanha: “vive feliz no seu ambiente natural, e sorri ao futuro”; abaixo do mapa que localiza a aldeia amazônica: “nas selvas do Pará, os índios Xicris já alcançaram o estágio do cooperativismo”. Em tudo, é a ação do estrangeiro o que garante essa situação de paz descrita pelo repórter, na qual a vida segue ordenada pela racionalidade trazida pelo missionário.

Após três anos de assistência do missionário, a tribo indígena dos Xicris já apresenta outro aspecto. São índios saudáveis e alegres, vivem a sua vida natural e **já não pensam em ataques a brancos nem nas doenças que em outros tempos lhes eram transmitidas** por adventícios gananciosos (Folha de São Paulo, 1969, p. 9, grifos nosso).

Assim, na mídia impressa analisada, essa paisagem pacífica só aparece como resultado da coincidência entre os interesses de índios e não-índios, como ocorre na edição de *Veja* (1982, p. 80) em que a Amazônia, como fronteira de possibilidades, deixa de ser “apenas um paraíso natural e começa incorporar-se ao Brasil”. Entre os casos citados pela reportagem especial, está o de Paulo Pedroza, um engenheiro agrônomo do Rio Grande do Norte, formado no interior paulista, que havia chegado a São Félix do Xingu, em 1977, para cuidar da Fazenda Rio Dourado, que já abrigava um rebanho de 20 mil cabeças de gado àquela época. De acordo com a publicação, esses “jovens desbravadores” aprendiam “no meio da selva” o que jamais uma faculdade poderia ensinar. Entre esses aprendizados, estava o exercício da diplomacia com os indígenas, já que os “ataques de onças – ao lado dos índios, [eram] uma constante dor de cabeça para os fazendeiros da região” (Veja, 1982, p. 102), e seus milhares de bois nelore pastando por entre os castanhais. Assim que iniciou os trabalhos em São Félix, o engenheiro

viu-se instado a celebrar um tratado de paz com os índios gorotire, da nação caiapó, que há meses emitiam sinais de guerra. Pedroza foi à aldeia e ouviu a reivindicação do cacique Canhoc: a tribo queria 5 500 hectares de terra a oeste do Rio Inhoquim, dentro dos limites da fazenda. A reivindicação foi atendida, fez-se a paz e, no final deste mês, Canhoc estará entre os convidados de honra da festa de inauguração da escola do Rio Dourado (Veja, 1982, p. 102).

A publicação põe em destaque que, apenas depois disso, o engenheiro “conseguiu tempo e tranquilidade” para os trabalhos na propriedade de 209 mil hectares, com aproximadamente 500 funcionários e 156 quilômetros de estradas.

Esses acordos entre índios e não-índios vão fazer parte de toda a década de 1980, quando os Kayapó, de fato, intensificaram o contato com os demais

grupos que haviam chegado nos anos recentes à região do Xingu e aos quais permitiram, em muitos casos, a exploração das terras que ocupavam. A esses acordos, somou-se também o acirramento da luta pelo domínio do território. Essa situação diante de uma Amazônia apresentada como fronteira de recursos foi amplamente publicizada pela imprensa ao longo de toda aquela década, ajudando na construção midiática da imagem guerreira dos Kayapó. Três fatos que contribuíram para isso foram selecionados aqui para uma análise mais detalhada. São eles: (1) o ataque à Fazenda Espadilha em 1980, (2) a tomada do garimpo de Cumaru em 1985, (3) e o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em 1989 (Figura 41).

De antemão, é preciso destacar que esses fatos foram escolhidos porque, além de representarem a trajetória dos Kayapó nesse período, são, pela própria imprensa, frequentemente associados. Foram selecionados ainda porque permitem observar outros eventos que gravitam em torno deles e que, não sendo menos importantes, servem também à formação da imagem dos Kayapó pela mídia. Entre esses eventos está, por exemplo, a abertura das aldeias aos bens industrializados e o uso da própria tecnologia informacional como meio de articulação entre os grupos Mebêngôkre e forma de tomar contato com as notícias sobre o seu próprio povo. Ao fim, os anos 1980 ficaram marcados pela extensão do modo de vida urbano ao cotidiano dos Kayapó. Carros, aviões, equipamentos eletrônicos e viagens nacionais e internacionais passaram a fazer parte da realidade vivida por boa parte dos membros das aldeias Mebêngôkre do Sudeste Paraense. Não por acaso, o jornal *Correio Braziliense* à época da exploração do mogno entre os Kubenkranken anunciou as benfeitorias que a extração da madeira havia levado à aldeia. A comunidade estava rapidamente trocando as casas de palha pela alvenaria. As residências dos três caciques já

estavam prontas, todas elas “[...] no melhor estilo urbano: 5 quartos, três banheiros com privada e ducha, azulejos e telhado de cerâmica” (Correio Braziliense, 1989, p.14).

Todos esses bens alcançavam as aldeias Kayapó pelas mãos das empresas que exploravam a Terra Indígena ou dos próprios índios, sendo o Estado normalmente visto como ausente. Em 1994, por exemplo, o Ministério Público Federal moveu ação contra a União e a Funai, por permitir a exploração das reservas naturais dos Mebêngôkre. A Justiça Federal então expediu liminar para que garimpeiros, empresas mineradoras e madeireiras fossem imediatamente retirados da área (O Estado de São Paulo, 1994). A Funai afirmou que iria cumprir a decisão, mas que não tinha recursos suficientes para isso e que os índios não aceitariam facilmente a ordem vinda de Brasília sem uma contrapartida. Segundo o órgão indigenista, o governo federal não poderia assegurar o mesmo afluxo de recursos a que os Kayapó estavam acostumados e com o qual haviam adquirido os bens industrializados que dominavam as aldeias há mais de uma década (O Diário do Pará, 1994).

Além dos três fatos escolhidos para a análise, também procuramos nos deter em um personagem especial para a história dos Kayapó e cuja memória em São Félix do Xingu ainda é muito viva: Tuto Pombo, o antigo cacique da aldeia Kikretum. Muitas vezes tratado de forma pitoresca e anedótica, o caso de Pombo é particularmente especial porque, na imprensa, Pombo é a síntese dos Kayapó como índios “aculturados”. Em algum grau, todos os Kayapó passaram a ser vistos como índios “consumistas” ou mesmo “capitalistas” a partir do momento que se mostraram interessados em lidar com atividades que originalmente não faziam parte de seus costumes, como o garimpo. Mas Pombo

foi, possivelmente, o ponto mais alto desse processo, a exacerbação das transformações ocorridas após o contato com o mundo dos brancos, a imagem de uma “cultura que se transformava” – como se os Kayapó tivessem sido sempre os mesmos e não pudessem escolher qualquer coisa diferente do que eram àquele momento. Com isso, não estamos querendo justificar a escolha de Pombo em entregar suas terras à exploração descontrolada dos recursos naturais. Queremos apenas mostrar como, na imprensa analisada, ou o índio é visto como passivo das ações externas – e, portanto, um “sujeito biologizado”, como nos apresenta Almeida (2008) – ou ele não é índio e transforma-se em mais um “branco capitalista”.

Desse modo, é importante ressaltar que a análise dessas representações a partir dos veículos de comunicação não tem a intenção de fazer coro aos discursos muitas vezes colocados em prática pela própria mídia, nos quais os Kayapó “cada vez mais integrados à economia capitalista [...]”, como descreve *O Globo* (1987) em certa ocasião, são forçados pelo avanço do capital a abandonarem sua condição de índios. Ao contrário, reconhecemos a necessidade de compreender os índios como autores de suas próprias histórias, como pontua Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 24) e que muitos desses fatos só fazem sentido à luz da estrutura social Kayapó. Afinal, como diz a autora, “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira”.

Assim, entendemos os anos 1980 como marco dessa construção das diferenças, ou ainda, da reativação da imagem guerreira dos Kayapó, originada da luta pela terra principalmente e é esse período que pretendemos destacar a seguir a

partir desses três fatos importantes para a história dos Kayapó⁵² e de Tuto Pombo, o Mebêngôkre que talvez melhor tenha representado para a imprensa e os habitantes de São Félix e região a dualidade entre ser e não ser índio no Xingu.

⁵² Além dos três episódios aqui apresentados, é importante destacar a participação dos Kayapó nas discussões sobre a Constituição de 1988. Marco para a política indigenista, a Constituinte teve atuação efetiva do grupo, confirmando a década de 1980 como período de relevância para as relações entre os índios e os demais segmentos da sociedade brasileira.

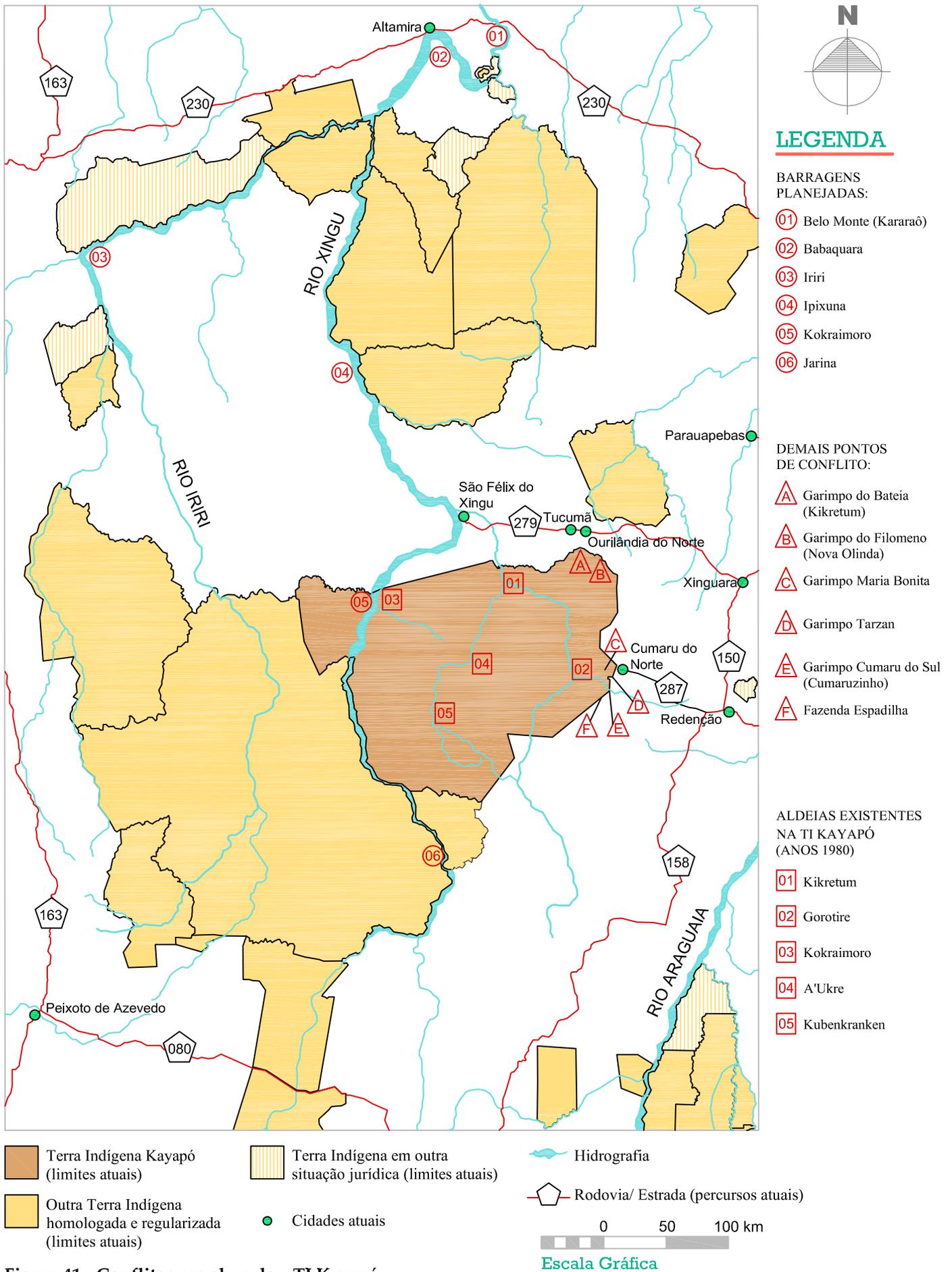


Figura 41 - Conflitos envolvendo a TI Kayapó

Fonte: Elaborado a partir de Funai, 2014; Schmink; Wood, 2012; Cedi, 1983.

4.1.1 O “massacre” em Espadilha e a reativação da imagem guerreira

Um dos casos de maior repercussão no início dos anos 1980 foi o ataque promovido pelos índios da aldeia Gorotire à Fazenda Espadilha, nos limites da atual Terra Indígena Kayapó⁵³. No dia 1º de setembro daquele ano, mais de 100 guerreiros, comandados pelo cacique Kanhôm, fizeram uma expedição até a propriedade, a fim de averiguar a informação de que os fazendeiros da região estavam realizando queimadas na área reservada aos índios. Em junho, denúncias de invasão já teriam feito com que a Funai interditasse o local, mas os índios haviam sido informados de que as queimadas estavam sendo retomadas e que cerca de 1,8 mil homens se dirigiam à região para apoiar o trabalho dos fazendeiros. Chegando à Espadilha, um desentendimento entre os Kayapó e o capataz da fazenda deixou dois índios feridos a golpes de faca e machado. O fato levou à revolta dos demais guerreiros, que atacaram com bordunas e mataram homens, mulheres e crianças presentes na sede da propriedade. Ouvido pela imprensa, Kanhôm afirmou: “nós fomos lá para conversar, mas eles resolveram bater” (O Liberal, 1980a).

Primeiro órgão de imprensa a chegar à Fazenda Espadilha, *A Província do Pará* narrou o fato com detalhes, apresentando as imagens dos corpos estendidos pela propriedade e sentenciando que “[...] os apetrechos de guerra dos Gorotire cruzados sobre a pista de pouso, eram o sinal de que a vingança ainda não tinha sido total” (A Província do Pará, 1980, p.11). Segundo a publicação, o receio de

⁵³ Localizada a leste de São Félix do Xingu, a Fazenda Espadilha estava mais próxima da sede do atual município de Redenção, àquela época uma vila subordinada a Conceição do Araguaia. Com as subdivisões ocorridas posteriormente, a propriedade passou a fazer parte do município de Cumaru do Norte, no limite com Bannach. Cumaru (1991) e Bannach (1993) desmembraram-se de Ourilândia do Norte (1989), que por sua vez originou-se de São Félix do Xingu. Para uma breve genealogia dos municípios do Sudeste Paraense, ver Capítulo 3.

um novo ataque dominava a fazenda, que permanecia “[...] sob os gritos e cânticos, vindos de longe, dos enfurecidos Gorotire como que anunciando seu desejo de permanecerem em pé de guerra” (A Província do Pará, 1980, p.11).

O jornal de Belém deu destaque ainda ao drama dos sobreviventes. Geni Ferreira Alves, de 27 anos, perdeu o marido e duas filhas. No momento em que os Kayapó estiveram na fazenda, ela fazia uma visita à casa de outro colono da região e somente tomou conhecimento do que havia acontecido no caminho de volta, quando encontrou quatro de seus irmãos menores e a mãe, Delfina Ferreira. De acordo com a publicação, Delfina e as crianças teriam sido poupadas pelos Kayapó para servirem de mensageiras em outras fazendas quanto à possibilidade de novas invasões. O título da matéria, *Geni e Delfina, fugindo às pressas do inferno*, reproduz a classificação dada pela própria Delfina ao ataque: “nunca vi coisa tão horrível em minha vida, as crianças sendo massacradas e judiadas pelos índios. As mulheres gestantes sendo violadas e morrendo de tanto apanhar. Foi um verdadeiro inferno” (A Província do Pará, 1980, p.10).

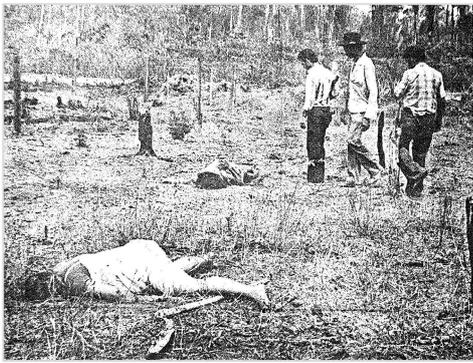


Figura 42 - Ataque em Espadilha
Fonte: A Província do Pará, 1980, p. 10.

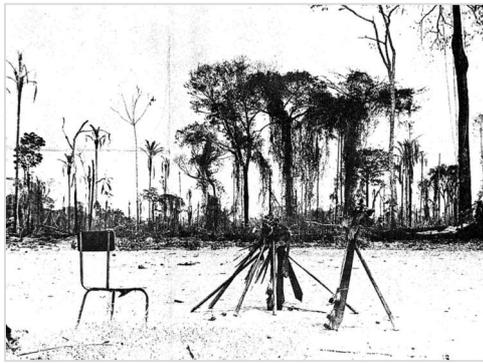


Figura 43 - Pista de pouso interdita
Fonte: A Província do Pará, 1980, p. 11.



Figura 44 - Sobreviventes ao ataque em Espadilha
Fonte: A Província do Pará, 1980, p. 10.



Figura 45 - Kanhôk explica o ataque à Fazenda Espadilha
Fonte: Jornal da Tarde, 1980a, p. 13.

As informações sobre o ataque, bem como suas imagens, não se limitaram à imprensa local, multiplicando-se pelos noticiosos do país. Em alguns casos, a exposição dramática dos corpos das vítimas nas páginas de *A Província do Pará* se transformou na própria notícia entre os órgãos de imprensa do Sudeste, como ocorreu com o *Jornal da Tarde*⁵⁴. Segundo a publicação de São Paulo, os 12 mil exemplares daquele dia – a tiragem usual de *A Província* era de sete mil – esgotaram-se rapidamente nas bancas de Belém. As cenas haviam provocado choque e revolta na população da capital paraense e, nas proximidades de Espadilha, os fazendeiros queriam formar a própria milícia, contratando peões para a defesa. A cobertura do jornal belenense começou a preocupar os antropólogos quanto ao possível aumento do sentimento anti-indígena e foi, inclusive, levantada a hipótese de que outras pessoas poderiam ter chegado até a Fazenda e manipulado os corpos para simular um estupro das mulheres mortas pelos índios (Jornal da Tarde, 1980b).

A revista *Isto É* repercutiu o caso, afirmando que, embora não estivessem concluídas as investigações⁵⁵, certamente aquele fato iria “[...] afetar bastante as relações entre índios e brancos na Amazônia” (*Isto É*, 1980, p.26). Segundo a publicação, entretanto, o mais curioso é que aquilo havia ocorrido entre os Gorotire, grupo reconhecidamente amistoso em relação aos demais Kayapó, “famosos por sua valentia”. A revista fazia referência ao fato de que, há menos de um mês, 11 peões tinham sido mortos durante um conflito com os Kayapó Txucarramãe do Alto Xingu – notícia também associada às mortes em Espadilha por outros veículos (O Estado de São Paulo, 1980a; Folha de São Paulo, 1980b).

⁵⁴ Publicação do Grupo Estado, o *Jornal da Tarde* foi extinto em 2012.

⁵⁵ Como o caso ainda estava em andamento, muitos dos dados apresentados pela imprensa são incompletos e/ ou contraditórios. O número de mortos, principalmente, é um dos dados de maior imprecisão, variando entre 16 e 23, dependendo da publicação.

Segundo *Veja* (1980b, p. 65), havia sido instalada “uma guerra na selva” e a reprodução da fala de Raoni Metuktire, cacique Txucarramãe, servia como aviso aos brancos: “agora, quem invadir terra de índio morre” (*Veja*, 1980b, p. 66). Os antropólogos ouvidos por *Veja* denunciavam a inabilidade da Funai em tratar a questão indígena, uma vez que especialistas estavam sendo substituídos por militares. Não por acaso, além dos dois pontos envolvendo os Kayapó do Pará e do Mato Grosso⁵⁶, outros focos de conflito se espalhavam por todo o país – com privilégio para a Amazônia. Os acontecimentos entre os Gorotire e os Txucarramãe não eram, pois, fatos isolados, mas reflexos de uma questão maior envolvendo o avanço da fronteira e a morosa demarcação das Terras Indígenas.

No caso dos Kayapó do Sudeste Paraense, em específico, as ameaças vinham de praticamente todos os lados da área reservada e representavam graus variados de poder. Ao norte, o Projeto Tucumã havia atraído não só os colonos do Sul do país – alvo inicial do empreendimento da Construtora Andrade Gutierrez –, mas também um grande contingente de aventureiros em busca do enriquecimento rápido prometido pela mineração. O próprio Estado e seus projetos de assentamento também constituíam uma ameaça aos índios, como um loteamento do Iterpa, localizado a oeste da área. Ao sul, as fazendas se proliferavam e, além de pequenos posseiros, os índios agora enfrentavam grandes grupos do Sudeste – entre eles o Bradesco e a Volkswagen – ocupando terras na região.

⁵⁶ *O Globo* (1980a) trouxe o caso de alguns fazendeiros que ameaçavam invadir a aldeia, caso a Funai não impedisse “novos massacres”, já que eles tinham a certidão negativa liberada pelo órgão indigenista, atestando a inexistência de índios na área e autorizando a instalação das fazendas.

Os Kayapó aguardavam de forma pacífica a demarcação das suas terras desde o início dos anos 1970, mas o cerco à área teria levado o grupo a alterar suas estratégias. Um funcionário da Funai informou à imprensa que, até então, os índios depositavam sobre o órgão a responsabilidade de resolver o caso. Entretanto, estavam cada vez mais próximos dos meios de comunicação e notaram que a publicidade decorrente das mortes talvez pudesse ajudá-los a acelerar o processo de demarcação da área. Além disso, às histórias contadas pelos mais velhos sobre o conflito entre índios e não-índios no passado, agora se somavam às notícias transmitidas pelos aparelhos de rádio presentes nas aldeias e, certamente, os Gorotire tomaram conhecimento quase instantâneo do ocorrido entre os Txucarramãe dias antes (Jornal da Tarde, 1980b; O Estado de São Paulo, 1980b).

O “massacre de Espadilha” – como ficou conhecido o caso pela imprensa (O Globo, 1980a; Jornal da Tarde, 1980b; O Estado de São Paulo, 1980a) – não foi o único conflito envolvendo a área reservada aos Kayapó no Sudeste Paraense. Habitantes de outras aldeias também travaram embates pela defesa da terra, cada vez mais ameaçada por posseiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros. Com o decorrer dos anos, a situação ficava cada vez mais tensa, devido ao avanço da fronteira e a demora em concluir a demarcação da terra dos Kayapó. Em novembro de 1984, um grupo de 30 guerreiros da Kubenkranken ocupou a serraria de uma fazenda no limite sul da área indígena, apreendendo alguns bens e expulsando seus funcionários. Eles exigiam a demarcação imediata da terra dos Kayapó e também o acréscimo de uma porção considerada sagrada por ter abrigado a aldeia ancestral do grupo, ao norte do Rio Trairão, afluente do Xingu, nos limites de São Félix (Cedi, 1986). Ao final daquele mesmo mês, os Kayapó da Kokraimoro também fizeram reféns 17 garimpeiros encontrados à

margem do Rio Trairão. O fato ocorreu enquanto as lideranças das aldeias Kayapó se reuniam em Belém com o presidente da Funai, Nelson Marabuto. Os garimpeiros só foram libertados após o retorno dos caciques e, na reunião, ficou acordado que a área pleiteada seria incorporada ao território dos Kayapó (O Liberal, 1984b; 1984c).

Mas a demarcação da terra prometida aos Kayapó não se realizou de imediato e, no início de 1985, o delegado regional da Funai, Salomão Santos, denunciou licitação realizada pelo Iterpa para a venda dos lotes do Projeto Integrado Trairão, que se sobrepunha, em parte, à área que os índios pretendiam incorporar. A licitação tinha como objetivo principal levar até a região novos fazendeiros, mas também serviria para regularizar a situação fundiária de fazendas já instaladas. Usando como argumento um memorial descritivo elaborado pela Funai em 1978 – no qual a área reservada tinha pouco mais de 2,7 milhões de hectares –, o Iterpa negava a sobreposição dos loteamentos ao território dos índios. De fato, se considerado o memorial de 1978, não ocorria sobreposição, mas em 1980, a Funai já havia solicitado relatório para correção desses limites. O documento relatou a existência de três fazendas na região pleiteada pelos índios e sugeria que a área fosse incorporada pelos Kayapó, por se tratar de local sagrado para o grupo, além de conter reservas de alimentos importantes para sua sobrevivência física. Guardado por vários anos, o relatório apenas foi retomado ao final de 1984, quando os conflitos se acirravam. A essa altura, já eram mais de 20 fazendas e serrarias instaladas nas terras que haviam abrigado os ancestrais dos Kayapó (Cedi, 1986).

Os índios não recuaram e em março de 1985 se reuniram com técnicos da Funai e do Iterpa para reivindicar mais uma vez a área de perambulação de seus

antepassados. Havia ficado decidido que até 20 de abril eles teriam a questão solucionada. Entretanto, nesse intervalo, outro fato de grande destaque envolvendo mais uma vez os Mebêngôkre da aldeia Gorotire ganhou as páginas da imprensa: a tomada do garimpo de Maria Bonita, uma das áreas de extração de ouro vinculadas a um projeto do governo federal nas terras dos Kayapó. Esse evento se somaria ao ocorrido na Fazenda Espadilha para a reafirmação da imagem guerreira dos Kayapó, que continuou a ser constantemente retomada entre os veículos de comunicação.

4.1.2 A conquista de Maria Bonita

Maria Bonita fazia parte do Projeto Cumaru, de responsabilidade do governo federal, e era apenas um dos três garimpos existentes nas proximidades da aldeia Gorotire – os outros dois eram os garimpos de Tarzan e Cumaru do Sul, ou Cumaruzinho. Os índios conviviam já havia algum tempo com a atividade de garimpagem em suas terras, mas os demais conflitos envolvendo o território dos Kayapó, a insatisfação com a quantia recebida pela extração mineral e, no limite, a interrupção do pagamento por parte da Caixa Econômica Federal acabaram provocando uma reviravolta no acordo que eles tinham estabelecido anteriormente. Assim, em 1º de abril de 1985, cerca de 200 guerreiros, comandados mais uma vez pelo cacique Kanhôk – acompanhado também dos caciques Totoí e Utê –, ocuparam o campo de pouso de Maria Bonita, passando a controlar o fluxo de pessoas, mercadorias e, claro, do próprio ouro extraído⁵⁷.

⁵⁷ Até aquele momento, os garimpos de Cumaru tinham acesso bastante difícil por terra. As poucas picadas eram protegidas pelas elevações geográficas, forçando o uso de aviões para a entrada e saída da região.

Essas reservas de ouro haviam sido descobertas na região da Serra de Gradaús, próximo à área indígena, ainda na década de 1970, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Empresas mineradoras apressaram-se em conseguir o direito de exploração, mas a notícia se espalhou rapidamente e os garimpeiros acabaram chegando primeiro ao local. A cerca de 90 quilômetros de Redenção, pela PA-150, eles invadiram a Fazenda Cumaru e iniciaram a lavra manual em 1980. Como os depósitos de ouro estavam dispersos pela região, não demoraram muito para atingir a terra dos Kayapó e começar um dos capítulos mais controversos da relação entre os índios e os recursos minerais no Sudeste Paraense (Cedi, 1984).

Inicialmente, a tensão entre garimpeiros e índios era dada pelos boatos de possíveis ataques por parte de ambas as partes. De acordo com os garimpeiros, desde a confirmação de que as lavras haviam atingido a área indígena, eles não conseguiam trabalhar como antes e a qualquer barulho diferente todos deixavam a atividade temendo se tratar dos Kayapó. Já do outro lado, avistando da aldeia a serra onde ocorria a exploração do ouro, os Kayapó conviviam com informações de que os garimpeiros preparavam um ataque a qualquer momento (O Liberal, 1980c). Os pilotos que sobrevoavam a região a caminho do garimpo – eram pelo menos 30 voos diários a essa época – causavam pânico entre os Gorotire, fazendo com que praticamente todos os índios saíssem em disparada pela mata. Temia-se que o caso se agravasse com a chegada da coleta das castanhas, pois nessa época os Kayapó estavam acostumados a longas peregrinações pela floresta e o contato com os garimpeiros poderia provocar algum tipo de conflito (O Globo, 1980c), talvez, “uma das maiores tragédias da história” (Jornal do Brasil, 1980).

O cacique Kanhôk chegou a pedir ao presidente da Funai que ensinasse os índios a garimpar e retirasse os brancos da terra dos Kayapó. Eles queriam alternar a coleta da castanha com a extração do ouro, já que esta atividade só era possível na seca e aquela era própria do período chuvoso⁵⁸ (O Globo, 1980c). A Funai pretendia, de fato, retirar os garimpeiros da área, mas entregar o controle da extração a empresas estatais. No entanto, a alternativa encontrada pelo governo federal foi a instalação, em março de 1981, de um sistema de controle semelhante ao que ocorria em Serra Pelada, com a manutenção dos garimpeiros nas catas e a chegada de diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde, comunicações e, principalmente, o monopólio da compra do ouro – atividade exercida pela Caixa Econômica Federal. Estava criado o Projeto Cumaru, parte dele avançando sobre a terra dos Kayapó (Cedi, 1984).

Com o controle do governo federal sobre a extração do ouro, os Kayapó não passaram a garimpar em sua própria terra, mas firmaram convênio com a Caixa, recebendo parte do valor arrecadado. Entretanto, não demorou muito para os índios sentirem os efeitos da garimpagem. Em agosto daquele mesmo ano, eles já enfrentavam problemas decorrentes da poluição das águas próximas ao garimpo, o que começava a preocupar algumas lideranças. O mercúrio utilizado no processo de lavagem do ouro pelos mais de 25 mil garimpeiros instalados nas cabeceiras do Rio da Ponte havia aumentado o número de doentes entre os Gorotire e a pesca era uma atividade cada vez menos frequente nas águas lamacentas que já atingiam o Rio Fresco (O Liberal, 1981).

⁵⁸ Devido às condições geográficas, o garimpo de Cumaru era, particularmente, uma atividade sazonal, com população bastante flutuante, uma vez que a maioria retornava aos pontos de origem durante as chuvas, período compreendido na região entre os meses de dezembro e março (Cedi, 1984).

Mais tarde, o Projeto Cumaru também causou desentendimentos internos ao governo, que levaram o delegado regional da Funai, Paulo César Abreu, a deixar o cargo em 1983. Ele não concordava com a atividade, enquanto o ministro das Minas e Energia, Cesar Cals, pretendia não só manter a garimpagem em Cumaru, como transferir para a área parte dos 40 mil garimpeiros de Serra Pelada (O Estado de São Paulo, 1983a; Folha de São Paulo, 1984c). Entre os índios, começavam também a aumentar os sinais claros de insatisfação, principalmente, quanto ao valor recebido pela atividade: 1% sobre o valor do Imposto Único sobre Minerais (IUM), ou seja, apenas 0,1% de toda a extração mineral⁵⁹. Em 1984, os Kayapó já haviam demonstrado que estavam dispostos a desativar os garimpos localizados em suas terras caso os garimpeiros não aceitassem acrescentar ao IUM mais 10% do total produzido (O Liberal, 1984a).

Em março de 1985, após o término do convênio que garantia o repasse aos Kayapó, a Caixa Econômica Federal suspendeu os pagamentos. Em abril do mesmo ano, os guerreiros já estavam em Maria Bonita, iniciando um tenso período de negociações, repercutindo em boa parte da região e envolvendo até mesmo o então presidente do Brasil, José Sarney. Segundo *O Liberal* (1985i), a tomada do campo de pouso do garimpo Maria Bonita ocorreu sem reações dos trabalhadores, mas os índios exigiam a presença da Funai, do DNPM e da imprensa. Temendo que o fato pudesse desencadear um desastre, Salomão

⁵⁹ O Imposto Único sobre Minerais (IUM) vigorou até 1988, com alíquotas que variavam entre 1% e 15% conforme o mineral extraído e o destino dado a ele. Com a promulgação da Constituição Federal naquele ano, o IUM foi extinto, passando a mineração a ser tributada, principalmente, pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS). Atualmente também é garantida a participação de estados e municípios a partir da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Santos, delegado regional da Funai à época, tratou de ir até a aldeia já no dia seguinte à tomada da pista pelos guerreiros. Os índios se dividiam entre a saída imediata dos garimpeiros e a permanência das atividades, mas com aumento do percentual pago sobre a retirada do ouro. As duas frentes eram unânimes, contudo, ao exigir a demarcação de suas terras, processo que se arrastava há um longo tempo (O Liberal, 1985k).

Com a interdição da pista, a capacidade de atendimento do posto de saúde havia rapidamente chegado ao limite e ainda muitos homens, temendo ataques, permaneciam enfermos em suas barracas. Após a primeira negociação com a Funai, alguns aviões foram liberados para decolarem rumo ao hospital de Redenção, transportando dezenas de garimpeiros atacados pela malária. (O Liberal, 1985k). Entretanto, o delegado regional do órgão declarava à imprensa que não estava afastada a possibilidade de um confronto (O Globo, 1985b). Nos jornais, o fato passou a ser constantemente associado ao ataque de 1980, ocorrido na Fazenda Espadilha, acontecimento que parece ter realmente provocado forte impacto na imagem dos Kayapó, em especial dos habitantes de Gorotire, já que, agora, esta era considerada uma aldeia “[...] bastante agressiva, com uma grande tradição guerreira” (Correio Braziliense, 1985b).

A interdição de Cumaru fez com que o presidente da Funai, Nelson Marabuto, fosse até os Gorotire logo em seguida à visita de Santos. Acompanhado do chefe de gabinete da Funai, Marcos Terena, e do diretor do Parque do Xingu, Megaron Txucarramãe, Marabuto acabou provocando constrangimento interno ao próprio Estado por ter impedido o representante do DNPM de dialogar com os caciques da aldeia. Segundo *O Liberal* (1985a), o presidente da Funai teria considerado o coordenador do Projeto Cumaru, José Moura Villas Boas, “abaixo

de sua expectativa” para as negociações. O fato foi comentado pelo diretor regional do Departamento, Élcio Campos, que aproveitou a ocasião para criticar as ações da Funai e a política indigenista de modo mais amplo. Para ele, aquela era uma região “subdesenvolvida”, que poderia ajudar toda a sociedade brasileira a se desenvolver. Um trecho da fala de Campos, extraído da imprensa, mostra algumas das divergências internas ao Estado quanto ao caso de Cumaru e dos índios em geral:

[...] entendo que o presidente da Funai, ao dizer que o DNPM só tem em mente o desenvolvimento sem respeitar a comunidade indígena, foi um tanto radical. Não se pode ocupar uma área com uma densidade à base de um índio por dez mil hectares, por exemplo. Se constatada uma riqueza daquelas dentro da reserva, temos que buscar pontos de entendimento para que estas riquezas não fiquem deitadas em berços esplêndidos [*sic*] [...] (O Liberal, 1985a).

Após a reunião com o presidente da Funai, os índios decidiram manter interdito o campo de pouso, exigindo negociar com o DNPM e a Caixa Econômica Federal os repasses atrasados referentes à extração mineral (Correio Braziliense, 1985c). Com a negociação, os valores foram pagos, mas ao descobrirem que não haviam sido corrigidos, os Gorotire decidiram pelo fim da mineração. Em 8 de abril, o presidente da Funai anunciou que não haveria mais exploração de ouro nos três garimpos do Projeto Cumaru localizados na área reservada aos índios. A Caixa iria desativar a comercialização e retirar seus funcionários. Com a ajuda da Força Aérea Brasileira, os garimpeiros também seriam removidos para outras catas ainda em atividade e fora da área indígena. Faltava negociar a retirada dos equipamentos de extração do ouro (O Globo, 1985a).

O garimpo de Maria Bonita foi logo evacuado, mas os donos dos barrancos não ficaram satisfeitos com a situação. Eles alegavam ter entrado na área com a permissão do DNPM e, por isso, pleiteavam um prazo maior – de, pelo menos, um ano – para que o equipamento fosse retirado (O Liberal, 1985m, p. 5). Apoiados pelo deputado federal pelo Pará Sebastião Rodrigues de Moura – mais conhecido como Major Curió –, alguns donos de barranco estiveram em Brasília reclamando indenização do governo pelos prejuízos que estavam sofrendo e pedindo o afastamento de Nelson Marabuto da presidência da Funai. Curió acusava a Funai de manipular os índios, com quem os garimpeiros conviviam pacificamente já há cinco anos. De acordo com os garimpeiros, o próprio ataque à Maria Bonita teria sido estimulado pelo órgão, já que, no dia da tomada da pista de pouso, um dos delegados da Funai teria se juntado ao grupo, pintando o corpo para a guerra “como se fosse um Gorotire” (Jornal de Brasília, 1985b).

Além disso, trecho do documento entregue ao Ministério das Minas e Energia publicado pela imprensa afirmava que “a invasão provocou o mais alto volume de desemprego em massa no País, afetando direta ou indiretamente cerca de 200 mil pessoas, destroçando a economia da região e instalando perigoso clima de tensão social” (Jornal de Brasília, 1985b). O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, determinou um estudo completo sobre a situação do garimpo Maria Bonita para um posterior encontro com o Ministério do Interior (Diário Popular, 1985), que reconheceu que os garimpeiros estavam legalmente autorizados para atuarem na área e propunha designar uma comissão para negociar a reabertura do garimpo com as lideranças indígenas (O Liberal, 1985m, p. 5).

Enquanto isso, as notícias sobre os milhares de homens que haviam sido removidos dos garimpos localizados na área indígena se multiplicavam pelos jornais. Muitos deles não conseguiram ser absorvidos pelas outras catas ainda em atividade e foram levados para Redenção, cidade mais próxima de Maria Bonita, embora o garimpo estivesse localizado nos limites do município de São Félix do Xingu àquela época⁶⁰. Àquele momento o prefeito de Redenção, Arcelide Veronezze, já havia recorrido ao governador Jader Barbalho, que teria prometido intervir junto aos órgãos federais em benefício dos garimpeiros (O Globo, 1985d) e passou a enviar ao município aviões com médicos, medicamentos e alimentos (O Liberal, 1985m, p. 5). Veronezze deu declarações à imprensa de que todos os problemas decorrentes do garimpo localizado no município vizinho estavam sendo enfrentados por Redenção (O Liberal, 1985g). Os hospitais não tinham mais condições de receber doentes, as escolas estavam sendo ocupadas por garimpeiros enfermos e saques ao comércio transformaram-se em rotina (O Liberal, 1985c). Em uma ocasião, os garimpeiros ameaçaram depredar o aeroporto local, exigindo urgência nas negociações. A cidade abrigava temporariamente mais de dois mil homens vindos de Cumaru, além dos cerca de mil garimpeiros que ali já moravam (O Liberal, 1985l).

Em Brasília, lideranças Kayapó, representantes dos garimpeiros e dos governos estadual e federal se revezavam em uma série de reuniões com o objetivo de resolver o impasse. Paulinho Payakã – que a essa altura já havia se tornado o porta-voz dos Gorotire, servindo também de tradutor para os caciques na maioria das reuniões – anunciou que os Kayapó estavam decididos a negociar a garimpagem em suas terras somente após a conclusão do processo de demarcação. Antes disso, não haveria garimpo e a retirada das máquinas

⁶⁰ Atualmente, a área faz parte do município de Cumaru do Norte. Ver genealogia dos municípios do Sudeste Paraense no capítulo anterior.

apreendidas estava sujeita ao pagamento de Cr\$ 6,9 bilhões. O valor seria uma espécie de indenização para compensar os danos causados pela extração do ouro. Payakã afirmou que eles poderiam não saber ao certo quanto o garimpo já havia rendido aos brancos, mas que, certamente, essa quantia exigida como indenização não traria prejuízo aos garimpeiros⁶¹ (O Liberal, 1985f).

A decisão tomada pelos Kayapó não agradava aos garimpeiros, nem mesmo ao DNPM e ao Ministério do Interior, que queriam o retorno imediato das atividades nas lavras. O coordenador do Projeto Cumaru, José Moura Villas Boas, argumentou que o fechamento de Maria Bonita estava trazendo “problemas materiais e sociais” para os garimpeiros e que os prejuízos, nos 16 dias de paralisação, já atingiam os Cr\$ 4,5 milhões (Jornal de Brasília, 1985c). Alguns dos homens instalados em Redenção, inconformados com a demora no desenrolar dos fatos em Brasília, ameaçaram entrar em choque com os Gorotire e chegaram, inclusive, a retornar ao garimpo, sendo detidos pelos índios que faziam a guarda do local e entregues à Polícia Federal (O Estado de São Paulo, 1985).

Às vésperas do Dia do Índio, após mais uma conturbada reunião em Brasília, índios e garimpeiros reafirmaram diante dos jornais que estavam dispostos ao conflito violento, caso fosse necessário⁶². Os garimpeiros estabeleceram um

⁶¹ A produção estava estimada em Cr\$ 9 bilhões mensais, mas o baixo volume comprado pela Caixa Econômica Federal no mês anterior à paralisação dava indícios de que grande quantidade de ouro estava sendo desviada. Sabia-se que, em parte, as chuvas eram responsáveis pela redução na extração. Contudo, em Maria Bonita, existiam 789 máquinas do tipo “chupadeira”, que para serem lucrativas deveriam extrair, cada uma, cerca de um quilo de ouro por mês. Na última compra realizada pela Caixa, foram recebidos dos garimpeiros apenas 150 quilos do mineral (O Liberal, 1985f).

⁶² Após esta reunião, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, pediu demissão do cargo. Para seu lugar foi nomeado o ex-diretor do Inbra, Ayrton Carneiro, que não chegou a tomar posse, devido a protestos comandados pelos funcionários do órgão e os próprios índios.

prazo para que o Ministério do Interior resolvesse a situação. Se até o dia 23 daquele mês eles não pudessem retornar ao trabalho, não se responsabilizariam pelo que poderia acontecer em Redenção, onde estavam alojados em barracos improvisados no antigo aeroporto da cidade. Os embates que já estavam acontecendo em represália ao fechamento de Maria Bonita poderiam aumentar, como deixava claro a fala de um dos homens instalados em Redenção, ao se referir à caminhonete de um comerciante incendiada e deixada “como troféu” nas proximidades dos barracões: “era um aviso para mostrar que estamos dispostos a qualquer coisa” (O Liberal, 1985d, p. 14).



Figura 46 - Os Kayapó no garimpo de Maria Bonita

Fonte: O Liberal, 1985m, p. 5.

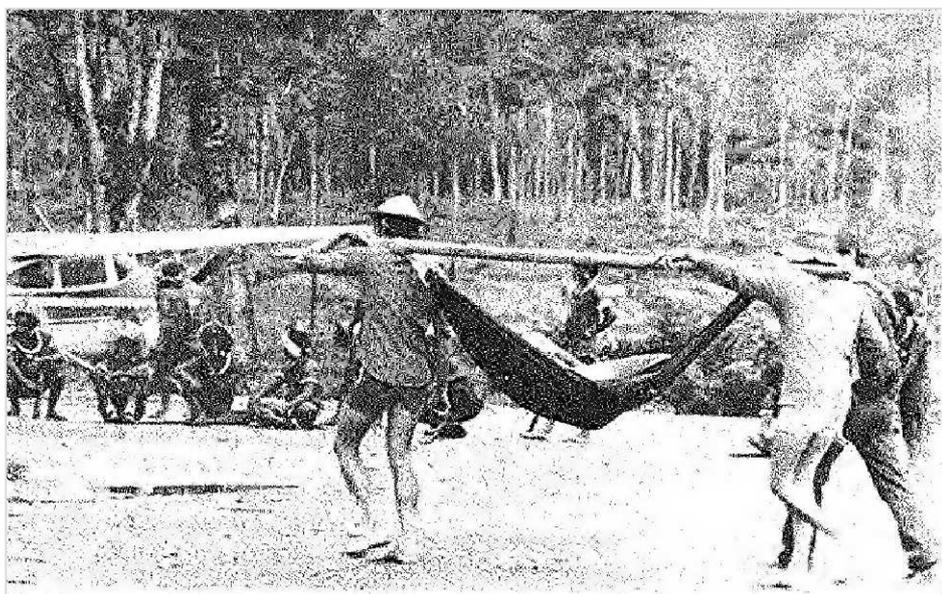


Figura 47 - Garimpeiros enfermos retirados de Maria Bonita

Fonte: O Liberal, 1985m, p. 5.

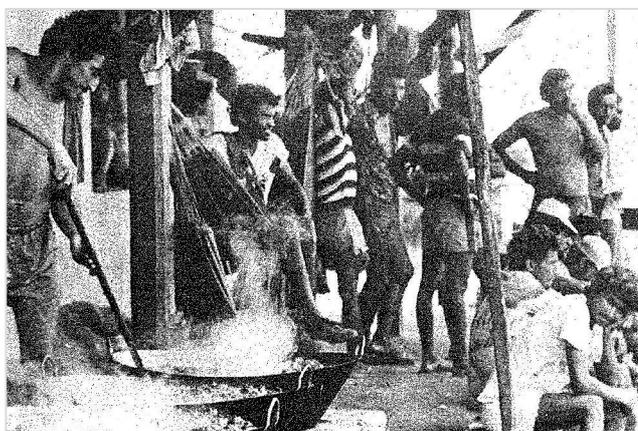


Figura 48 - Garimpeiros em Redenção

Fonte: O Liberal, 1985d, p. 14.



Figura 49 - Caminhonete incendiada

Fonte: O Liberal, 1985d, p. 14.

Payakã saiu da reunião com o objetivo de percorrer as outras aldeias da área reservada aos índios, relatando o que havia presenciado em Brasília. No entanto, já adiantava à imprensa que provavelmente os Kayapó não concordariam com a proposta de permitir o funcionamento do garimpo antes da demarcação do território e que seu povo também estava preparado para o conflito, com a vantagem de conhecerem muito melhor a mata que os brancos: “[...] no momento, índio não sabe o que é medo. Branco pensa que é grande. Índio também é. Branco pensa que só ele é forte. Índio também é. Índio também é homem e não vamos ficar com medo de brigar” (O Liberal, 1985d, p. 14). Dias antes, Daniel Coxini – diretor do Parque Nacional do Araguaia, que havia declarado apoio aos Kayapó e ido à Brasília participar das reuniões – já tinha apresentado também outra “arma” usada pelos índios diante das negociações: “os garimpeiros estão armados, mas temos rádios para comunicar com outras aldeias, delegacias da Funai e Brasília. Podemos chamar índios de todos os lugares. Eles vão de caminhão ou a pé” (Correio Braziliense, 1985a).

A morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, fez com que os garimpeiros prorrogassem o prazo dado por eles ao Ministério do Interior para a resolução do caso. Mas os jornais permaneciam na cobertura dos acontecimentos em Redenção e no aguardo do que poderia acontecer, caso a decisão não fosse considerada favorável pelos homens acampados na cidade. Em reunião realizada no dia 24, os Kayapó mais uma vez insistiram em discutir o destino do garimpo somente após a publicação do decreto de demarcação das terras (O Globo, 1985c). Em função disso, a situação em Redenção se complicou, equipes de policiais se deslocaram de Conceição do Araguaia para a cidade e, impacientes, os garimpeiros ameaçavam entrar em confronto com os índios. O deputado Major Curió, que defendia desde o início os interesses dos

garimpeiros, anunciou que os Gorotire poderiam ser “dizimados” se o governo federal continuasse a negligenciar a gravidade do caso (O Liberal, 1985b). Tomando a fala de Curió, uma das manchetes publicadas pela imprensa chegou, de fato, a considerar iminente o extermínio completo do grupo Kayapó: “índios Gorotire ameaçados de extinção”, apresentou o *Jornal de Brasília* no dia 26 daquele mês (1985a).

Após uma nova rodada de negociações, em 3 de maio 1985, Paulinho Payakã assinou um acordo – juntamente com representantes da Funai, do Ministério do Interior e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – que garantia aos Kayapó a redação do decreto para demarcação de suas terras, no sudeste do Pará. A conquista dos índios foi anunciada pela imprensa como o fato capaz de por fim ao clima de tensão que vivia a aldeia, o garimpo de Maria Bonita, a cidade de Redenção e também Brasília, onde estavam

[...] agentes de segurança do Ministério do Interior vigiando de longe o guerreiro Merekore, pintado de guerra e armado de borduna. Musculoso, semblante fechado e murmurando palavras em Kaiapó para Paiakã, o índio simbolizava a disposição de seu povo em não ceder à contraproposta. Eles queriam a garantia da demarcação de suas terras para então decidir liberar ou não o garimpo. E conseguiram.

No Pará, os outros índios Kaiapó aguardavam a resposta também pintados de guerra e armados com bordunas e armas de fogo, segundo Paiakã. Ele apontou o guerreiro Merekore e disse: “Eles estão lá com ele, do jeito de briga. Estão sabendo que pode o pessoal se armar de toda arma que tiver. Pode morrer todos Kaiapó, mas morre branco também” (A Província do Pará, 1985, grifo do autor).

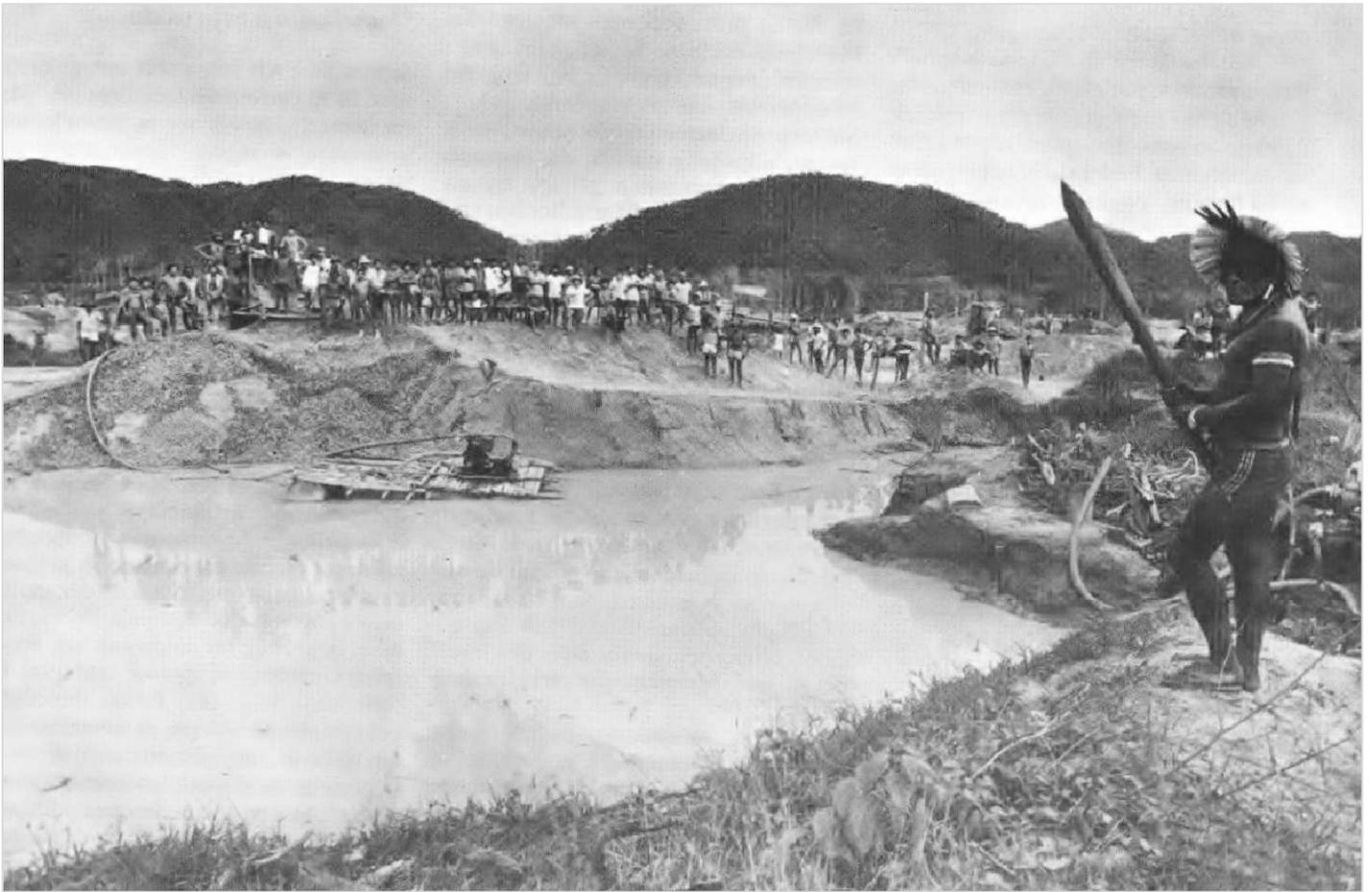


Figura 50 - Lavras paralisadas em Maria Bonita
Fonte: Cedi, 1986, p. 125. (Autoria: Eduardo Kalif).

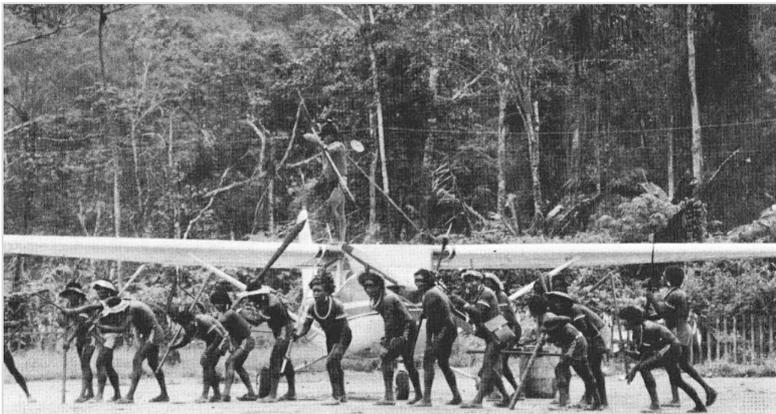


Figura 51 - Pista interditada em Maria Bonita
Fonte: Cedi, 1986, p. 127.
(Autoria: Eduardo Kalif).

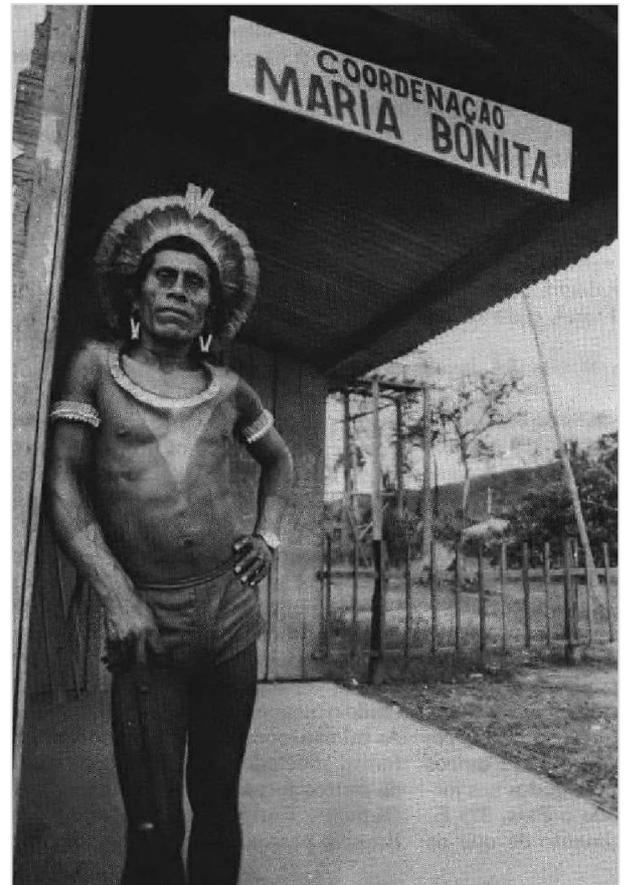


Figura 52 - Índios controlam o garimpo
Fonte: Cedi, 1986, p. 220.
(Autoria: Eduardo Kalif).

O Decreto 91.244, declarando as terras localizadas no município de São Félix do Xingu de ocupação dos índios, foi assinado pelo presidente José Sarney em 9 de maio. O texto já definia, àquele momento, os limites da denominada Área Indígena Kayapó, que deveria ser demarcada administrativamente pela Funai (Brasil, 1985). Esses novos limites incluíam a porção sagrada que havia ficado de fora do levantamento realizado em 1978 pela Funai e sobre o qual estava se sobrepondo parte do Projeto Integrado Trairão. O Iterpa deixou de homologar a venda dos lotes, mas o governador do Pará, Jader Barbalho, embora tenha sido consultado à época da elaboração do decreto e concordado em cancelar parte dos assentamentos, afirmou que não excluía a possibilidade de questionar futuramente os limites estabelecidos pelo governo federal.

Ainda em agosto daquele ano, os trabalhos de demarcação foram paralisados em um dos pontos, devido à interposição de um fazendeiro local (Cedi, 1986). Logo, a interrupção dos trabalhos passou a acontecer em outros trechos, evidenciando que a luta pela terra e pela exploração dos recursos envolvendo a área dos Kayapó ainda renderia outros episódios naquele pedaço da Amazônia paraense. O processo de demarcação se arrastou durante anos e a homologação – confirmando a regularidade da situação jurídica da terra dos Kayapó – somente ocorreria em 1991, com a publicação do Decreto 316, no governo do presidente Fernando Collor de Melo. Com este decreto, a área de 3.284.005 hectares foi caracterizada como território de ocupação tradicional e permanente indígena (Brasil, 1991).

4.1.2.1 Os “empresários” Kayapó vão às compras

O garimpo próximo à aldeia dos Gorotire foi reaberto já no final de maio de 1985, quando técnicos do DNPM passaram a disciplinar o retorno dos homens. A intenção era que apenas os antigos garimpeiros voltassem ao trabalho e que permanecessem por lá somente até a conclusão da demarcação da área reservada aos Kayapó. Contudo, o próprio Ministério do Interior reconhecia que, àquela altura, era impossível controlar a entrada de novos trabalhadores (O Liberal, 1985e). Os Gorotire apoiaram a reabertura das catas do Projeto Cumaru que haviam invadido a área indígena e conseguiram aumentar o percentual que recebiam pelo ouro extraído⁶³. A partir daquele momento, estava claro que eles haviam decidido tomar o controle de qualquer atividade que aconteceria em suas terras, mesmo que para isso fosse necessário se opor ao órgão indigenista, como aparece na fala de Payakã registrada pela imprensa:

nós índios não podemos ficar dependentes de qualquer um. Nem da Funai índio tem que ficar dependendo. O índio é igual a qualquer pessoa e quer mandar no seu destino. Por isso, índio está aprendendo e com isso ele quer desenvolver para não ficar sofrendo na mão do invasor de suas terras que roubam a madeira e o ouro, poluem o rio, tomam nossas terras (O Liberal, 1985h, p. 5).

A declaração de Payakã foi dada aos veículos de comunicação após reunião com o então presidente da Funai, Álvaro Villas-Boas, que mostrava-se contra a reabertura dos garimpos e, segundo a imprensa, entendia que os índios deveriam “[...] voltar à sua caça, suas roças e aos seus costumes” (O Liberal, 1985h, p. 5). Os Kayapó não abandonaram essas atividades, mas passaram a realizá-las em paralelo ao controle da produção mineral. Como as três áreas de

⁶³ Ao final da década de 1980, cada garimpeiro do Projeto Cumaru que trabalhava na área dos Kayapó pagava 12% do total extraído aos Gorotire (Cedi, 1991).

garimpo próximas a Gorotire eram descontínuas, eles elaboraram uma engenhosa rede para fiscalização do trabalho, usando as pistas de pouso de cada localidade e picadas que, ao fim, interligavam o sistema ao escritório do Projeto Cumaru, em Redenção. Dentro da área indígena, Maria Bonita funcionava como sede do controle estabelecido pelos Kayapó, mas existiam também postos de vigilância nos principais pontos de acesso à área, que tinham o objetivo de regular o fluxo de pessoas, evitando o desvio do ouro e a entrada de mulheres e bebidas. A vila instalada em Maria Bonita atendia aos garimpeiros dispersos pelas grotas em seu entorno, com unidade de saúde, farmácias, postos de gasolina e salas de cinema e televisão. No alojamento dos Gorotire, turmas de guerreiros se revezavam para vigiar a venda do ouro. A cada mês, um novo grupo de aproximadamente oito jovens era enviado à Maria Bonita para realizar o trabalho e encaminhar o dinheiro para depósito em Redenção (Cedi, 1991).

A ideia esboçada na fala do presidente da Funai – de que a relação que o garimpo estabelecia entre os brancos e os Kayapó poderia levar a uma transformação da “cultura indígena” – passou, a partir desse momento, a ser constantemente difundida pela imprensa. O caso da aldeia Kikretum e seu cacique Tuto Pombo – discutido separadamente mais adiante – é particularmente o mais emblemático. Pombo era identificado como “[...] o milionário cacique caiapó” (O Estado de São Paulo, 1992b, p. 14) ou ainda “[...] o principal responsável pela descaracterização cultural dos Caiapó” (Correio Braziliense, 1991), devido à sua iniciativa pioneira, entre os demais líderes do grupo, de manter acordos com não-índios e levar até seu povo bens de consumo industrializados, como doces enlatados, creme de leite e refrigerantes. Mas é possível dizer que, apesar do tratamento diferenciado dado a Pombo, de

alguma forma, todo o grupo havia sido transformado pela imprensa nos índios que tinham “[...] o dom de ganhar dinheiro”, como afirma *Veja* (1991b, p. 69) ao comentar a associação entre a aldeia A’Ukre e a empresa inglesa de cosméticos Body Shop.

Como podemos notar, esse novo aspecto acrescentado à imagem dos Kayapó – principalmente a partir da interdição de Maria Bonita – foi retomado ao longo dos anos seguintes, avançando também sobre a década de 1990. Durante todo esse período, os índios do Sudeste Paraense se tornaram célebres pelos acordos cada vez mais frequentes entre eles e os brancos para a exploração dos recursos de suas terras. Passaram, com isso, a se transformar nos “índios empresários”, como os caracteriza a revista feminina *Marie Claire*, em reportagem especial sobre a já citada parceria entre os Kayapó da A’Ukre e a Body Shop, cujo objetivo era a venda de óleo de castanha-do-Pará para a fabricação, na Inglaterra, de um condicionador para cabelos. Na reportagem, o cacique da A’Ukre responsável pelo acordo, Paulinho Payakã, é apresentado como um empresário de sucesso, “[...] às voltas com sua agenda internacional e atento às mensagens em inglês e espanhol que ia recebendo e respondendo pelo fax” (*Marie Claire*, 1992, p.56). No texto, a empresa exportadora A’Ukre Trading Company é apontada como uma espécie de cooperativa constituída exclusivamente pelos índios. A distribuição de 20% do lucro é feita conforme as horas de trabalho de cada um. O restante é destinado a investimentos na comunidade. No primeiro ano de atividade, eles tinham conseguido comprar o hangar em Redenção, onde ficava o avião que tinham recebido como parte do contrato com a Body Shop. No segundo ano, afirmava o “empresário internacional” Payakã, eles pretendiam comprar barcos e ampliar a assistência ao povo.

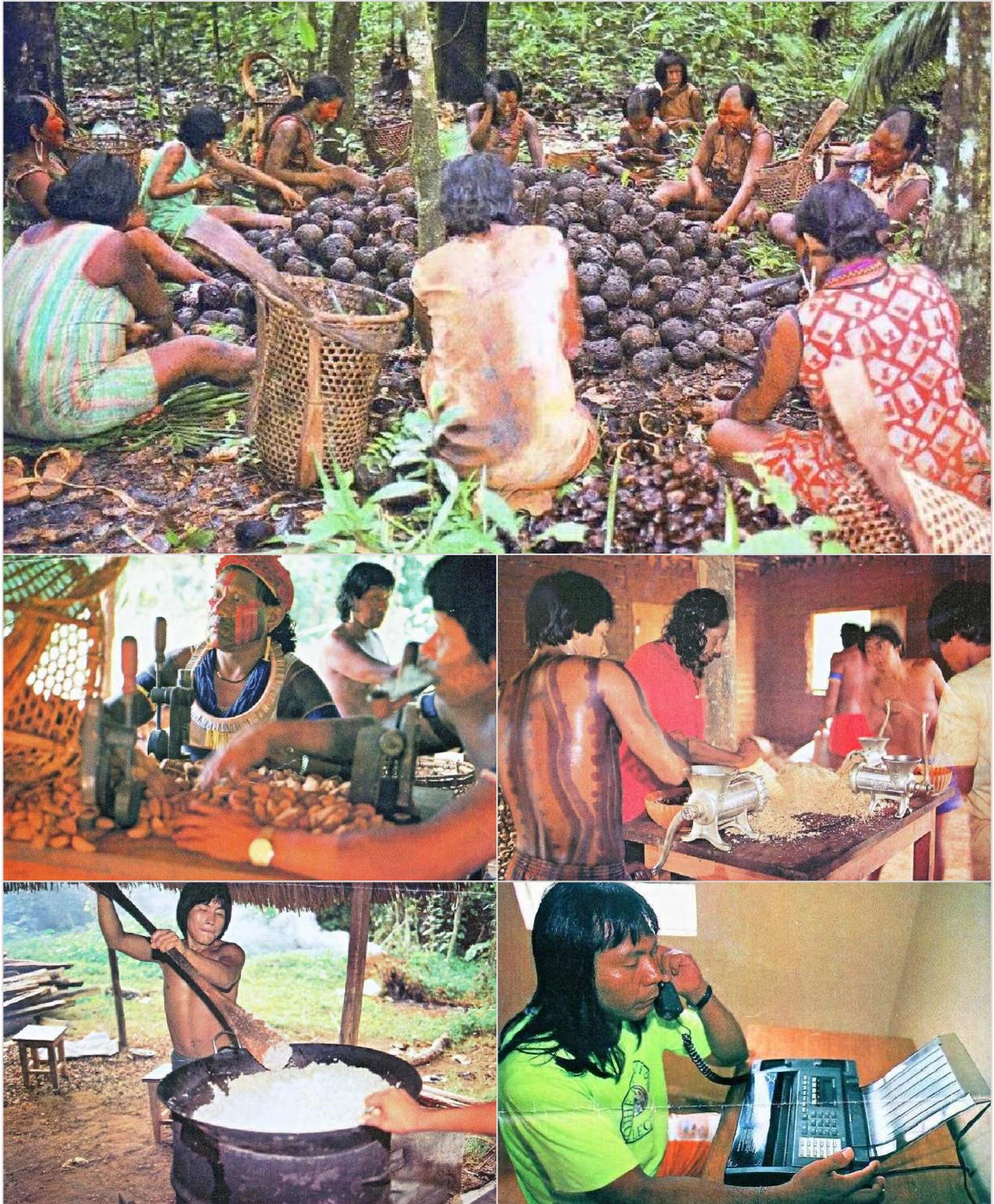


Figura 53 - Atividades da A'Ukre Trading Company
Fonte: Marie Claire, 1992, p. 56-61. (Autoria: Nair Benedicto).

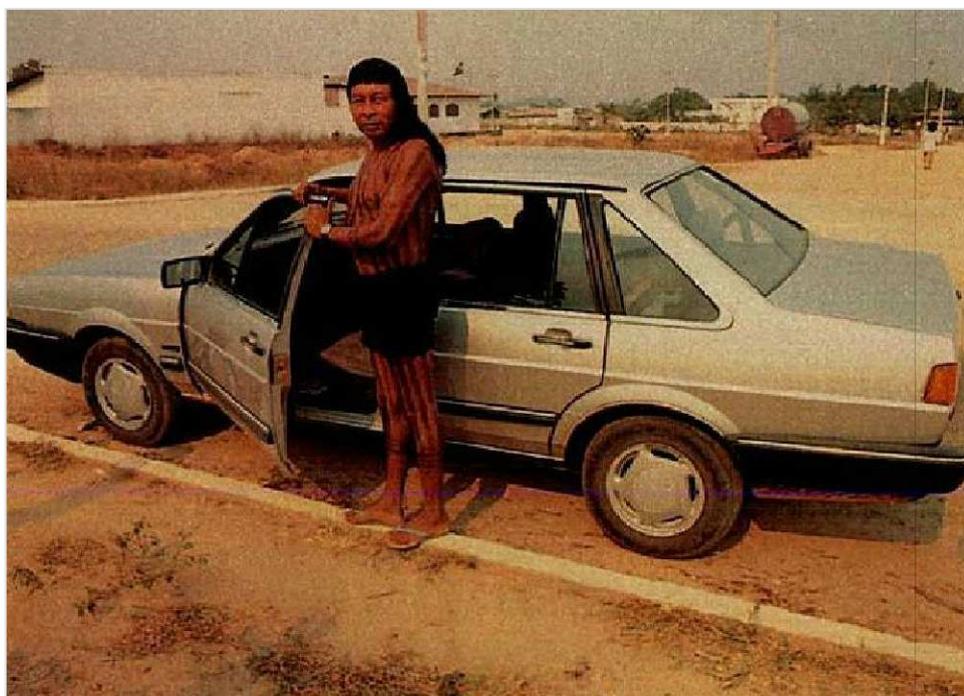


Figura 54 - Kube-I, o cacique "louco por automóvel"
Fonte: Veja, 1991a, p. 61. (Autoria: Paulo Jares).



Figura 55 - Índios acompanham transporte da madeira extraída
Fonte: Veja, 1991a, p. 61-62. (Autoria: Paulo Jares).

É importante destacar que os Kayapó são vistos, pela imprensa, como empreendedores bem sucedidos nos acordos firmados com os brancos, independente da natureza dessas associações. No caso da indústria cosmética inglesa – considerado virtuoso, por manter a mata em pé e não poluir os rios com mercúrio –, a imagem dos “índios empresários” é praticamente a mesma traçada pelos noticiosos diante dos contratos que permitiam aos brancos devastar a floresta em terras indígenas. Os Kayapó são, em ambos os casos, os índios que, de fato, haviam aprendido a fazer bons negócios. Se o ouro e a extração do mogno havia construído a prosperidade daquele povo – que, nas palavras da revista *Veja* (1991a), poderia ser considerado uma verdadeira empresa intitulada “Caiapó S.A.”, como sugere o título de uma de suas reportagens ao descrever as riquezas dos índios paraenses – a coleta de castanhas também era uma atividade digna do empreendedorismo indígena. Ao final, esse era o novo ingrediente acrescentado à imagem dos Kayapó entre os anos 1980 e 90, pois o virtuosismo ou não da atividade empreendedora apenas os permitia reviver a antiga dualidade, à qual os índios, em geral, estavam acostumados e os faziam gravitar entre “o bom selvagem” e “o índio degradado”. Assim, eles eram considerados, na grande parte das vezes, os “empresários” da floresta, que ora assumiam a figura de responsáveis pela destruição da natureza, ora eram os únicos investidos de poder suficiente para preservar o meio ambiente, já que sabiam dos segredos da mata e de como poderiam explorá-la de modo sustentável⁶⁴.

⁶⁴ Até mesmo Pombo, considerado o líder Kayapó mais controverso pela proximidade com os brancos, chegou a passar por uma “fase ecológica”, na classificação de *Veja* (1990, p.39), ao pretender explorar uma fonte de água mineral descoberta nas proximidades da aldeia Kikretum. Entretanto, segundo a publicação, Pombo não pretendia abandonar o garimpo e continuaria na tal “fase ecológica” somente se a água mineral lhe rendesse mais que o ouro.

Algumas lideranças deixavam claro à imprensa, no início dos anos 1990, que tinham consciência de que o novo momento vivido pelos índios era resultado da falta de assistência por parte do Estado e consequência direta das ações dos brancos sobre o avanço da fronteira. Os Kayapó poderiam até se beneficiar com a extração de ouro e madeira de suas terras, mas os brancos é que estavam presos a essas atividades e delas dependiam para sobreviver. Kubẽ-I, um dos caciques de Gorotire considerado “louco por automóvel”, segundo *Veja* (1991a, p. 69), afirmou: “nós índios, podemos passar sem isso [a exploração da madeira], mas os brancos certamente passariam fome”. Payakã, por sua vez, disse: “temos dinheiro, mas pagamos muitos impostos ao governo. Em Redenção, os hotéis, restaurantes, oficinas e lojas se sustentam com o dinheiro que o índio ganha” (O Liberal, 1991).

Além desse empreendedorismo indígena, a acolhida dos bens de consumo dos brancos – identificada como motivo para a transformação vivida pelos índios – estava, agora, em muitas das notícias veiculadas, servindo para caracterizar ou descrever os Kayapó, como ocorre no caso citado anteriormente sobre o cacique Kubẽ-I. Como escreve o jornal *O Liberal* (1985j) em uma das ocasiões, “definitivamente, passou o tempo em que os índios eram atraídos por espelinhos, miçangas e apitos”. O dinheiro vindo do garimpo e da exploração madeireira fez com que eles fossem invadidos por “[...] uma onda de

consumismo que nada tem a ver com os padrões culturais do grupo” (O Liberal, 1983)⁶⁵.

Nas reportagens, as listas com os bens adquiridos pelos Kayapó eram sempre mencionadas: “uma caminhonete F-1000, duas D-20, um Monza, um Escort, uma chácara em Redenção (a 30 km de Belém) onde criam porcos e galinhas, e um prédio de dois andares na mesma cidade [...]” (Correio Braziliense, 1989, p.14), esses eram, por exemplo, os itens que os Kubenkranken haviam comprado depois que começaram a vender o mogno de suas terras. E eles queriam mais, segundo a imprensa, pois haviam ido à Brasília pedir a renovação do contrato com a empresa madeireira. Pretendiam construir mais 19 casas na aldeia, todas em alvenaria. Com ironia, a reportagem diz que o único em situação precária entre os índios era o funcionário da Funai, pois a casa de taipa onde ele morava estava sem teto e era coberta apenas por um plástico comprado pelos próprios Kubenkranken. “Ele, sua mulher, e um técnico agrícola representam a Funai na aldeia, apesar de pouco a fazer, da escassez de recursos e da independência dos Kaiapó, graças à madeira” (Correio Braziliense, 1989, p.14).

Em alguns momentos, a inserção dos bens de consumo industrializados entre os Kayapó era a própria notícia, não precisando de qualquer outro fato para que o grupo ganhasse as páginas dos jornais. Foi o que aconteceu entre os Gorotire,

⁶⁵ É preciso destacar que o consumo que passou a fazer parte das aldeias Kayapó nesse período não estava fora dos padrões indígenas, como apontava a imprensa. Ao contrário, para o padrão ameríndio, a constituição do grupo não pode prescindir da relação com o que está além dele mesmo, ela passa necessariamente pela troca com o ambiente externo. Ou seja, incorporar o que vem de fora – seja pelo consumo de bens industrializados, como passou a acontecer mais recentemente, ou pela apropriação de cantos, danças e outros bens rituais, como já ocorria há séculos – está completamente adequado aos padrões ameríndios. Para uma discussão detalhada e, em especial, exemplos etnográficos da relação entre os Kayapó e o consumo, ver Gordon (2006).

quando, em 1987, os caciques decidiram comprar um gerador de eletricidade a diesel, seis aparelhos de televisão e instalar uma antena parabólica no centro da aldeia, o que, segundo *O Globo* (1987), eram os símbolos do progresso entre os índios. Conforme a publicação, desde aquele momento, as crianças não queriam mais aprender o Kayapó e “[...] preferiram trocar os mistérios da língua da floresta – que aprendem antes de estudar o português – pelo programa *Xou da Xuxa*, a que assistem todas as manhãs [...]”. A essa época, a aldeia já contava com iluminação pública, centro cultural e praticamente todas as casas eram em alvenaria e tinham água encanada. Mas, segundo a reportagem, os mais velhos estavam apreensivos com a situação, pois diziam que, além de as crianças trocarem os ensinamentos da língua dos Kayapó pela televisão, “[...] os jovens guerreiros já não saem para caçar e pescar a pé. Gostam mesmo é de passear de F-1000” (*O Globo*, 1987).

A questão parecia realmente preocupar as lideranças. Até mesmo na aldeia de Pombo, o líder indígena considerado mais aberto à inserção dos bens industrializados, a televisão havia provocado situações embaraçosas. Segundo *O Estado de São Paulo* (1990b), Pombo chegou a proibir que os índios assistissem outro programa além do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, após dois irmãos – uma menina de sete e um menino de nove anos – terem sido flagrados reproduzindo um beijo na boca transmitido por uma novela. Já Payakã – descrito pelo jornal *O Liberal* (1985h, p. 5) como o índio que andava “[...] sempre

com uma máquina fotográfica Olympus/Trip e um bom gravador debaixo do braço [...]”⁶⁶ – declarou em outra ocasião:

é forte a influência do branco. E nos preocupa isso. Deixar de lado, não adianta. Tem que enfrentar. Vai ser duro, meu pai já disse. Os velhos da aldeia já disseram. A minha ideia é não deixar índio se esquecer de sua cultura. Tão cedo não perderá sua cultura. Perderá, um dia, mas será bem demorado. Nossa ideia é não deixar perder nunca. Por isso que estamos nos preparando, saber a cultura do branco e não deixar a nossa se perder. [...] Eu me preparei e estou me preparando. E por isso, eu mostro para os mais novos que assim que deve ser. Eu fiz a experiência, agora queremos que mais jovens da aldeia se preparem. Tudo já está mudando. Índio quer mudar sem perder sua cultura. Assim que é a nossa ideia (O Liberal, 1985h, p. 5)

⁶⁶ O uso do gravador por Payakã – que mais tarde incorporou uma máquina fotográfica e uma câmera filmadora – ocorreu a exemplo do deputado Mário Juruna, que manipulava o equipamento durante as reuniões em Brasília como forma de ter garantia de que os brancos cumpririam a palavra dada. Payakã também havia decidido pelo uso da tecnologia com o objetivo de apresentar ao seu povo as decisões tomadas fora da aldeia durante os encontros com representantes do governo. Essa inserção da tecnologia entre os índios sempre foi um fato tratado como excêntrico pela imprensa. Na ocasião em que os Kayapó da aldeia Gorotire decidiram adquirir uma máquina filmadora para registrar suas cerimônias e também as reuniões com os representantes do governo, o Jornal do Brasil (1986) escreveu que, “[...] não satisfeitos em comprar, no ano passado, um caminhão, jipes e caminhonetes para usar na aldeia [...]”, os índios acrescentavam ao “[...] seu patrimônio mais uma maravilha do mundo branco”.



Figura 56 - Casas de alvenaria e iluminação na aldeia Gorotire
Fonte: O Globo, 1987.

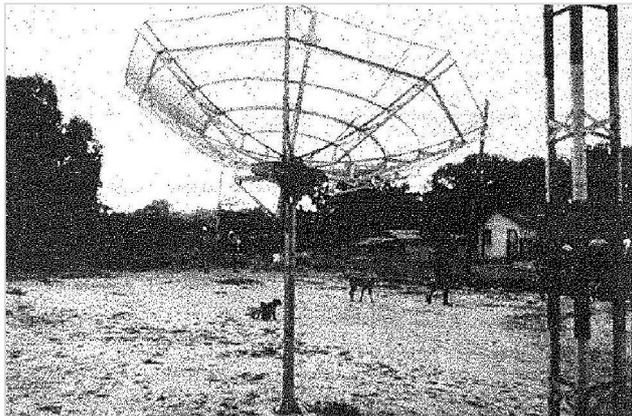


Figura 57 - Antena parabólica na aldeia Gorotire
Fonte: O Globo, 1987.

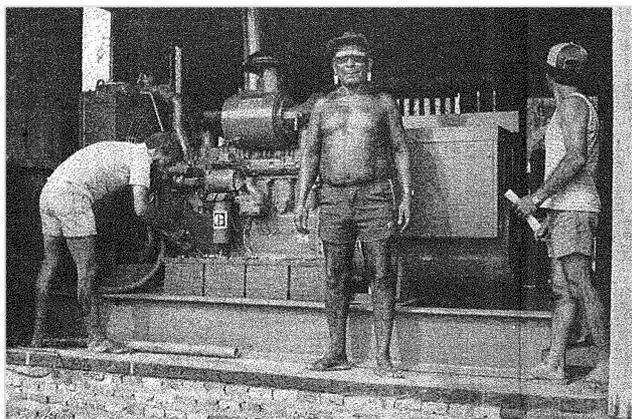


Figura 58 - O gerador a diesel dos Gorotire
Fonte: O Globo, 1987.

Tempos depois, Payakã disse que pretendia criar uma escola Kayapó, na qual os mais moços pudessem, em sistema de internato, ter contato com as tradições do seu povo. A escola ficaria no meio da mata, onde os índios poderiam aprender técnicas seculares de cultivo e pôr em prática toda a sabedoria sobre as plantas medicinais que os Mebêngôkre guardavam. Aberto às demais aldeias do grupo, o internato indígena receberia novas turmas a cada seis meses para as aulas com os mestres mais velhos. Isso tudo porque, segundo afirmava Payakã, “o índio jovem só quer saber de televisão, lambada, discoteca” (O Estado de São Paulo, 1991).

No entanto, o projeto da escola de Payakã foi assaltado pelos acontecimentos dos anos seguintes. Em 1992, o líder indígena – juntamente com sua esposa, Irekran – foi acusado de estupro pela jovem Sílvia Letícia da Luz Ferreira. O caso serviu para que alguns órgãos de imprensa colocassem em dúvida os interesses dos ambientalistas sobre a Amazônia e também fez com que a inimizabilidade de Payakã e a tutela dos índios pelo Estado fossem questionadas. Discutiui-se exaustivamente a “aculturação” de Payakã, já que especulava-se que o cacique da aldeia A’Ukre fosse emancipado. Em 1994, ele e Irekran foram absolvidos. Anos mais tarde, o caso foi revisto e ambos condenados⁶⁷. O tratamento dado pela imprensa ao fato contribuiu de forma efetiva para que a imagem dos Kayapó fosse redimensionada. O caso envolvendo o nome de Payakã – ainda que sem qualquer relação com as questões ambientais enfrentadas pelo grupo – serviu de ingrediente a mais para que alguns veículos se ocupassem da crítica aos acordos estabelecidos entre os índios e os exploradores de suas terras (ISA, 1996).

⁶⁷ A revista *Veja* foi um dos principais veículos no combate a Payakã, chegando a afirmar que ele era o culpado pelo suposto estupro logo no início do processo, quando o inquérito policial ainda estava em andamento. Para uma cronologia detalhada do caso e a repercussão dada por alguns veículos de comunicação, conferir ISA (1996).

A primeira metade dos anos 1990 foi, de fato, conturbada para os Kayapó. O ambientalista José Lutzenberger, ex-secretário do Meio Ambiente no governo Collor, chegou a declarar à imprensa que os fatos ligados aos índios do Sudeste Paraense estavam prejudicando “[...] a imagem ambiental do Brasil no exterior” (Jornal do Brasil, 1992, p. 14) e que ficava a cada dia mais difícil defender os Kayapó das acusações de que eles eram os principais responsáveis pela devastação da floresta. Em 1995, o *The Wall Street Journal* publicou artigo que remontava a trajetória dos Mebêngôkre desde os anos 1980, quando haviam despontado como os “guardiões da floresta tropical”, até àquele momento, em que os chefes de praticamente todas as aldeias do grupo viviam de acordos ilegais com madeireiros e garimpeiros. O texto foi traduzido e reproduzido no Brasil pela *Gazeta Mercantil* e trazia uma análise bastante similar à que *Veja* tinha feito há alguns anos, ao se referir aos Kayapó como grandes empresários da Amazônia. Como afirmou a publicação (*Gazeta Mercantil*, 1995, p. 5), “[...] aqueles que eram heróis do meio ambiente ganharam um nome menos lisonjeiro: ‘Caiapó Inc.’” (*Gazeta Mercantil*, 1995, p. 5, grifo do autor).

Payakã – que àquele momento ainda mantinha contrato com a Body Shop⁶⁸ – teria dito ao jornal que estava tentando reconduzir o seu povo a atividades “ambientalmente saudáveis”, mas não era fácil conciliar a preservação da floresta com a necessidade de ter lucro. Nenhuma atividade conseguia dar tanto dinheiro quanto a extração de ouro e madeira. Com isso, de acordo com o

⁶⁸ Um fato ocorrido em 1996 começaria a estremecer o acordo entre a aldeia A’Ukre e a empresa de cosméticos Body Shop, que pouco tempo depois chegaria ao fim. Um ex-funcionário da multinacional denunciou, entre outras acusações, que a companhia inglesa explorava a imagem dos Kayapó para vender seus produtos sem pagar por isso e que o valor da compra do óleo garantia à empresa um lucro extraordinário em relação ao que era entregue aos índios. Os Kayapó já teriam solicitado aumento, mas a Body Shop não havia aceitado rever os repasses. Os donos da empresa contestaram, mas optaram por pagar pelo uso da imagem dos índios (*Correio Braziliense*, 1996, p.25; *Jornal do Brasil*, 1996, p. 7).

artigo, os Kayapó já não eram mais os “ícones do movimento verde”, título que haviam conquistado ao final da década anterior, quando se colocaram contra o projeto da hidrelétrica que inundaria boa parte da Amazônia em que viviam e que teve como auge o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira, em 1989 (Gazeta Mercantil, 1995).

4.1.3 Kararaô: o grito de guerra contra a sentença de morte

No final dos anos 1970, a Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) apresentava à Eletronorte – subsidiária da Eletrobrás responsável pela Região Norte do país – um relatório sobre o potencial hidrelétrico do Rio Xingu. Encomendado pelo governo federal como parte dos programas que propunham a integração da Amazônia ao Brasil, o documento indicava o local exato para a construção de cinco usinas em toda a extensão do Xingu e uma sexta barragem no Iriri, seu maior afluente. Juntas, as barragens poderiam alcançar quase a metade do potencial elétrico instalado até então no país. Entretanto, elas também inundariam aproximadamente dois milhões de hectares, onde estavam comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Além disso, acabariam levando à abertura de novas estradas para dar acesso às obras e obrigatoriamente exigiriam a instalação de linhas de transmissão por longas faixas de terra, que também atingiriam territórios ocupados há séculos naquela porção da Amazônia (Sevá Filho, 2005).

A construção das seis hidrelétricas na Bacia do Xingu seria colocada em prática quase uma década depois, não fosse a mobilização dos povos indígenas que habitam a região. Na segunda metade dos anos 1980, os Kayapó começaram a se organizar contra a decisão do governo federal em levar adiante o projeto de

implantação das barragens. Os caciques Payakã e Kubẽ-I, juntamente com o antropólogo norte-americano radicado no Brasil Darrel Posey, chegaram mesmo a ser processados por terem denunciado aos Estados Unidos as possíveis consequências trazidas pela construção das hidrelétricas. A denúncia fez com que a segunda metade do financiamento obtido junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) fosse suspensa pela instituição financeira. Considerada crime de natureza política, a ação dos líderes indígenas era, de acordo com o governo brasileiro, passível de expulsão do território nacional. Na ocasião, Payakã afirmou que, caso o governo decidisse expulsá-lo, os Kayapó lutariam pela independência, a fim de que pudessem criar e governar seu próprio país. As demais lideranças do grupo também não se calaram. Em uma reunião interna, eles decidiram “abrir guerra”, como descreve a *Folha de São Paulo* (1988a, p. A6), caso fosse mantido o processo pelo governo⁶⁹.

Desse modo, além de servirem para evidenciar a importância política dos Kayapó nas discussões ambientais que começavam a tomar conta da Amazônia àquele momento, as usinas que seriam implantadas no Xingu tornaram-se parte importante dos fatos que colaboraram para a retomada da imagem belicosa do grupo nas negociações recentes com os brancos. De acordo com o projeto do governo federal, elas seriam distribuídas desde as cabeceiras do rio até o local conhecido como Volta Grande do Xingu, um trecho onde o curso d’água faz uma curva acentuada e que havia sido identificado como um dos principais pontos para a geração de energia. Neste trecho próximo à cidade de Altamira, seria posicionada a primeira e principal usina do Complexo Hidrelétrico do

⁶⁹ A notícia veiculada pela *Folha*, embora use a expressão “abrir guerra” entre aspas – o que pode sugerir que ela tenha sido produzida por algum dos líderes presentes à reunião, por todos eles em conjunto ou ser apenas uma apropriação da língua coloquial feita pelo noticiário – não deixa clara sua origem.

Xingu: Kararaô, que se tornaria o símbolo da luta travada pelos índios contra a inundação de suas terras. Kararaô foi o grande tema do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, evento organizado pelos Kayapó e realizado em fevereiro de 1989 na cidade de Altamira. Recebendo o apoio de entidades diversas o evento foi amplamente noticiado pela imprensa, funcionando como epicentro do debate em torno da implantação do complexo de usinas.

Nos meios de comunicação, grande destaque foi dado ao poder de mobilização dos Kayapó, que conseguiram reunir no ginásio municipal de Altamira representantes do governo federal e de outras organizações, artistas e jornalistas de veículos nacionais e internacionais, além dos demais grupos indígenas envolvidos nos projetos de represamento do Xingu, como os Araweté, os Arara e os Munduruku. Também chamou a atenção da imprensa o modo como o encontro foi conduzido, articulando discursos, danças e cantos rituais (O Globo, 1989; Folha de São Paulo, 1989). O título de uma reportagem de *Veja* (1989, p. 68) é exemplo claro disso: “o aviso dos caiapós: com festas e ameaças, os índios condenam a construção da hidrelétrica de Kararaó”. Usando adjetivações diversas e expressões associadas, pelo senso comum, à vida cotidiana indígena, a matéria de *Veja* sobre o evento realizado em Altamira diz que o município paraense

[...] se transformou na grande taba dos ecologistas do planeta. Ali, 600 índios caiapós e 300 jornalistas do Brasil e do exterior – numa média de dois silvícolas para cada repórter – sentaram para fumar o cachimbo da paz e bradar contra a devastação da Amazônia (Veja, 1989, p. 68).

É interessante observar que, na matéria da revista semanal, a construção das personagens cria uma distinção clara entre índios e não-índios. Tais personagens não são antagônicos apenas por suas posturas diante do projeto do

governo federal. São, pela leitura da publicação, diferentes também quanto à capacidade de se fazerem compreender quando usam a linguagem. Se as ideias do diretor de planejamento da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, são “compreensíveis para o cargo que ocupa”, são descritos como raros “[...] os que conseguiam explicar com razoável clareza por que ela [a usina] não deve ser construída” (Veja, 1989, p. 68). É importante destacar que, para a revista, essa clareza ou falta dela não é dada somente pela validade ou não dos argumentos, mas, principalmente, pela forma como os sujeitos constroem suas argumentações, mesmo que estas argumentações sejam organizadas com o apoio das emoções em ambas as situações. Nas páginas da publicação, os “índios protestando com festa” e “bailam” durante o evento, enquanto o diretor da Eletronorte assume os impactos ambientais causados pelo projeto, mas diz que serão, em sua maioria, atenuados no decorrer da implantação e operação da hidrelétrica. Ao anunciar os investimento de US\$ 6 bilhões na região, “em uma defesa apaixonada” ele é

surpreendido com a ação da índia caiapó Tuíra, que vive na aldeia Gorotire e é casada com o irmão do cacique Kube-I. Gritando **incompreensíveis frases em caiapó – “não precisamos de energia, vocês querem tomar a terra do índio, não interessa o progresso”**–, Tuíra investiu com um terçado, o facão longo utilizado na roça, contra Muniz Lopes. Por diversas vezes, sempre aplaudida por mais de 1000 pessoas presentes ao Ginásio da Prefeitura de Altamira – sede do encontro –, a índia encostou o facão com o gume afiado no rosto e no pescoço do lívido diretor da Eletronorte, que, atônito, não saiu do lugar. Se um homem branco manuseasse um revólver ao discutir com índio, seria certamente acusado de truculento, ameaçador e boçal – um assassino em potencial. Como quem agrediu foi uma índia, não faltaram sofisticadas explicações para que o pescoço do diretor da Eletronorte fosse ameaçado pelo facão selvagem. “Aquilo foi uma lição. Tuíra mostrou ao branco que ele não deve fazer projeto que prejudique índios sem nos consultar”, explicou o cacique Paulinho Paiacan, da Aldeia A-Uckre, de São Félix do Xingu, no sul do Pará, o líder do encontro (Veja, 1989, p. 69, grifos nosso).

Assim, no discurso de *Veja*, o uso da palavra pelo índio somente pode produzir uma formulação “sofisticada” quando procura explicar o incompreensível, estando ele nas frases proferidas pela índia Tuíra ou mesmo na ação do seu “facão selvagem”. Essa “agressividade da índia”, segundo a revista, chegou a Brasília produzindo algumas alterações. Após o ocorrido, os diretores da Eletronorte decidiram não mais usar um grito de guerra Kayapó – o Kararaô – para dar nome à usina. A partir daquele momento ela passaria a se chamar Belo Monte.

Vale notar ainda que a Amazônia – como fronteira de recursos, que coloca o capital diante de um impasse dado pela divergência nos modos de prospectar o futuro da região – é, mais uma vez, o pano de fundo da narrativa, que inclui, além dos índios, representantes do governo e seus apoiadores, os proprietários rurais ligados à União Democrática Ruralista (UDR). Mesmo não estando presente no evento de Altamira, *Veja* (1989, p. 70) retoma a ação de cerca de dez mil pessoas “defensoras entusiasmadas da hidrelétrica e do dinheiro que ela trará à região [...]”, em passeata a cavalo pela cidade de Altamira organizada pelo Movimento Pró-Kararaô.

Nesse cenário que oferece o contexto da discussão sobre a implantação da hidrelétrica no Rio Xingu, embora a Amazônia apareça como pano de fundo, os Kayapó são a personagem principal dos eventos. São suas reações ao projeto da hidrelétrica, bem como as transformações vividas por eles em seus cotidianos, que levam a publicação a discutir, adjetivar e comentar a fronteira – ainda que não faça uso do termo em momento algum. Ao definir os Kayapó como “ecologistas de primeira linha”, recém-chegados ao “mundo das tribos dos defensores da natureza”, *Veja* fala desse lugar *entredois* (Agier, 2011; Certeau,

1998) capaz de articular racionalidades múltiplas, mas o faz sem reconhecer que as relações híbridas podem ser superiores aos antagonismos polarizados. O índio de *Veja* ou é incompreensível, ou se integra de modo “traumático” ao mundo moderno, transformando-se em um branco, praticamente. E isso ocorre, pelo que pode ser apreendido do texto, por uma alteração dos padrões de consumo dos indígenas, associados ao mesmo “progresso tecnológico” que uma hidrelétrica no Rio Xingu é capaz de proporcionar.

Mais complicado do que defender o verde contra uma usina, porém, é a defesa da própria civilização indígena. A uma década do século XXI, o ingresso dos nativos no dia-a-dia do mundo moderno tem sido, e será, traumático. Um trauma que se reflete no desembarque de Paulinho Paiakan em Altamira a bordo de um avião ou nos radiogravadores que dezenas de índios ostentavam na festa de Altamira. O índio quer preservar o verde, quer manter a posse de sua terra, que são direitos legítimos. O homem branco também quer preservar o verde, e somente um maluco pensaria em colocar fim aos índios, dizimando-os. Mas o progresso tecnológico é inevitável. Vai além da ecologia a passagem do índio para esta época dos aviões e dos radiogravadores (Veja, 1989, p. 71).



Figura 59 - Tuíra no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu
Fonte: Veja, 1989, p. 68. (Autoria: Patrick Pardini).

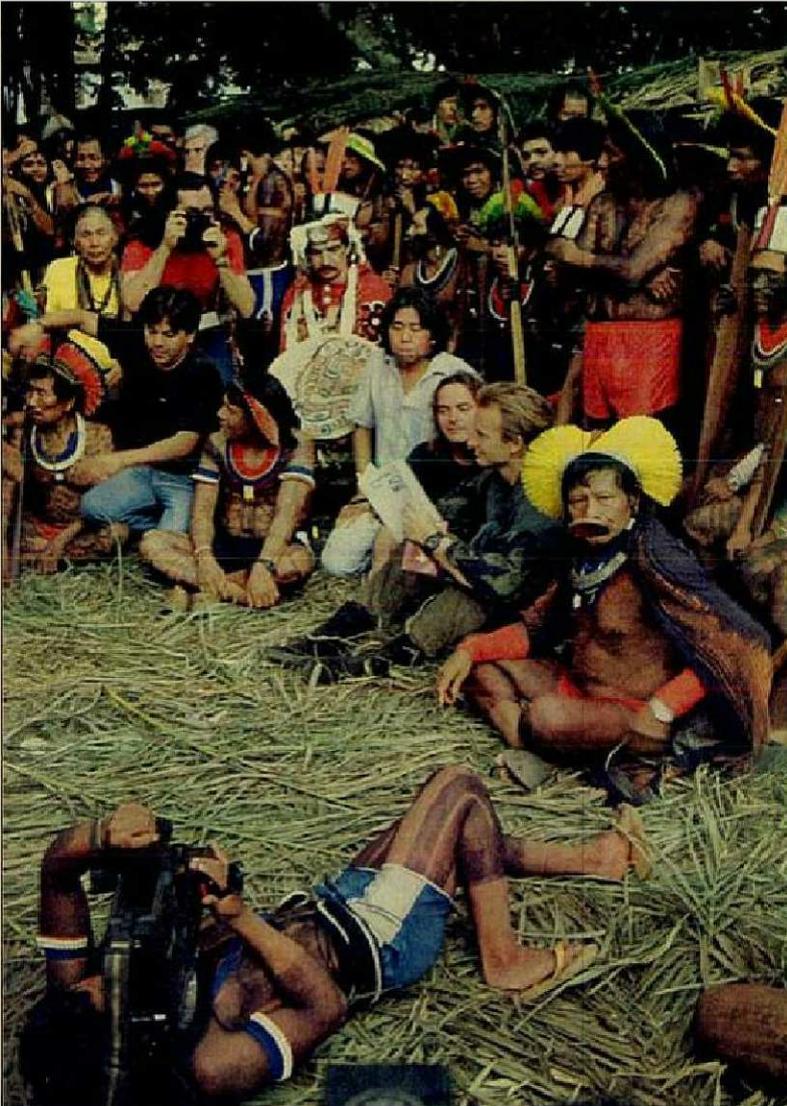


Figura 60 - Sting e Raoni no 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu
Fonte: Veja, 1989, p. 70. (Autoria: Paulo Santos).

Apesar de o debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte ter sido fortemente midiaticizado nas décadas seguintes – sobretudo a partir da inclusão do projeto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007 – nenhuma das ocorrências recentes destacadas da imprensa e relacionadas ao município de São Félix faz referência à barragem. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que os debates em torno de Belo Monte levaram a sucessivas reformulações do projeto inicial. Desde os primeiros estudos sobre o potencial hidrelétrico do Xingu, ainda nos anos 1970, diversos eventos colaboraram para essas alterações do projeto: das reivindicações dos índios em parceria com os grupos ambientalistas, à paralisação do Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte pela Justiça Federal em 2001. O resultado foi a redução da área do reservatório para menos de 3% da original e o cancelamento das demais represas previstas ao longo do curso d'água. Essas alterações permitiram que o impacto – supostamente, diga-se – ficasse concentrado em Altamira e outros municípios da porção norte da Bacia do Xingu.

No entanto, essa explicação não dá conta da ausência – pelo menos na mídia analisada – da cidade de São Félix em relação aos debates ocorridos nos anos 1980. É necessário destacar que, mesmo as reportagens citadas anteriormente e relacionadas à Kararaô daquela década, tinham o município apenas como referência espacial para localizar algumas das aldeias Kayapó que haviam se empenhado na luta contra o represamento do Xingu, não tendo a cidade de São Félix e seus habitantes sido apresentados pela imprensa àquele momento. Enquanto isso, a sede municipal de São Félix estava tão condenada a submergir quanto as Terras Indígenas. Uma das seis barragens, projetada para ser construída junto a um trecho de corredeiras nas proximidades da confluência do Xingu com o Rio Fresco, formaria uma represa com extensão de mais de 3,3

mil quilômetros quadrados, inundado povoados da região e a própria cidade (Sevá Filho, 2005).

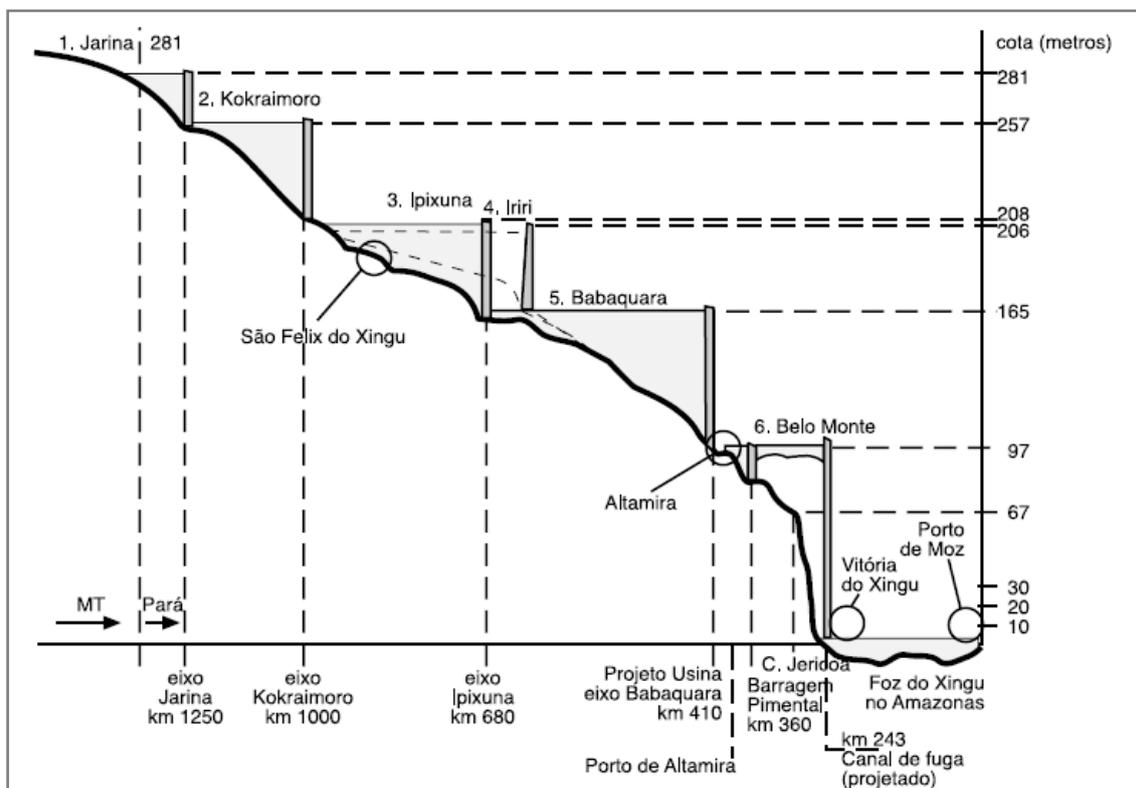


Figura 61 – Perfil do Rio Xingu e barragens planejadas

Fonte: Sevá Filho, 2005, p. 38.

Com a reestruturação do projeto de Belo Monte, o município também não foi incluído entre os municípios integrantes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, instituído pelo governo federal “[...] com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência” (Brasil, 2010, p. 1). O PDRS prevê a alocação, em 20 anos, de um total de R\$ 500 milhões em 11 municípios paraenses: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Os recursos são originários de investimentos públicos e da própria Norte Energia S.A., consórcio responsável pela construção de Belo

Monte, formado em 2010 com participação da Eletrobrás e da Eletronorte, entre outras empresas públicas e privadas. Projetos destinados a promover a produção sustentável, a inclusão social e a regularização fundiária estão entre os possíveis destinatários de recursos.

Atualmente, São Félix do Xingu tenta se inserir entre os beneficiários do Plano, a exemplo de Gurupá, que também não estava dentro da área de abrangência anunciada pelo governo federal em 2010 e só passou a fazer parte do PDRS dois anos depois. Em reunião com o comitê gestor do Plano, realizada em maio de 2014, a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (PMSFX) apresentou proposta de inclusão do município no PDRS. A ideia foi defendida pela gestão municipal local com base na observação de que 70% da Bacia Hidrográfica do Xingu estão nos limites do município. A PMSFX argumentou ainda que, embora a bacia tenha sido o principal elemento comum entre os municípios escolhidos para integrar o Plano, São Félix foi excluído do projeto, fato considerado injustificado já que tanto o PDRS quanto o empreendimento de Belo Monte declaram o recurso hídrico proveniente da bacia como fonte essencial ao aproveitamento energético (PMSFX, 2014). A ata da reunião registra que a proposta de inserção do município no Plano deveria ser avaliada no próximo encontro, a fim de que fosse discutida no âmbito da Coordenação Geral do Comitê Gestor. No entanto, as atas dos encontros subsequentes não mencionam nada sobre o caso (PDRS Xingu, 2014a; 2014b; 2014c).

4.1.3.1 Fazendo (outras) festas na cidade

O modo como os Kayapó articularam as atividades do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu – imiscuindo danças, protestos e discursos – não chamou a

atenção da imprensa por acaso. O evento foi organizado, de fato, como parte do calendário de festividades Mebêngôkre. Como apresenta Terence Turner (1991), antropólogo que acompanhou os Kayapó durante os preparativos para o encontro em Altamira, a data para a realização da reunião foi estrategicamente escolhida, coincidindo com a época da cerimônia do milho novo, única festividade celebrada por todas as aldeias no mesmo período do ano⁷⁰. Foi isso o que permitiu, segundo Turner, que o grande grupo Kayapó se mobilizasse para o evento, cujo objetivo era promover o diálogo entre os Mebêngôkre e representantes do governo. O ritual foi o que levou à motivação de uma grande parcela de índios que não entendiam o português para a participação do debate, permitindo “[..] a demonstração à sociedade nacional e internacional do dinamismo e riqueza cultural da sociedade Kaiapó” (Turner, 1991, p. 337).

A programação de cada dia tomou a forma duma dialética entre danças e canções coletivas, por um lado, e pelo outro, discursos em português dos líderes do plenário e da mesa [...]. Estas ações coletivas, coordenadas pelas formas de ritual tradicional, foram uma forma efetiva através da qual a massa Kaiapó unilíngue presente a Altamira pode manifestar sua participação e sua reação aos discursos no plenário do encontro (Turner, 1991, p. 338).

Essa contribuição de Turner nos coloca a necessidade de buscar a compreensão da situação de contato entre índios e não-índios para além das evidências aparentes. Em sua discussão sobre os índios Nhambkwara do Brasil Ocidental – organizados em pequenos bandos nômades que se evitavam, mas simultaneamente desejavam o contato por ser este o único modo de troca –, Lévi-Strauss (1982, p. 107, grifos do autor) apresenta a importância do vínculo

⁷⁰ Segundo Turner (1991), as grandes cerimônias Kayapó são compostas por três estágios principais: os ritos de abertura, a caçada coletiva e o rito de encerramento. O encontro de Altamira coincidiu exatamente logo após os ritos iniciais da festa do milho. Assim, a viagem para Altamira funcionou como a caçada coletiva, realizada fora do espaço social da aldeia, e o rito de encerramento escolhido foi o baridjumoko, tradicionalmente usado para finalizar a festa do milho.

existente entre as relações hostis e a prestação de serviços recíprocos. Na formulação do etnólogo,

as trocas são guerras pacificamente resolvidas, as guerras são o desfecho de transações infelizes. Este traço manifesta-se com plena evidência pelo fato da passagem da guerra à paz, ou pelo menos da hostilidade à cordialidade, realizar-se por intermédio de gestos rituais, verdadeira “inspeção de reconciliação”.

Uma leitura do autor diante da realidade presente em São Félix do Xingu poderia sugerir que gestos rituais com a mesma função dada pelos Nhambkwara são reproduzidos por índios e não-índios na tentativa de celebrar a paz e dar ao passado o poder de guardar os conflitos. O tempo de trocas, em oposição às guerras de outrora, seria a marca do momento atual, não só pelas cenas do cotidiano da cidade, mas também por alguns dos discursos que insistem em reafirmar a convivência pacífica entre as partes. Pelas ruas, os índios estão sempre presentes, fazendo compra nos mercados, andando em turmas de homens ou em pequenos grupos familiares, com o pai e a mãe à frente e duas ou três crianças correndo atrás. Nas falas dos moradores da cidade – sobretudo daqueles mais antigos, que presenciaram os tempos difíceis de enfrentamento – o índio de hoje é sempre o “manso”, resultado da ação pacificadora do branco.

Eles aperrearam muito quando a gente cortava seringa. Quando foi feita a primeira expedição, eles tavam brabo e continuaram brabo por muito mais tempo... Mas aí eles foram começando a se acostumar com o cristão... Eles se achavam dono da terra, porque nasceram e se criaram nela... Mas sorte a gente ter uma castanha hoje, agradeça à turma indígena, que não deixam derrubar e nem fazer fazenda dentro da terra deles. Porque é do que eles se alimenta, do jabuti, da castanha... Porque eles nasce e se cria naquele limite ali. Eles nasce no mato, se cria no mato e morre no mato [risos] (Laurindo, nascido em São Félix em 1933).

Os índios foi uma situação muito difícil... Antigamente! Hoje tá fácil. Naquele ano de 40, 45, aí vai subindo até uns 15 anos atrás, se você encontrasse um índio na mata, um dos dois apagava, com certeza. Era uma briga, uma guerra! Ah, hoje não... a coisa tá folgada pra todo mundo! Depois do mogno pra cá [refere-se ao período de extração da madeira na região, ocorrido nos anos 1980] eles amansaram demais. (Eustáquio, nascido em São Félix em 1936).

Essa construção de um ambiente pacífico não está apenas nos registros dos moradores mais antigos de São Félix ao relatarem a oposição entre o cotidiano de outros tempos e o de hoje. Ela está também em alguns momentos recentes da história local, que sugerem a tal “inspeção de reconciliação” trazida por Lévi-Strauss (1982). O mais significativo deles parece ser o evento de comemoração do Dia do Índio, realizado na sede municipal até 2013. Na ocasião, diversas aldeias presentes em São Félix e municípios vizinhos faziam da cidade o espaço de celebração da data, com apresentações de cantos, danças e competições de jogos esportivos.

Essa parece ser, contudo, uma leitura precipitada dos escritos de Lévi-Strauss, bem como dos processos socioespaciais em São Félix. É precipitada não porque os gestos rituais em busca da pacificação sejam ausentes, mas porque guerras e trocas estão mais imiscuídas do que em oposição e talvez fosse necessário um estudo específico sobre o tema para tentar responder em que medida e a partir de quais manifestações essa relação está presente na história vivida por índios e não-índios em São Félix do Xingu. Isso ultrapassa os objetivos deste trabalho, mas a história dos processos sociais e espaciais apreendida até aqui permite, pelo menos, inferir que este jogo vai além de um projeto de suposta pacificação conduzido por cristãos contra caboclos. Afinal, se para Pierre Clastres (2004) não há descontinuidade entre guerra e troca, sendo ambas componentes essenciais da estrutura social, os tempos de guerra e os tempos de paz em São

Félix não são dados de momentos históricos distintos. Ou seja, ainda que os discursos busquem reafirmar a cordialidade do presente, a guerra está virtualmente na troca e a sentença oposta também é verdadeira.

Reconhecendo a complexidade dessa questão, chamamos atenção aqui apenas para o modo como essas relações cordiais aparecem nos discursos sobre a relação entre índios e não-índios da região. De antemão, destacamos que, se o encontro em Altamira foi considerado pela imprensa como uma manifestação desregrada e irracional, exatamente por seu caráter festivo, a festa em comemoração ao Dia do Índio em São Félix é compreendida como celebração de um tratado de paz. Em 2012, a Secretaria de Estado de Comunicação Social do Pará, por meio da Agência Pará, realizou cobertura das festividades em São Félix, publicando e enviando textos sobre o evento à imprensa local, além de vídeos e áudios. Em cada um dos trabalhos, o que predomina é a tentativa de mostrar a amistosa convivência entre índios e não-índios apoiada pelo poder público. Nos textos e imagens, os índios se emocionam ao encontrar parentes que vivem em outras aldeias – principalmente as mulheres, que “[...] aproveitam para garantir uma renda a mais com as pinturas corporais feitas nos visitantes que acompanham o evento” (Agência Pará, 2012), como diz a legenda de uma das fotos.

Naquele ano, a programação havia sido ampliada. A quarta edição da Semana dos Povos Indígenas – nome dado ao evento de três dias em comemoração ao Dia do Índio – contava com shows de cantores indígenas, competições de arco e flecha, sinuca, cabo de guerra, futebol e outros esportes, mas também serviços que poderiam ser utilizados pelos moradores de São Félix, como emissão de carteira de trabalho e identidade. Nas palavras de um dos representantes do

poder público local, apresentadas pelo informativo oficial, era “[...] uma oportunidade onde o homem branco pode interagir, aprender e trocar experiência com o índio e vice-versa” (Agência Pará, 2012).

Uma das cenas mais representativas dessa construção da paz, segundo a própria imprensa, pode ser vista no encerramento do evento, quando os índios, cantando o Hino Nacional Brasileiro no idioma Kayapó e segurando bandeiras brancas, caminharam pelas ruas da cidade. Paulinho Payakã, uma das lideranças Kayapó mais importantes, teve sua fala publicada: “tudo o que queremos é paz, alegria e ser tratados como ser humano nesse país que é feito de índio. Essa caminhada é uma demonstração de que somos todos irmãos, companheiros e que devemos lutar juntos pelos nossos direitos” (Agência Pará, 2012).

Em 2013, a TV Tucumã também cobriu o evento. Nas imagens divulgadas pela emissora local, a população se reúne nos barrancos do Rio Fresco à espera dos índios, que chegam ornados, com os homens cantando e dançando no topo das embarcações. No caminho entre o rio e a quadra coberta, onde acontece boa parte das atividades comemorativas, os representantes de cada aldeia passam exibindo-se para os moradores de São Félix. Alguns seguem carregando fardos de alimentos para os dias que permanecerão na cidade. Outros permanecem cantando e dançando como em um desfile. Os homens vestem bermudas coloridas; as mulheres, os típicos vestidos sem mangas e à altura dos joelhos, ou simplesmente calcinhas de algodão. Além das pinturas, trazem pulseiras, tornozeleiras e braçadeiras de miçangas plásticas coloridas junto ao corpo. Alguns exibem peitorais do mesmo material, cintos e bandoleiras – o adorno usado a tiracolo formado normalmente por vários cordões de miçangas.

Algumas aldeias passaram mais de 12 horas no rio a caminho da cidade para os três dias de festa, quando são realizadas competições esportivas, apresentações artísticas e até mesmo desfiles para a escolha da “miss Kayapó”. Em terra, índios e não-índios se misturam pelas ruas e praças de São Félix e, logo, se vê um tanto destes últimos pintados com a mistura de jenipapo, carvão e água pelas habilidosas mãos das mulheres Kayapó.

Se as relações do passado eram marcadas pelos conflitos, índios e não-índios parecem fazer questão de anunciar diante das câmeras que as trocas pacíficas fazem parte do presente. É essa a imagem que aparece no discurso dos organizadores do evento, como mostra a fala do prefeito de São Félix, reproduzida pela imprensa local:

Eu, como gestor, como amigo do povo indígena desde que cheguei aqui na década de 80, eu não podia deixar de comemorar uma festa dessa aí. E eu quero aqui deixar bem claro o seguinte: nós, nós temos uma convivência pacífica com todas as aldeias aqui do nosso município e cada ano eu quero que essa tradição cresça mais pra poder a gente desenvolver um trabalho melhor junto com essa comunidade indígena que merece todo nosso respeito também (João Cleber, prefeito de São Félix, em entrevista à TV Tucumã, 2013).

Também é esse o discurso da própria narração da matéria televisionada:

Abraçados, eles dançam celebrando a vida e deixando claro que podem ainda não serem [*sic*] tão civilizados como nós, mas valorizam a união, preservam a amizade, regam as raízes de sua cultura e respeitam a diversidade da vida (Narração, TV Tucumã, 2013).

A festa passou a fazer parte do calendário oficial da cidade, criado pela Secretaria Municipal de Cultura. Em 2014, entretanto, os Kayapó não fizeram festa na cidade como estava programado pela Prefeitura. Preferiram se reunir

nas próprias aldeias da região para comemorar o Dia do Índio. As lideranças alegaram que essa decisão pouparia idosos, crianças e mulheres da longa viagem até a sede municipal, já que algumas aldeias ficam distantes. Além disso, ela iria favorecer a preservação das tradições do povo Kayapó. As secretarias de Cultura e Educação do município ofereceram apoio com uma comitiva que visitou as aldeias em festa. Algumas delas realizaram as comemorações em conjunto. Foi o caso da Kokraymoro, que recebeu outras três comunidades às margens do Rio Xingu. Na Kikretum, outras quatro aldeias da região do Rio Fresco se juntaram ao povo de Tuto Pombo para festejar o 19 de Abril (A Notícia, 2014).



Figura 62 - Chegada das aldeias para a Semana dos Povos Indígenas
Fonte: Agência Pará, 2012.



Figura 63 - Atividades durante a Semana dos Povos Indígenas
Fonte: Agência Pará, 2012.

4.1.4 Nas terras do “coronel” Pombo

Aquela conversa com a fazendeira Olga no início de tarde em São Félix do Xingu – que havia me levado a reconsiderar uma série de questões sobre o trabalho em andamento, inclusive o lugar dado à alteridade e, claro, aos índios da região⁷¹ –, acabou por revelar também outro aspecto importante para o entendimento da relação entre os Kayapó e os brancos – ou *kubē* como os chamam os Mebêngôkre. O *outro* poderia converter-se em alguém muito próximo, caso assumisse para si características convenientes a um semelhante e abandonasse boa parte daquilo que o identificasse como alguém diferente; nesse caso, o índio poderia ser “quase um branco”, caso agisse como um ou assumisse a postura considerada apropriada aos não-índios diante das mais variadas situações do cotidiano. Até mesmo para Olga, com seu discurso anti-indígena, essa era uma situação possível.

Olga conheceu de perto o cacique Tuto Pombo, uma das lideranças Kayapó mais controvertidas devido aos acordos firmados por ele com os brancos a partir dos anos 1980. Seu pai explorou madeira nas terras próximas à aldeia do líder indígena e, em contrapartida, construiu parte das benfeitorias que ainda hoje estão presentes por lá. Quando comprou casa em Tucumã, Pombo tornou-se vizinho da família de Olga e passou a viver mais tempo na cidade do que na própria aldeia. “Esse sim, foi o primeiro índio diferente. Foi um empresário, um homem de visão, que pensava como nós. Mas nenhum de seus filhos herdou esse espírito e tudo que ele construiu acabou indo embora”, relembra a fazendeira. “Dizem que tem um neto dele, que saiu da aldeia e está estudando.

⁷¹ Para descrição da conversa com Olga, ver Introdução deste trabalho.

Não adianta. Depois que formar, volta pra lá e fica primitivo de novo”, completa.

Assim como acontece com Olga, a memória dos habitantes mais velhos de São Félix também guarda a imagem de um índio “diferente” quando se trata do cacique Kayapó. Pombo é sempre lembrado como o índio que teve o apoio das grandes empresas, entre elas, a própria Construtora Andrade Gutierrez, que à época da implantação do Projeto de Colonização Tucumã estabeleceu relações com os Kayapó da região. Com esse apoio, diz um senhor que conviveu com Pombo ainda na juventude, ele conseguiu o que quis, “todas as mulheres brancas e todo o dinheiro que um branco poderia ter no mundo”. “Depois que ele formou em cacique, foi ele que segurou a barra dos índio, porque sabia fazer negócio com o branco. Ele era o chefe, o Pombo...”, completa com ênfase outro velho morador de uma das regiões mais antigas da cidade, “o cacique do Xingu foi ele”.

Se as falas que reconstroem o passado de Tuto Pombo entre os moradores de São Félix o colocam em posição de destaque diante dos outros índios – inclusive, em relação aos demais caciques – a caracterização do líder indígena pela imprensa também faz questão de pontuar a diferença desse Kayapó que, após a descoberta de ouro em suas terras, teria passado a “[...] ajudar as aldeias periféricas com alimentos e outros utensílios de trabalhos, de forma mais consistente que a própria Funai” (Jornal do Ouro, 1983, p.13). Na imprensa, a associação do nome de Pombo às atividades de exploração próprias à fronteira é recorrente e seu trânsito no mundo dos brancos é retomado em praticamente todas as situações, chegando a ser mencionado como “[...] o mais aculturado dos líderes caiapós” (Folha de São Paulo, 1992b, p. 14).

Como sempre fez questão de destacar a imprensa, o líder Kayapó preferia ou mesmo exigia ser chamado de “coronel” pelos brancos (Jornal do Brasil, 1990; O Estado de São Paulo, 1990c). De acordo com a versão que o próprio líder indígena contava, a patente de coronel havia sido dada a ele durante as comemorações do Dia do Índio, no Batalhão da Infantaria da Selva, em Altamira (Cedi, 1984). Mas o fato de assimilar uma patente não-indígena não era somente destacado pela mídia com frequência, como também fazia parte dos principais atributos que o distinguia dos demais caciques. Em uma das reuniões para exigir a demarcação imediata das suas terras, o jornal *Folha de São Paulo* (1984b, p. 8, grifo do autor) escreveu: “presentes ao encontro os mais respeitados caciques caiapós: Beb-goti, Paiakã, Kanhonko, Raoni, Toti e Pombo, que usa o nome de ‘coronel’ Pombo”.

Pombo era considerado o maior representante da facção que defendia a exploração de ouro e madeira nas terras dos Kayapó, atitude que, por muitas vezes não contava com o apoio de lideranças mais velhas (O Estado de São Paulo, 1990b). Mesmo quando sua postura o colocava ao lado das outras lideranças – como no caso em que foi à Brasília lutar pela imediata demarcação de suas terras e exigir que o governo desse explicações sobre o estudo da barragem que pretendia construir no Rio Xingu – Pombo era destacado pela sua fala excêntrica diante da imagem romantizada que rondava os índios.

“Coronel Pombo”, disse que todos trabalham para o sustento da tribo sem precisar de ninguém, muito menos de ajuda do governo, e esclarece: “somos independentes e ricos. Agora, se homem branco tentar poluir nossa água, prejudicar nossa pesca e nos trazer doenças, índio pega, mata e come”, brincou (Correio do Brasil, 1987, grifo do autor).

O “coronel” era “dono de um patrimônio de fazer inveja aos brancos [...]”, pois “[...] o mais bem-sucedido comerciante caiapó foi o primeiro líder de sua nação a descobrir os prazeres e riscos do mercantilismo” (Veja, 1991a, p. 69). Sua casa era a maior da aldeia e ele ainda tinha dois aviões, um Voyage 89, fazendas no Maranhão e uma mansão em Tucumã, onde vivia sua amante branca – a maranhense conhecida pelo apelido de Nenê e que provocava discórdia entre os parentes de Pombo⁷² (Isto É, 1990, p. 43). Foi essa fortuna que fez com que, ao fim de sua vida, fosse noticiado: “morre Pombo, o índio ‘branco’” (Jornal da Tarde, 1992a, p. 6, grifo do autor).

Existem, pelo menos, duas versões sobre a infância de Pombo. A primeira, narrada pelo padre da Prelazia do Xingu, Renato Trevisan (1996), conta que Pombo ficou órfão aos oito anos de idade, mas não havia conhecimento exato sobre a causa da morte de seus pais. O fato de Pombo relatar que os pais morreram por conta dos brancos poderia indicar tanto um assassinato decorrente de um confronto como a morte por doenças originadas do contato com a sociedade não-indígena. Segundo Trevisan, a morte dos pais de Pombo teria ocorrido em 1932, quando ele foi entregue, pelo bispo de Conceição do Araguaia, Dom Sebastião Thomás, a Servindo Pereira Silva e Isabel Pereira da Costa, um casal de seringueiros que morava às margens do Rio Branco. A outra versão – apresentada pela imprensa também como descrita pelo próprio líder Kayapó durante uma de suas entrevistas – dá como certa a morte dos pais de Pombo em um confronto com os brancos, quando o futuro cacique tinha cinco

⁷² Segundo *O Estado de São Paulo* (1990c, p. 48), a amante provocava ciúmes na esposa de Pombo. Leitutu, a Kayapó que havia se tornado sua mulher aos dez anos de idade, havia ganhado “apenas alguns vestidos novos” desde os primeiros acordos de Pombo com os brancos, como informava o cunhado do cacique ouvido pela publicação. Enquanto isso, Nenê teria recebido “três fazendas no Maranhão”. Entre os moradores de São Félix do Xingu e região, a mulher de Pombo – ainda viva à época da pesquisa, ao final de 2013 – era conhecida como dona Maria e suas brigas com Pombo por conta da amante são frequentemente lembradas.

anos de idade. Após ter ficado órfão, Pombo teria sido expulso da aldeia por suas irmãs e caminhado pela selva durante vários dias, até encontrar um grupo de seringueiros, com quem viveu e aprendeu a falar o português (O Estado de São Paulo, 1990c).

Apesar dessas imprecisões em sua biografia, é conhecido que, embora tenha nascido entre os Kayapó, Tuto Pombo passou parte da infância e da adolescência entre os *kubẽ* que viviam nas proximidades das aldeias espalhadas pelo Sudeste Paraense e com quem seu povo travou batalhas que resultaram em mortes para ambos os lados. Trevisan (1996) conta que, aos 15 anos e morando com os seringueiros ribeirinhos, Pombo chegou a trabalhar na extração da castanha a serviço de um patrão residente em São Félix do Xingu, chamado Ivão Furtado. Durante uma das expedições na região do Igarapé Trairão, o grupo de trabalhadores do qual Pombo fazia parte foi atacado pelos Kubenkranken. Alguns homens foram mortos e o futuro cacique levado com os índios para a aldeia. Após um ano entre os Kubenkranken, Pombo fugiu e se estabeleceu novamente na região do Rio Fresco, onde passou a ter contato com os agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), àquele tempo interessado em promover a pacificação dos Kayapó. Tuto Pombo transformou-se em informante importante para o SPI, contribuindo com os serviços de sertanistas como Pedro Silva e Francisco Meirelles entre o final dos anos 1940 e início dos anos 50. Como prêmio aos serviços prestados ao SPI, Pombo teria sido colocado pelo próprio órgão entre as lideranças recém-estabelecidas na aldeia Gorotire. Nesse momento, ele já era chamado pelo SPI de “capitão”, segundo Trevisan.

Em 1975, após uma disputa interna em Gorotire, Pombo regressou à Kubenkranken com seu grupo, mas não permaneceu por lá durante muito

tempo. Um ano depois, ele desceu o Rio Fresco, estabelecendo-se nas proximidades do Riozinho, onde fundou a aldeia Kikretum (Trevisan, 1996). Sabe-se que a área escolhida por Pombo para instalar a nova comunidade era a mesma da Vila Nova Olinda, cujos habitantes tinham relações estreitas com a cidade de São Félix do Xingu⁷³. No entanto, as fontes discordam quanto à data de dissolução do povoado que antecedeu a instalação da aldeia Kayapó. De acordo com Santana (2007), Nova Olinda – que chegou a ser uma nucleação relativamente próspera, com população dedicada à lavoura e à criação de gado, além da extração da castanha – sucumbiu após uma invasão dos Kayapó em 1937. A imagem que hoje está na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, na sede de São Félix, foi levada da vila para a cidade em 1945, quando Nova Olinda já havia sido abandonada. Já Trevisan (1996) afirma que, quando Pombo chegou ao local, na segunda metade da década de 1970, encontrou por lá um pequeno número de casas e expulsou seus moradores para a criação da nova aldeia.

4.1.4.1 Os anos dourados em Kikretum

Com a aldeia estabelecida na confluência dos rios Fresco e Riozinho, os Kayapó da Kikretum sabiam da existência de garimpeiros nas proximidades de suas terras desde o final dos anos 1970. Na tentativa de encontrar o ponto exato onde ocorria a extração mineral, eles já haviam empreendido longas peregrinações pela mata, algumas delas em parceria com os residentes da aldeia Gorotire. Em 1980, após oito dias de caminhada pela floresta, eles finalmente descobriram a rota que levava a um dos focos de extração ainda desconhecidos pelos Kayapó. Uma expedição formada por 35 guerreiros e comandada por Tuto Pombo alcançou, nas cabeceiras do Rio Branco e a 60 quilômetros da aldeia Kikretum, o

⁷³ Nova Olinda é, inclusive, o nome posteriormente utilizado por Pombo para rebatizar um dos garimpos existentes na área de domínio da sua aldeia.

garimpo do Bateia, assim chamado por conta do dono da pista de pouso que dava acesso aos barrancos, onde cerca de 300 homens estavam instalados em barracas improvisadas. Os garimpeiros tiveram seus pertences apreendidos pelos Kayapó e foram expulsos da área (Cedi, 1984)⁷⁴.

Para solucionar o caso, a Funai tinha duas propostas. A primeira era levar ao garimpo alguns índios Munduruku, a fim de que eles pudessem ensinar o trabalho da lavra manual aos Kayapó. A outra proposta apresentada pelo órgão indigenista era permitir que os não-índios continuassem a garimpar nas proximidades da aldeia, mas sob fiscalização da Polícia Federal, o que faria com que a população indígena convivesse de forma pacífica com os garimpeiros que invadiram suas terras (O Globo, 1980b). Os índios recusaram a ajuda dos Munduruku e se mostraram decididos a conduzir sozinhos os trabalhos, interditando de vez a pista de pouso com toras de madeira (O Liberal, 1980b). A Funai – a essa época mais preocupada com o que estava acontecendo nos garimpos de Cumaru – não ofereceu apoio a Pombo, que passou a construir alianças com figuras importantes a partir de Altamira e São Félix do Xingu, com destaque para a região onde a Construtora Andrade Gutierrez implantava o Projeto de Colonização Tucumã. Essa “[...] série de arranjos práticos, sempre instáveis e envolvidos numa enorme rede de intrigas [...]” (Cedi, 1984, p. 116) permitiu, por exemplo, que os garimpeiros retornassem ao trabalho algum tempo depois sob o controle da empresa privada Stannum-Shelita, retirada da área pela Força Aérea Brasileira em março de 1981.

⁷⁴ Para a reconstrução histórica dos primeiros anos do garimpo na região do Rio Branco, foi utilizado, principalmente, o material apresentado pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi, 1984), sendo incorporados a ele outros dados coletados em jornais publicados entre os anos 1980 e 1985.

Após outras tentativas frustradas de acordos para a exploração do ouro, a Stannum reassumiu, em 1982, os garimpos do Bateia e do Filomeno, sendo este em uma outra área de extração também tomada por Pombo nas proximidades de sua aldeia. Renomeadas de Kikretum (Bateia) e Nova Olinda (Filomeno), as áreas seriam exploradas pela empresa a partir de um contrato firmado com o próprio cacique Tuto Pombo e registrado em cartório no mês de abril daquele ano. O acordo garantia à Stannum-Shelita a exclusividade na extração do ouro pelo período de três anos, mas havia sido firmado sem o conhecimento da Funai e não demorou para ser contestado em Brasília (Cedi, 1984). Em outubro, Pombo e dois de seus filhos desembarcaram na capital do país em um táxi aéreo alugado com o objetivo de defender o direito de negociar com a empresa sem a intervenção do órgão indigenista. Ao *Jornal de Brasília* (1982), o cacique declarou:

tinha muitos invasores na terra de índio. Guerreiros iam lá e tiravam invasores garimpeiros. Invasores voltavam. Chefe da Funai, então, fez um acordo para os índios com os garimpeiros. Mas também roubou índio. Pediu 20% do ouro para índio e índio não viu um tostão. Até que índio resolveu se entender com a Shelita. Deu certo.

Segundo o acordo, apresentado na íntegra pelo jornal, somente 200 homens poderiam se estabelecer nos garimpos. Para um número superior a esse, seria necessária a autorização de Pombo, não podendo ultrapassar 400 trabalhadores. Os garimpeiros que já estivessem na área deveriam se associar à empresa ou abandonar a área. Pombo teria direito a 5% da produção bruta mecanizada, que seria depositada em caderneta de poupança, e 10% da produção bruta de garimpagem, cujo pagamento mensal seria em moeda corrente. A cantina seria controlada pela empresa, mas 10% do lucro líquido semestral seria deduzido em mercadorias escolhidas por Pombo e entregues na aldeia. A segurança da

área deveria ser de responsabilidade de Pombo, que disponibilizaria seus guerreiros para realizar a tarefa (Jornal de Brasília, 1982).

Na reunião realizada em Brasília, Pombo solicitou ao ministro das Minas e Energia, César Cals, que intervisse junto à Funai, para que fosse suspensa a ação anulatória do contrato estabelecido com a Stannum-Shelita. A Funai ofereceu aos índios 100% da produção de ouro na região do Rio Branco. A direção da empresa acusou a Funai de demagogia, afirmando que a oferta era fantasiosa, pois em Cumaru – onde os Kayapó da aldeia Gorotire haviam aceitado a intervenção do órgão – a exploração rendia muito menos aos índios que os valores pagos pela Stannum-Shelita à comunidade de Pombo (Correio Braziliense, 1982).

O caso não foi resolvido naquele momento e continuou a repercutir nos jornais do ano seguinte. A Funai seguiu negando o pedido de liberação das atividades apresentado pela Stannum-Shelita e alegava, a partir de uma portaria do próprio Ministério das Minas e Energia, que a pesquisa geológica em terras indígenas era exclusividade das estatais (Jornal de Brasília, 1983). Sem consenso entre os órgãos do governo – como no caso de Cumaru, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) era favorável à entrada das empresas nas áreas indígenas – a Stannum-Shelita precisou se retirar da terra dos Kayapó. A saída da empresa, entretanto, fez com que outros garimpeiros começassem a ocupar a região (Correio Braziliense, 1983), o que foi promovido, em parte, pelo próprio Pombo. Insatisfeito com a posição da Funai⁷⁵, o cacique tomou a decisão

⁷⁵ A convivência entre os guerreiros da aldeia Kikretum e os garimpeiros da Stannum-Shelita foi marcada por uma série de conflitos, embora o próprio Pombo tenha defendido a permanência da empresa na área. O cacique sempre se mostrou desconfiado com os pagamentos realizados pela companhia e, em 1982, os índios que realizavam a fiscalização do garimpo chegaram a expulsar vários homens, acusando-os de esconder o ouro extraído em sabonetes (Cedi, 1984).

de entregar o controle do garimpo a grupos regionais, que, interessados no aumento dos lucros nas cantinas e fretes, passaram a não restringir o número de homens na área (Cedi, 1984).

Em maio de 1983, era noticiado o fato de que o ouro extraído no Rio Branco sequer conseguia ser estimado pelo governo federal e as crateras abandonadas transformavam-se em criatórios de mosquitos transmissores da malária, pois não havia qualquer controle na área, além do realizado pelos chefes de turma contratados por Pombo (Jornal do Brasil, 1983). Enquanto isso, Pombo fazia visitas a outras aldeias Kayapó, levando mercadorias e incentivando os demais integrantes do grupo a expulsar os funcionários da Funai e permitir que os garimpeiros explorassem o ouro de suas terras. Entre os Xikrin do Cateté⁷⁶, por exemplo, ele chegou até mesmo a levar alguns jovens para aprender a atividade com os garimpeiros instalados nas cabeceiras do Rio Branco (Cedi, 1985).

⁷⁶ Além dos requerimentos solicitados pela Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas mineradoras, a área habitada pelos Xikrin, às margens do Rio Cateté, vinha sendo há algum tempo disputada por garimpeiros, que eram, na maioria das vezes, expulsos pelos índios. Pombo, com a ajuda de um ex-funcionário da Funai casado com uma Xikrin, tentou realizar pesquisas para a exploração do ouro nas proximidades da aldeia dos Xikrin (Cedi, 1985).



Figura 64 - Garimpo Kikretum (ex-Bateia)
Fonte: Cedi, 1984, p. 117. (Autoria: Vincent Carelli).

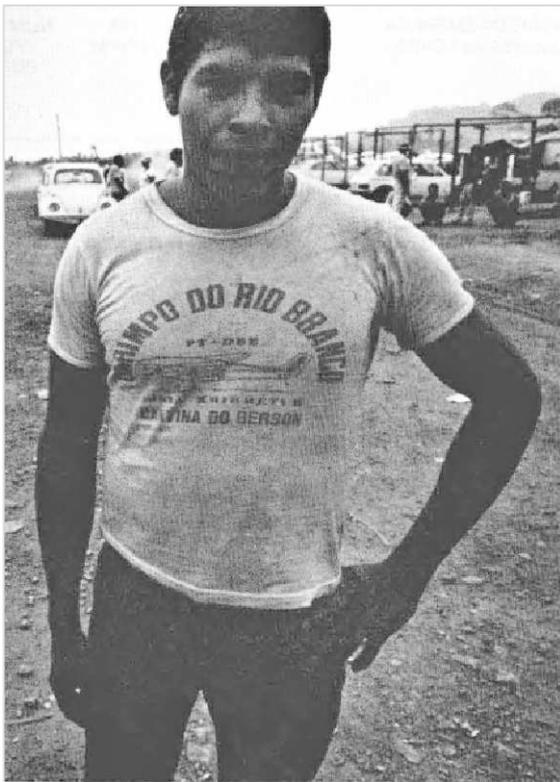


Figura 65 - Jovem Xikrin a caminho do Rio Branco
Fonte: Cedi, 1985, p. 145. (Autoria: Vincent Carelli).



Figura 66 - Jovens Xikrin aprendendo a garimpar no Rio Branco
Fonte: Cedi, 1985, p. 147. (Autoria: Vincent Carelli).

Embora tenha deixado o garimpo, a Stannum-Shelita não havia desistido da exploração mineral junto aos Kayapó. Naquele mesmo ano, o *Jornal do Ouro* – periódico editado em Belém em defesa dos interesses das empresas mineradoras – publicou uma reportagem no qual fazia claro ataque à Funai e uma acalorada promoção da experiência empreendida pela empresa nas terras do cacique Pombo. Nas palavras do jornal – que ilustrou o texto com uma fotografia realizada durante a viagem de Pombo à Brasília, na qual Pombo e um de seus filhos aparecem vestidos com ternos e ao lado do ministro César Cals e do presidente da Stannum-Shelita – aquele era um “[...] exemplo pioneiro, vivo e natural de integração” (*Jornal do Ouro*, 1983, p. 13), que deveria ser adequadamente avaliado, pois reunia “[...] índios e brancos, irmanados pela aspiração comum de melhorar seu padrão de vida [...]”. A extração mineral não era, desse modo, somente uma atividade econômica rentável, que deveria ser implantada “[...] em outras regiões da Amazônia e do país onde em reservas indígenas ocorrem riquezas minerais que não merecem ficar ‘ad eternum’ no seio da terra” (*Jornal do Ouro*, 1983, p. 13, grifo do autor). Ela era, segundo a publicação, o que demandava à sociedade brasileira

[...] redefinir o papel da Funai como órgão destinado a promover a integração progressiva da comunidade indígena com a família brasileira. Não é aconselhável manter indefinidamente a separação das raças num verdadeiro “apartheid”; manter os índios afastados dos civilizados somente serve aos interesses dialéticos [*sic*] de etnólogos, puristas e racistas (*Jornal do Ouro*, 1983, p. 13, grifo do autor).

Ao final de 1983, César Cals acabou sendo acusado de pressionar a Funai para que a empresa realizasse pesquisa e lavra na terra dos Kayapó. Foi descoberto que a Stannum-Shelita era controlada por José Lino Cypriano, genro do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia. Cypriano havia fundado a empresa em Brasília, no ano de

1979, e comprado, das mãos de terceiros, alvarás de pesquisa emitidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para uma área de dez mil hectares em São Félix do Xingu. Somente quando o garimpo já estava em funcionamento, a empresa solicitou autorização à Funai para realizar as pesquisas geológicas, o que foi indeferido (Jornal da Tarde, 1983). O ministro divulgou nota oficial contestando as denúncias de que havia favorecido a Stannum-Shelita (O Estado de São Paulo, 1983b).

Após a nomeação de Salomão Santos para o cargo de delegado regional da Funai, Pombo retomou as negociações com o órgão indigenista. Durante encontro com o cacique, ficou acordado que a Funai assumiria o garimpo a partir de janeiro de 1984, credenciando os homens que já estavam na área⁷⁷ e auxiliando os índios na utilização dos recursos obtidos com a extração mineral. Os comerciantes de ouro deveriam deixar a área e amortizar as dívidas contraídas por Pombo. Aliás, segundo a Funai, teria sido a “[...] própria inabilidade natural nos negócios [...]” (A Província do Pará, 1983, p. 13) o principal motivo pelo qual Pombo havia decidido restabelecer o diálogo com o órgão. As dívidas de Pombo vinham sendo frequentemente renegociadas com os comerciantes que exploravam o ouro do Rio Branco e funcionavam como uma garantia de acesso à área. Em algumas ocasiões, eram repassados de um comerciante para outro os equipamentos destinados à extração mineral, o direito de garimpar e também as dívidas em nome da aldeia Kikretum nos supermercados, hospitais e hotéis da região (Cedi, 1984).

⁷⁷ Além dos garimpos Kikretum (antigo Bateia) e Nova Olinda (antigo Filomeno), outra frente já havia sido aberta a essa época: o garimpo do Arraia, cuja localização no mapa não foi possível reconstituir.



Figura 67 - Pista de pouso de uma das áreas controladas por Pombo
Fonte: Cedi, 1986, p. 227. (Autoria: Renato Trevisan).

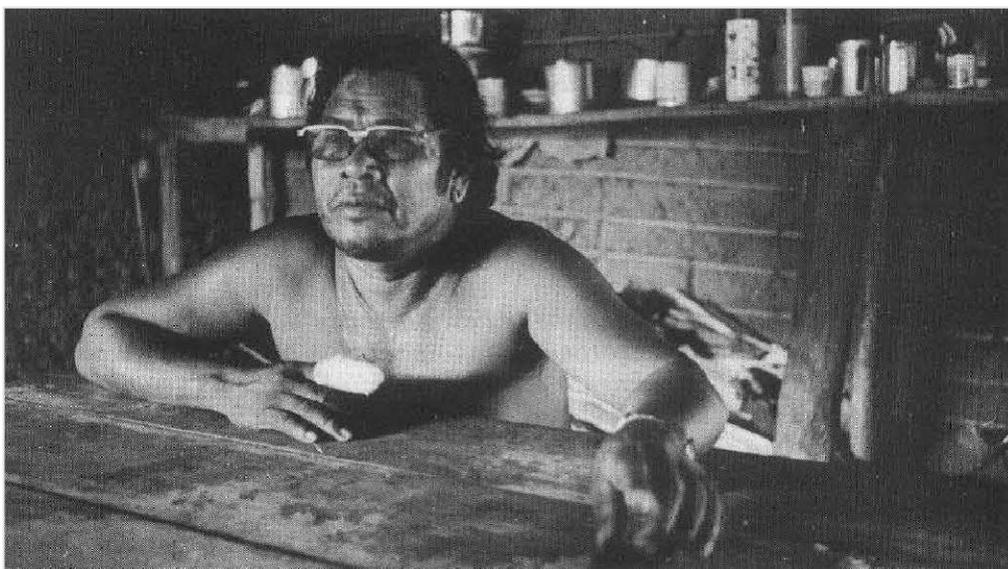


Figura 68 - Cacique Pombo na aldeia Kikretum
Fonte: Cedi, 1984, p. 117. (Autoria: Vincent Carelli).



Figura 69 - Tuto Pombo em Brasília
Fonte: Jornal do Ouro, 1983, p. 13.

Essa decisão acalmou os guerreiros de Kikretum, mas não eliminou conflitos posteriores, inclusive com servidores do próprio órgão indigenista. Em 1985, os índios não aceitaram que a Funai realizasse a instalação de um posto de fiscalização junto ao garimpo, pois estavam desconfiados quanto aos valores repassados pelos garimpeiros e reclamavam da escassez dos recursos. Salomão Santos precisou intervir, anunciando que permitiria que o próprio Tuto Pombo gerenciasse o dinheiro vindo da extração do ouro, recebendo e aplicando diretamente todo o valor arrecadado. A Funai se limitaria a acompanhar e orientar os trabalhos. Apesar da decisão tomada, Santos reafirmou, na ocasião, que os gastos na aldeia eram feitos sem planejamento e, por isso, os índios não conseguiam ter controle do dinheiro que ganhavam (Cedi, 1986).

4.1.4.2 A explosão midiática do “mais rico” cacique Kayapó

Um dos episódios de maior destaque na história de Pombo foi a breve passagem do cacique da aldeia Kikretum pelo posto de “principal representante” de todo o povo Mebêngôkre, em 1990. Foram pouco mais de quatro meses, mas durante esse período Tuto Pombo conseguiu ter a atenção da imprensa, que o transformou em uma espécie de celebridade repleta de casos curiosos pautados pelo encontro entre os costumes dos brancos e as tradições seculares do povo Kayapó. O cacique – e também “coronel” indígena – concedeu entrevistas coletivas e teve sua biografia exposta nas páginas de jornais e revistas com circulação nacional. A maioria das declarações polêmicas de Tuto Pombo – pelas quais se tornaria conhecido e lembrado mesmo após a sua morte – foi dada à imprensa durante esse intervalo de tempo.

No início de junho daquele ano, a imprensa levava ao grande público a decisão tomada por caciques Kayapó reunidos por mais de dois dias na casa dos homens da aldeia Kikretum: Tuto Pombo havia sido escolhido pelos demais para falar em nome dos Mebêngôkre. Com isso, ele passaria a ocupar o lugar de seu tio Raoni Metuktire – cacique Txucarramãe que, pela sua notoriedade nacional e internacional, transformou-se naturalmente em uma liderança Kayapó importante nas negociações com os demais membros da sociedade brasileira. O fato foi tratado como um “golpe no Xingu”, no qual Raoni foi “destituído” e “afastado” durante a reunião “[...] chefiada por seu rival Tutu Pombo – eleito em seu lugar” (Jornal da Tarde, 1990, p.14). Como descreve a revista *Isto É* (1990, p. 43), “a notícia estourou como uma bomba, [...] fazendo supor que havia algo de podre no reino dos caiapó”.

A essa época Raoni viajava por vários países, acompanhado do cantor Sting, com o objetivo de arrecadar fundos para a criação da Fundação Mata Virgem, e mostrava-se contrário aos acordos firmados entre índios e não-índios para exploração dos recursos existentes nas terras ocupadas pelos Kayapó. Pouco tempo antes do encontro na aldeia Kikretum, Raoni teria enviado uma mensagem por rádio aos demais caciques Kayapó, recomendando que eles evitassem o contato com garimpeiros e madeireiros. Sua postura era oposta à de Pombo e foi essa diferença entre os dois líderes indígenas que pontuou grande parte da cobertura jornalística sobre o fato, tratado como uma ocorrência “inédita” entre os Kayapó e que, segundo o *Jornal da Tarde* (1990, p.14), “[...] oficializou uma cisão do grupo indígena com relação ao destino de suas reservas”. Pombo – o índio acostumado a chegar da cidade em aviões carregados de Coca-Cola e pão francês – era praticamente a antítese de Raoni – o cacique que ainda sustentava “com orgulho” o botoque labial e era contrário

aos equipamentos eletrônicos que começavam a encantar os jovens nas aldeias Kayapó.

Essa distinção entre Pombo e Raoni era explorada pelo próprio cacique da aldeia Kikretum em suas declarações à imprensa. Logo após a decisão tomada pelos demais líderes, ele viajou para Belém, onde concedeu entrevista coletiva à imprensa, na sede regional da Funai. Pombo anunciou suas intenções quanto ao destino dos Kayapó a partir daquele momento e fez críticas a Raoni. Segundo o cacique da aldeia Kikretum – e agora líder de todos os Kayapó – os índios não queriam mais esperar por Raoni, que havia sido chamado a dar esclarecimentos sobre seus planos para o futuro dos Mebêngôkre, mas teria se ausentado. De acordo com as falas de Pombo, publicadas pela imprensa, a parceria de Raoni e Sting era prejudicial aos índios e o líder Txucarramãe não estava preparado para defender os direitos dos Kayapó. Sobre Raoni, Pombo disse: “nem português ele sabe falar direito” e sua aldeia não tem “sequer um aviãozinho” para transportar os doentes (O Estado de São Paulo, 1990a, p. 14). Em relação ao acordo entre Raoni e Sting, o cacique da Kikretum afirmou: “enquanto meu povo passava fome e morria de malária, Raoni e o cantor passeavam lá no estrangeiro” (O Estado de São Paulo, 1990a, p. 14).

Fazendo questão de mostrar que sob o seu controle a situação seria diferente, Pombo informou que, já no mesmo dia em que foi eleito representante dos Kayapó, redigiu uma carta ao presidente Fernando Collor, pedindo a manutenção da Funai – órgão que vinha sendo duramente criticado por Raoni. Sobre esse fato, Pombo comentou: “mostrei assim para os índios que sei trabalhar e eles bateram palmas” (O Estado de São Paulo, 1990a, p. 14). O fato de saber trabalhar era também o que havia garantido à aldeia de Pombo todos

os recursos de que dispunham. “[...] Sei trabalhar com os homens brancos” – afirmou Pombo – e “os outros caciques ficaram com inveja e me elegeram para que eu ensine todo mundo a fazer igual” (O Estado de São Paulo, 1990a, p. 14). Até que todos os demais aprendessem, Pombo pretendia exigir que Sting e Raoni o entregassem todo o dinheiro arrecadado para a criação da Fundação Mata Virgem. Segundo Pombo, os recursos seriam usados para a construção de postos médicos, armazéns para alimentos e escolas nas aldeias.

Em algumas ocasiões, especialistas também foram chamados para endossar a diferença entre os dois líderes indígenas, considerando que a resistência de Raoni à dilapidação do patrimônio natural deveria ser percebida como indiscutivelmente virtuosa em relação aos acordos estabelecidos por Pombo com garimpeiros e madeireiros. Ao contrário da fala de Pombo, alguns antropólogos ouvidos pela imprensa afirmavam que não era a relação entre Raoni e Sting que trazia prejuízos aos Kayapó, mas as negociações assimétricas entre os Mebêngôkre e os brancos, nas quais

[...] os índios são aliciados com presentes caros. Televisores e antenas parabólicas, peruas e até aviões fazem parte do arsenal de agrados distribuídos pelas empresas. Ao aceitar esses equipamentos, que em geral não têm aplicação em atividades produtivas alternativas, como a agricultura, as tribos passam imediatamente à condição de devedoras e acabam impelidas a concordar com os termos impostos pelas empresas (Isto É, 1990, p. 43).

Além disso, os recursos originados da exploração de ouro e madeira aumentavam as desigualdades entre os Kayapó, afirmavam os especialistas à imprensa, e Pombo era um exemplo de como algumas lideranças se beneficiavam mais desses acordos que outros membros das aldeias.

Para alguns veículos de comunicação, as atitudes de Pombo eram similares à de determinados políticos brancos. Ao *Jornal do Brasil* (1990, p. 10, grifo do original), Pombo falou que “[...] foi eleito único representante da tribo porque era muito conhecido de todos os líderes. ‘Eu dava remédio, comida e transportes para os índios, tudo obtido com meu trabalho’, explica, lembrando velhos políticos”. O *Estado de São Paulo* (1990c, p. 48) informou que “a campanha, recheada de caridade e intriga, retirou do cofre instalado no quarto do cacique Tutu Pombo pouco mais de Cr\$ 15 milhões em seis meses”, o que teria sido suficiente para ganhar a confiança do povo. A revista *Isto É* (1990, p. 43), embora esclarecesse que não faziam sentido as comparações traçadas pelos demais órgãos de imprensa entre o sistema de governo dos índios e as deposições que as repúblicas latino-americanas haviam vivido nas últimas décadas, não hesitou em comentar que Pombo usava de “[...] ofensiva política com ataques ao adversário próprios de uma acirrada campanha eleitoral”. Segundo a publicação, com a iniciativa de percorrer as demais aldeias distribuindo medicamentos e alimentos e proferindo discursos contra Raoni, Tutu Pombo havia empreendido “[...] um trabalho de fazer inveja aos políticos mais clientelistas” (*Isto É*, 1990, p. 43).

Durante esse período de grande destaque da figura de Pombo nos meios de comunicação, o jornal *O Estado de São Paulo* realizou duas reportagens especiais sobre a trajetória do líder indígena Kayapó. De autoria da jornalista Márcia Guerreiro, ambas foram publicadas naquele mês de junho, logo após Pombo ter sido escolhido pelas demais lideranças para representar os Mebêngôkre junto aos brancos, e trazem, além da reconstituição da reunião na aldeia Kikretum, os contrastes que marcavam a vida dos Kayapó e, principalmente, daquele cacique. Nas reportagens, Pombo é “o homenzarrão de 1m80, expressão

ranzinza e pele castigada pelo sol [...]” que, como os demais Kayapó, “depila as sobrancelhas e os cílios”, mas, para ir à cidade, “[...] ensaia o melhor português, veste calça de linho e camisas de viscose, sapatos de verniz e relógios de ouro, embora não saiba ver as horas [...]” (O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48). A partir das próprias falas de Pombo, o cacique é descrito como um “rei” – cujas joias são braceletes de miçangas e a coroa, um cocar de penas – que detêm o controle de tudo, inclusive, da própria taxa de natalidade da aldeia⁷⁸. Pombo é, assim, o índio que vive

[...] entre a monarquia, a ditadura e a democracia, entre o progresso do homem branco e a cultura milenar de seu povo. O velho cacique dorme nas camas de hotéis cinco estrelas durante suas viagens, mas sempre volta para a rede cor de rosa na varanda da casa em Kikretun (O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48).

Pombo é a síntese da dualidade vivida pelos Kayapó na aldeia Kikretum e também o responsável por todas as transformações ocorridas com aquele povo. É ele quem levou à comunidade “uma série de novidades”: caminhões, aviões, casas de alvenaria, um gerador para iluminar a aldeia, eletroeletrônicos e antenas parabólicas. É Pombo que, com o corpo enfeitado para festa, posa para o fotógrafo diante de uma parabólica, segundo a descrição do jornal, a “ponte para ligar os jovens ao mundo” (O Estado de São Paulo, 1990b, p. 30). É também o cacique que, sentado sobre o imenso tronco de mogno serrado, mostra-se mais uma vez contra o acordo entre Raoni e Sting ao dizer que “o que existe na floresta é nosso e ninguém tem o direito de dizer se devemos ou não derrubá-la” (O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48), garantindo que a exploração das suas

⁷⁸ Algumas das falas de Pombo foram reproduzidas pela publicação (O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48). Sobre a decisão dos demais líderes, ele teria dito: “começou o meu reinado e ninguém mais derruba Tutu Pombo”. Para o fato de que ele controlava a fertilidade dos homens da Kikretum, oferecendo-lhes um chá contraceptivo: “eles só fazem filhos quando eu deixo”.

terras traz “pouco prejuízo para muito lucro” (O Estado de São Paulo, 1990b, p. 30).

“Índio não pode viver como macaco para servir de atração aos brancos”, sustenta Pombo. Ele acredita que a tecnologia instalada na aldeia sirva de defesa contra o próprio branco. Os relógios de ouro que pendem nos braços pintados com urucum e jenipapo avisam aos homens do horário exato em que devem ligar a televisão. Como muitos não sabem ler as horas, Pombo regulou o alarme dos relógios de todos os guerreiros para tocar na hora do *Jornal Nacional*. “É hora de saber se os índios viraram notícia”, esclarece Tuny, o chefe dos guerreiros [...] (O Estado de São Paulo, 1990b, p. 31, grifos do autor).

As duas reportagens são iniciadas por uma fotografia muito similar, com os guerreiros da aldeia ao fundo e Pombo em primeiro plano, com relógio no pulso, cocar e uma pequena bandeira do Brasil presa à braçadeira de miçangas. Na primeira matéria, publicada em 21 de junho, a imagem vem logo na capa do jornal, junto à manchete na qual o cacique é apresentado como “o índio rico”, que fatura alto com a exploração das reservas de mogno. No interior da publicação, os contrastes vividos pelos Kayapó são recorrentes em todo o corpo do texto, desde a abertura da notícia:

O avião Cessna Skylane flutua como um ponto prateado no céu do Sul do Pará. Dois mil metros abaixo dele, homens seminus estão ao longo da pista aberta entre os castanhais da Floresta Amazônica. Joelho esquerdo no chão, perna direita à frente, eles se preparam para receber o barulhento voador que avança na mira de suas flechas. Atrás deles, mulheres e crianças cruzam sobre o peito colares de miçangas. Todos se pintaram com urucum e jenipapo, formam uma extensa fila vermelha e preta emoldurada pelo degradê das penas de araras azuis dos cocares. O trem de pouso do avião toca a pista dando o tom para a canção de boas-vindas a um homem que ganha Cr\$ 9 milhões por mês, a quem chamam de coronel, cacique ou pajé (O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48).

Na reportagem do dia 30 de junho, ao descrever uma das festas Kayapó, a matéria caracteriza a cerimônia como “[...] um ritual primitivo, destinado a pedir aos deuses não só proteção pessoal, mas ainda, como convém a estes tempos de avanço científico, os cruzeiros capazes de comprar o que de melhor a moderna tecnologia tem a oferecer” (O Estado de São Paulo, 1990b, p.30). Assim, são, mais uma vez, os índios da aldeia Kikretum marcados pela influência dos padrões de comportamento importados dos brancos; são, ao mesmo tempo, índios

[...] fieis a suas antigas tradições e apaixonados por novidades tecnológicas. “Gostamos de andar nus, mas com dinheiro nos bolsos”, brinca o líder da comunidade, até porque ele mesmo tornou obrigatório na aldeia o uso de calções pelos homens e de vestidos pelas mulheres (O Estado de São Paulo, 1990b, p. 30, grifo do original).



Figura 70 - Pombo à frente de seus guerreiros
Fonte: O Estado de São Paulo, 1990b, p. 29. (Autoria: Sérgio Amaral).

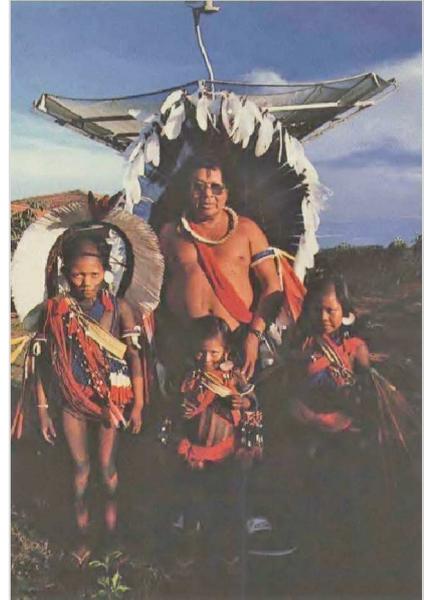


Figura 71 - Pombo: ornamentos Kayapó e tecnologia
Fonte: O Estado de São Paulo, 1990b, p. 30. (Autoria: Sérgio Amaral).

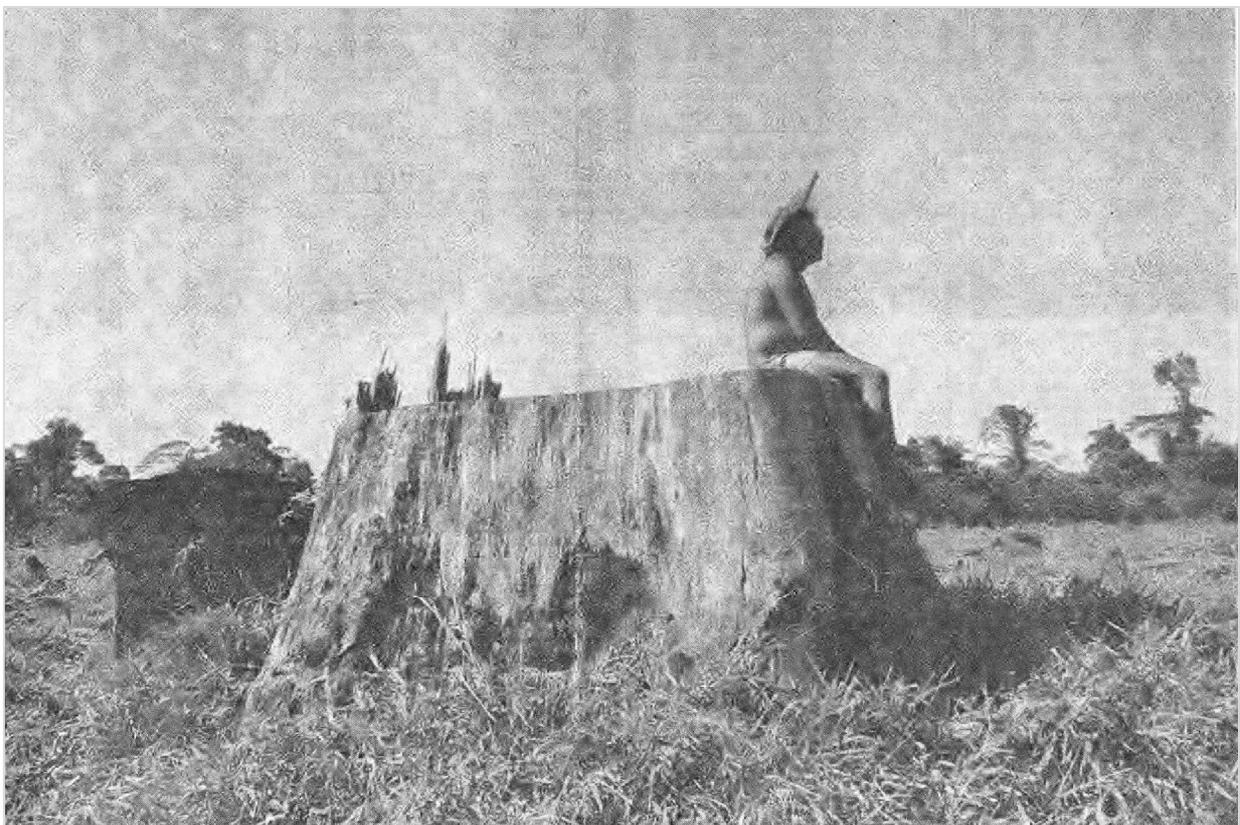


Figura 72 - Tuto Pombo e a extração madeireira: pouco prejuízo, segundo o cacique
Fonte: O Estado de São Paulo, 1990c, p. 48. (Autoria: Sérgio Amaral).

Em outubro de 1990, após uma intervenção de Payakã em benefício de uma reconciliação entre Pombo e Raoni, as duas lideranças Kayapó se encontraram, pondo fim ao impasse que havia sido criado meses atrás⁷⁹. “E Pombo, como que arrependido por ter usurpado a liderança de Raoni, aceitou ir à aldeia do tio, no Mato Grosso, para devolver a representação” (O Liberal, 1990).

Após esse episódio, Pombo somente retornaria à imprensa com exposição similar em 1992, na ocasião de sua morte. Assim como nos momentos em que a imprensa se dedicou a traçar o perfil do líder Kayapó, a riqueza acumulada por Pombo e sua relação com o mundo dos brancos foram os principais destaques de sua morte. “[...] O mais rico dos 34 caciques [...]” (Estado de Minas, 1992) daquele grupo – cuja decisão pioneira de permitir a exploração das reservas de ouro e madeira tinha transformado seu povo “[...] na mais rica nação indígena” (Veja, 1992, p. 79) – havia adquirido “[...] alguns costumes típicos do branco, como comer muito açúcar. Ele adorava bolo de chocolate” (Hoje em Dia, 1992). Com pneumonia, diabetes, hipertensão e derrame cerebral, Pombo deu entrada no Hospital Yutaka Takeda, na Serra dos Carajás, onde o quadro foi agravado por um infarto. Morria, assim, aos 66 anos, em 12 de agosto daquele ano, “[...] de ‘doença de branco’, segundo o diretor do hospital [...]”, (Jornal da Tarde, 1992a, p. 6, grifo do autor), o índio que “[...] foi branco, quando teve de fazer negócios que o enriqueceram, e foi índio, quando se tratava de se subtrair a obrigações e constrangimentos que os brancos devem respeitar” (Jornal da Tarde, 1992b, p. 4).

⁷⁹ Payakã não estava presente à reunião da aldeia Kikretum, quando os demais líderes Kayapó haviam decidido nomear Pombo como principal representante do povo Mebêngôkre (Jornal do Brasil, 1990).

Sua morte foi divulgada pelos principais jornais e revistas em circulação no país, coincidindo com um momento especialmente conturbado para todos os Kayapó, já descrito anteriormente. Eles haviam participado ativamente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – realizada em junho no Rio de Janeiro e mais conhecida como Rio-92 –, mas também enfrentavam sérios problemas com o desmatamento de suas terras e Payakã – cacique reconhecidamente ligado à defesa ambiental – acabava de ser acusado pelo estupro da jovem Sílvia Letícia. As associações entre a morte do cacique da aldeia Kikretum e os demais problemas enfrentados pelos Kayapó foram recorrentes em alguns veículos de comunicação. O *Jornal da Tarde* (1992a, p. 6) considerou que aquele era “um povo em crise”, pois os tempos difíceis haviam chegado à terra dos Mebêngôkre. Além de Payakã, Kubê-I também estava com prisão decretada por tentativa de assassinato, após uma discussão com um homem acusado de roubar madeira nas proximidades da aldeia Gorotire. Os Kayapó viviam, de acordo com a publicação, uma “[...] crise coletiva de identidade cultural que desde o início dos anos 90 substituiu o amor à tradição por vícios como o alcoolismo [...]” (*Jornal da Tarde*, 1992a, p. 6).

Em *O Estado de São Paulo* (1992c), um editorial publicado em agosto daquele ano fazia uma campanha declaradamente anti-indígena, na qual Pombo era apresentado como um “caiapó felizardo”, “afoito”, “inefável”, “miliardário”, dono de um “faro que distingue os magnatas”, “em suma, um capitalista bem-sucedido”. Conforme o texto veiculado, a morte de Pombo serviria para desnudar os equívocos da política praticada pelo governo federal em relação aos índios, que, ao proteger os nativos, congelava o subsolo amazônico com a

[...] implantação de reservas indígenas, de extensão exagerada, defendidas acintosamente por entidades internacionais formadas

por ecologistas, ambientalistas e *filossilvícolas* de todo tipo, que as querem devidamente preservadas da exploração do homem branco, mas não protestam quando essa mesma exploração é promovida por algum cacique que deva ser adulado [...] (O Estado de São Paulo, 1992c, p. 3, grifo do autor).

Após a morte do cacique, a imprensa passou a noticiar as disputas pela sucessão no comando da aldeia e pela partilha dos bens de Pombo, que havia deixado uma fortuna estimada em US\$ 6 milhões (Isto É, 1992). Especulava-se que algumas das propriedades compradas pelo líder indígena estavam registradas em seu nome e poderiam ser herdadas exclusivamente por seus filhos, que também eram apontados como seus possíveis sucessores (O Estado de São Paulo, 1992d). Nenê, a amante e mãe de uma das filhas de Pombo, também teria anunciado o interesse em requerer sua parte na herança, mas acabou retornando para o Maranhão, após ameaças dos Kayapó. Madeireiros que exploravam as reservas de mogno da aldeia Kikretum garantiam que parte dos bens adquiridos por Pombo já estavam em nome de Nenê (O Estado de São Paulo, 1992a). Assumindo mais uma vez o discurso anti-indígena, o *Jornal da Tarde* (1992b, p. 4, grifo do autor), sentenciou que as disputas em torno da herança deixada por Pombo deveriam ser encaradas como “[...] o golpe de misericórdia na lenda do ‘bom selvagem’, que muitos insistem em difundir aqui e sobretudo lá fora, alguns por ingenuidade e outros por pura malícia”.

Niti, filho de Tuto Pombo, foi nomeado o novo cacique entre os habitantes da aldeia Kikretum. Entretanto, a imprensa parecia órfã da figura controvertida do antigo líder indígena, chegando a especular o surgimento de um novo chefe Kayapó com a mesma vocação para os negócios que tinha Pombo. Pelo menos foi esse o tratamento dado a Tapiêt em algumas reportagens que sucederam a morte do cacique e que o apontavam explicitamente como o “[...] sucessor na administração dos lucrativos negócios dos índios” (Isto É, 1993, p. 60). Tapiêt,

um dos vereadores do recém-instalado município de Cumaru do Norte e com intenções de chegar à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, havia conseguido destaque entre os demais Kayapó na administração do garimpo do Santídio, aberto em 1992. Em pouco mais de sete meses de trabalho, o filho adotivo do cacique Totoí da aldeia Gorotire, já havia comprado casas, fazenda, cabeças de gado, aviões e vários carros com o ouro arrecadado no garimpo – algo em torno de 38 quilos mensais. O “marajá da selva”, como é caracterizado Tapiêt, havia criado um método mais eficiente que o do próprio Pombo para gerir o garimpo: em vez de cobrar um percentual, exigia uma quantia fixa. Eram 50 gramas por máquina instalada, 80 gramas de cada comerciante e dez gramas por avião que pousava na pista do Santídio. Como sugere uma das legendas apresentadas pela revista *Isto É*, os negócios de Tapiêt eram o retrato de um “capitalismo selvagem”, que colocam os índios bem distantes da “[...] imagem de pureza que os caiapós tentam manter a qualquer preço” (*Isto É*, 1993, p. 60). Por tudo isso, “vivíssimo e cruel, Tapiêt, ex-soldado da PM, vai muito longe. Além de Tutu Pombo e Paulinho Paiakã, pelo visto...”, sentencia outra matéria, publicada por *A Província do Pará* (1993, p. 3).

4.1.4.3 Chegando à aldeia

Em certos aspectos, o atual cotidiano da aldeia Kikretum pouco lembra os tempos da fartura que os Kayapó liderados por Tuto Pombo viveram no auge da extração do ouro e da madeira em suas terras. Se àquele momento, os aviões comprados pelo próprio cacique – e carregados de bens adquiridos nos supermercados da região – aterrissavam quase todos os dias na pista de pouso da comunidade, hoje, o chão de terra batida levanta poeira ocasionalmente. Quando isso acontece, chama logo a atenção das crianças, que correm em

direção ao local para ver a chegada ou a partida de algum monomotor, em geral, usado para o transporte de representantes de órgãos federais ou casos de emergência, como havia ocorrido naquela manhã, pouco antes de chegarmos à aldeia. Uma jovem Mebêngôkre de 15 anos tinha acabado de ser levada às pressas pela Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai)⁸⁰ até o hospital de Redenção, pois havia entrado em trabalho de parto e não conseguira dar à luz sem o auxílio médico. Quando retornasse da cidade nos braços de sua mãe, o bebê recém-nascido faria com que Kikretum alcançasse a marca dos 475 habitantes. Esse número já havia sido maior, chegando a quase 800 índios. Mas cisões ocorridas nos anos 2009 e 2010 dispersaram parte do grupo, quando Kikretum deu origem a outras duas aldeias: Apeiti e Turedjã, ambas localizadas no limite norte da Terra Indígena Kayapó.

A localização das novas aldeias é, de alguma forma, marca das relações estabelecidas pelos Kayapó da Kikretum com as cidades próximas de suas terras⁸¹. Afinal, é ao norte que estão localizadas São Félix do Xingu, Ourilândia e Tucumã, sendo que até essas duas últimas é possível chegar por terra na época da estiagem, percorrendo o caminho de uma antiga picada aberta para escoar o ouro. Até São Félix, o percurso mais usual é o Rio Fresco, que corre ao lado da aldeia. Por ele é que, normalmente, os atuais caciques vão à cidade, cuja Secretaria Executiva Municipal de Educação (Semed) é responsável pela manutenção da escola da aldeia. É pelo Fresco também que viaja o barco enviado pela Semed com os professores contratados para lecionar na Kikretum

⁸⁰ Vinculada ao Ministério da Saúde, a Sesai foi criada em 2010, a partir de reivindicações dos povos indígenas. Sua estrutura é composta, entre outros setores, pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Diseis), cuja responsabilidade é a execução do atendimento às aldeias.

⁸¹ Como observa Turner *et al.* (2011), a recente criação de aldeias em pontos de mais fácil acesso às cidades da região tornou-se fato comum a todos os Mebêngôkre.

e em outras aldeias localizadas na Terra Indígena⁸². Entre São Félix e Kikretum, o barco da prefeitura gasta aproximadamente oito horas de viagem, mas, dependendo das condições do rio, pode demorar até quatro dias para chegar às demais aldeias. A dificuldade de deslocamento faz com que boa parte dos professores opte por ir à cidade somente a cada três meses, quando têm um período de descanso mais prolongado.

Não é raro que os índios usem a embarcação oferecida pela Semed como transporte para se deslocarem entre as comunidades ou mesmo para chegarem à cidade de São Félix. Só alguns poucos têm seus próprios barcos com motor de popa, as chamadas “rabetas”, que servem à pesca, ao transporte de parentes para as compras e, eventualmente, para negociar com os *kubẽ* alguns litros de gasolina e óleo. É assim que a cantineira e as quatro professoras residentes na Kikretum conseguem ver suas famílias em intervalos menores que o período de suas folgas trimestrais. A bordo das “rabetas” pilotadas pelos Kayapó, elas levam entre duas e três horas para descer o rio até São Félix. “Apesar do sol forte, a viagem é bem mais curta e compensa”, comenta Mônica, que desde o início de 2012 havia decidido deixar o filho de quatro anos e o marido em São Félix para trabalhar como professora na aldeia. “Também compensa o sacrifício porque o salário é melhor do que na cidade”, garante.

Foi com o marido de Mônica que cheguei até a aldeia Kikretum. Naquele final de 2013, Renato e um amigo – cuja mulher também estava trabalhando como

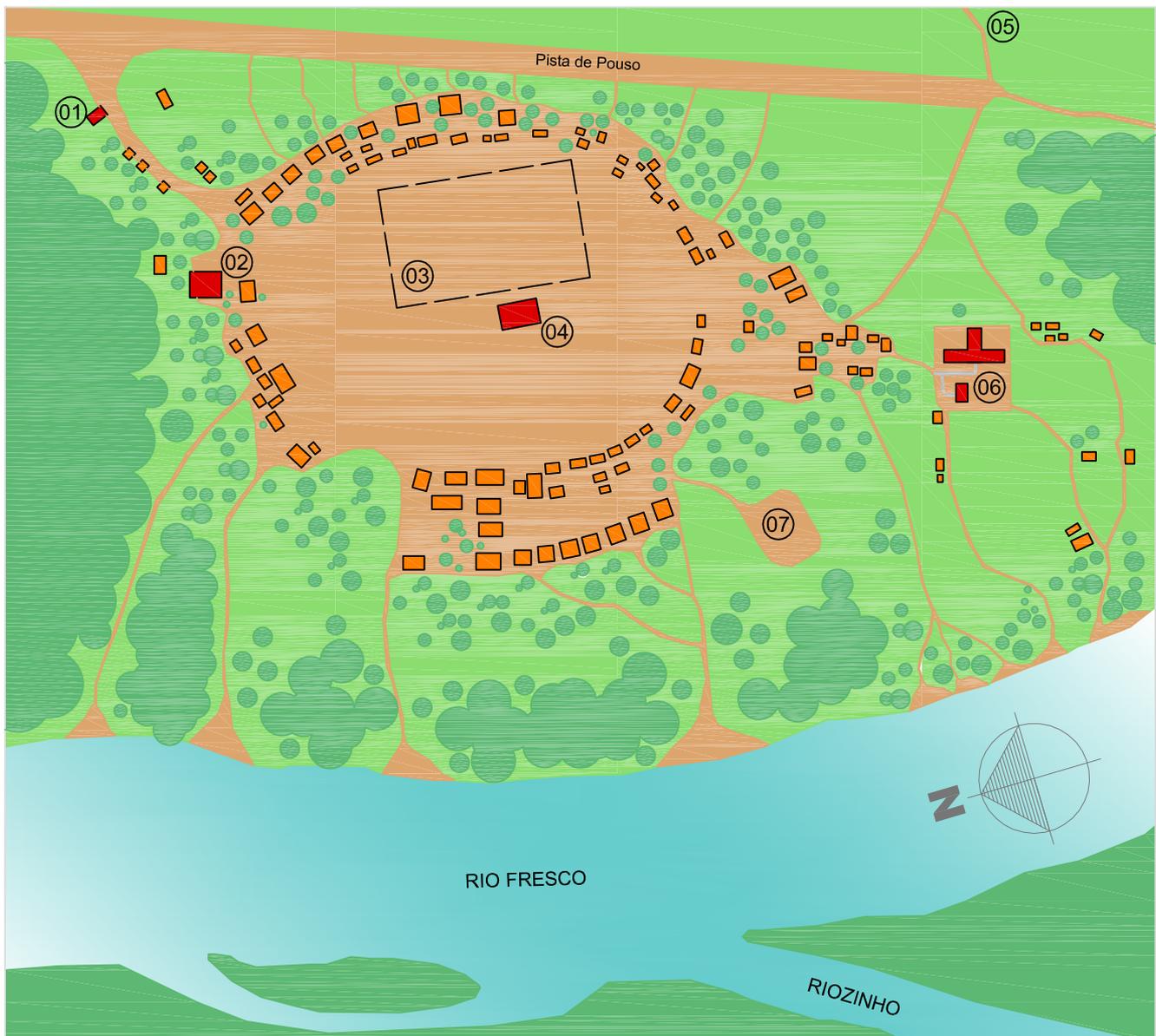
⁸² A Semed não é responsável somente pelo serviço de educação das aldeias localizadas nos limites do município de São Félix, atendendo também algumas comunidades que estão em território de outras unidades municipais, como é o caso da própria Kikretum, situada em Ourilândia do Norte. Isso faz com que essas aldeias passem a ter um vínculo com a cidade de São Félix do Xingu, sobretudo, através dos professores, em sua maioria residentes na sede do município. Para outros serviços – como atendimento de saúde e atividades comerciais –, as aldeias acabam se relacionando, predominantemente, com as cidades mais próximas ou de mais fácil acesso.

professora entre os índios – iam até a comunidade buscar as esposas para passar as férias em casa. Como o volume de bagagem era grande, convidaram-me para ajudá-los. Miguel, o filho do casal, já estava com a mãe por lá. Tinha ido alguns dias antes, quando Mônica e os caciques da Kikretum tomaram as “rabetas” rumo a São Félix para participar da formatura da primeira turma de professores indígenas na cidade e logo retornaram para encerrar as atividades do ano letivo. Com a chegada de seus maridos, as professoras precisavam organizar todo o material usado na cantina e na secretaria da escola, preparar barris de combustível e botijões de gás vazios para serem reabastecidos pela prefeitura na cidade e esperar o barco da Semed, que já vinha percorrendo o Fresco desde outras aldeias na terra dos Kayapó.

Renato – um jovem de 29 anos, nascido no Espírito Santo, mas morador de São Félix desde os primeiros meses de vida – já estava acostumado com a rota até Kikretum. Iríamos de caminhonete até o limite da Terra Indígena e, de lá, completaríamos o trajeto de barco. Um residente da aldeia Apeiti, conhecido de Renato, seria o responsável pelo transporte no rio, para o qual já havíamos comprado o óleo e 15 litros de gasolina. Chegando às margens do Fresco, bastaria soltarmos um rojão. O homem Kayapó, ouvindo o barulho do outro lado, viria nos encontrar. Mas, nesse dia, ele não estava na aldeia ou, por algum outro motivo, não pode cruzar o rio para completar nossa viagem à Kikretum. Nem ele nem nenhum outro índio que reconhecesse o estouro do foguete como sinal de que tinha *kubẽ* precisando de ajuda⁸³.

⁸³ Segundo Renato, aquele era um sinal reconhecido por outros índios, que se ofereciam para realizar o transporte quando o Kayapó com o qual já estava acostumado a realizar a viagem não podia atender ao chamado.

Após algum tempo de espera, um Kayapó que havia saído para negociar castanhas na região, e tinha deixado o barco ancorado por ali, aproximou-se e aceitou nos levar até a aldeia. Ele estava acompanhado de seus oito filhos, com idade aparente entre dois e dez anos, e a mulher, que logo apontou para as crianças onde os *kubẽ* se sentariam no barco. Antes de chegar à aldeia, a mulher e as crianças desceram em uma das roças afastadas da comunidade principal, mas pertencentes à Kikretum e onde residem alguns índios do grupo. Seguimos viagem com o Kayapó no comando, que orgulhoso nos mostrava as cobras escondidas entre as folhagens e os tracajás tentando se equilibrar aos montes nos troncos próximos à superfície do rio. Um barulho vindo de longe serviu para que ele avisasse em português: “menino banhando”. E, de fato, logo avistamos algumas cordas dependuradas nas árvores, por onde uns seis ou sete garotos subiam e, do alto, se jogavam n’água. Levamos pouco mais de uma hora para subir o rio.



LEGENDA

- ① Farmácia Tuto Pombo
- ② Residência Cacique Coronel Tuto Pombo
- ③ Campo de futebol
- ④ *Ngá* (casa dos homens)
- ⑤ Estrada antiga
- ⑥ Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Tuto Pombo e alojamento dos professores
- ⑦ Cemitério

SEM ESCALA

Figura 73 - Aldeia Kikretum

Fonte: Elaborado a partir de desenho realizado por criança Kayapó e pesquisa de campo 2013.



Figura 74 - Rio Fresco nas proximidades da Kikretum

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

Na Kikretum, o caminho que leva ao alojamento das professoras e à Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Tuto Pombo é praticamente independente do restante da aldeia, que tem acesso ao rio por outras trilhas abertas na mata. O local destinado aos profissionais da Semed mantém-se relativamente recuado do grande pátio central, mas constitui um corredor por onde algumas casas se distribuem (Figura 75). No outro extremo, onde funciona a farmácia – que também carrega o nome do antigo cacique –, o mesmo acontece com a trilha que leva à pista de pouso. Os dois pontos praticamente opostos formam uma espécie de linha imaginária que corta a aldeia ao meio, marcando o caminho percorrido pelas professoras algumas vezes ao dia. É que do outro lado, na Farmácia Tuto Pombo – uma casa de madeira aparelhada, com cobertura de telha cerâmica –, também tem *kubẽ*. Uma técnica e uma enfermeira são as responsáveis pelo atendimento na unidade, que recebe a visita de um médico e de um dentista em esquema de rodízio com outras aldeias da região. A expectativa da funcionária terceirizada pela Sesai, que deixou o marido em Redenção e agora passa os dias à frente do balcão de distribuição de medicamentos, é que a nova unidade de saúde da aldeia abrigue também a farmácia onde trabalha. Assim, ela e a enfermeira terão um alojamento “mais próximo das outras meninas”, diz referindo-se às professoras.

As obras do novo posto de atendimento, no final de dezembro de 2013, estavam na fase da fundação. Levaria ainda mais uns sete meses para a entrega da edificação, é o que informava o encarregado, um dono de terras em Xinguara, que também trabalhava na construção civil. No entanto, as chuvas e alguns contratemplos poderiam atrasar o cronograma. Na noite anterior, ele e o ajudante – um rapaz que morava em Belém e estava na aldeia há dez dias – haviam dormido sobre sacos de linhagem em uma embarcação de madeira

ancorada no mesmo ponto de onde partimos para Kikretum a bordo da pequena “rabeta” juntamente com a família Kayapó. O transporte de todo o material usado na obra estava sendo feito pelo rio e a partir daquele ponto, como indicavam as pilhas de tijolos junto aos barrancos. No entanto, um problema com o caminhão da construtora fez com que parte da areia não chegasse no horário previsto e os dois homens precisaram passar a noite ali, à espera do carregamento que viria no outro dia logo pela manhã.

A aldeia estava relativamente vazia. Muitos índios haviam saído para a coleta e a venda de castanhas. Além dessas atividades, os habitantes da Kikretum vivem hoje, principalmente, das roças onde cultivam, entre outros alimentos, mandioca, milho, inhame, arroz, banana, cacau e melancia. Usam a terra em sistema de rotação, plantando em uma área enquanto outras descansam para a recuperação do solo. Tudo indica que ainda mantêm as práticas que tornaram os Kayapó conhecidos como detentores de importantes técnicas de manejo favoráveis à biodiversidade local. Apresentados a partir dos estudos do etnobiólogo Darrel Posey (1999; 2002), esses conhecimentos detalhados sobre a fertilidade do solo, as influências do micro-clima e a combinação de espécies que permitem a recomposição das formações florestais após o cultivo eram tão eficientes que fizeram com que os espaços usados pelos Mebêngôkre fossem, em alguns casos, erroneamente confundidos com ambientes intocados pelo homem. Na verdade, eram floresta produzida, mostrando que natureza e cultura sempre estiveram associadas.



Figura 75 - Escola da aldeia Kikretum
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 76 - Ngá, a casa dos homens
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 77 - Quadra improvisada na praça central
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

A organização espacial da aldeia Kikretum segue a forma tradicionalmente adotada pelos Jê, onde as casas se distribuem em torno de uma praça central circular e de terra batida⁸⁴. No centro da grande praça, está o *ngá*, ou a casa dos homens, local de importância política para os Kayapó, onde são realizadas as principais reuniões entre as lideranças e também algumas cerimônias⁸⁵ (Figura 76). Na Kikretum, ao lado do *ngá* – um amplo telhado cerâmico de quatro águas sustentado por pilares concreto –, toras roliças improvisam as traves de um campo de futebol, esporte pelo qual tanto os homens quanto as mulheres se dizem apaixonados (Figura 77). Não por acaso, alguns garotos trazem á cabeça um corte de cabelo que lembra o moicano usado pelo jogador Neymar e os tradicionais desenhos geométricos dos Kayapó dividem espaço com escudos de times brasileiros em alguns braceletes e pulseiras de miçangas habilmente trançados pelas mulheres com linha de náilon.

Os Kayapó da aldeia Kikretum parecem saber exatamente como lidar com as práticas que importam dos *kubẽ* e que lugar dar a elas diante de suas atividades tradicionais. Aos rituais seculares, incorporaram sem grandes problemas a comemoração da Independência do Brasil, quando hasteiam a bandeira verde e amarela, cantam o Hino Nacional e dançam com os corpos pintados de jenipapo. Os aparelhos celulares – usados para ouvir música, já que não há sinal

⁸⁴ Segundo Turner (1992), todas as aldeias Kayapó do passado eram organizadas em torno de praças centrais circulares, sendo que as comunidades maiores poderiam ter suas casas dispostas em até três círculos concêntricos e duas casas dos homens, uma a leste e outra a oeste. Atualmente, a maioria das aldeias mantém essa configuração, mas algumas podem ter as residências distribuídas em linhas paralelas, compondo largas “ruas”. A casa dos homens, nesse caso, fica ao centro dessas “ruas” ou em um de seus extremos. As aldeias Gorotire, Kubenkranken e Kokraymoro são exemplos dessa configuração espacial em linha.

⁸⁵ Tradicionalmente, quando um menino Kayapó atinge a categoria de idade denominada de *menoronyre*, ou seja, dos jovens solteiros, ele deixa a casa de seus pais e passa a morar na casa dos homens, permanecendo ali até conseguir arrumar uma noiva e engravidá-la, quando, então, o casamento é consumado. No entanto, não foi possível observar se essa é uma prática ainda comum na aldeia Kikretum.

na aldeia – podem ser vistos nas mãos de muitos jovens circulando pela praça central. Na casa de um dos auxiliares das professoras – que exerce também a função de intérprete durante as aulas⁸⁶ – a barraca de camping comprada em Tucumã transformou-se em abrigo para ele e a mulher terem mais intimidade. É que os Kayapó seguem a regra da uxorilocalidade, na qual o homem passa a morar com a família da esposa após o casamento, dividindo a mesma casa, cuja organização interna não admite ambientes separados⁸⁷.

Sem compartimentos, as casas também não têm banheiros. A água é captada do Rio Fresco e chega até a aldeia em pontos estratégicos, onde existem torneiras e barris plásticos para o acondicionamento. O gerador é mantido pelos próprios índios, o que dificulta o abastecimento de toda a comunidade, atualmente com pouco mais de 100 casas. Além de um rádio amador, Kikretum tem três orelhões, mas apenas um funciona ocasionalmente. As casas são, em sua maioria, de pau a pique com cobertura de palha (Figura 78); algumas poucas foram feitas de madeira e telha de fibrocimento. A alvenaria convencional não é comum na aldeia. Mas já foi um dia, quando o auge da extração do ouro e do mogno permitiu que Pombo negociasse com algumas empresas que exploravam as terras próximas à Kikretum a edificação de certo número de habitações. Hoje, quase todas essas construções estão deterioradas pela ação do tempo e permanecem fechadas praticamente o ano todo (Figura 79). É o caso da antiga residência de Pombo, a maior de todas as casas que circundam a grande

⁸⁶ As mulheres frequentam as aulas em turmas exclusivas. Ao contrário dos homens, elas pouco falam o português. Trocam apenas algumas palavras com as professoras, que acabam aprendendo um conjunto de expressões da língua indígena para se comunicarem melhor quando estão sozinhas com elas. O português é usado, especialmente, pelos homens com a finalidade de estabelecer relações com os *kubẽ*.

⁸⁷ No entanto, algumas transformações recentes não são bem vistas pelas lideranças. Há pouco tempo, um grupo de mulheres se indis pôs a raspar o topo da cabeça como de costume. O cacique Niti foi contra, e elas obedeceram à ordem, aparecendo com os cabelos raspados na presença do líder.

praça (Figura 80). No caminho para a pista de pouso, a ampla edificação avarandada, com telhado cerâmico e janelas de aço e vidro, vê o mato crescer à sua frente, mas lembra a todos – com a inscrição em tinta vermelha – que ali viveu o “cacique coronel” Tuto Pombo.



Figura 78 - Habitação na aldeia Kikretum
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 79 - Edificação remanescente da época de Pombo
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 80 - Antiga residência do cacique Tuto Pombo
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

5

Entre beiradeiros e cidadãos

Com seu trabalho de campo no final dos anos 1940, o antropólogo norte-americano Charles Wagley (1964) foi um dos responsáveis por apresentar ao mundo a cidade na Amazônia. Seu “estudo do homem nos trópicos”, como sugere o título do livro publicado em 1953, foi realizado na cidade de Itá, nome fictício dado por ele à Gurupá, localizada às margens do Rio Amazonas. À época, a cidade paraense tinha cerca de 500 habitantes e algumas poucas ruas. Era, nos termos do autor, uma comunidade tradicional em área pouco desenvolvida, uma vila ribeirinha, apesar de ser sede de município. Aluno de Franz Boas e herdeiro do método comparativo da Antropologia Cultural, Wagley ensaiou uma aproximação entre a sua *amazon town* e uma área igualmente remota nos Estados Unidos, uma comunidade localizada entre os rios Ohio e Missouri. Na conclusão do autor, a diferença entre as duas não estava nas condições climáticas, nos recursos naturais ou no solo. Tampouco era uma questão ligada à raça daqueles que habitavam as duas terras, até mesmo porque um dos propósitos da Antropologia Cultural era romper com o determinismo racial ainda presente em alguns estudos. A diferença principal estava nas questões sociais e culturais, sugere Wagley (1964, p. 287), “incluindo [...] principalmente o relacionamento entre a comunidade e os centros nacionais e internacionais de poder econômico e político”. Esse distanciamento entre a cidade tradicional e os centros de poder, avança o autor, não era restrito àquela Itá em particular, mas poderia ser notado em muitas outras espalhadas pelo território amazônico, padecendo dos mesmos problemas de desconexão.

Apesar da distância temporal e espacial entre a Itá de Wagley e a cidade de São Félix do Xingu, a observação do autor norte-americano é sugestiva para a compreensão da atual dinâmica do município localizado no sudeste do Pará. São Félix é originalmente uma *amazon town*, como a descrita por Wagley, que

sofreu (e ainda sofre, em certa medida) com a desconexão dos grandes centros. Até a década de 1980, o rio era praticamente a única via de acesso à cidade, ou pelo menos a mais popular. Quem não chegava por ele, aterrissava em uma pista de pouso que havia sido recentemente criada pelo garimpo, onde hoje está uma das principais avenidas da cidade. Nos anos recentes, a cidade que nasceu no encontro dos rios Fresco e Xingu, se distancia cada vez mais dos cursos d'água e caminha rumo à Rodovia PA-279, que passa pelas cidades de Ourilândia, Tucumã e Água Azul do Norte, dando acesso à PA-150, em Xinguara. Esse é o trajeto praticamente obrigatório de quem vem dos demais municípios do Pará e também dos outros estados. A construção da PA-279 produziu alterações significativas na *amazon town*, conduzindo fluxos migratórios mais intensos, reorganizando o espaço e transformando dinâmicas sociais. No entanto, o que chama a atenção na São Félix de hoje em relação às Itás descritas por Wagley é que, apesar da comunicação favorecida pelas estradas, São Félix parece se articular melhor no nível nacional e internacional que dentro do próprio estado do Pará. A característica que fazia das Itás amazônicas de Charles Wagley uma situação singular em relação a outros casos – e que, ao fim, era o grande desafio para o desenvolvimento – parece ter se complexificado. A São Félix contemporânea passa do local para o nacional, ou até mesmo para o global, sem estabelecer diálogo com centros intermediários, como Marabá, ou mesmo a capital Belém. Entre a população, os destinos mais comuns para tratamentos de saúde ou estudo dos filhos evidenciam a pouca articulação com o restante do Pará e vínculos estreitos com o Centro-Oeste. Na administração pública, o fato de ter a maior parte de seu território ocupado por áreas protegidas contribui para a aproximação do município com instâncias federais e organizações internacionais. A própria sede da prefeitura serve de apoio a representantes de instituições como a norte-americana The Nature

Conservancy (TNC) e a alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Nesse intervalo, tornaram-se mais complexas também as relações entre os sujeitos que se estabeleceram ao longo das décadas na fronteira. Quando Marianne Schmink e Charles Wood (2012, p.427) realizaram pesquisa de campo em São Félix do Xingu, entre os anos 1970 e 80, perceberam que “[...] a cidade onde antes as pessoas viviam mais ou menos nas mesmas condições [...]” estava rapidamente se transformando, mas com uma característica bastante peculiar: o pequeno número de empregadores locais tinha padrões de vida muito semelhantes aos de seus empregados. Esses achados, acreditavam os autores, sugeriam que, naquele incipiente sociedade de classes, a distinção entre os que estavam inseridos na economia monetária – na posição de empregador ou de empregado – era menos importante do que as diferenças entre esse conjunto e os trabalhadores não assalariados. Assim, a passagem da economia de subsistência para a acumulação capitalista na cidade havia sido caracterizada pela existência de dois grupos principais. Segundo os pesquisadores, havia um setor assalariado – abrangendo aqueles que pagavam e recebiam salários – e um setor não assalariado – formado por autônomos e alguns trabalhadores que ainda viviam como aviados, tal como à época da economia da borracha. “Dessa forma, num cenário rústico como São Félix, as diferenças no bem-estar eram determinadas, principalmente, pelo fato de as famílias terem ou não acesso à renda monetária para comprar alimentos e outros bens e serviços [...]” (Schmink; Wood, 2012, p. 422) e a transição para o trabalho assalariado era feita com muita resistência, pois representava o fim da autonomia tão valorizada pela maioria dos trabalhadores.

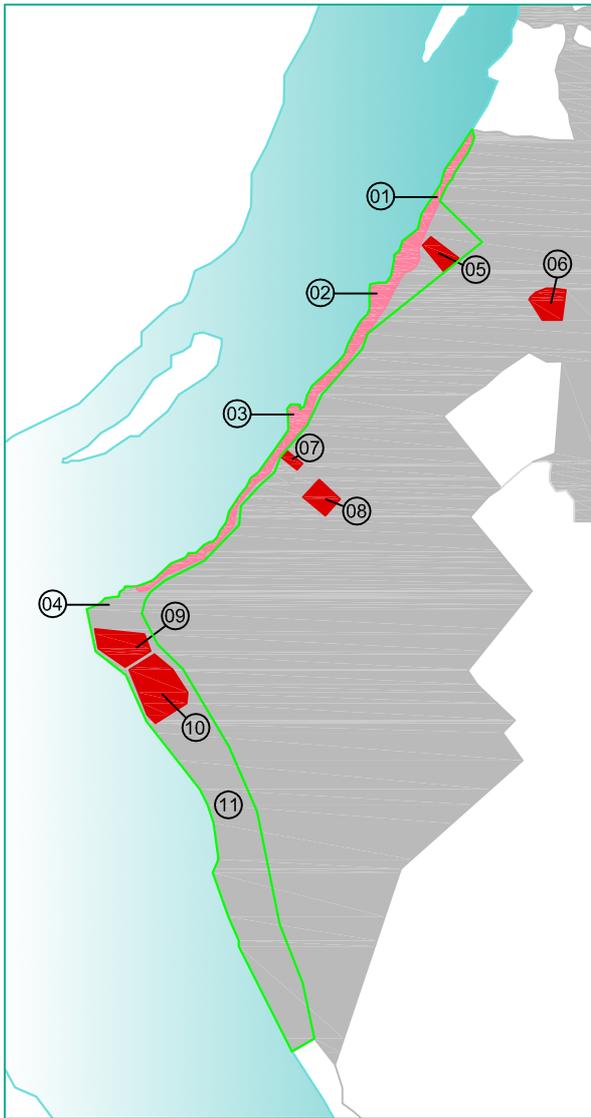
Hoje, no entanto, o desejo dominante por se manter distante da economia capitalista – observado e descrito pelos pesquisadores – divide espaço com o anseio pela inserção no mercado formal. Para os mais jovens, o sonho de ter a carteira assinada por uma grande empresa é o mais frequente, tal como explica a garota que lamenta o fato de a recém-criada Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) oferecer somente o curso de Letras na unidade que seria logo instalada no município: “eu queria fazer Zootecnia, pra ter oportunidade de trabalho em uma dessas fazendas da região, mas parece que eles ainda não entenderam qual é o potencial da nossa cidade”. Entre os mais velhos, entretanto, predomina a primeira situação, como aparece na fala de um morador que vive às margens do Rio Fresco e ganha a vida pilotando barcos: “sem patrão, eu como na hora que eu quero, durmo quando tiver vontade e, se não quiser, fico acordado! Por isso eu prefiro trabalhar mesmo é de desempregado!”.

Além disso, atualmente, a distinção inicial encontrada por Schmink e Wood (2012) parece estar organizada em um conjunto de múltiplas nuances, como veremos a seguir, permitindo enxergar diferenças que se dão a partir do espaço que esses sujeitos ocupam no município e também quanto à renda monetária a que têm acesso. Esses contrastes levam à construção de uma hipótese, que não pode ser comprovada pelos dados estatísticos que apresentaremos neste capítulo, mas que encontra subsídios nas falas dos moradores de São Félix para encará-la como questão que merece o debate. Espacial e socialmente, São Félix do Xingu se afasta a cada dia de seu passado ribeirinho. O fato de o tecido urbano de São Félix se estender rumo à PA-279 talvez nem seja o que melhor exemplifica essa condição, pois, com a cidade original confinada entre uma área de topografia acidentada e os rios Fresco e Xingu, esse seria mesmo o caminho

mais natural para sua expansão nos anos recentes. É o lugar ocupado pelos rios no cotidiano da cidade – mas principalmente pelos moradores que estão às suas margens e que relembram a todo instante a origem beiradeira do município – que nos permite levantar a hipótese de que, apesar das múltiplas nuances, em São Félix, os sujeitos de hoje podem se organizar sob duas categorias: os beiradeiros e os cidadãos.

Ao construirmos essa distinção a partir do lugar que é dado ao rio no cotidiano de São Félix, não queremos dizer que a cidade ignore por completo os dois cursos d'água que permitiram seu surgimento no início dos anos 1900. É pelo rio que as balsas dão acesso às terras a oeste do Xingu e também a norte do Fresco, onde estão atualmente diversas vilas, alguns assentamentos agrícolas e grandes fazendas de gado. Além disso, são os rios, praias e ilhas da região que garantem o lazer durante o verão amazônico – concentrado principalmente entre os meses de junho e agosto –, quando a cidade se enche de turistas vindos de outros municípios do Sudeste Paraense e até mesmo de estados próximos. Entretanto, no dia a dia da maioria dos habitantes de São Félix – sobretudo aqueles que estão mais afastados do beiradão – os dois rios permanecem como referências visuais importantes, mas relativamente distantes, como já havia observado Monte-Mór (1984, p. 21) em seu estudo: “em momento algum a cidade se debruça sobre o rio, ocupa suas margens, se distribui ao longo do seu leito, como sendo um eixo principal”. Esse traço característico de São Félix já ao início dos anos 1980 se intensificou com o passar dos anos, fazendo com que os rios da cidade, de fato, deixassem a cargo das estradas a definição da estrutura urbana da cidade.

Mas em tempos nos quais se divulgam com vigor os êxitos trazidos pelo embelezamento do espaço urbano, São Félix também anuncia seu desejo de transformar-se em uma cidade turística a partir da reestruturação das orlas dos rios Fresco e Xingu. Com isso, São Félix procura seguir o mesmo caminho de outras cidades ribeirinhas da Amazônia, que nas últimas décadas têm destinado parte de suas orlas ao turismo, mas o fazem à custa das populações que ali vivem. De acordo com o que apresentam Cardoso e Ventura Neto (2012), a ocupação tradicional tem sido vista, na maioria das vezes, como um grande empecilho para os projetos de intervenção em cursos d'água na Amazônia, já que os fundos das casas dão acesso direto para o rio, bloqueando a visão e a passagem do público em geral. Em São Félix do Xingu, essa situação se repete. No Plano Diretor do município, toda a faixa de terra que se estende na confluência dos dois rios é considerada “zona de recuperação e reestruturação urbanística” e suas habitações – avaliadas como precárias – estão sujeitas ao remanejamento. Conforme o documento, nessa área, “[...] deverão ser estimuladas, após o projeto de revitalização urbanística, através de índices diferenciados, atividades de bares, lanchonetes, similares e entretenimentos em geral” (São Félix do Xingu, 2006, p. 27) (Figuras 81 e 82).



LEGENDA

DESTAQUES:

- ① Embarque/desembarque da balsa do Fresco (maio a dezembro)
- ② Embarque/desembarque da balsa do Fresco (janeiro a abril)
- ③ Embarque/desembarque da balsa do Xingu (janeiro a abril)
- ④ Embarque/desembarque da balsa do Xingu (maio a dezembro)*
- ⑤ Mercado e feira municipal
- ⑥ Igreja Nossa Senhora das Mercês
- ⑦ Praça
- ⑧ Paróquia de São Félix
- ⑨ Marina de São Félix do Xingu
- ⑩ Pátio Olímpico
- ⑪ Área de praias particulares

* Esses são apenas os principais pontos das duas embarcações que fazem a travessia fluvial em São Félix. Existem diversos outros pontos de ancoragem de pequenos barcos, principalmente, na orla do Fresco.

- Mancha urbana
- Beiradão do Rio Fresco
- Zona de Recuperação e Reestruturação Urbanística**
- Rodovia estadual
- Hidrografia

Sem Escala



Figura 81 - Rio Xingu, entardecer
 Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.

Figura 82 - Destaques das orlas dos rios Fresco e Xingu
 Fonte: Elaborado a partir de GoogleEarth, 2015; Pesquisa de campo, 2012-2013; ** São Félix, 2006.

Essas propostas – ainda não viabilizadas por falta de recursos – tendem a reafirmar a trajetória seguida pela cidade nos últimos anos quanto ao uso das margens de seus rios. Na confluência dos dois cursos d'água, que não chegou a ser ocupada por habitações nos anos iniciais, as antigas olarias que abasteciam a cidade na década de 1980 deram lugar a estruturas de lazer, como o Pátio Olímpico de São Félix do Xingu, uma grande arena de terra batida e circundada por pequenas construções de madeira que servem de bares à época do verão, quando tendas de lona são armadas para auxiliar a venda de alimentos e bebidas (Figuras 83, 84, 85 e 86). Ao longo do Rio Xingu, é grande o número de ilhas usadas pela população para diversão (Figura 87), mas há também aquelas que foram apropriadas ilegalmente para a edificação de casas de veraneio. O mesmo tem ocorrido na faixa de terra banhada por aquele rio junto à sede municipal de São Félix, onde alguns habitantes compraram lotes e delimitaram praias particulares (Figura 88). No extremo norte da cidade, serrarias desativadas na orla do Rio Fresco se transformaram em alvo do mercado imobiliário local para a abertura de loteamentos de alto padrão. No meio disso tudo, a estreita faixa ocupada pelos beiradeiros à margem do Fresco permaneceu como resíduo do passado ribeirinho de São Félix.

É preciso deixar claro ainda que, quando estabelecemos essa clivagem entre beiradeiros e cidadãos para tentar compreender a realidade socioespacial de São Félix, não estamos querendo argumentar que aqueles primeiros não tenham, por exemplo, acesso ao voto ou que sejam excluídos de qualquer direito. Estamos sugerindo apenas que, dentro da cidade, eles constituem uma forte alteridade em relação aos demais cidadãos sãofelenses. É como se aqueles cidadãos – os integrantes do beiradão – fossem, de fato, uma oposição aos cidadãos que habitam a São Félix que procura negar seu passado beiradeiro ou,

pelo menos, reformular a imagem ribeirinha de acordo com os novos padrões. Como aparece no discurso de um representante do poder público municipal ao defender a remoção das habitações que margeiam os rios da cidade para a construção de um complexo de lazer, eles constituem, “[...] infelizmente, uma situação desagradável para a cidade, é praticamente uma favela”. Ou ainda como está na fala de uma senhora pecuarista capixaba, que chegou a São Félix na década de 1980:

tem gente que eu conheço que chegou de fora, comprou terra, construiu casa, ficou bem de vida, vendeu a casa, vendeu a terra, foi embora rico; levou dinheiro daqui. Esses beiradeiros aí, vai lá pra você ver a pobreza. Eles pegam o peixe, enquanto tiver peixe com farinha eles comem. Quando acabou, vão pegar outro! É igual ao índio. Porque índio não guarda nada pra manhã, né!? Eles têm o mesmo pensamento.



Figura 83 - Confluência dos rios Fresco e Xingu durante o verão amazônico
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 84 - Movimento das embarcações em direção às praias fluviais
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 85 - Marina de São Félix do Xingu
Fonte: Pesquisa de campo 2012, Autoria própria.



Figura 86 - Pátio Olímpico durante o verão amazônico
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 87 - Praias fluviais públicas nas ilhas do Rio Xingu
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 88 - Praias fluviais particulares no Rio Xingu
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.

Se compreendemos com Canclini (2010) que a cidadania se constrói também a partir do consumo, e em Lefebvre (2008c) entendemos que esse consumo deve se estender ao espaço, o lugar social e espacial ocupado pelos beiradeiros em São Félix é prioritariamente o que lhes nega a cidade, o que os afasta do urbano e, portanto, os opõe aos demais cidadãos, ou seja, aos cidadãos sãofelenses. O consumo do espaço e também o espaço desse consumo poderia levar ao lefebvriano direito à cidade, ou seja, à apropriação efetiva dos espaços, em oposição à contemplação de paisagens cristalizadas? A leitura de Lefebvre (1991a) sugere que sim, mas parece ser o desejo pela abstração exógena o que tende a dominar os discursos hegemônicos que atingem a fronteira, fazendo do espaço vivido por aqueles que não partilham a mesma racionalidade algo que deve ser negado ou mesmo apagado da história.

Essa clivagem também não implica a negação da emergência de uma possível cidadania beiradeira ou ribeirinha em São Félix do Xingu, capaz de construir uma outra forma de ser cidadão e experimentar a cidade. Essa emergência não pode ser negada até mesmo porque é exatamente desses espaços “entrincheirados”, como descreve James Holston (2013, p. 62) que brota a cidadania contemporânea. “Insurgente”, nos termos do autor, ela nasce do passado, como “[...] uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”. Como diz um rapaz sentado à porta de seu comércio, uma pequena edificação feita de tábuas usada para a venda de bebidas à margem do Rio Fresco,

a gente sabe que São Félix precisa mudar, que esse beiradão não pode ficar como está, porque quando vem a chuva tem muita casa aí que alaga, mas a gente também sabe que nosso lugar é aqui. Meu avô nasceu aqui no Xingu, cortou seringa e panhou castanha.

Minha mãe viveu lavando roupa nesse rio. Eu cresci pulando nessa água desde molecote.

Mas, por enquanto, poucos são os que se veem como beiradeiros na ribeirinha São Félix do Xingu, até mesmo entre aqueles que residem no beiradão formado pela confluência dos dois cursos d'água. É pelo menos isso o que demonstra a fala de um senhor nascido em São Félix e que vive em uma das casas que se enfileiram pela margem do Rio Fresco: “quem mora aqui não é beiradeiro. O beiradão é do aeroporto pra lá [acena com os braços e faz referência a um dos pontos finais da mancha urbana]. Aqui ainda é cidade”.

Isso nos permite inferir que a expressão “beiradeiro” – como categoria relacional – pode funcionar de modo similar ao termo “caboclo”, analisado por Lima (1999) e aqui já discutido. A identificação de alguém como beiradeiro em São Félix é geralmente acompanhada de atributos que lhe confere uma posição social inferior, relacionada a um determinado tipo de uso do espaço, diretamente vinculado ao passado dessa região da Amazônia. Assumir-se beiradeiro, de igual forma, demanda reconhecer-se parte dessa história, o que muitas vezes pode não ser favorável. Assim, a alteridade que emerge dessa relação posta por beiradeiros e cidadãos parece ser uma reativação desse aspecto fundamental da fronteira e que se soma à constituição de outras diferenças ainda presentes na atualidade, como a dualidade entre caboclos e cristãos analisada no capítulo anterior.

Desse modo, se antes nos detivemos na relação do município com os grupos indígenas da região, esta parte da pesquisa pretende explorar – principalmente

a partir da mídia analisada⁸⁸ e da fala dos moradores, os demais temas associados a São Félix. Novamente, os anos 1980 aparecem como um marco na história do município. Foi nesse período que a estrada alcançou a cidade de São Félix, intensificando as transformações socioespaciais naquela região. Também a partir desse momento, a terra a ser conquistada na fronteira passou a ser compreendida – não só em São Félix, mas na Amazônia de modo mais amplo – como espaço realmente dominado e domesticado pelos pioneiros. O desmatamento e a pecuária formam os tópicos subsequentes à conquista do território no Sudeste Paraense, mas deixam uma pergunta que seria importante perseguir: o que muda no urbano – como espaço de reprodução da vida e lugar do possível-impossível – com a expressiva produção que alcança a fronteira?

⁸⁸ Neste capítulo, predominam os textos extraídos de *Veja* e *Folha de São Paulo*, a partir da ocorrência das expressões “São Félix do Xingu” e “São Félix”. Para mais detalhes, ver Introdução e Apêndice.



Figura 89 - Beiradão

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 90 - Beiradão, tipos edificados
 Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

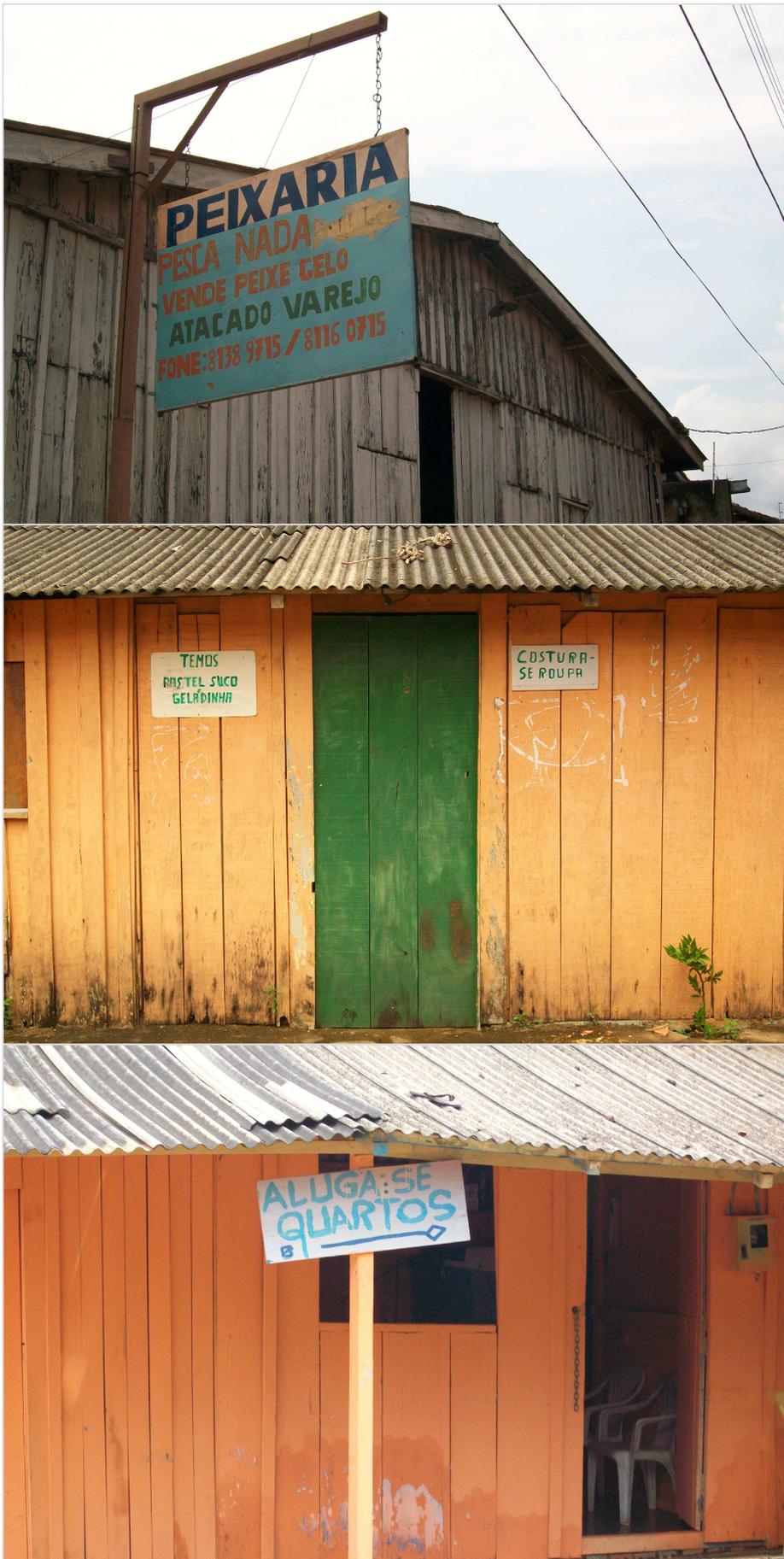


Figura 91 - Beiradão, usos

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 92 - Beiradão, cotidiano
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 93 - Beiradão, da janela vê-se o Rio Fresco

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

5.1 Abrindo as estradas para o “progresso”

No final da década de 1960, o governador paraense anunciava na *Folha de São Paulo* as metas para os próximos anos e a partir das quais procuraria reafirmar a posição de liderança do Pará diante dos demais estados da região amazônica. Seriam destinados recursos para a ampliação da malha rodoviária paraense e, entre as estradas prioritárias, estava a PA-70⁸⁹, que ligaria Marabá à BR-010, também conhecida como Belém-Brasília. A nova rodovia serviria, inicialmente, ao escoamento da produção de castanha, mas tinha como objetivo principal dotar a região de infraestrutura necessária para a exploração futura dos recursos minerais descobertos por técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Dos 10 minerais encontrados na área pesquisada, sete estavam disponíveis nos limites do município de São Félix do Xingu, a maioria deles nas proximidades ou no próprio leito do Rio Fresco⁹⁰. As rodovias eram desse modo, a promessa de colonização e progresso oferecida pelo governo paraense, como apresenta o próprio texto extraído da mídia impressa:

como fator básico ao **desenvolvimento** de qualquer região surge a rodovia, que vai levando consigo a saúde, a educação, a fixação do solo, e buscando descobrir terras férteis, riquezas minerais, potenciais hidráulicos que, em rios internados na densa floresta, ficariam no desconhecimento dos técnicos, não fora a rodovia que por ali passasse (Folha de São Paulo, 1968b, p.46, grifo nosso).

As rodovias construídas pelo Estado paraense eram a reafirmação local de um projeto liderado pelo governo federal, que há algum tempo já considerava a abertura de novas estradas ao norte tema prioritário para a integração da

⁸⁹ Chamada àquele momento de Rodovia da Castanha, a PA-70 transformou-se mais tarde em parte da BR-222, que atualmente vai de Marabá à Fortaleza, no Ceará.

⁹⁰ Foram constatados pelo DNPM ouro (Itupiranga, Marabá e São Félix do Xingu), manganês (São Félix do Xingu e Marabá), prata, cobre, chumbo, ferro, carvão de pedra (todos em São Félix do Xingu), calcário, cristal de rocha e diamante (todos em Marabá) (Folha de São Paulo, 1968b).

Amazônia ao restante do Brasil. Essa perspectiva avançou sobre as décadas seguintes, como mostra mais uma ocorrência na mídia, em que São Félix do Xingu aparece novamente associado à prioridade dada pelo governo ao envolvimento da região por novas estradas, que serviriam como “[...] suporte de sustentação para **o avanço da Amazônia**” (Folha de São Paulo, 1971a, p. 6, grifo nosso). Na ocasião, a BR-010 já estava em funcionamento e eram feitos os cálculos do “progresso” trazido por ela, exemplo para toda a região dos benefícios das estradas.

Em torno do **progresso** que a construção dessas rodovias poderá proporcionar ao País, aponta a SUDAM o que ocorreu com a Belém-Brasília. Em 10 anos de funcionamento, a estrada provocou a seguinte transformação na região de 1.910 quilômetros que atravessa: a população (excluída as de Brasília, Belém e Anápolis) passou de 100 mil em 1960 a mais de 2 milhões em 1970. As 10 cidades e povoados aumentaram para 120. O rebanho bovino, que era inexpressivo em 1960, passou a 5 milhões em 1970 (Folha de São Paulo, 1971a, p. 6, grifo nosso).

Esses dois registros sobre a história das rodovias na Amazônia Oriental, suas representações como promessas de um “progresso” vindo de longe e a associação com o município de São Félix do Xingu chamam a atenção para a necessidade de tentar compreender o protagonismo dado às estradas naquela cidade ainda nos dias de hoje. As estradas compõem um dos capítulos mais importantes da história do Sudeste Paraense. Como vimos anteriormente, foram elas que deram a essa porção da Amazônia uma nova configuração espacial, permitindo que povoados localizados às margens dos rios passassem a conviver com novas nucleações urbanas criadas com a instalação da malha viária e também que outras tantas cidades e vilas – como São Félix do Xingu – tivessem sua história reorientada.

Os pesquisadores Marianne Schmink e Charles Wood (2012) contam que, quando chegaram a São Félix do Xingu, em 1976, tinham como objetivo compreender as transformações que a estrada poderia causar àquela vila ribeirinha que havia permanecido isolada há várias décadas. Segundo eles, a própria população apresentava alta expectativa quanto à abertura da estrada, que os ligaria de vez ao restante do país. Entretanto, essa mesma população era receosa quanto ao que a rota por terra poderia levar do Brasil até São Félix. Hoje, a população de São Félix pode até guardar o legado que a abertura das estradas deixou na cidade, como o desmatamento, a disputa fundiária e todos os demais conflitos desencadeados principalmente após os anos 1980. No entanto, eles permanecem ansiando por essa promessa de “progresso” e depositando suas esperanças nas picadas que cortam a floresta⁹¹.

Isso ocorre porque a estrada é algo que parece nunca ter se completado de fato na história da cidade. Primeiro porque, embora a rodovia que ligaria São Félix ao restante do Brasil tenha sido construída ainda no início da década de 1980, o asfaltamento somente foi concluído em 2013. Em uma região na qual a chuva abundante é uma realidade em boa parte do ano, esse fato faz muita diferença e não há qualquer dificuldade em encontrar pelas ruas de São Félix quem conte as aventuras vividas à época que a prometida estrada não passava de uma grande linha enlameada rumo às demais cidades da região.

⁹¹ Até que essas estradas fossem abertas de fato, São Félix e boa parte da região são, na imprensa, terra de desbravadores, ou como diz *Veja* (1985, p.74), de “caçadores de riquezas”, que “[...] forçam a Amazônia a entregar seus tesouros”. É o que ocorre, por exemplo, com as notícias relacionadas ao Projeto Radam, em que os técnicos responsáveis pelo levantamento aerofotogramétrico da região são apresentados como verdadeiros aventureiros em meio à floresta. No município de São Félix do Xingu, o piloto de um monomotor em pane teve de “[...] pousar sobre a copa das árvores, descer por um cipó e andar na mata dois dias até atingir o povoado mais próximo” (Folha de São Paulo, 1971b, p.4).

Quando eu cheguei, vim pela estrada. Demorei cinco dias de Redenção até São Félix. O ônibus tinha que ser puxado pelo trator na época da chuva. E a gente ajudava empurrando pra sair do atoleiro e lá na frente entrava de novo e seguia viagem. Assim foi até chegar na cidade (Joaquim, nascido em Anápolis/GO, em São Félix desde 2002).

Quem disse que ia chegar esse asfalto? Agora daqui a Tucumã vai com um pouquinho mais de uma hora. Antes eram três dias pra ir, três pra voltar. Isso quando não agarrava muito! Eu mesma dormi muitas vezes dentro de ônibus aí. Tinha uns que chegava e falava: meu carro é traçado, ele passa. Passava? Lá no meio ficava, junto com os outros. Não tinha esse negócio de carro traçado nada não. Ficava aquela multidão de gente lá. E olha que os ônibus andava lotado, porque era poucas linha (Martha, nascida em Venda Nova do Imigrante/ES, em São Félix desde 1998).

Hoje você sai daqui, chega ali come um pastel, toma um suco, um refrigerante, né? Antes, quando planejava uma viagem pra Xinguara... Ah, de semana você botava o frango no chiqueiro. Podia matar dois frangos, fazer farofa... E era de lata pra poder levar, que já sabia que ia ficar na estrada. Se não fizesse isso, passava fome, porque não tinha onde comprar nada. Água, muito pior. Eu cansei de levar minha farofa pronta e a minha garrafa térmica de água. Porque você não ia comer e deixar uma mulher com criança com fome. Então na hora que você abria ali aquela farofa cheirosa no meio de todo mundo tinha que dividir [risos] então eu cansei de dividir também (Jaqueline, nascida em Curionópolis/PA, em São Félix desde 1993).

As estradas compõem um capítulo em constante reescrita na história da cidade também porque sobre elas continuam a se depositar as esperanças de uma nova São Félix do Xingu ou, pelo menos, de um cotidiano um pouco melhor. Isso ocorre porque os mesmos problemas enfrentados pelos moradores da sede até pouco tempo continuam a fazer parte da vida de tantos outros habitantes das vilas e comunidades do município, padecendo com a precária infraestrutura da malha rodoviária que se multiplicou nos anos recentes.

Esse fato também é uma realidade porque a população – mesmo a residente na sede municipal – ainda guarda certo ressentimento em relação à desconexão da

cidade com o restante do Pará, principalmente, em relação à capital do estado. Esse é um sentimento facilmente observável não apenas em São Félix, mas em boa parte do Sudeste Paraense, até mesmo pelo fato de ter sido realimentado o desejo de emancipação da região em um plebiscito realizado em 2011⁹². “Isso aqui fica meio esquecido no meio de tanta terra”, diz um morador de São Félix ao se referir à distância entre Belém e a cidade, fato explorado por tantos outros em suas falas:

nós somos colônia de Belém, é assim que a capital do Pará vê a gente. Nossa capital de verdade é Goiânia. É pra lá que vamos fazer compras, que mandamos os filhos pra estudar. Qualquer um prefere enfrentar os 1.500 quilômetros até Goiânia que pegar os 1.000 quilômetros até Belém porque sabe que a estrada é horrível e que ainda vai ser assaltado no meio do caminho (Dênia, nascida em Xambioá/TO, em São Félix desde 1981).

Assim, as estradas permanecem no imaginário dos moradores de São Félix como promessa do futuro. Alguns moradores chegam mesmo a traçar os planos para a cidade, como sugere a fala de um comerciante local, que ao mostrar o mapa do Pará, apresenta as soluções para o município:

aqui tinha como obrigação ligar-se à 163. O Pará só tem uma estrada que corta na transversal, que é a Transamazônica. A segunda opção seria SFX ligar à 163. Ela iria até a Canopus, que já tem estrada na Vila Canopus, atravessa o Iriri e liga com a Cuiabá-Santarém. Aí São Félix vai deixar de ser ponto final de vez. O único entrave é que ela vai cortar duas reservas e os órgãos ambientais não deixam isso acontecer. Mas um dia ela vai ter de acontecer, se não o Pará não vai pra frente (Wilmar, nascido em Vila Velha/ES, em São Félix desde 1973).

⁹² Naquele ano, a população paraense foi às urnas decidir se o estado seria dividido em três unidades federais distintas – Pará, Tapajós e Carajás – ou se manteria sua configuração territorial. O resultado do plebiscito foi desfavorável à criação dos estados Tapajós e Carajás. Caso tivesse sido aprovada a formação das novas unidades, São Félix e outros 38 municípios da região passariam a fazer parte do novo estado de Carajás.

5.1.1 Das primeiras picadas à PA-279

Embora São Félix do Xingu seja originalmente uma vila ribeirinha nascida no início do século XX e o acesso por terra à sede municipal tenha se consolidado somente nos anos 1980, as estradas – ainda que rudimentares – fizeram parte da história local desde muito cedo. Já nas primeiras décadas de ocupação, a população não poupou esforços na tentativa de estabelecer rotas terrestres que se associassem aos rios, servindo ao escoamento da produção e ao abastecimento dos primeiros habitantes. A articulação entre os transportes terrestre e fluvial foi o que permitiu resolver parte dos problemas de deslocamento na região em diferentes épocas do ano, em que o trânsito ora era impossibilitado pela lama que se acumulava na estação chuvosa, ora inviabilizava-se pela seca que barrava a navegação em alguns trechos dos cursos d'água.

Nos anos 1910, segundo Luiz Santana (2007), pelo menos duas grandes picadas ligavam São Félix a outros pontos do estado do Pará. Uma delas partia da margem direita do Rio Fresco, nas proximidades do Rio Carapanã, indo até o Rio Tocantins. A picada era conhecida como Estrada Tropeira, por permitir somente a circulação de tropas de animais cargueiros, e tinha sido aberta pelos patrões da borracha estabelecidos no Médio Xingu, servindo por vários anos ao transporte de alimentos e bens não produzidos na vila ribeirinha. A outra, chamada de Estrada do Boi, levava até a região do Araguaia e foi importante tanto para o escoamento da produção do látex como para a inserção das primeiras cabeças de gado em São Félix nas décadas iniciais do século XX. Parte dessa estrada foi aberta por mateiros que, saindo de Conceição do Araguaia, estabeleceram-se a cerca de 200 quilômetros de São Félix, às margens do Fresco.

Ali, eles deram origem ao povoado de Novo Horizonte, que, em pouco tempo, transformou-se em um entreposto de grande movimento⁹³. Pelo Rio Fresco, a borracha era escoada até Novo Horizonte e seguia por terra rumo a Conceição do Araguaia, acompanhando a Estrada do Boi. De Conceição, vinham produtos manufaturados – principalmente derivados de leite e artigos de couro – que embarcavam no porto de Novo Horizonte com destino a São Félix.

O fluxo intenso e a necessidade de facilitar o transporte durante a estiagem levou à abertura de um novo trecho da Estrada do Boi à margem esquerda do Fresco, fazendo com que a picada alcançasse São Félix do Xingu. Partindo de Novo Horizonte, a estrada passava pelo povoado de Nova Olinda – onde hoje está a aldeia Kikretum dos Kayapó – e, atravessando o Riozinho, prosseguia até São Félix. Àquele momento já era intenso o transporte de grandes boiadas, principalmente no período do verão.

Aqui ficava o gado de corte para consumo da Vila [São Félix do Xingu] e vacas leiteiras e novilhas eram compradas e conduzidas através de picadas que, margeando o Xingu, alcançavam os barracões dos fortes patrões [...]. Essa era a ininterrupta luta dos audazes desbravadores desta rica e promissora região (Santana, 2007, p. 37-38).

Por muitas vezes, como descreve Santana (2007), essas estradas também foram utilizadas para a chegada de alguns habitantes e como trilha de partida para vários outros. Colaboraram, desse modo, para a dinâmica demográfica própria à fronteira, com suas oscilações entre períodos de crise e surtos de crescimento. Permitiram, ainda, esvaziar por completo algumas das mesmas nucleações que

⁹³ Somente entre Novo Horizonte e São Félix, existiam mais de 60 barracões produtores de látex às margens do Rio Fresco. Ao longo da estrada, que partia de Novo Horizonte e chegava a Conceição do Araguaia, outros tantos caucheiros e seringueiros se distribuíam pelos igarapés, dividindo espaço com criadouros de gado (Santana, 2007).

fizeram nascer, como ocorreu com o povoado de Novo Horizonte, abandonado pelos seus habitantes após o declínio da produção de borracha, logo ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Mas se esse movimento pendular entre a expansão e a retração fez uso dessas picadas, ele também foi responsável, em parte, por colocar as próprias estradas como fato do passado na história de São Félix. Antes mesmo da segunda metade do século XX, as estradas que levavam à vila de São Félix do Xingu já eram apenas parte da memória dos moradores mais antigos, que ainda hoje relembram histórias vividas por eles ou contadas por seus antepassados.

Na época tinha muita gente que chegava aqui pela expedição da borracha, mas meu avô não veio pela expedição. Ele veio pra São Félix por conta própria, pela estrada de terra, a estrada que trazia carne e toucinho de porco... lá do Novo Horizonte (Laurindo, nascido em São Félix em 1933).

Pra Conceição, eu fui por terra. Subia no rio até a terra dos índios. De lá, tinha a estrada velha de antigamente, do tempo da borracha, da tropa que carregava a borracha nas costas de burro até Conceição. Isso de certo mês... De certo mês pra cá, era Altamira... Tinham as duas rotas (Eustáquio, nascido em São Félix em 1936).

Essa estrada, meu irmão, funcionava assim... Eu era menino... Vinha gente de Conceição do Araguaia, por terra, pra cá. Quando passavam aí por um lugar de nome Novo Horizonte, onde hoje é terra dos índios Kayapó, de vez em quando, os índios descobriam o branco e tinha aquele atrito... aí era quase fatal (Pedro, nascido em São Félix em 1935).

Em 1963, já no mandato do primeiro prefeito de São Félix do Xingu, foi criado o Serviço Municipal de Estrada de Rodagem, com a intenção de que o órgão reestabelecesse a rota rumo à região do Araguaia. A essa época, São Félix tinha pista de pouso, construída por determinação do governo do presidente Juscelino Kubitschek, mas a população se mostrava insatisfeita com o fim das

picadas anteriormente abertas. Sem contar com equipe especializada, a estrada chamada São Félix-Gorotire começou a ser construída a partir de um croqui que acompanhava a trilha da antiga Estrada do Boi. O marco inicial foi fincado ao final da principal via da cidade àquele tempo, a Rua da Matriz, hoje batizada de Avenida Antônio Marques Ribeiro. São Félix-Gorotire tinha como ponto final a região da aldeia Gorotire dos Kayapó, nas proximidades da antiga Vila Novo Horizonte. Ali, ela se encontraria com uma rodovia planejada pelo governo paraense para ligar Belém, Conceição do Araguaia e a cidade de Luciara, no Mato Grosso (Santana, 2007).

No entanto, fatores locais e decisões tomadas pelo Estado do Pará acabaram por impedir a conclusão da esperada Estrada São Félix-Gorotire. Como apresenta Santana (2007), na cidade, era intenso o movimento produzido pela caça de alguns animais selvagens – como a onça pintada, o gato-maracajá e a ariranha –, que tinham suas peles vendidas a preços altíssimos no mercado internacional. Por conta disso, não havia em São Félix do Xingu homens que se dispusessem ao trabalho oferecido pelo Serviço de Estrada de Rodagem, que precisou trazer de Marabá os operários que dariam início à obra. Ao saberem dos ganhos que a população local tinha com a caça dos animais – os chamados mariscadores chegavam a vender algumas peles por até sete vezes a diária recebida pelos operários –, os homens vindos de Marabá começaram a abandonar o trabalho e a se aventuraram pela mata. Com isso, a estrada – que pretendia reconstituir a antiga picada em seus 200 quilômetros – não passou do primeiro trecho, a cerca de 30 quilômetros da sede municipal, próximo ao Igarapé Maguarizinho.

Embora tenha havido tentativas posteriores de retomar os trabalhos, o projeto de construção da São Félix-Gorotire não demorou muito para ser considerado

inviável. A estrada com a qual se encontraria na aldeia Gorotire, foi descartada pelo governo estadual, que passou a tomar como inconveniente a tentativa de fazer cruzar uma rodovia nas terras ocupadas pelos Kayapó. Entre o final dos anos 1960 e início dos 70, outras propostas para chegar a São Félix por terra foram elaboradas pelo governo paraense, mas os projetos sempre esbarravam na dificuldade de alcançar a confluência dos rios Fresco e Xingu sem atingir o território dos Kayapó. Sucessivas negociações entre engenheiros do Estado e a Funai aconteceram nesse período, até chegarem à decisão final sobre o traçado que teria a estrada que, partindo do encontro com a PA-150, conduziria a São Félix. Ao fim, as áreas habitadas pelos Gorotire, ao sul, e pelos Xikrin, ao norte, – ambas em processo de identificação nesse momento – acabaram influenciando o traçado da rodovia (Schmink; Wood, 2012).

Os trabalhos de construção da PA-279 – a esperada estrada que levaria até São Félix do Xingu – tiveram início em 1976. Àquele momento, o Sudeste Paraense já sofria intenso processo migratório e, como lembram Schmink e Wood (2012), as rodovias foram apenas mais um entre tantos elementos que procuravam fazer a integração da Amazônia ao restante do Brasil, embora tenham produzido alterações significativas no ordenamento espacial da região. No caso da PA-279, tão logo as obras começaram, os migrantes se estabeleceram na área. Já em 1977, a imprensa anunciava que, “logo acima de Rio Maria, onde um ano atrás havia apenas alguns casebres, criou-se hoje uma cidade com o curioso nome de Entroncamento” (Folha de São Paulo, 1977a, p.9), que prometia ser um ponto importante para a colonização da Amazônia devido à sua localização privilegiada na malha rodoviária do Sudeste Paraense. Entroncamento foi o nome dado inicialmente à cidade de Xinguara, que mais tarde se transformaria em terra de ricos fazendeiros com forte tradição na criação de gado.

Com o avançar das obras, a estrada se aproximou da Gleba Carapanã, que ficava nos limites do município de São Félix do Xingu e a cerca de 140 quilômetros de Xinguara. Na área, a Construtora Andrade Gutierrez pretendia implantar o Projeto de Colonização Tucumã, mas a venda do terreno à empresa ainda não havia sido aprovada pelo Senado. Temendo invasões, a construtora pressionou para que as obras fossem paralisadas, até que ela desse início ao loteamento da gleba. O pedido da empresa foi atendido e, em 1980, o governo do Pará suspendeu o contrato para a construção da PA-279 e entregou à Andrade Gutierrez a responsabilidade pela finalização da estrada. Com a aprovação da venda da gleba para implantação do empreendimento, a construtora finalizou mais um trecho da PA-279, até os limites de seu projeto de colonização. Ali, a Andrade Gutierrez construiu uma guarita, a fim de controlar o acesso aos lotes. O fato deixou os habitantes de São Félix do Xingu indignados, pois a própria construtora já havia aberto um ramal rudimentar que ligava o projeto de colonização até o Rio Fresco⁹⁴, nas proximidades da sede municipal, e que vinha sendo usado pela população há algum tempo (Schmink; Wood, 2012).

Durante o fechamento da estrada, as mercadorias para abastecimento local voltaram a ser transportadas pelos pilotos que atendiam aos garimpos da região ou, partindo de Altamira, chegavam à sede do município pelo rio. A população protestou e representantes da Andrade Gutierrez foram chamados a dar esclarecimentos na Câmara Municipal de São Félix do Xingu. No encontro,

⁹⁴ O ramal dava acesso ao Krimet, um terreno de seis mil hectares comprado pela Andrade Gutierrez antes das negociações da Gleba Carapanã. Nas terras, a empresa implantou uma fazenda experimental, que serviu de embrião ao Projeto de Colonização Tucumã, permitindo que ela estabelecesse os primeiros contatos amistosos com os Kayapó e divulgasse para visitas ilustres – que ficavam hospedadas na luxuosa sede da propriedade – suas propostas de colonização no Sudeste Paraense (Schmink; Wood, 2012).

ficou acordado que seria permitida somente a entrada de comitivas de vaqueiros, que levariam o gado para consumo em São Félix, e os interessados em ir até a região do Araguaia para negociar a compra de bois e vacas deveriam portar autorização expedida pelo prefeito e fazer o percurso a pé ou sobre animais. Aos poucos, no entanto, a Andrade Gutierrez cedeu e liberou o trânsito das carretas carregadas de gado que partiam de Goiás rumo a São Félix (Santana, 2007).

Algum tempo depois, a população que se estabeleceu nas proximidades da guarita do projeto de colonização acabou invadindo a área destinada ao assentamento dos colonos trazidos do Sul pela empresa e forçou a liberação total do trânsito pelo ramal que partia a oeste de Tucumã. Com isso os habitantes de São Félix voltaram a percorrer o improvisado trecho e, chegando ao Rio Fresco, tomavam pequenas embarcações até a sede municipal (Schmink; Wood, 2012). Em 1982, um mutirão comandado por produtores rurais e comerciantes locais abriu mais um trecho improvisado, ligando o ramal à antiga picada São Félix-Gorotire⁹⁵. Na cidade, a finalização do percurso por terra foi comemorada:

[...] uma pequena frota de seis veículos de propriedade da Andrade Gutierrez, buzinando e percorrendo as principais ruas da pacata cidade de São Félix do Xingu, anunciava que estava sendo inaugurada a muito desejada estrada São Félix-Tucumã, ligando o Xingu ao Araguaia, Tocantins e às demais regiões do Brasil. Foi grande o pipocar de fogos de artifício e a manifestação do povo de modo geral (Santana, 2007, p. 88).

⁹⁵ No ano seguinte, um trator, comprado pela prefeitura em Belém e levado a São Félix por via fluvial, alterou o traçado desse novo trecho, facilitando a travessia do Rio Fresco (Santana, 2007).

5.1.2 Caminhando além do ponto final

Em 2005, o jornal *Folha de São Paulo* publicava estudo do Imazon sobre a penetração das estradas clandestinas na floresta, denunciando o avanço da fronteira e sua contribuição para o desmatamento da região. De acordo com a reportagem,

quatro frentes de expansão, nas quais não havia perda significativa de floresta em 2001, passaram em 2003 a responder por 10 mil quilômetros quadrados de desflorestamento, contra um total de 65 mil quilômetros quadrados para toda a Amazônia nesse período (Folha de São Paulo, 2005c, p. A20).

As frentes correspondiam, no Pará, à Terra do Meio – região entre os rios Iriri e Xingu –, principalmente nos municípios de São Félix do Xingu, Altamira e Tucumã, e também à área da rodovia BR-163, nos municípios de Novo Progresso, Itaituba e Trairão.

A notícia dos anos 2000 é parte do retrato atual de São Félix do Xingu, em grande parte, construído pelas estradas – a promessa de “progresso” anunciada entre as décadas de 1960 e 80. Hoje, quem chega a São Félix do Xingu por terra, percorrendo a rodovia PA-279 desde Xinguara, tem a clara certeza de que aquele é o último ponto da viagem. De fato, oficialmente, é. A rodovia recentemente asfaltada, que apareceu nos mapas somente depois da década de 1980, é o extremo de uma Amazônia que o governo federal se esforçou para integrar ao Brasil, sobretudo, a partir da segunda metade do século passado. Entretanto, de São Félix do Xingu partem outras tantas vicinais e também estradas clandestinas, que, mesmo ausentes da maioria das representações cartográficas oficiais, cruzam o território diante da floresta e, em alguns pontos, alcançam Terras Indígenas e Unidades de Conservação, em uma clara

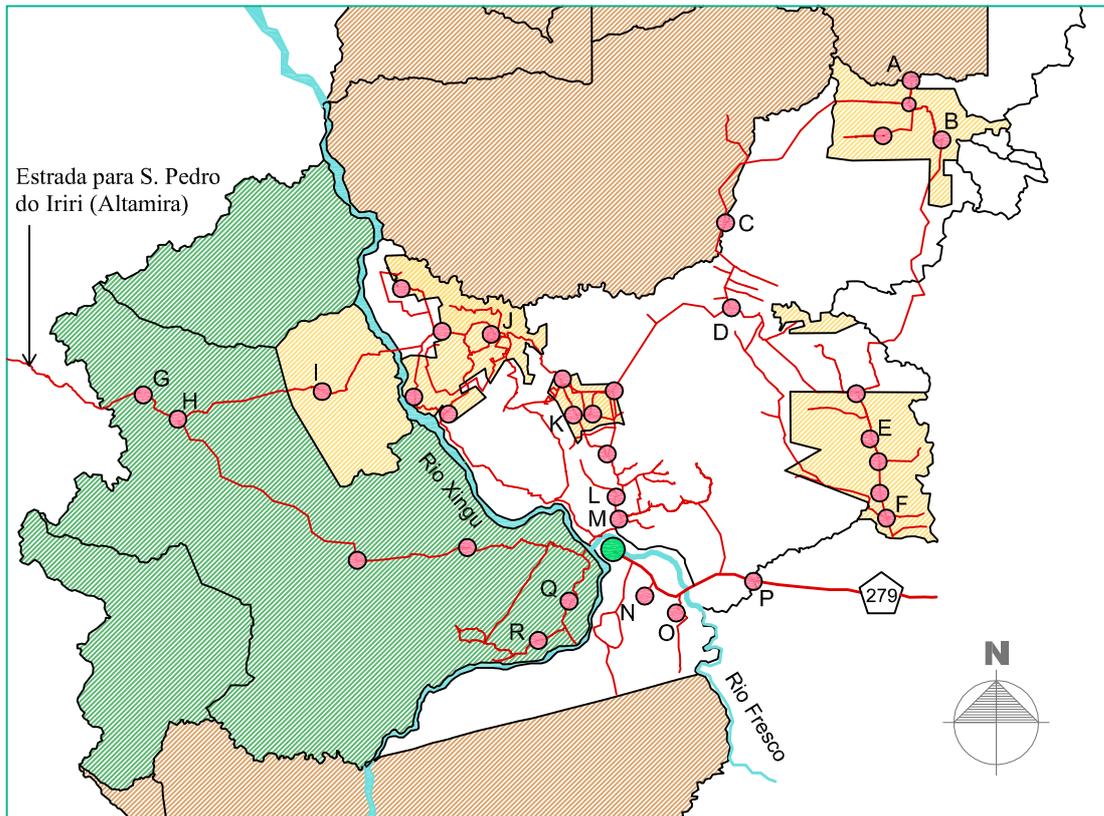
demonstração de que a fronteira avança, mesmo sobre áreas cujo regimento legal deveria servir como barreira à instalação de algumas atividades.

Como apresentam Edna Castro, Raimunda Monteiro e Carlos Potiara Castro (2004), o avanço ostensivo da fronteira a oeste e a norte do Xingu é um fato que pode ser observado, pelo menos, desde o início dos anos 1990. Àquela época, a exploração do mogno levou até o Iriri grupos que vinham, principalmente, do Mato Grosso, Minas Gerais, Tocantins e Goiás e que haviam chegado à região ainda nas décadas de 1970 e 80. Ali, encontraram-se com as empresas instaladas para a mineração e com os aventureiros do garimpo, que já exploravam a área há algum tempo. No início dos anos 2000, a fiscalização tornou cada vez menos comum a cena até então rotineira de grossas toras de mogno na travessia do Rio Xingu, que tinham como destino as cidades de Xinguara e Redenção. No entanto, as picadas permaneceram, cruzando a região até o Rio Iriri, onde se instalaram grandes fazendeiros residentes em cidades do Sudeste e Centro-Oeste. Ao norte, a estrada construída para o escoamento da cassiterita também foi usada para a penetração de outros grupos de pecuaristas, chegando até a Taboca, hoje a vila mais populosa de São Félix devido ao movimento gerado pelo garimpo ainda em atividade. Assim, como mostra Amaral *et al.* (2006), a cidade de São Félix do Xingu em pouco tempo deixou de ser somente centro de atração populacional e transformou-se também em ponto de dispersão local. Essa rede, na qual a sede municipal assumiu o papel de um nó de importância considerável, tornou-se responsável pelo avanço da fronteira e, conseqüentemente, do desmatamento.

Mais de oito mil quilômetros, incluindo as estradas vicinais, formam a atual malha rodoviária de São Félix do Xingu, parte dos principais problemas de

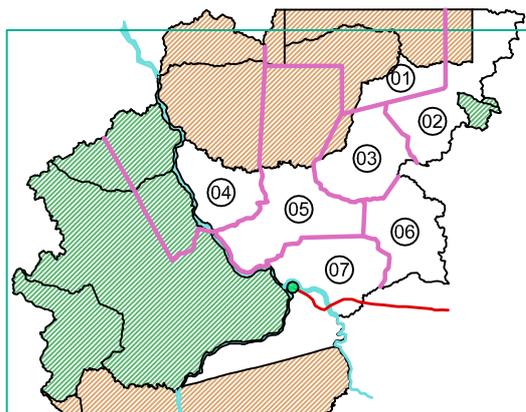
infraestrutura do município. Essas estradas é que ligam a cidade aos outros seis distritos do município – Taboca, Nereu, Ladeira Vermelha, Teilândia, Sudoeste e Lindoeste – e às várias vilas que se espalham pelo vasto território (Figura 94). Até algumas dessas localidades é possível chegar de ônibus, mas esse é um fato recente, como conta Jaqueline, uma jovem nascida em Curionópolis, morando há mais de 20 anos no município de São Félix, os cinco primeiros na sede e os demais na Vila Tancredo, desde que o pai dela comprou terra na comunidade localizada a 22 quilômetros da cidade.

Eu lembrava que a gente lavava vasilha no córrego, na principal lá, aí a gente ia aquele mundo de moça pro córrego e falava: já pensou um dia surgir uma notícia, que ia entrar ônibus pra cá? As meninas fizeram galhofa: mas quando que aqui vai entrar ônibus? Nunca! Numa estrada dessa? Aí eu lembro que passou uns três anos e nós tava lá, as dita no córrego lavando vasilha e o primeiro ônibus da Transbrasileira passou. Mas nós gritava tanto, nós subimo pra cima da tábua, pulava dentro do córrego, subia de novo e banhava e gritava [rindo], batia as bacias umas nas outras comemorando a entrada do ônibus pra lá. Mas foi muito bom! Aí já começou a melhorar. Onde era só uma caminhonete pequena sem as porta pra gente vim. Os primeiro que acordava de madrugada vinha, os que não acordava, porque o carro já tava lotado, tinha que vim de pé. Vinha de pé pra cidade pra fazer compra. Colocava os rancho dentro do carro, o carro trazia os alimento, e o resto do povo vinha de pé atrás (Jaqueline, nascida em Curionópolis/PA, em São Félix desde 1993, moradora da Vila Tancredo).



0 50 100 km

Escala Gráfica



0 50 100 km

Escala Gráfica

Predomínio de grandes propriedades rurais

LEGENDA

- Cidade de São Félix do Xingu
 - Principais vilas
 - Rodovia/ Estradas
 - Hidrografia
 - Terra Indígena
 - Unidade de Conservação
 - Assentamentos agrícolas
 - Limite entre distritos
- DISTRITOS:
- ① Sudoeste
 - ② Lindoeste
 - ③ Teilândia
 - ④ Taboca
 - ⑤ Nereu
 - ⑥ Ladeira Vermelha
 - ⑦ Sede

DESTAQUES (VILAS):

- A Sudoeste
- B Lindoeste
- C São Francisco
- D Teilândia
- E Ladeira Vermelha
- F Minerásul
- G Novo Planalto
- H Central
- I Pombal
- J Taboca
- K Nereu
- L Tancredo Neves
- M Canaã
- N Km 23
- O Maranhense
- P Karapanã
- Q Xadá
- R Clareane

Figura 94 - Distritos de São Félix do Xingu, principais vilas e articulações

Fonte: Elaborado a partir de PMSFX, 2009; 2013.

Pelas estradas esburacadas e poeirentas na época da estiagem é que chegam ao mercado da cidade os agricultores das vilas e projetos de assentamento espalhados pelo município. A maioria vem da Vila Xadá, uma pequena comunidade no interior da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, mas não são raros agricultores de outras comunidades. Eles trazem para venda a pequena produção de legumes e verduras e, de São Félix, levam tudo aquilo que não cultivam e os bens industrializados adquiridos nos supermercados estrategicamente localizados na proximidade da feira coberta. Cada família tem sua barraca – pela qual paga uma quantia fixa ao final do mês – e envia dois ou três membros para realizar o comércio na cidade. Em casa de parentes ou amigos, eles passam o final de semana na cidade, retornando à propriedade rural no mesmo caminhão que, após atravessar o Rio Xingu pela balsa, ganha a estrada rumo aos lotes agrícolas.

Preparando-se para embarcar no caminhão de volta pra casa é que a família de Augusto, um lavrador nascido em São Félix, conta os problemas enfrentados na localidade onde mora, a Vila Clareane – uma comunidade com aproximadamente 60 famílias, localizada nas proximidades da Vila Xadá. Energia elétrica não há por lá. As notícias do Brasil e do mundo, eles ouvem pelo rádio de pilha, inclusive, a “história de que existe um programa do governo federal chamado luz para todos. Devia se chamar luz para quase todos”, brinca a mãe de Augusto, enquanto organiza os mantimentos que acabara de comprar em São Félix. Dizem também que precisavam de mais escola, mas em Clareane só há o ensino fundamental. Já cobraram isso da prefeitura, mas, segundo eles, o pequeno número de habitantes da comunidade foi a justificativa dada pelo poder público local para não ampliar a oferta de ensino por lá.

Assim, o jeito é enfrentar essa estrada porque, hoje, nem o terceiro ano está valendo mais nada. Tem que ter faculdade. Meus três filhos já saíram de lá pra vir trabalhar em São Félix. Se a gente estudasse, podia até melhorar a renda na própria terra. Mas sem estudar não tem como. Tem que vir trabalhar de empregado na cidade (Augusto, nascido em São Félix em 1973, morador da Vila Clareane).

A venda dos produtos agrícolas contribui de forma significativa para o sustento das famílias assentadas em torno da cidade. Entretanto, para o abastecimento de São Félix, é pouco representativa. A produção não consegue atender à demanda da população, pois falta incentivo fiscal e apoio técnico aos agricultores, além de as estradas não permitirem o escoamento adequado do que é cultivado no campo. Não existem dados oficiais, mas a própria Prefeitura reconhece que a maior parte dos produtos agrícolas consumidos pelos moradores de São Félix não é produzida no município e chega à cidade pelos caminhões que partem de Anápolis, em Goiás, fato que pode ser comprovado a cada semana, entre quarta e quinta-feira, quando o estacionamento do mercado se enche de caminhoneiros vindos do Centro-Oeste.



Figura 95 - Família de agricultores partindo de volta para a Vila Clareane
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.

5.2 Terra, gado e motosserra: a saga midiática de São Félix do Xingu

Se alguém que não conhece São Félix do Xingu tivesse acesso simultâneo às notícias das três últimas décadas sobre a cidade, certamente não encontraria dificuldades em construir, a partir dos textos reunidos, a representação de um município dominado por problemas fundiários, pelo desmatamento e o acelerado crescimento da pecuária. O trinômio que compõe a imagem de São Félix na mídia é também facilmente observado nos discursos de seus habitantes, que ora lamentam a devastação da floresta ocorrida nos anos recentes, ora se vangloriam de terem se tornado “o maior produtor de proteína do país”, como afirma um comerciante local ao se referir à liderança do município entre os criadores de gado de corte.

Boa parte das notícias relacionadas à questão fundiária em São Félix trata da irregularidade da propriedade das terras no município, provocada principalmente pela venda concomitante de uma mesma área a compradores distintos. Isso fez com que São Félix chegasse a contabilizar, em 2009, valor superior a 28,5 milhões de hectares em títulos registrados, ou seja, mais de três vezes sua extensão oficial (ISA, 2012). A investigação desses títulos falsos levou à conclusão de que eles avançavam pelas Terras Indígenas e Unidades de Conservação do município e que os cartórios da região tinham participação efetiva na grilagem de áreas públicas. Um dos exemplos trazidos pelo *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica* é a Fazenda Carapanã, com área superior a 3,8 milhões de hectares, quase em sua totalidade correspondente à Terra Indígena Kayapó. A fazenda foi registrada no Cartório de Registros de Imóveis de São

Félix do Xingu a partir de um título supostamente expedido pelo Estado do Pará, em 1843. O documento nunca constou nos arquivos do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e, mesmo após seu cancelamento, as terras ainda foram revendidas a uma empresa norte-americana (Câmara dos Deputados Federal, 2001).

Além disso, essa relação entre São Félix e a apropriação indevida de terras do Estado também coloca o município como exemplo privilegiado do caráter duplo e desafiador – já identificado por Lia Machado (1992) ao discutir outras regiões da Amazônia – da imensidão de terras na fronteira: a abundância é, ao mesmo tempo, absoluta e relativa. É absoluta porque, de fato, os números que informam a extensão territorial da região impressionam pela grandiosidade, mas também é relativa porque toda essa área está cercada por interesses diversos, que regulam – de modo oficial ou não – a ocupação do espaço. Ou seja, as terras não são livres como se imagina e, em São Félix do Xingu, isso é fato indiscutível. Como observam Schmink e Wood (2012), boa parte da população que chegou até ali, à procura de um lote agrícola entre os anos 1970 e 80, já encontrava a fronteira ocupada, seja pelos grupos indígenas, pelo Estado ou mesmo pelos primeiros desbravadores.

Somados à questão fundiária, o desmatamento e o avanço da pecuária são dois temas correlatos que aparecem associados a São Félix do Xingu praticamente ao mesmo tempo. Trata-se, de fato, de uma relação recorrente na fronteira: a floresta que vai ao chão dá lugar a atividades que, em busca de grandes extensões territoriais, partem das antigas zonas de produção agropecuária. No entanto, em São Félix do Xingu, esse avanço “natural” da fronteira atingiu proporções surpreendentes. Muito rapidamente o município passou a liderar as

listas dos grandes produtores de carne e também dos principais destruidores da Amazônia. Essa escalada do município até o topo dessas listas passou a compor de forma preponderante a imagem de São Félix na imprensa, caracterizado como o lugar da escassez, apesar da pujança da produção bovina, como será apresentado a seguir.

5.2.1 Os anos 1980 e a conquista do espaço

A questão fundiária é um tema recorrentemente associado a São Félix do Xingu desde os primeiros registros encontrados nos veículos de comunicação consultados. Ainda na primeira metade dos anos 1960, o deputado federal Antônio Sílvio Cunha Bueno declarava à imprensa que não tinha terras em São Félix, como estava sendo apontado pela oposição. Cunha Bueno era acusado de ter fazendas no município do Sudeste Paraense que estariam na lista das desapropriações do governo federal, o que o levava a combater a reforma agrária (Folha de São Paulo, 1964). No final daquela mesma década, uma comissão de inquérito apurava irregularidades na venda de terras a grupos estrangeiros e as denúncias recaíam, principalmente, sobre dois municípios do Pará, cujas áreas teriam sido vendidas quase em sua totalidade a compradores norte-americanos, mas não registrados no escritório local do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra)⁹⁶. Os dois municípios eram Paragominas e São Félix do Xingu (Folha de São Paulo, 1968a). Em 1977, o Senado aprovou o pedido do governador paraense, Aloísio Chaves, para alienar mais de 108 mil hectares de terras devolutas, para recompensar quem havia comprado terras no estado, mas havia recebido títulos falsos. A intenção era permitir que as áreas fossem

⁹⁶ Como já apresentado anteriormente, o Ibra e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (Inda) foram criados em 1964 como parte das ações do regime militar diante dos problemas fundiários. Ambos foram extintos em 1970 e suas atribuições repassadas para o Incra.

recompradas. No entanto, isso não seria possível em quatro regiões. Três estavam em Conceição do Araguaia e eram ocupadas por posseiros; a quarta ficava em São Félix do Xingu e não poderia ser adquirida porque os títulos falsos abrangiam território ocupado pelos índios (Folha de São Paulo, 1977b).

Esses casos citados podem comprovar como o tema sempre esteve associado ao município paraense de modo conflituoso. Entretanto, é preciso destacar que foi a partir dos anos 1980 que a questão tornou-se mais significativa e turbulenta. No início da década, pontos de conflitos em torno da terra estavam localizados em diversas regiões do país e São Félix do Xingu, era um deles. O governo afirmava que não pretendia promover uma “reforma agrária radical”. Enquanto isso, a “inquietação rural”, era atribuída pelo Estado “[...] à atuação de setores ligados às Comissões Pastorais de Terras e diversos políticos de oposição, advogados de posseiros, dirigentes sindicais e até ativistas ligados a organizações subversivas” (Folha de São Paulo, 1981b, p. 6). Em 1983, a imprensa anunciava como “sintoma” de que o governo federal estaria preparando “[...] algum anúncio retumbante na área de assuntos fundiários” (Folha de São Paulo, 1983a, p. 3) a publicação do decreto que incorporava ao patrimônio da União, como terra devoluta, mais de um milhão de hectares localizados no Pará – a maior parte desse total, em São Félix do Xingu, em região com frequente conflito entre posseiros e grileiros. Especulava-se uma reviravolta nos instrumentos que disciplinariam a reforma agrária. Já no ano seguinte, a mídia informava que a resignação dava lugar “[...] à impaciência e à ação”, pois não cessava “[...] de correr sangue nos confins sem lei e sem justiça do sul do Pará [...]” (Folha de São Paulo, 1984a, p. 10).

Em meio a isso, um documento elaborado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrário (Mirad) denunciava a exploração de mão de obra escrava em mais de 160 fazendas espalhadas pelo Brasil, a maior parte localizada no Pará, sendo que algumas delas em São Félix do Xingu (Folha de São Paulo, 1986). O governo federal chegou a criar uma pasta especial para resolver o assunto – o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf) –, cujas ações eram desacreditadas pelos principais envolvidos no assunto. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) – órgão vinculado à Igreja Católica e que desde a sua criação, em 1975, esteve à frente dos debates envolvendo a questão fundiária – propunha uma reforma agrária alternativa, que já estava sendo feita pela resistência dos posseiros que permaneciam em suas terras. Esse cenário foi o que levou a mídia a sentenciar: “Brasil, um país derrotado pelo desafio da terra”, como aparece no título de uma reportagem da *Folha de São Paulo* (1984a) naquele período.

O recrudescimento desses conflitos foram, sem dúvida alguma, reflexos dos investimentos do governo federal na Amazônia. Afinal, aquela era “a década da conquista”, como havia anunciado *Veja* em uma reportagem especial logo no começo dos anos 1980, remontando a trajetória dos brasileiros que se direcionavam para a região por apostarem nas riquezas das jazidas minerais e nas vantagens da agropecuária. Ao fazer um levantamento das conquistas do homem na Amazônia, a revista fala de uma “harmoniosa convivência entre o velho e o novo” que tomava conta do espaço graças às ousadias dos pioneiros que tinham feito

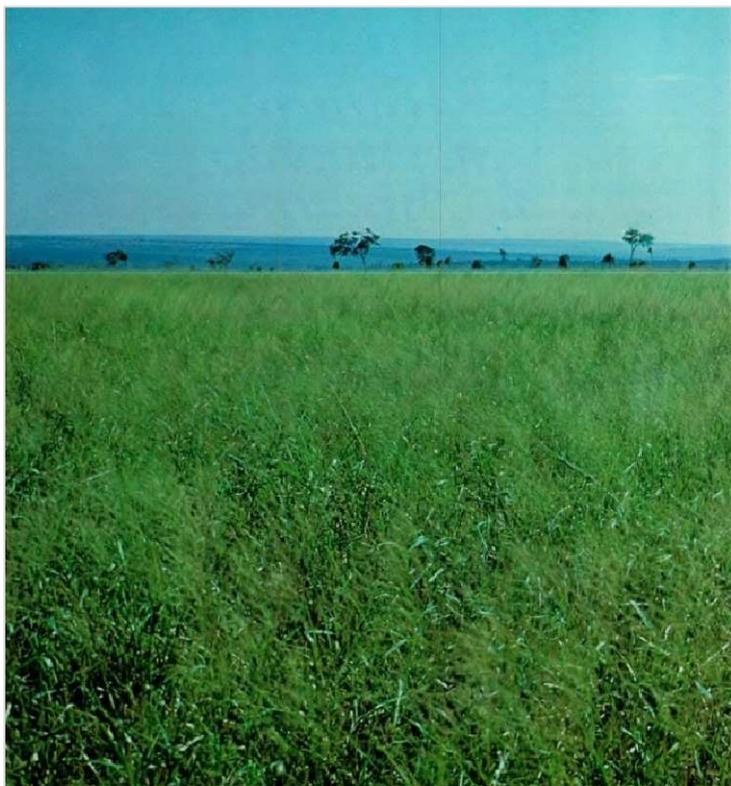
[...] a floresta acordar e, despertada, contemplar uma coleção de estimulantes contrastes. Nos rios do Amapá, os barcos que transportam o manganês da Serra do Navio cruzam amistosamente com os acanhados barcos dos caboclos. Dos casebres fincados às margens dos

caminhos fluviais, famílias nativas assistem à passagem de embarcações que arrastam em sua esteira gigantescos troncos de árvores abatidas pelas madeiras. Nas matas de Roraima, o verde da selva compõe surpreendentes contrapontos com arrozais que se perdem no horizonte. E, onde há pouco tempo quase só se ouvia o esturro das onças e os gritos dos guaribas, o mugido do gado é agora um som familiar (Veja, 1982, p. 103).

Àquele tempo, mesmo o desmatamento era tomado como “o abate de velhas árvores”, pois o avanço da fronteira era sinônimo de progresso, como sugere o próprio título da reportagem ao dizer que “o futuro abre clareiras na floresta: a Amazônia deixa de ser apenas um paraíso natural e começa a incorporar-se ao Brasil” (Veja, 1982, p. 80). Até mesmo a publicidade encartada nas páginas da revista junto à matéria especial contribuía para a construção desse discurso. Em uma delas, uma fotografia muito semelhante à utilizada para ilustrar as lavouras que tomavam conta da Amazônia e eram descritas pelo texto jornalístico divulgava os herbicidas vendidos por uma empresa multinacional. No texto publicitário, o anúncio da conquista do espaço era explicitado (Figuras 96 e 97).



Figura 96 - Plantação de arroz na Amazônia
Fonte: Veja, 1982, p. 103.



Graslan Conquista o Espaço.

Figura 97 - Publicidade de herbicida
Fonte: Veja, 1982, p. 88.

Mas essa conquista do espaço amazônico deveria ser “racional”, era o que governo federal pregava e a imprensa daquela época ecoava. Pelo menos foi desse modo que apareceu nas páginas da mídia o Projeto de Colonização Tucumã, implantado no início dos anos 1980 em uma gleba de 400 mil hectares do município de São Félix do Xingu e que era apresentado como grande oportunidade para o avanço do capital nas terras do Norte. De responsabilidade da construtora mineira Andrade Gutierrez, a colonização de terras do Sudeste Paraense foi uma alternativa encontrada pela empresa para diversificar suas atividades diante da perspectiva de crise no setor da construção pesada, já que o governo vinha restringindo seus contratos para novas obras. O projeto da construtora era lotear a gleba em terrenos com área entre 40 e 300 hectares e dotá-los de infraestrutura completa. Para o acesso aos lotes, seriam abertos 1,5 mil quilômetros de estradas, que serviriam também ao escoamento da produção agrícola. Por tudo isso, já no início dos trabalhos de implantação de Tucumã, o loteamento de terras na Amazônia era anunciado como “um promissor filão de negócios [...]” (Veja, 1980a, p. 96) para as empresas brasileiras.

O governo federal acalentava inúmeras expectativas quanto ao Projeto Tucumã e, não por acaso, foi seu principal incentivador. Àquele momento, a política para a colonização da Amazônia havia se tornado favorável às empresas privadas, ao contrário dos anos anteriores, nos quais predominaram os programas públicos de distribuição de lotes agrícolas. A alteração das metas por parte do governo se deu, principalmente, pela ineficiência das propostas colocadas em prática pelo Estado. Vale ressaltar que a própria Gleba Carapanã – na qual foi instalado o projeto em São Félix do Xingu – seria destinada à implantação de um programa público de colonização, abandonado logo após a

avaliação feita pelo governo das dificuldades encontradas no assentamento promovido pelo Incra ao longo da Transamazônica anos antes (Schmink; Wood, 2012).

Apesar da política favorável do governo federal, a Andrade Gutierrez enfrentou alguns problemas até conseguir efetivar a compra da gleba de terras. Divergências entre a Comissão de Agricultura do Senado e a presidência da República atrasaram o processo de alienação da área que serviria à implantação do projeto. O pedido de alienação da gleba estava sendo votado às pressas em reuniões extraordinárias em Brasília, até que alguns senadores resolveram protestar, alegando que a Andrade Gutierrez – que já tinha vencido a licitação realizada pelo Incra – havia dado poucas informações sobre o futuro da área. A empresa contestou e se defendeu. Declarou que as três mil famílias que seriam assentadas na região ficariam prejudicadas caso o Senado decidisse não aprovar a venda à construtora. Disse ainda que o lucro pretendido com o Projeto Tucumã – algo em torno de 15% – estava bem distante dos percentuais que vinham sendo denunciados⁹⁷, pois os investimentos na área seriam altíssimos e serviriam também “como contribuição ao processo de desenvolvimento” da região (Folha de São Paulo, 1979d, p.14). Argumentou ainda que a Amazônia seria “[...] colonizada de um jeito ou de outro” (Folha de São Paulo, 1979b, p. 8), pois enquanto a Coréia do Sul tinha 99 mil hectares e 35 milhões de habitantes, os 116 mil hectares de São Félix do Xingu àquela época abrigavam uma população de pouco mais de cinco mil pessoas.

⁹⁷ O deputado Nélcio Lobato, do MDB-PA, disse à imprensa que a construtora compraria o hectare por CR\$ 45,00 e, depois do loteamento pronto, o venderia por CR\$ 2.500,00 (Folha de São Paulo, 1979d).

Como apresentado na seção anterior – em que discutimos o avanço da PA-279 até a cidade de São Félix – a alienação das terras públicas acabou sendo aprovada e as obras do projeto foram iniciadas. Após oito meses da chegada dos primeiros habitantes, Tucumã já contava com uma população aproximada de três mil pessoas e as maravilhas da colonização “racional” eram anunciadas pela imprensa. Ainda existiam lotes agrícolas disponíveis, mas a vila construída pela Andrade Gutierrez – com lojas, agências bancárias, galpões e casas – já estava praticamente toda ocupada. O aeroporto era um dos mais movimentados da região e Tucumã estava sendo considerada, pelo governo federal, área prioritária do Projeto Grande Carajás no segmento agrícola. Nesse momento, a “nova cidade” que se instalava no município de São Félix do Xingu é apresentada como uma experiência inédita de colonização na Amazônia, não só pelo porte do empreendimento conduzido por uma empresa privada, mas também pelo contraste em relação à ocupação tradicional da região. Como traz o jornal *Folha de São Paulo* (1982b, p. 48, grifo nosso) do início daquela década,

tendo como objetivo principal a **colonização racional e coordenada**, Tucumã já rivaliza com a sede do município: São Félix do Xingu. Além de terra fértil e farta, oferece perspectivas atraentes aos que lá se instalam para cultivar a terra.

“[...] Disciplinar a colonização desordenada da Amazônia” (Veja, 1980a, p. 96) era, desse modo, o objetivo do Projeto Tucumã declarado à imprensa pela Andrade Gutierrez. Esse anúncio não parecia soar estranho àquele momento, pois os veículos de comunicação não se cansavam de associar a migração intensa que havia atingido o Sudeste Paraense aos conflitos violentos na disputa

pela terra e seus recursos. Esses problemas eram potencialmente prejudiciais para o desenvolvimento da região e deviam ser combatidos⁹⁸.

No entanto, a irracionalidade da ocupação espontânea combatida pela construtora foi, ao fim, parte da paisagem que o próprio Projeto Tucumã fez surgir nas terras paraenses naqueles primeiros anos da década de 1980. Como já vimos, a colonização liderada pela Andrade Gutierrez motivou a chegada de outros tantos na busca pela terra, que, não tendo acesso ao empreendimento, ocuparam o que podiam nas suas proximidades. Antes mesmo de sua conclusão, o projeto de colonização já não era mais encarado como solução para os problemas econômicos das empresas do Sudeste, nem mesmo como resposta infalível à ocupação desregrada da Amazônia. Em 1986, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins, havia elaborado um dossiê sobre os investimentos realizados pela Andrade Gutierrez, que pedia indenização ao Incra pelo insucesso da proposta. Àquele momento, Tucumã já estava tomada por posseiros e garimpeiros e a construtora pretendia repassá-lo ao governo federal (Veja, 1986).

5.2.2 “Vende-se uma fazenda”

No jornal *Folha de São Paulo*, em meio à publicidade de imobiliárias oferecendo apartamentos de altíssimo luxo localizados em bairros nobres da capital paulista – alguns desses imóveis com quase 400 metros quadrados de área construída e heliporto na cobertura –, um anúncio se destaca:

⁹⁸ O caso de Tucumã não é o único em que a colonização espontânea da região é tomada como um mal a ser combatido por conta da irracionalidade de ocupação do território e também pela dificuldade que ela trazia à exploração dos recursos disponíveis. Em 1977, o jornal *Folha de São Paulo* (1977a, p. 9) apresenta: “o ouro descoberto no sul do Estado do Pará está, por ironia, numa das regiões onde é agudo o problema social, motivado em parte pela colonização espontânea da região”.

Vende-se fazenda em São Félix do Xingu, Estado do Pará, 96.095 hectares, escritura definitiva e documentação a toda prova; toda em mata a um quilômetro [sic] da sede do município; estrada para acesso, campo de aviação; asfalto e etc.; contato sr. Roberto/Marcus p/telefone (031) 227-5712 – Belo Horizonte – MG – Preço p/ hectare Cr\$40.000,00 (Folha de São Paulo, 1984d, p. 42).

É mais que curioso o fato de um jornal de grande circulação no Sudeste do país trazer em suas páginas a proposta de venda de um terreno localizado no interior do Pará e com área equivalente a praticamente dois terços do território do município de São Paulo⁹⁹. Não é apenas um fato curioso exatamente porque não se trata de um caso isolado. Vários anúncios de vendas de terrenos em São Félix do Xingu no jornal *Folha de São Paulo* podem ser encontrados, principalmente, nas edições posteriores aos anos 1980. Nesses registros, muito semelhantes ao apresentado aqui, os anunciantes garantem: “escritura e registro irrefutável. Não tem posseiros.” (Folha de São Paulo, 1987a, p. 3); ou ainda: “muita madeira p/ negociar” (Folha de São Paulo, 1991a, p. 7)¹⁰⁰.

O anúncio de venda do terreno em São Félix do Xingu sugere pistas para o entendimento de, pelo menos, duas questões importantes para a compreensão da fronteira e já levantadas anteriormente neste trabalho. A primeira delas é que os conflitos decorrentes da embaraçosa situação fundiária vivida por grande porção da Amazônia são, em parte, responsáveis por reativar a situação de fronteira na região ao longo de décadas. As questões que circundam o uso, a

⁹⁹ De acordo com o IBGE Cidades (2014), o município de São Paulo tem área de pouco mais de 1,5 mil quilômetros quadrados.

¹⁰⁰ Nas edições anteriores aos anos 1980 foi encontrado apenas um registro similar, referente à prorrogação de prazo pelo Iterpa para as propostas de aquisição de lotes de terras devolutas em São Félix (Folha de São Paulo, 1979a). Os registros posteriores aos anos 1980 são Folha de São Paulo 1984d; 1984e; 1984f; 1987a; 1987b; 1987c; 1987d; 1991a; 1991b; 1991c; 1991d; 1994; 2014a. Alguns desses textos se referem à venda de uma mesma propriedade, já que o mesmo anúncio se repete em mais de uma edição.

posse e a propriedade da terra – como os embates decorrentes da ocupação do território pelas diversas frentes econômicas – são fatores constantes na história de muitos municípios amazônicos. Não por acaso, a titulação do terreno descrita pelo anúncio é apresentada como “a toda prova”.

A segunda questão se refere à necessidade de inserir esse debate em um contexto que permita observar como essa fronteira se constitui a partir de demandas externas a ela, ou seja, como os conflitos fundiários na Amazônia estão, na maioria das vezes, relacionados à pressão de grupos originalmente sediados fora da Região Norte do Brasil. Mais uma vez, não é um caso isolado na imprensa analisada o fato de os mais de 96 mil hectares à venda em São Félix do Xingu – apresentados pelo anúncio aqui transcrito – ter contato para venda em Belo Horizonte. Os demais registros, até mesmo pelo fato de estarem inseridos em um jornal de circulação predominante no Sudeste do país, trazem como contato para negociação dos terrenos esta região ou o Centro-Oeste. Desse modo, os anúncios nos quais São Félix do Xingu é citado contribuem – juntamente com os textos jornalísticos – para a compreensão da fronteira como parte de uma demanda externa a ela. Servem ainda como exemplo de que a questão fundiária não estava restrita à década de 1980, período no qual o tema havia começado a aparecer com maior frequência na mídia. Fatos relacionados aos problemas com a terra em São Félix seriam amplamente difundidos nos anos seguintes.

Além disso, a temática da terra apareceria em notícias envolvendo sujeitos distintos presentes na fronteira. No início dos anos 1990, por exemplo, a imprensa divulgava que o ministro da Justiça, Célio Borja, assinava, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento,

a Rio-92, portarias determinando a demarcação de 22 Terras Indígenas que somavam área superior a 3,3 milhões de hectares. Uma dessas áreas, a TI Araweté/ Igarapé Ipixuna, estava localizada entre os municípios de Altamira, Senador Porfírio e São Félix do Xingu, ocupando mais de 900 mil hectares (Folha de São Paulo, 1992a). Como já vimos no capítulo anterior, a demarcação das áreas indígenas quase sempre foi acompanhada por embates. Nas décadas de 1990 e 2000, isso não foi diferente. Em 2001, cerca de 240 agricultores fizeram reféns dez representantes do Incra em São Félix do Xingu. Como apresentou a imprensa (Folha de São Paulo, 2001b), os agricultores – residentes na TI Apyterewa – seriam removidos para outra área oferecida pelo Incra e queriam indenização pelas benfeitorias realizadas nos lotes agrícolas que ocupavam até então.

Envolvendo outros sujeitos da fronteira, o trabalho escravo permanecia nas fazendas de São Félix. No final dos anos 1990, *Veja* apresentou uma reportagem sobre o descumprimento das leis trabalhistas no campo, a partir dos fichários do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, órgão do Ministério do Trabalho, criado com o objetivo de combater a escravidão no país. Entre 1995 e 1999, as equipes do Ministério haviam libertado 777 brasileiros que trabalhavam em condições inadequadas em fazendas do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e, com destaque, no Pará. Uma das personagens da matéria era uma mulher que, junto de sua família,

[...] passou mais de um ano trabalhando numa fazenda em São Félix do Xingu, no Pará, em troca de dois pratos de comida. Cozinheira de mão-cheia, tímida e de pouca conversa, Raimunda hoje está de volta à sua cidade, vive com o novo namorado e um filho de 3 anos. [...] Ela tem medo de morrer. Na fazenda em que foi escravizada, Raimunda sofreu abuso sexual três vezes por parte dos capangas. Pensou em suicídio. Um dia conseguiu fugir – mas

deixou o marido para trás, de quem nunca mais teve notícia (Veja, 1999, p. 48).

As reivindicações por melhores condições de vida no campo se multiplicavam. O Incra era pressionado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), como ocorreu na ocasião em que alguns de seus membros invadiram três das unidades do Instituto no Sudeste do Pará, exigindo mais recursos para os assentados. Uma dessas unidades estava localizada em São Félix (Folha de São Paulo, 2004c). Às manifestações, se somava o fato de que o número de mortes decorrentes de conflitos fundiários também crescia. Em 2003, o Brasil registrou 42 assassinatos no campo, segundo dados divulgados pela *Folha de São Paulo* (2004d). As mortes estavam concentradas no Norte do país, região responsável por 73% dos casos. O Estado do Pará era o recordista absoluto, com 19 assassinatos registrados. Um dos episódios mais emblemáticos havia sido a chacina ocorrida em setembro daquele ano, quando os corpos de um fazendeiro e sete agricultores foram encontrados após a execução com tiros na cabeça na Fazenda Primavera, em São Félix (Veja, 2003).

Entre os conflitos fundiários, o caso de maior destaque ocorreu em 2005, quando a missionária Dorothy Stang – que trabalhava pelo assentamento de famílias no Pará – foi assassinada no município de Anapu. O fato fez com que *Veja* (2005) retomasse o tema do imbróglio fundiário na Amazônia. Segundo a reportagem, lideranças como Dorothy eram as principais inimigas daqueles que pretendiam por a floresta no chão e transformar em pasto os últimos pontos de mata nativa. A morte da freira norte-americana deveria servir ao Brasil como alerta para a necessária revisão da política fundiária do país – diz *Veja* (2005, p. 54) –, que já havia feito aparecer no mapa “[...] centenas de pontos de conflitos semelhantes aos de Anapu. Só no Pará, houve 264 assassinatos relacionados à

luta pela terra na década de 90”. Na matéria de *Veja*, São Félix do Xingu é um desses pontos, onde o avanço da pecuária, o desmatamento e o conflito por terras estavam intimamente relacionados¹⁰¹.

Os anos 2000 haviam se iniciado com a história do “fantasma” Carlos Medeiros, um sujeito que nunca existiu, mas que tinha registrados em seu nome mais de 120 mil quilômetros quadrados de terras no estado do Pará. Como descreve a reportagem de *Veja* (2000, p. 48), as terras estavam “[...] no fim do mundo, no meio do matão amazônico [...]”, mas o caso merecia destaque por se tratar de um volume surpreendente: 1,5% do território nacional, ou ainda, o equivalente à soma dos limites de Portugal e Bélgica. As terras de Medeiros não serviam à produção, sendo apenas revendidas a terceiros por valores até 15 vezes abaixo do preço de mercado na região. O Iterpa estimava a existência de mais de 1,3 mil títulos clandestinos em nome de Medeiros e calculava-se que cerca de quatro mil pessoas já teriam adquirido as escrituras falsas. Por isso tudo, o Ministério Público Federal suspeitava que Carlos Medeiros fosse um “fantasma” criado pela maior quadrilha de grilagem em atividade.

A matéria de *Veja* repercutia a publicação de *O Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil* (Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, 2000), um amplo levantamento dos casos de apropriação indevida de terras em todo o país elaborado pelo governo federal. O caso de Medeiros era o exemplo do imbróglio fundiário herdado do período colonial, que em toda a Amazônia se mostrava ainda mais grave. A história do “fantasma” tinha se iniciado em 1975,

¹⁰¹ Exemplo de que a morte da missionária havia impactado boa parte do Sudeste Paraense pode ser encontrado em uma matéria da *Folha de São Paulo* daquele mesmo ano, quando o Comitê Dorothy Stang – criado após o assassinato – iria patrocinar a ida de 800 pequenos agricultores e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra até Belém para o julgamento dos acusados de matar a missionária. Essas pessoas saíam de cidades como Anapu, Xinguara, Marabá, Rondon do Pará e São Félix do Xingu (Folha de São Paulo, 2005a).

quando cerca de 90 mil quilômetros quadrados de terras foram inventariados em seu nome por Titan Viegas, o procurador de Medeiros. Toda essa área – distribuída em centenas de imóveis rurais em 83 municípios do Pará – era de propriedade da União ou do Estado paraense, mas teria sido recebida como sesmarias por dois coronéis portugueses. As demais áreas que se somaram posteriormente ao patrimônio de Medeiros foram adquiridas com a compra de escrituras falsas pelo interior do estado e os serviços cartorários de municípios como São Félix do Xingu – segundo *Veja* (2000, p. 51), “totalmente isentos de fiscalização e sem nenhum controle externo [...]” – teriam contribuído para isso.

De tão absurdas, algumas histórias chegam a ser icônicas. Como a de um funcionário do único cartório de São Félix do Xingu, que todo fim de mês “dava” 10 hectares – o equivalente a dez campos de futebol – ao primeiro indivíduo que lhe trouxesse duas dúzias de garrafas de cerveja. E foi justamente no cartório de São Félix do Xingu que, há 25 anos, Medeiros passou a primeira das muitas procurações em nome de Titan Viegas (*Veja*, 2000, p. 51, grifo do autor).

Esses conflitos em torno da terra e envolvendo sujeitos das mais diversas origens¹⁰² formam uma das principais características de São Félix, sobretudo, no decorrer das últimas três décadas. Não por acaso, a regularização fundiária foi a maior promessa feita pelos candidatos durante a campanha eleitoral de 2008, quando a *Folha de São Paulo* percorreu diversos municípios brasileiros a fim de oferecer um apanhado dos problemas enfrentados pelos eleitores e as propostas daqueles que pretendiam ocupar o cargo de prefeito. À época, São Félix do Xingu já estava entre os maiores municípios produtores de carne bovina do país

¹⁰² Até mesmo a mineradora Vale foi acusada pela União de invadir uma área de assentamento para implantar um projeto de produção de níquel localizado entre as serras Onça e Puma, nos municípios de Ourilândia do Norte, Parauapebas e São Félix do Xingu. Um relatório do Incra, divulgado pela *Folha de São Paulo* (2008d), afirmava que a mineradora teria pressionado 53 agricultores a deixarem suas terras, indenizando-os diretamente sem autorização do órgão competente para isso.

e legalizar a posse das propriedades rurais era uma pressão dos fazendeiros que ali se instalaram. Enquanto isso não ocorria, um dos maiores rebanhos da Amazônia permaneceria pastando em fazendas sem regularização fundiária (Folha de São Paulo, 2008a).

5.2.3 A invasão do gado no Xingu

O menino da porteira

O financista Daniel Dantas mudou sua estratégia no campo agropecuário. Em 2006, ele comprou quatro propriedades nas quais pretendia engordar 1 milhão de cabeças de gado. Agora, passou a arrendar as terras. Na semana passada, alugou 10 000 hectares em São Félix do Xingu, nos quais criará 20 000 de seus atuais 100 000 bois. Ele acredita que, assim, se protegerá da cobiça dos sem-terra. Sim, persistem os rumores sobre o sócio oculto de Dantas. Ele seria o menino da porteira (Veja, 2007, p. 38).

O texto de tom jocoso e extraído de Veja não oferece muitas pistas sobre a relação sigilosa entre o banqueiro Daniel Dantas e seu “sócio oculto”, nem mesmo sobre a estratégia do empresário em se defender das invasões adotando o arrendamento de terras. Entretanto, é revelador quanto à paisagem que se instala na Amazônia a partir dos anos 2000 e tem São Félix do Xingu como um de seus pontos de destaque. As mencionadas 100 mil cabeças de gado de Daniel Dantas – principal acionista da Agropecuária Santa Bárbara¹⁰³ – fazem parte do

¹⁰³ O período de criação da Agropecuária Santa Bárbara, um dos maiores grupos em atuação no Sudeste Paraense coincide com a explosão da pecuária na região. A empresa, fundada em 2005, tem escritórios nas cidades de Palmas, Rio de Janeiro e Redenção e suas fazendas estão atualmente espalhadas por Marabá, Cumaru do Norte, Santana do Araguaia, Xinguara e São Félix do Xingu. A nota citada não é o único registro encontrado na imprensa relacionando a atuação da empresa às terras de São Félix. Às vésperas da aprovação do novo Código Florestal pelo Senado, a *Folha de São Paulo* (2012a) publicou reportagem em que afirmava ter tido acesso à “lista sigilosa” das multas ambientais expedidas pelo Ibama até aquele momento, na qual apareciam, principalmente, nomes de fazendas de gado e empresas agropecuárias, mas também infratores ligados a madeireiras, frigoríficos, curtumes, imobiliárias e postos de gasolina. As multas aplicadas antes de julho de 2008, de acordo com a nova legislação, poderiam ser

maior rebanho de bovinos do país, atualmente localizado nas fazendas de São Félix e responsáveis por colocar o município paraense entre as áreas mais devastadas da Amazônia¹⁰⁴.



Figura 98 – O gado a caminho de São Félix do Xingu

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

convertidas em recuperação ou compensação das áreas desmatadas. Conforme divulgado pelo jornal impresso, dentre as 139 multas que superavam R\$ 1 milhão, 75% foram aplicadas antes desse período, eram responsáveis juntas pelo desmatamento de 333 mil hectares e nenhuma havia sido paga até então. Entretanto, a infração de maior valor da lista – R\$ 23,3 milhões – havia sido aplicada à Agropecuária Santa Bárbara, devido a um desmatamento em São Félix do Xingu e não poderia passar por esse processo, pois a autuação havia ocorrido em 2010.

¹⁰⁴ Antes de ocupar posição de destaque entre os municípios que mais derrubaram a floresta, São Félix do Xingu já havia sido mencionado em matéria sobre o desmatamento na Amazônia. Àquele momento, a questão ambiental ainda era um tema incipiente na imprensa, mas a assinatura de um decreto pelo então presidente José Sarney regulamentava alguns mecanismos para a preservação da mata nativa. São Félix do Xingu era apresentado como um dos pontos de maior índice de queimada na Região Norte (Folha de São Paulo, 1988b).



Figura 99 - Caminhões boiadeiros na travessia do Rio Fresco
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

Mas para compreender o avanço do gado sobre as terras do Médio Xingu é preciso por em relevo parte da história da região. Vimos que a ideia de que a Amazônia precisava ser explorada de modo organizado e racional dava o tom dos primeiros registros encontrados na mídia e associados a São Félix do Xingu, mas é preciso destacar ainda que a ocupação do território pelo gado fazia parte dessa racionalidade que se pretendia imprimir ao espaço. Isso pode ser notado, por exemplo, em uma matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* no início dos anos 1970, em que mais de 250 projetos agropecuários implantados ou em fase de estudo na Amazônia eram apresentados como a solução para o futuro econômico da região. Esses empreendimentos eram liderados em sua maioria por empresários paulistas, que recebiam incentivos pesados do governo federal e estavam congregados na Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, criada em 1968, com sede legal em Belém, mas funcionamento efetivo em São Paulo. “Cerca de 6 bilhões e 200 hectares amazônicos serão assim racional e adequadamente aproveitados para a produção de carne e de produtos agrícolas na Amazônia”, era o que dizia a imprensa da época (*Folha de São Paulo*, 1971a, p. 6). Segundo a reportagem, a maioria das propriedades estava implantada no Mato Grosso e no Pará e a os órgãos federais previam o aumento do rebanho de modo que ele fosse suficiente para abastecer todo o continente americano. Em uma fotografia que ilustrava a matéria, esta sentença estava dada: “o gado Nelore, levado de fazendas do estado de São Paulo por empresários paulistas, será a base da economia da Amazônia” (*Folha de São Paulo*, 1971a, p. 6).

Essa é a primeira notícia em que a pecuária e o município de São Félix do Xingu aparecem juntos na mídia analisada. No corpo da matéria, entretanto, não há qualquer referência à produção de bovinos em São Félix e, de fato, como é

possível ver nos dados do IBGE (2014), o gado seria uma realidade ainda futura. Mas São Félix é citado na matéria como um dos pontos de investimentos do governo federal que transformavam de vez a Amazônia e, conseqüentemente, estaria entre as regiões que seriam dominadas pelo gado, que, aproveitando as estradas abertas, avançava rumo à floresta. Não estava errada a previsão implícita na reportagem como as décadas seguintes puderam comprovar.

A liderança entre os municípios brasileiros produtores de gado foi assumida por São Félix em 2010, quando foram registradas 2.002.366 de reses nas fazendas locais. Naquele ano, o município superou Corumbá, município do Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia e o Paraguai, com forte tradição na produção de bovinos há algumas décadas. Em 1974, Corumbá chegou a compor 3,2% do rebanho nacional, com mais de três milhões de cabeças. O segundo lugar no ranking, Barra das Garças, no Mato Grosso, era responsável por apenas 0,86% da produção brasileira, com pouco mais de 803 mil reses. Corumbá se mantém na lista dos cinco primeiros municípios produtores de gado desde os primeiros levantamentos da Produção Pecuária Municipal, no início dos anos 1970, ocupando na maior parte do tempo a primeira posição. Já a aproximação entre São Félix do Xingu e a bovinocultura é bem mais recente. Somente em 1996 o município apareceu pela primeira vez entre os 200 municípios com maior produção de gado no país, ocupando a última posição e com pouco mais de 147 mil cabeças em suas fazendas.

Até aquele momento, poucos municípios do Pará haviam entrado em território dominado pelo Mato Grosso do Sul e Goiás, principalmente. Paragominas, Rio Maria e Xinguara são alguns exemplos do avanço da bovinocultura em terras paraenses a partir da segunda metade da década de 1980, mas nenhum deles

chegou a alcançar a produção de gado que começava a dominar as terras de São Félix e fez com que no ano 2000 o município saísse da posição de número 65 – ocupada em 1999 – para o oitavo lugar da listagem elaborada pelo IBGE. Em apenas um ano, o rebanho de São Félix apresentou um crescimento superior a 130%, atingindo 682.407 cabeças. A taxa de crescimento do rebanho no ano seguinte foi menor, mas os quase 51% de aumento no efetivo foram suficientes para elevar São Félix à terceira posição, posto que o município ocupou até o início de 2005, quando então passou ao segundo lugar da listagem, mantendo crescimento anual médio de 5% até 2010. Nesse período, a liderança de Corumbá foi ameaçada não só pelo crescimento do rebanho em São Félix, mas por oscilações do efetivo no município sul-mato-grossense, confirmando queda a partir de 2010 (Gráfico 1).

No início dos anos 2000, a produção de leite em São Félix do Xingu também ganhou destaque nacional, registrando 58,4 milhões de litros no primeiro ano da década. O crescimento de 100% em relação ao ano anterior, fez com que o município deixasse a posição de número 53 no ranking de produtores de leite para ocupar o 14º lugar. Já em 2002, São Félix alcançou a marca de segundo maior produtor de leite, com 99 milhões de litros, superando municípios mineiros integrantes da maior bacia leiteira do país e atrás apenas de Castro, no Paraná, líder nacional nos últimos anos. Apesar disso, a produtividade de São Félix ficava abaixo da média, indicando que, para atingir a produção declarada, um número muito alto de animais precisava ser ordenhado. Naquele ano, a produção por vaca ordenhada no Brasil foi de 1.151 litros de leite, enquanto em São Félix do Xingu atingiu pouco mais de 657 litros. O município de Castro, primeiro produtor da lista, apresentou no mesmo período produtividade de 3,4 mil litros de leite por animal ordenhado. Assim, se o rebanho de bovinos em

São Félix continuou a crescer após esse período – não representando apenas um breve surto – a produção de leite passou a sofrer queda substantiva a cada ano, revelando a aptidão (e/ou opção) do município pelo gado de corte (Tabela 1).

Evolução do rebanho bovino - São Félix do Xingu reses declaradas X ano

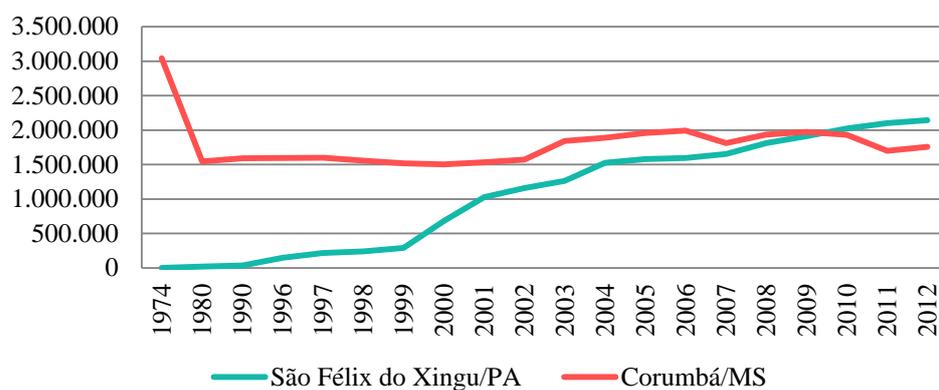


Gráfico 1 - Evolução do rebanho bovino, São Félix do Xingu

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2014.

Ano	Rebanho (cabeças)	Posição	Prod. Leite (litros)	Posição
1996	147.826	199	*	*
1997	216.699	98	10.142	337
1998	242.703	91	10.096	388
1999	291.243	64	*	*
2000	682.407	7	29.480	53
2001	1.030.019	3	58.469	14
2002	1.157.707	3	99.000	2
2003	1.264.991	3	72.863	6
2004	1.527.017	2	84.959	6
2005	1.581.518	2	91.079	6
2006	1.596.411	2	91.953	5
2006	1.653.231	2	89.466	8
2008	1.812.870	2	33.592	90
2009	1.912.009	2	33.441	97
2010	2.022.366	1	26.661	193
2011	2.101.726	1	23.730	246
2012	2.143.760	1	24.205	246

* Não consta entre os 400 primeiros produtores de leite do Brasil.

Tabela 1 - Rebanho bovino e produção leiteira, posição no ranking nacional

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2014.

Esse crescimento abrupto em São Félix do Xingu é apenas um recorte – em cores mais fortes, é preciso destacar – do que vive a Região Norte do país e boa parte dos municípios da Amazônia Legal nas últimas décadas. No início dos anos 1980, os estados do Norte eram responsáveis por pouco mais de 3,6 milhões de cabeças, o que representava 3% do rebanho nacional. Vinte anos depois, esse percentual já estava próximo dos 14%, com 22,4 milhões de reses, ultrapassando a produção do Nordeste (Gráfico 2). Há que ser considerado o fato de que, nesse período, é criado o estado do Tocantins, sendo o mesmo incorporado à região e aumentando a participação do Norte na produção de gado. Apesar disso, é impossível negar que o avanço da pecuária já indicava o que iria acontecer anos mais tarde, quando a região superaria a partir dos anos 2000 o Sul e o Sudeste brasileiros. Em 2012, mais de 20,7% do rebanho nacional estava concentrado na Região Norte e os 777 municípios da Amazônia Legal eram responsáveis, juntos, por 37,6% da produção pecuária (IBGE, 2014).

Pará, Rondônia, Tocantins e Acre – com destaque para os três primeiros – detêm os maiores rebanhos da Região Norte, somando mais de 41 milhões de cabeça em 2012, o que representa 94,8% do total. A liderança paraense pode ser notada ainda nos anos 1980, mas o maior distanciamento em relação aos demais estados é verificado a partir de 2000. Nos últimos anos, a inversão de posição entre Tocantins e Rondônia evidencia o crescimento da pecuária neste último. Além disso, Rondônia é o estado com maior índice de abate de bovinos. Em 2013, foram 2.344.477 unidades, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2014). Dentre os três, Rondônia também é o maior exportador. Foi registrada a exportação de mais de 136,3 milhões de

quilos de carne e derivados bovinos, enquanto Tocantins e Pará computaram 50,3 e 49,8 milhões respectivamente no ano de 2013.

Evolução do rebanho bovino - regiões reses declaradas X ano

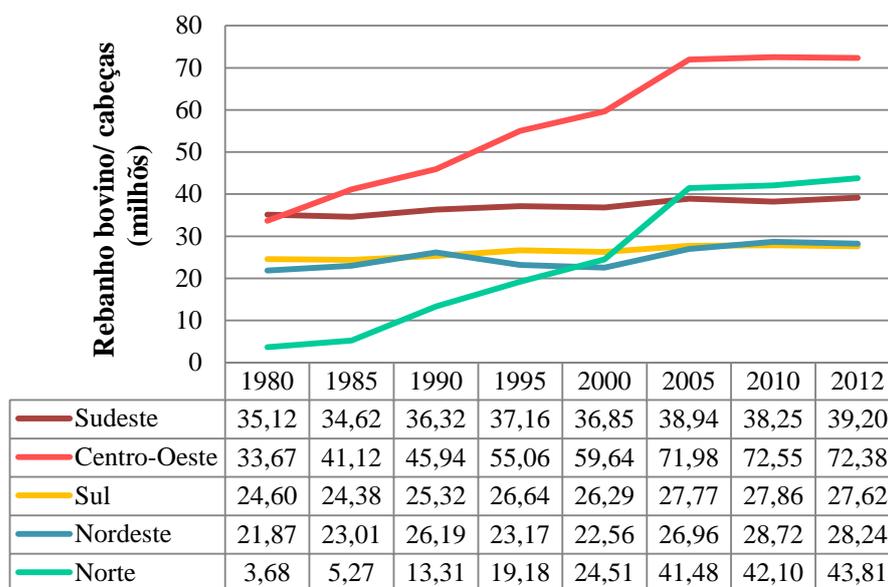


Gráfico 2 - Evolução do rebanho bovino, regiões

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2014.

Apesar desse retrato mais geral, a liderança de São Félix na produção pecuária o coloca em posição de protagonismo, fato que é explorado pela imprensa logo que o município começou a se destacar entre os principais criadores de gado (Folha de São Paulo, 2003). Essa inflexão da bovinocultura ocorrida em São Félix do Xingu – que tem como marco o ano 2000 seguido pelo aumento significativo do rebanho nos anos posteriores – é contemporânea à aceleração do desmatamento na região, fato também apresentado pela mídia (Folha de São Paulo, 2004a; 2004b). Isso faz com que as notícias relacionadas à devastação da floresta pela inserção do gado se multipliquem nesse período, colocando São Félix do Xingu nos infográficos divulgados pela imprensa entre os municípios

que mais derrubaram a mata nos anos recentes (Folha de São Paulo 2006c; 2006f; 2008b; 2008c; 2008e).

Os frigoríficos passaram a ser apontados como os principais beneficiários dos investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na indústria brasileira e também os grandes responsáveis pelo avanço da fronteira na Amazônia (Folha de São Paulo, 2009). Mesmo diante do anúncio de queda do desmatamento na Amazônia, São Félix do Xingu – “[...] o polo mais próspero da pecuária da Região Norte” (Folha de São Paulo, 2005b, p. A16) – aparece como um dos “[...] municípios campeões de devastação, segundo o DETER” (Folha de São Paulo, 2006b, p. A16), o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real utilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para mapear os corte raso da floresta.

Na imprensa, São Félix do Xingu havia se transformado definitivamente na “terra do gado” e carregava consigo todas as consequências que esse título poderia trazer. Mesmo quando não aparecia no corpo da matéria – como ocorreu com a reportagem especial de *Veja* (2004) sobre as ameaças sofridas pela Amazônia – o município era lembrado pela liderança que havia alcançado entre os produtores rurais e que o tornava um símbolo da fronteira. Na matéria de *Veja*, o mapeamento que se propõe a identificar os perigos para a floresta apresenta três círculos concêntricos, equivalentes a condições distintas de preservação. De acordo com a reportagem, o núcleo da mata ainda estava protegido, mas à medida que se afastava dele, as pressões aumentavam, pois “[...] conciliar a preservação da natureza com o crescimento econômico é possível, mas só ocorre em poucas áreas da Amazônia” (Veja, 2004, p. 69). São Félix do Xingu aparece no mapa ao lado das capitais dos estados amazônicos e

de cidades igualmente tomadas como expressão do avanço da fronteira por motivos diversos, como a produção de grãos e a guerrilha (Figura 100).

Na *Folha de São Paulo*, uma imagem publicada à época que uma equipe do jornal esteve na cidade para cobrir as campanhas eleitorais de 2008 tornou-se um ícone para representar São Félix do Xingu. A fotografia – na qual uma boiada corre pelas estradas do município – não só serviu para ilustrar a matéria citada, como também passou a aparecer como a imagem de São Félix em outras ocasiões. Naquele mesmo ano, ela seria retomada para servir a mais uma reportagem sobre os estragos causados pelo gado diante da floresta (Folha de São Paulo, 2008e), mas evidência maior de que São Félix era reconhecida de fato como a “terra do gado” estaria por vir, quando em 2014 a mesma fotografia serviu como ilustração a uma reportagem sobre o aumento das exportações de gado vivo pelo Brasil. O corpo da matéria não faz qualquer menção ao município do Sudeste Paraense, tratando exclusivamente da ampliação das vendas das commodities por todo o país. Entretanto, a legenda da fotografia discrimina a origem do gado: uma “[...] fazenda de São Félix do Xingu (PA) [...]” (Folha de São Paulo, 2014b, p. 9), o retrato mais expressivo da pecuária brasileira (Figuras 101, 102 e 103).



Figura 100 - A ameaça da pecuária em São Félix do Xingu
Fonte: Veja, 2004, p. 64-65.



» NA ESTRADA
Gado em São Félix do Xingu, município do Pará que abriga o maior rebanho bovino da Amazônia; a principal promessa de campanha na cidade é a regularização de terras
 Pág. A6

Figura 101- A imagem de São Félix 01

Fonte: Folha de São Paulo 2008a, p. A4. (Autoria: Hudson Corrêa).



76% de mata de campeã em desmate vai para pecuária

Ulianópolis (PA) é o município que mais perdeu floresta amazônica para o gado

ibama estima haver mais de 500 mil bois ilegais nas 36 cidades mais desmatadoras; São Félix do Xingu, no Pará, so ainda lideram o ranking dos Estados mais devastados. Outra tendência verificada é de desmatamento em áreas menores, que fogem do alcance

Gado em São Félix do Xingu (PA), cidade com o maior rebanho bovino da Amazônia e que já teve desmatado 16% de seu território

Figura 102- A imagem de São Félix 02

Fonte: Folha de São Paulo 2008e, p. A8. (Autoria: Hudson Corrêa).

VAIVÉM DAS COMMODITIES

MAURO ZAFALON

Venezuela eleva compra, e venda de gado sobe

A recuperação do real em relação ao dólar fez o país perder mercados importadores de boi vivo. A valorização do câmbio tomou o gado brasileiro menos competitivo ante o animal europeu.

As manifestações na Venezuela e a necessidade do governo de manter o abastecimento de alimentos, inclusive o de carnes, aceleraram, no entanto, as exportações brasileiras de gado vivo.

O resultado foram vendas de 222,3 mil animais de janeiro a abril, 31% mais do que em igual período do ano passado.

"Ocorreu uma aceleração nas vendas, principalmente devido às compras da Venezuela, mas neste mês está havendo uma desaceleração", diz Gastão Carvalho Filho, da exportadora Boi Branco.

Diante da necessidade de carne, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, abriu o leque para novos exportadores brasileiros, aumentando as compras no Brasil.

Neste mês, um dos principais motivos da desaceleração das vendas são problemas na liberação da carta de crédito, o que dificulta as importações venezuelanas.

Carvalho Filho acredita, no entanto, que o ritmo de exportações volte ao normal a partir do próximo mês.

"A situação está se acertando e o diálogo político na Venezuela refletirá também em um diálogo econômico", afirma ele.

Os exportadores brasileiros têm um novo motivo para comemorar. O Pará, líder nas exportações de gado vivo, terá o status de Estado livre de aftosa com vacinação neste final de mês para o mercado externo.

Já liberado para o comércio interno, o Estado também deverá ser aceito em outros países, diminuindo custos e exigências sanitárias.

Os dados de janeiro a abril da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) indicam vendas de 222,3 mil cabeças. Nesse período, a Venezuela importou 208,1 mil animais, 86% mais do que em igual período de 2013.

O Líbano, segundo maior mercado para os exportadores brasileiros, comprou apenas 14,2 mil animais no período, 54% menos do que em 2013. Jordânia, Turquia e Egito, outros tradicionais importadores, ficaram fora do mercado brasileiro neste ano.

Gado em fazenda de São Félix do Xingu (PA); venda de boi em pé no país sobe 31% no ano

Figura 103- A imagem de São Félix 03

Fonte: Folha de São Paulo 2014b, p. 9. (Autoria: Hudson Corrêa).

5.2.4 “A capital da motosserra”

Diante das discussões sobre o desmatamento e o avanço da produção agrícola e pecuária na Amazônia, *Veja* se propôs a trazer “a verdade sobre a saúde da floresta”, como sugere o próprio título de uma reportagem de capa publicada pela revista semanal em 26 de março de 2008. A matéria especial deu grande destaque a São Félix do Xingu, traçando o perfil do município paraense e descrevendo sua trajetória até o posto de maior produtor de bovinos do país e também um dos principais responsáveis pelo desmatamento da região. Nas páginas de *Veja*, São Félix é a cena deplorável de uma Amazônia que não soube se desenvolver e, não por acaso, recebe da publicação a alcunha de “a capital da motosserra”¹⁰⁵.

Esse retrato é elaborado pela imprensa a partir da construção de uma série de oposições entre o município e outras localidades amazônicas que – apesar do desmatamento – transformaram-se em “[...] verdadeiros oásis no interior da selva”, já que “[...] são cidades bem estruturadas, com ruas asfaltadas e uma ampla rede de serviços, que nada ficam a dever às localizadas no Sul e no Sudeste do país” (Veja, 2008a, p. 115). Enquanto isso, São Félix é a imagem da devastação, como a própria fotografia que ilustra a abertura da reportagem pode demonstrar. A queimada para transformar a floresta em pasto nas fazendas do município, segundo a revista, já havia feito a Amazônia perder quase 20% de sua cobertura original (Figura 104).

¹⁰⁵ São Félix é, inclusive, território rude até mesmo para os trabalhos da equipe de reportagem da revista, como aparece na apresentação da matéria especial ao narrar as desventuras do repórter enviado à cidade. De acordo com *Veja*, naquela “[...] fronteira inóspita, com pistoleiros e ruas esburacadas” (2008a, p. 9), o jornalista destinado a investigar a cidade paraense teve o hotel onde estava hospedado invadido e foi ameaçado.

A matéria é conduzida por uma série de perguntas que procuram questionar o senso comum e às quais *Veja* oferece como resposta as sentenças consideradas por ela verdadeiras. Um dos muitos mitos que a matéria se propõe a desmontar é que a devastação e os conflitos na região seriam causados pela “ganância dos fazendeiros”. Para *Veja* (2008a, p. 106), “vários fatores contribuem para o caos, mas muito do estrago é causado pelo próprio governo”. Entre esses fatores apontados pela revista estão explicitamente mencionados os assentados pelo Incra, os trabalhadores sem-terra e movimentos considerados “obscuros” e “belicosos” de acordo com *Veja*, como a Liga dos Camponeses Pobres, a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a Liga Operária e Camponesa. Esses grupos provocavam o “caos na floresta”, pois, segundo *Veja*, eles tinham a impunidade assegurada pelo governo federal e transformavam-se nos grandes fornecedores de madeira ilegal. Uma das personagens trazidas pela reportagem é parte desse conjunto de trabalhadores rurais à espera de um lote agrícola em uma das propriedades ocupadas na Amazônia e que, nas palavras de *Veja* (2008a, p. 107), “[...] roem a reserva florestal da fazenda para vender a madeira”.

Com essa sequência de perguntas e respostas, praticamente todo o discurso de *Veja* é construído em defesa dos fazendeiros que chegaram à região, fizeram dela território do agronegócio e são apresentados pela revista como sinônimo do sucesso e progresso. Apenas uma questão é deixada parcialmente sem resposta pela revista e ela pode comprovar a opção tomada pela publicação na construção de seu discurso: qual era a vantagem de desmatar a floresta para transformá-la em pasto e lavoura? De acordo com *Veja*, o fato de nenhum governo ter realizado planejamento em longo prazo para a ocupação da região impedia a construção de uma resposta exata para essa pergunta.

Mas uma coisa é certa: os fazendeiros estabelecidos na região não são criminosos porque derrubam parte da floresta para tocar seu negócio. Eles contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, criam empregos e somam pontos ao PIB do país. O que precisa ser combatido é o desmatamento selvagem, feito à sombra dos órgãos ambientais, muitas vezes por grileiros de terras públicas que não hesitam em sacar da pistola contra quem se opõe a seus limites (Veja, 2008a, p.103-104).

No entanto, os contrastes entre o senso comum e a “verdade” trazida por *Veja* não foram os únicos pontos antagônicos destacados pela publicação. A matéria tinha como objetivo claro traçar um paralelo entre a Amazônia que – embora desmatada “havia dado certo” devido ao “notável vigor do agronegócio” – e a Amazônia que poderia ser tomada como o antiexemplo da racionalidade. E isso foi feito pela publicação ao comparar o Mato Grosso com o Pará, mais especificamente as lavouras de soja que se estendiam por aquele estado com a cidade de São Félix do Xingu. *Veja* publicou dois textos distintos em que apresentou a ruína de São Félix e a glória do Mato Grosso. A associação direta no corpo das matérias e a exposição em sequência das duas reportagens não deixa dúvida quanto à intenção de *Veja*.

As imagens dizem muito: São Félix é retratada pela fotografia de uma rua esburacada – a avenida Rio Xingu em seu trecho inicial, próximo à PA-279. Na legenda se lê: “**LEI DO VALE-TUDO**. As ruas de São Félix: na ausência do poder público, quem dita as regras são os pistoleiros” (Veja, 2008a, p.111, grifo do autor). Para o Mato Grosso, a produção farta da lavoura foi a imagem escolhida, cuja legenda diz: “**LONGE DO FAROESTE**. Lavoura de soja em Mato Grosso: os fazendeiros agora querem valorizar seus produtos com aval ambientalista” (Veja, 2008a, p.115, grifo do autor) (Figuras 105 e 106).

Cada uma das matérias destaca uma personagem da região. Em São Félix do Xingu, a personagem é, nas palavras de *Veja*, “um açougueiro que também vende terras”. Fotografado em seu estabelecimento comercial, o goiano Adebaldo Ferreira de Araújo, segundo a reportagem, estava no Pará desde 1999, quando trabalhou como motorista de trator em Eldorado dos Carajás, e tinha chegado a São Félix em 2001. Tinha terra, gado, era corretor de imóveis e dono de açougue, mas “assim como as terras que vende, o pedaço da Amazônia que Araújo chama de seu não é garantido por nenhum documento de propriedade” (Veja, 2008a, p.111). Na notícia sobre o Mato Grosso, a personagem é um fazendeiro bem-sucedido, fotografado junto à sua propriedade rural. Segundo *Veja*, o dono de nove fazendas e mais de 40 mil cabeças de gado, Carlos Alberto Guimarães, era orgulhoso por

[...] ter sido “um dos dez homens que mais desmataram na Amazônia”. Pelas suas contas, em quatro décadas de atuação no Pará e Mato Grosso, ajudou a derrubar 100 000 hectares da floresta. Natural de Goiás, o pecuarista faz parte de uma leva pioneira de aventureiros que foi para a Amazônia incentivada pela política nacionalista de ocupação da região idealizada pelo governo militar. “A gente desmatava tudo. Só parava onde era brejo”, conta Carlito, que garante não guardar nenhum remorso. “Eu me considero um produtor de alimentos, não um desmatador”, ele justifica (Veja, 2008a, p.115, grifos do autor).

Essa pujança da produção mato-grossense tinha motivo, segundo a publicação:

“[...] a área mais desenvolvida entre as demais dos nove estados da Amazônia” havia sido transformada por “[...] descendentes dos migrantes do Sul que desbravaram a região e imprimiram um ritmo empresarial ao chamado agronegócio” (Veja, 2008a, p. 115). Ou seja, ao contrário do Pará, a colonização racional e empreendida por empresas privadas no Mato Grosso havia levado o desenvolvimento ao campo.

Esse processo poderia ser notado também nas cidades. Sapezal, no Mato Grosso, é citada como exemplo desse virtuosismo nascido da substituição da floresta pelas plantações de soja. “Planejada, a sede do município é simétrica e quase toda asfaltada. Esgoto e água tratada chegam a todas as casas. A cidade dispõe também de uma ampla rede de telefonia de fibra óptica” (Veja, 2008a, p. 115). Já São Félix do Xingu, no entanto, é a antítese desse processo. Na cidade, a riqueza produzida pela pecuária nem de longe poderia ser percebida:

[...] ruas esburacadas e, em sua maioria, sem calçamento. As fachadas das construções têm um aspecto empoeirado, tingidas pelo lamaçal nos tempos de chuva e pela poeira na estação seca. O comércio gira em torno de produtos agropecuários e de uma infinidade de açougues. São Félix do Xingu é um lugar de superlativos (Veja, 2008a, p.110).

Os superlativos aos quais se referia a reportagem estavam na dimensão do município, nos muitos quilômetros de distância em relação à capital do Pará, na exploração do mogno nos anos anteriores, no número de bois e vacas pastando nas fazendas, no volume de floresta desmatada e também na ilegalidade das terras:

no papel, com certidão passada em cartório, São Félix do Xingu é ainda maior. Com território um pouco menor que o do estado de Pernambuco, São Félix atribui títulos de propriedade do tamanho do Piauí. “Há casos em que pelo menos três pessoas se declaram donas da mesma gleba e cada uma delas tem escritura para sustentar sua reivindicação”, diz o advogado Luiz Bezerra da Silva, que dois anos atrás assumiu o cartório, depois de o estabelecimento sofrer intervenção do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Os interventores descobriram que o registro de imóveis da cidade funcionava como uma fábrica de títulos de posse frios (Veja, 2008a, p.111, grifos do autor).

A matéria de *Veja* repercutiu nas páginas da própria revista nas semanas seguintes¹⁰⁶. Na seção *Cartas*, em 9 de abril, foi publicada nota da Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso parabenizando a revista pela “seriedade e imparcialidade” com que o tema havia sido tratado. Segundo a Associação, a matéria de “*Veja* traduz claramente o sentimento dos que naquela região vivem e produzem com seriedade” (2008b, p. 43). A Prefeitura Municipal de São Felix do Xingu também se pronunciou, parabenizando a revista pela reportagem, mas contestou, dizendo que a matéria

[...] indignou este município, cujos cidadãos de bem trabalham, produzem e contribuem para o enriquecimento social e econômico do país. O homem de bem de São Félix, que outrora ocupou com muito trabalho a região, vê-se colocado no mesmo balaio de latifundiários, grileiros, pistoleiros, especuladores de plantão e desmatadores (Veja, 2008b, p. 43).

¹⁰⁶ Em 23 de abril, a reportagem é novamente citada na seção *Cartas* da revista, dessa vez por conta de um erro cometido pela publicação e observado por um leitor. *Veja* havia descrito São Félix como o segundo maior município brasileiro em extensão, mas ele era, no entanto, o sexto da lista. O título “A capital da motosserra” e a imagem da esburacada Avenida Rio Xingu aparecem novamente nas páginas da revista (Veja, 2008c).



Figura 104 - Área queimada em São Félix do Xingu
Fonte: Veja, 2008a, p. 94-95. (Autoria: Alberto Césear Araújo/ Greenpeace).



Figura 105 - No Mato Grosso, "o notável vigor do agronegócio"
Fonte: Veja, 2008a, p. 114. (Autoria: Rodrigo Baleia).

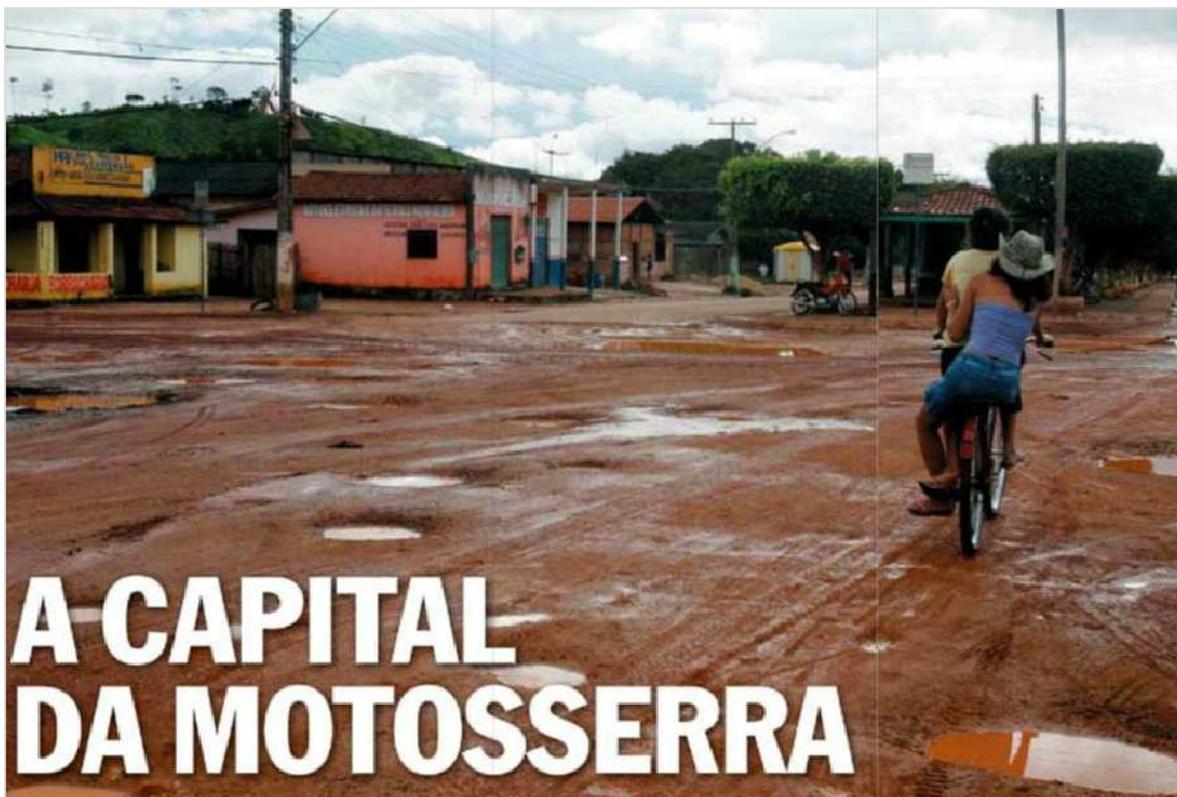


Figura 106 - São Félix do Xingu, "a capital da motosserra"
Fonte: Veja, 2008a, p. 110-111. (Autoria: Alberto César Araújo).



Figura 107 - A personagem de São Félix, "um açougueiro que também vende terras"
Fonte: Veja, 2008a, p. 111.
(Autoria: Alberto César Araújo).



Figura 108 - A personagem do Mato Grosso, "um produtor de alimentos"
Fonte: Veja, 2008a, p. 114.
(Autoria: Rodrigo Baleia).

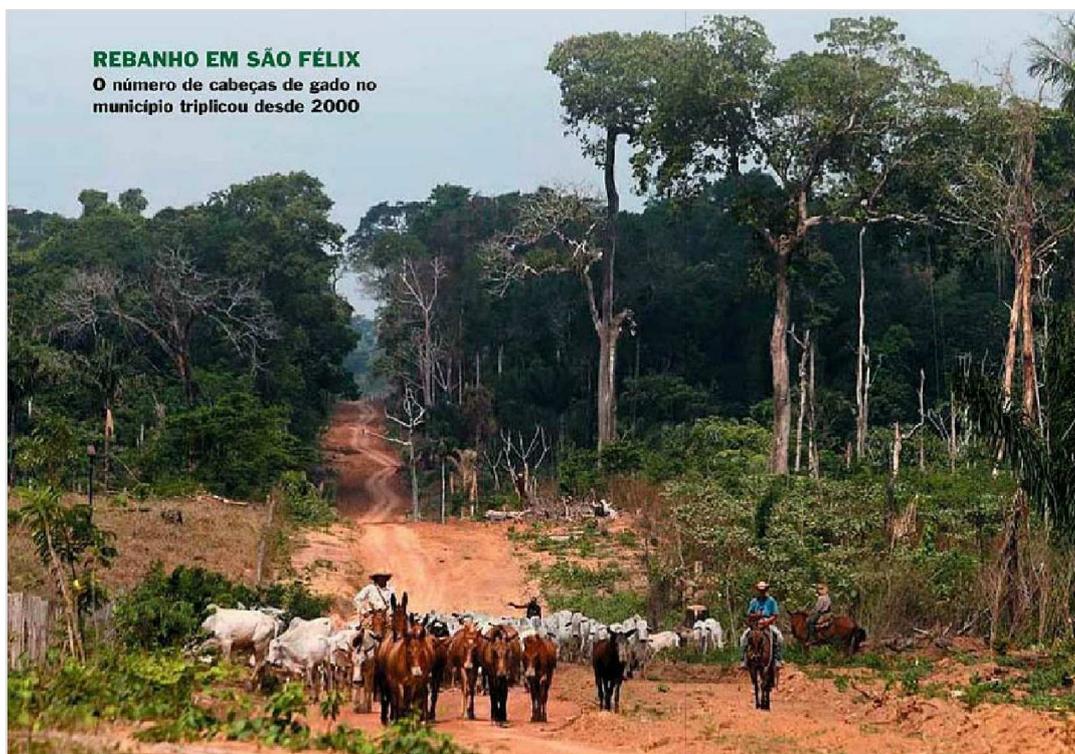


Figura 109 - Rebanho bovino e terras ilegais, a imagem de São Félix na mídia
Fonte: Veja, 2008a, p. 112. (Autoria: Alberto César Araújo).

5.2.5 Do não lugar a lugar da negação

Até a publicação da reportagem de *Veja*, em 2008, a cidade de São Félix do Xingu havia sido tratada pela imprensa analisada como uma ligeira referência para os fatos ocorridos no vasto município amazônico ou ainda em outras partes da região do Sudeste Paraense. A São Félix que aparecia nos textos ou nos mapas é apenas um ponto diante no imenso território cercado por recursos minerais, estradas, gado e outras atividades próprias à fronteira. O mais próximo da cidade de São Félix que a imprensa havia chegado estava na comparação com Tucumã, como já apresentamos, uma relação de contraste entre a desordem da ocupação espontânea e a racionalidade virtuosa da colonização promovida pela grande construtora mineira (Folha de São Paulo, 1982b). Ou ainda, nas descobertas do Projeto Radam em que a cidade de São Félix é terra de

[...] dificuldades inúmeras como falta de meio de transporte, que só pode ser feito pelo rio Xingu, quando as águas baixam.

Na cheia, leva-se quase duas semanas para chegar a Altamira. Não há espaço na mata para a aterragem de aviões, a não ser teco-tecos. Os seus 560 habitantes vivem de caça e pesca e da coleta de castanha do Pará. A cidade tem prefeito, uma pretoria, uma coletoria e uma escola pequena. A usina geradora de energia, à beira do rio, afundou recentemente na cheia (Folha de São Paulo, 1971b, p.4).

Assim, em praticamente todos os registros, a cidade de São Félix é o que podemos chamar de não lugar. Esse não lugar ocupado por São Félix não tem o mesmo sentido do termo cunhado por Marc Augé (2012) para descrever os espaços homogêneos, transitórios e que não permitem a apropriação pelos sujeitos. Até mesmo porque se Augé tivesse a oportunidade de conhecer São Félix do Xingu certamente a compreenderia melhor como um lugar

antropológico, condição completamente oposta aos “não-lugares” descritos pelo autor¹⁰⁷. São Félix é não lugar, no sentido que adotamos aqui, por que é o silêncio da cidade como espaço de vida. Isso porque, nas páginas da imprensa analisada, em geral, a cidade é ausente de qualquer atributo; na maioria das vezes, ela sequer é mencionada, diante da grandiosidade das terras que caracterizam o município amazônico. São Félix é não lugar porque, na mídia, é como se a cidade não existisse frente aos temas que faziam daquele município o maior devastador da floresta, o líder na produção de bovinos ou qualquer outra característica por ele assumida.

Entre os anos 1960 e início dos anos 80, por exemplo, as notícias relacionadas a São Félix do Xingu eram principalmente ligadas à produção mineral. À época da implantação do Programa Grande Carajás, o município ainda não havia passado pelas subdivisões que daria origem a algumas das outras unidades do Sudeste Paraense. São Félix era, desse modo, o ponto de referência à riqueza que seria explorada pelo Brasil (Folha de São Paulo, 1971c; 1975; 1977a; 1980a; 1985; 1988c). O patrimônio mineral da região era a possível solução para a dívida externa brasileira (Folha de São Paulo, 1981a) e a pujança de Carajás, o “[...] caminho para o desenvolvimento da Região Norte” (Folha de São Paulo, 1982a, p. 52), como descreve uma das reportagens analisadas:

cantadas em prosa e verso, as riquezas da serra perdida nos confins do Pará deverão fazer a independência econômica do Brasil. Pelo menos, essa é a esperança incutida no povo, que a cada momento toma conhecimento de novos empréstimos externos destinados ao programa (Folha de São Paulo, 1982a, p. 52).

¹⁰⁷ Adotamos inclusive a grafia sem hífen para se diferenciar do termo “não-lugar” usado por Augé (2012).

Em tudo isso, São Félix é, como já explicitado, apenas a referência espacial para localizar a produção. E isso ocorre tanto em relação à cidade – praticamente inexistente nas descrições da imprensa – como no espaço como um todo, ou seja, o urbano-ambiental que a envolve. Assim, o urbano como espaço da reprodução coletiva – tal qual discutimos aqui – não existe na imprensa para São Félix. E nos poucos casos em que deixa o posto de não lugar São Félix logo toma a posição de lugar da negação, do espaço em que a ausência predomina, no qual a escassez e todos os problemas tomam de assalto a vida. É o que ocorre nas páginas da edição de *Veja* em 2008 e também nos dois registros citados sobre as aventuras dos técnicos do Projeto Radam e ainda sobre a comparação entre São Félix e Tucumã, os casos mais próximos da cidade de São Félix encontrados na mídia. É também desse modo que aparecem as ocorrências que, apesar de não citar ou descrever a cidade de São Félix, discorrem sobre alguns problemas enfrentados pelo município.

São Félix é um dos locais com pior receita anual por habitante, segundo levantamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, com apenas R\$ 86,00 (Folha de São Paulo, 2001a). Esteve ainda entre os municípios com pior desempenho na área da saúde, recebendo nota 3,13 em um índice criado pelo próprio governo para avaliar o Sistema Único de Saúde (SUS) em uma escala de 0 a 10 (Folha de São Paulo, 2012b)¹⁰⁸. A Prefeitura Municipal de São Félix já havia sido destacada como uma das que participaram da fraude de compra de ambulâncias criada por um empresário que subornava prefeitos do interior para que as licitações fossem ganhas por sua empresa (Veja, 2006). E também esteve entre os municípios que apresentaram aumento na taxa de

¹⁰⁸ Essa não era uma realidade exclusiva a São Félix, mas a nota havia ficado abaixo da média nacional, que era de 5,47.

homicídios entre 1997 e 2004¹⁰⁹, o que fez *Veja* (2008d, p. 74) afirmar que o “banguê-banguê” havia tomado conta do interior do país.

Desse modo, se observado o histórico do município a partir dos veículos de comunicação analisados, São Félix – a cidade e também todo o espaço que a circunda – vai do não lugar ao lugar da negação. Isso pode ser notado nas notícias em que predominam a temática da produção em São Félix – da mineração ao gado que devasta a floresta –, mas também naquelas que fogem a essa temática predominante e que caracteriza a cidade. Esses recortes fazem com que a “terra do gado” ou a “capital da motosserra” possa ser compreendida – em um quadro mais geral de suas representações na mídia – como a negação do espaço de reprodução coletiva e do possível-impossível.

5.3 Virando as páginas da imprensa

Assim como mostra a imprensa analisada, a extração da madeira nos anos anteriores abriu, de fato, as estradas para a inserção do gado no Xingu e, mesmo após a proibição da exploração do mogno, esse avanço da fronteira prosseguiu. A associação entre o desmatamento e a pecuária na Região Norte é observada quando analisado o uso da terra nas propriedades rurais ao longo das últimas décadas. Entre 1970 e 2006, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) registrou um aumento da área de pastagens plantadas e um decréscimo das matas naturais na região. O mesmo ocorre com o estado do Pará, onde a curva

¹⁰⁹ Não há na reportagem qualquer relação entre as mortes e conflitos por terras. A reportagem apenas afirma que os municípios que enfrentaram alta na taxa de homicídios passavam por algum tipo de investimento recente. São Félix do Xingu não é citada no corpo do texto, mas aparece no infográfico da publicação como um dos municípios que tiveram aumento no número de mortes violentas.

que representa o crescimento da área de pastagens plantadas encontra-se com a curva que indica o declínio das matas naturais a partir de 2006.

Uso da terra - Região Norte área ocupada (ha) X ano

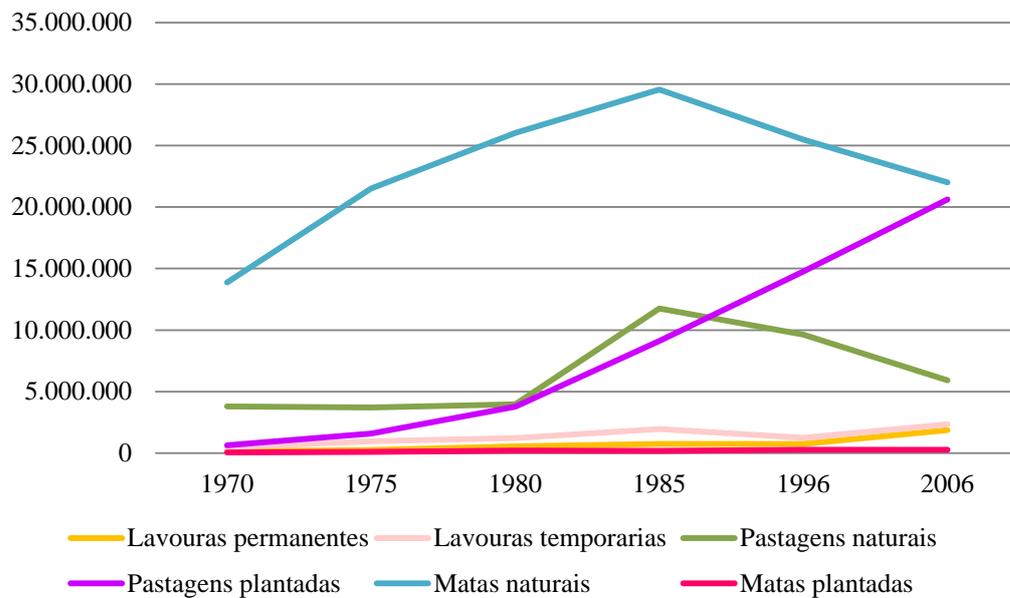


Gráfico 3 - Uso da terra, Região Norte

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2006.

Uso da terra - Pará área ocupada (ha) X ano

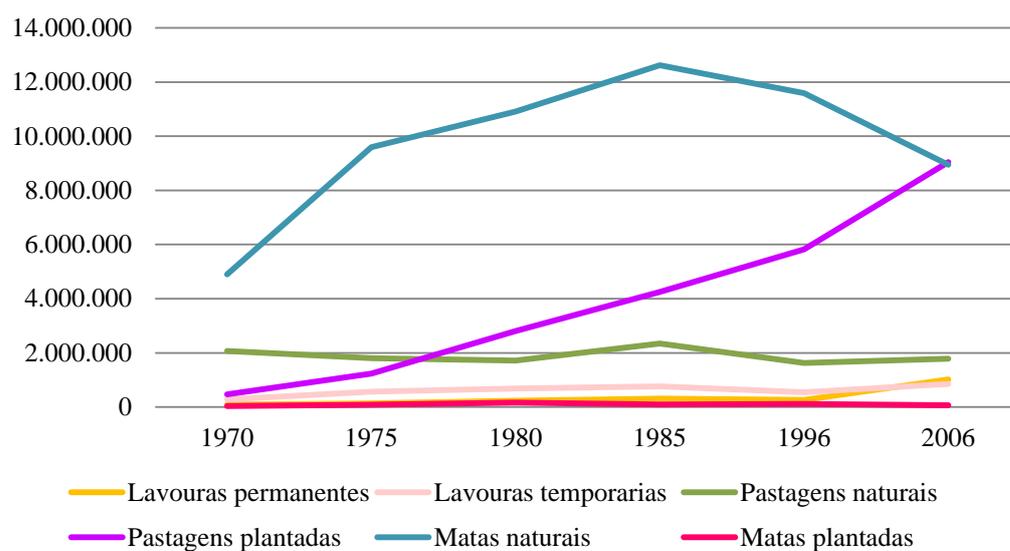


Gráfico 4 - Uso da terra, Pará

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2006.

Esse período em que ocorre aumento das pastagens plantadas e redução da floresta é o mesmo descrito pela imprensa – responsável por alçar São Félix ao primeiro lugar entre os municípios que mais desmatam na Amazônia – e também observado pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2014a; b). Mato Grosso, Pará e Rondônia são os estados da Amazônia Legal com os mais altos índices de desmatamento, mesmo após a acentuada queda nas taxas que indicam a perda das áreas de floresta após o ano de 2006. Se comparadas as áreas mensuradas pelo Instituto ao longo do período de 1988 e 2014, os dois primeiros trazem território desflorestado muito similar: 138.289 quilômetros quadrados no Mato Grosso e 137.923 quilômetros quadrados no Pará¹¹⁰.

Taxas de desmatamento - Amazônia Legal área (km²) X ano

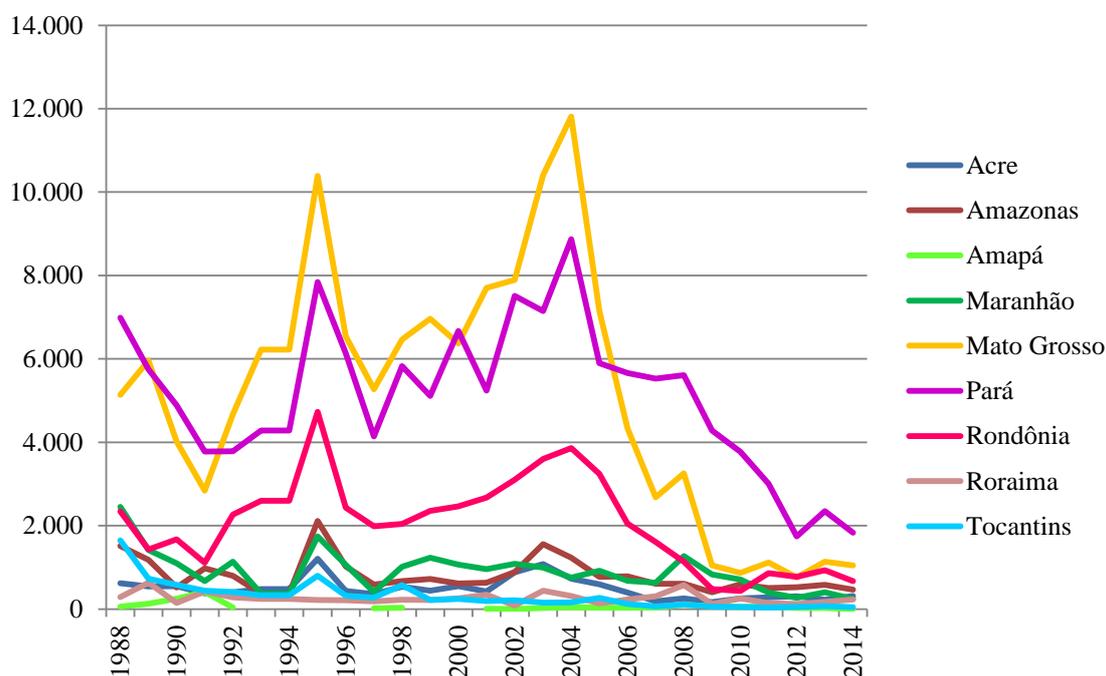


Gráfico 5 - Taxas de desmatamento, Amazônia Legal

Fonte: Elaborado a partir de Inpe, 2014a.

¹¹⁰ Os dados apresentados são referentes ao monitoramento por satélite realizado pelo Inpe no período. Os valores apresentados para o ano de 1988 são uma média entre este ano e 1987. Para os anos de 1993 e 1994, os valores são uma média entre eles. Os dados de 2014 são, de acordo com o Instituto, uma taxa estimada.

Os dados do Inpe para o município de São Félix do Xingu também seguem essa tendência. A partir do ano 2001, São Félix assume o primeiro lugar entre os municípios da Amazônia Legal com maior área desmatada. Em 2000, o município tinha 8,33% de sua extensão territorial desflorestada. A abertura de novas frentes a cada ano fez com que ele chegasse à casa dos 20% em 2010. A taxa tem se mantido com pequenas variações desde então e o incremento anual da área desmatada tem decrescido. Entretanto, São Félix permanece como o primeiro município da listagem, com mais de 17, 5 mil quilômetros quadrados de seu território desmatado.

Taxas de desmatamento - São Félix do Xingu área total e incremento (km²) X ano

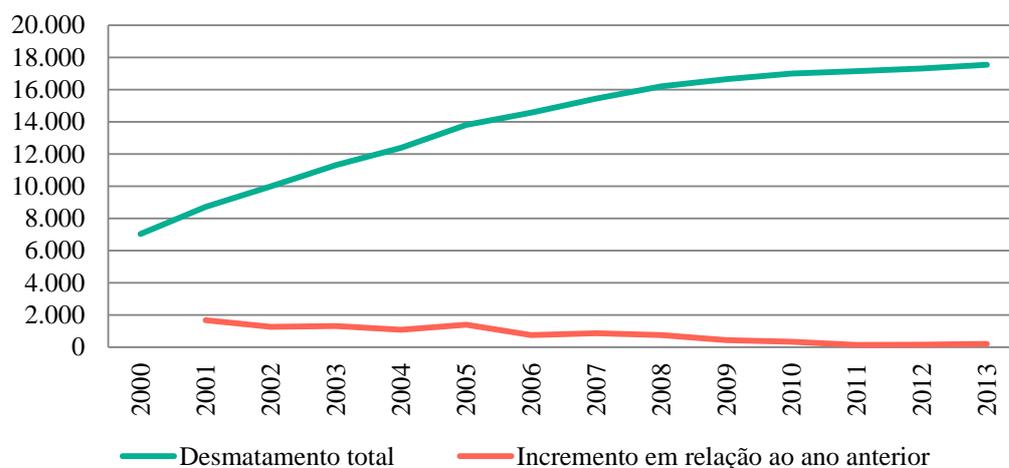


Gráfico 6 – Taxas de desmatamento, São Félix do Xingu

Fonte: Elaborado a partir de Inpe, 2014b.

A elevação das taxas de desmatamento na Amazônia fez com que, em 2007, o governo federal estabelecesse medidas para tentar controlar a derrubada da floresta. A partir daquele ano o Ministério do Meio Ambiente (MMA) passaria a publicar listagem atualizada – elaborada a partir de dados fornecidos pelo Inpe – com os municípios da Amazônia Legal onde o controle e a prevenção do

desmatamento seriam considerados prioritários (Brasil, 2007). Esses municípios receberiam do governo federal apoio para a implantação de projetos com o objetivo de reduzir os índices de desmatamento, mas enquanto permanecessem entre as unidades declaradas prioritárias, sofreriam algumas restrições, como a proibição de comercializar os produtos originários das áreas desmatadas e de receber crédito.

São Félix passou a fazer parte da conhecida “lista negra” ou dos “municípios embargados” logo na sua primeira edição, em 2008, e desde então não a abandonou. Atualmente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (Semmas) não autoriza o desmatamento de novas áreas e monitora as propriedades rurais em todo o município por meio do Observatório Ambiental Municipal. Vinculado à Secretaria, o escritório oferece informações espaciais sobre o desmatamento no município a partir dos dados do Inpe. Sem autorização para derrubar novas áreas, todo o desmatamento que ocorre é caracterizado ilegal, mesmo aquele que é detectado em propriedades cujo percentual de 20% – área permitida pelo Código Florestal para uso em lavoura, pastagens e outros fins na Amazônia Legal – ainda não foi atingido. “O grande desafio é convencer o proprietário que não é a gente que elabora esse dado”, diz um funcionário do Observatório.

Foi o aumento nas taxas anuais de desmatamento que fez ainda com que várias organizações ambientalistas passassem a chegar ao município no final dos anos 2000, com o objetivo de frear a devastação. O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e a norte-americana The Nature Conservancy (TNC) foram uns dos primeiros a desenvolver atividades em São Félix. Ali, eles encontraram uma comunidade já preocupada com a situação ambiental e que

havia dado início aos trabalhos a partir de grupos ligados, sobretudo, aos pequenos agricultores. É o caso da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu (Adafax)¹¹¹, criada em 2004 a partir de ações articuladas de outros três grupos locais: a Comissão Pastoral da Terra, a Cooperativa Alternativa dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (Capru) e a Casa Familiar Rural de São Félix do Xingu.

O principal objetivo da Adafax é promover a transição para uma agricultura considerada por ela “de base ecológica”, num território hoje dominado pela pecuária extensiva. A proposta é organizada basicamente a partir da diversificação da produção, incorporando ao lote agrícola o cultivo de cacau, milho e a criação de gado leiteiro, peixe, aves e porcos – o que favorece o uso intensivo de uma parcela menor da propriedade rural e permite que as áreas degradadas pela pecuária extensiva se recuperem. Não tem sido fácil, pois os desafios são muitos. A prioridade dada aos grandes proprietários pelas políticas públicas e a “[...] existência de um ambiente cultural que associa o gado à riqueza, pondo a figura do fazendeiro como ideal de ascensão social, [...]” (Adafax, 2013, p. 64) são alguns dos fatores que dificultam o trabalho. Apesar disso, algumas experiências tem sido exitosas, como a Associação das Mulheres Produtoras de Polpa de Frutas, criada em 2012, a partir de três grupos localizados nas vilas Xadá, Maguary e Tancredo Neves. Com acompanhamento técnico da Adafax, esses grupos beneficiam, armazenam e comercializam a polpa das frutas colhidas nas propriedades, tendo como destino principal o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

¹¹¹ Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, sua área de abrangência envolve, além de São Félix, Ourilândia do Norte, Tucumã e a região do município de Altamira que está nos limites da APA Triunfo do Xingu.

Em geral, as organizações externas trabalham em parceria com os grupos locais já articulados, a fim de garantir que haja produtividade no campo e, ao mesmo tempo, preservação ambiental e cumprimento da legislação. É o que ocorre com a TNC, que apoia a recuperação das áreas degradadas nas pequenas propriedades rurais, juntamente com a Adafax, e a produção de cacau entre os agricultores familiares, a partir de acordos com a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Cappru. Inicialmente, a organização norte-americana tinha intenções mais audaciosas para o município. Pretendia implantar em São Félix mecanismos que permitissem aos proprietários rurais gerar renda no mercado internacional a partir do sequestro de carbono. A intenção era garantir que, ao manter a floresta de pé, os donos de terras em São Félix se beneficiassem economicamente. Mas o projeto não avançou. A dificuldade de valorar os recursos ambientais e o imbróglcio fundiário do município fizeram com que as ações fossem reorientadas. Hoje, a proposta da organização é contribuir para a implantação de alternativas produtivas com menor emissão de carbono.

Em 2011, após uma série de audiências públicas, a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, juntamente com representantes de algumas dessas organizações e de comunidades locais assinaram o *Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal no Município de São Félix do Xingu* (PMSFX, 2011). Apoiado pelo MMA, o documento tem como objetivo acelerar a retirada de São Félix da lista elaborada pelo órgão. A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – base nacional de informações das propriedades rurais – foi considerada uma das metas prioritárias, já que era uma das ações necessárias para regularizar a situação do município frente o governo. Após a assinatura do documento, avançou-se consideravelmente nesse aspecto. Cerca de 80% dos imóveis localizados no

campo conseguiram obter o CAR em pouco menos de dois anos (TNC; Funbio, 2013).

Apesar de todas essas ações, São Félix ainda não conseguiu manter o desmatamento anual abaixo dos 40 quilômetros quadrados definidos pelo Ministério do Meio Ambiente. Em 2011, após anos de queda sucessiva nas taxas de desmatamento, São Félix chegou a registrar pouco mais de 140 quilômetros quadrados em novas áreas devastadas, o índice mais baixo atingido pelo município em dez anos de monitoramento realizado pelo Inpe. No entanto, a esperança de abandonar a “lista negra” foi logo apagada. Nos anos seguintes, o desmatamento voltou a crescer em São Félix: 169,1 e 220,4 quilômetros quadrados, em 2012 e 2013 respectivamente (Inpe, 2014b).

Assistência técnica e fiscalização são grandes desafios para um município com as dimensões de São Félix, é o que dizem os representantes do MMA, que desde a assinatura do pacto tem escritório localizado na sede da prefeitura. “Mas a mentalidade da maioria dos produtores também é uma barreira. E isso não se altera com a legislação. Essas pessoas chegaram aqui para desbravar a Amazônia e, se não fizessem isso, eram consideradas improdutivas”, comenta o funcionário do órgão federal. “Aqui o negócio é, realmente, o gado. Todo mundo sonha em ser um pecuarista. O sonho do pequeno é ser grande. E, com isso, fica difícil fazer com que ele enxergue outros métodos produtivos que não dependem do desmatamento”, completa outro representante de uma organização ambientalista.

De fato, pela cidade de São Félix não é raro encontrar quem anuncie esse descontentamento com a política ambiental recente. Elaine, uma dona de

fazendas que veio do Paraná à época da colonização de Tucumã e se estabeleceu em São Félix anos mais tarde é enfática ao dizer que

se tivéssemos ficado no Sul, teria sido melhor. Ninguém veio com a expectativa de ser chacreiro. Viemos pra crescer, porque lá ninguém estava passando fome. Agora, o governo cortou o crescimento. Quem comprou 1.000 alqueires, só pode usar 200! Se isso não é um retrocesso, não sei o que é. As regras do jogo mudaram no meio do jogo.

5.3.1 As muitas faces do urbano

Como já apresentado, de modo geral, os vastos municípios amazônicos reúnem no interior de seus limites territoriais realidades urbanas bastante distintas, que vão desde as sedes municipais, até vilas e projetos de assentamentos. Em São Félix do Xingu, são essas modalidades de ocupação espacial que nos permitem apreender o urbano amazônico contemporâneo, distribuído desde as margens dos rios até as estradas que cortam a região. São Félix tem sete distritos, várias vilas, projetos de assentamento, aldeias indígenas, entre outras combinações de formas e conteúdos diversos, que trazem consigo parte do “urbano extensivo” (Monte-Mór, 1994; 2011) que continua a chegar à região a cada novo momento. Mas qual seria a especificidade do urbano de cada uma dessas localidades? Ou ainda, em que medida e a partir de quais elementos elas se distinguiriam?

Os dados sobre as características urbanísticas do entorno dos domicílios oferecidos pelo IBGE (2010) permitem uma aproximação dessas especificidades em São Félix do Xingu. Trata-se de uma aproximação parcial, é preciso destacar. Isso porque as informações se referem majoritariamente à infraestrutura física e equipamentos urbanos e, conseqüentemente, foram coletadas somente nos setores censitários de situação urbana, já que muitos dos dados fazem pouco

sentido em outros contextos. Sabemos que o urbano vai além de um conjunto de serviços oferecidos pelo Estado, que ele não se limita à infraestrutura e tampouco se restringe às áreas consideradas urbanas pelo poder público municipal e pelo próprio IBGE. Apesar disso, os dados possibilitam estabelecer algumas relações entre regiões internas a São Félix e também entre o município e outras porções do país, que, se não nos levam à compreensão da especificidade do urbano local de forma total, oferecem ao menos um retrato mais amplo da região.

Em São Felix do Xingu, as áreas consideradas urbanas pelo levantamento realizado em 2010 são a sede municipal – que estamos chamando aqui de cidade – e as sedes dos distritos Taboca, Ladeira Vermelha, Lindoeste e Nereu. Tomados os dados de São Félix do Xingu para esse conjunto e colocados em relação às informações para todo o país, o município do Sudeste Paraense aparece com grande desvantagem. Entre as variáveis relacionadas às condições de circulação, apenas a iluminação pública consegue atingir marca superior aos 50%. Para as informações sobre as condições ambientais do entorno dos domicílios, a variação também é alta, com destaque para a pequena presença de bueiros e o alto índice de esgoto correndo a céu aberto em vala ou qualquer outro corpo d'água. Apenas 1,2% dos logradouros em São Félix tinha bueiros à época da pesquisa e mais de 50% apresentavam esgoto em condições inadequadas.

Ao compararmos São Félix com todos os demais municípios brasileiros de mesmo porte – ou seja, com número equivalente de habitantes – e também às demais unidades da Região Norte, podemos notar que o município do Sudeste Paraense é um retrato mais agudo do que acontece nas outras cidades da

Amazônia. Nesse conjunto, a característica que chama mais atenção é a arborização urbana. De modo surpreendente, os logradouros de São Félix e também dos municípios da Região Norte apresentam menor índice de arborização que o restante do Brasil. Isso mostra que, além de uma parcela significativa da floresta ter dado lugar às pastagens, as cidades também sofreram com o desmatamento (Gráficos 7 e 8).

Condições de circulação

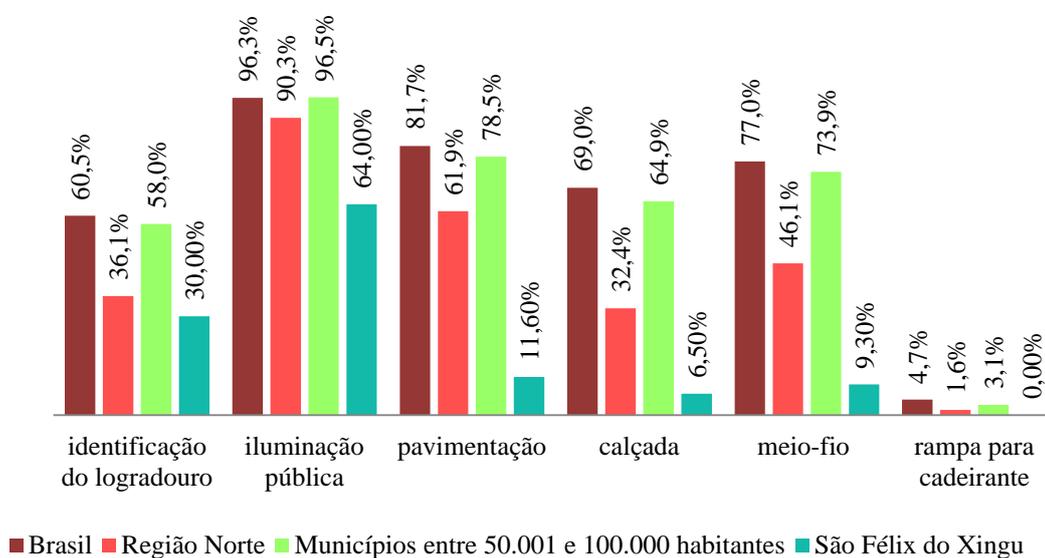


Gráfico 7 - Condições de circulação, entorno dos domicílios

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Condições ambientais

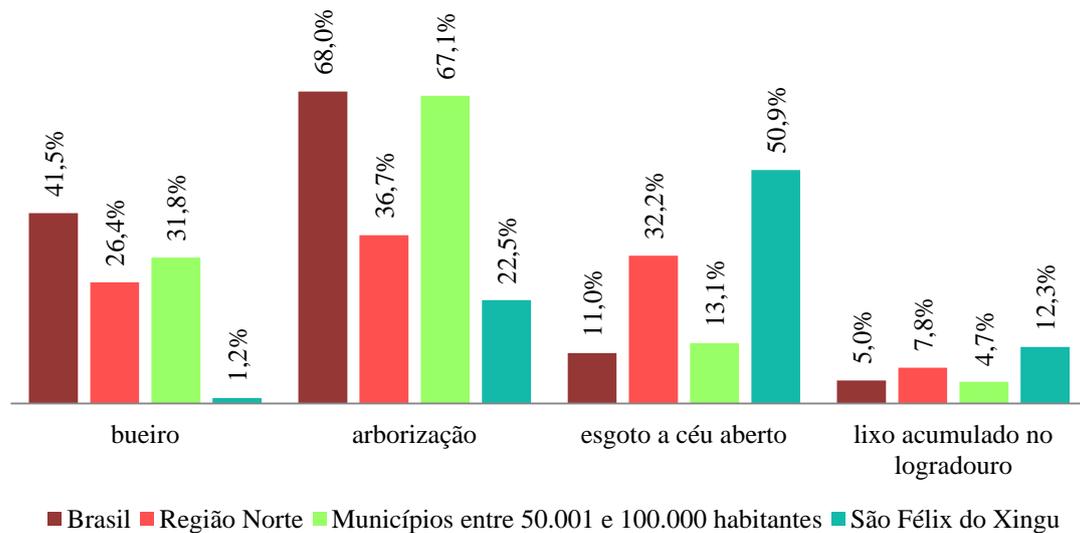


Gráfico 8 - Condições ambientais, entorno dos domicílios

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Quando observada a cidade de São Félix em relação às sedes distritais, notamos mais uma vez que a iluminação pública é a característica que permite uma aproximação maior entre as duas realidades urbanas distintas. Todas as outras variáveis apresentam grande contraste, indicando infraestrutura mais precária nas sedes de distritos. Alguns desses aspectos, é preciso considerar, talvez tenham pouco impacto no cotidiano das pessoas que ali vivem, como a própria identificação do logradouro, característica quase imprescindível às grandes metrópoles, mas de baixa relevância para uma localidade onde todos se conhecem e reconhecem com facilidade o espaço por onde circulam. Entretanto, novamente se destaca o contraste entre as duas modalidades de ocupação espacial dado pela arborização, como vimos anteriormente, registrada bem abaixo da média nacional em toda a região. Até mesmo nas sedes distritais – onde supostamente existiria maior índice de arborização, já que elas estão ainda mais próximas da floresta que a sede municipal – a taxa de logradouros arborizados é significativamente baixa: apenas 7,1% (Tabela 2).

	Sede municipal	Sedes distritais
identificação do logradouro	39,1	4,0
iluminação pública	65,3	63,0
pavimentação	15,2	0,7
calçada	8,6	0,0
meio-fio	12,4	0,0
rampa para cadeirante	0,0	0,0
bueiro	1,5	0,3
arborização	27,6	7,1
esgoto a céu aberto	43,2	100
lixo acumulado no logradouro	16,3	0,2

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 2 – Características urbanísticas, sede municipal e sedes distritais

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Esses dados mostram a existência de um gradiente em relação às características urbanísticas coletadas pelo IBGE, que têm as sedes distritais como ponto de mais baixa concentração de variáveis consideradas desejáveis e alto contingente de índices indesejáveis. É preciso destacar mais uma vez que não foram coletadas as informações das vilas que se localizam fora das áreas classificadas como urbanas no município, o que poderia nos oferecer um quadro ainda mais refinado desse *continuum*.

No entanto, alguns outros dados também fornecidos pelo IBGE permitem observar nessas áreas – discriminadas como rurais pelo poder público municipal¹¹² – a escassez de determinados serviços urbanos, alguns deles com alto impacto ambiental. É o que ocorre com o destino do lixo, por exemplo. Na cidade de São Félix e nas sedes distritais, mais de 90% do lixo doméstico é

¹¹² Ainda que apresentem características distintas das cidades e sedes distritais, consideramos que os conteúdos e as formas que se revelam nessas localidades são manifestações do urbano e questionamos a classificação adotada pelo IBGE. Apesar disso, adotaremos, neste trabalho, a designação “setores rurais”, tal como faz o Instituto, a fim de evitar qualquer confusão em relação aos dados oferecidos pelo órgão federal.

coletado ou depositado em caçambas do serviço de limpeza. Nas outras localidades, ou seja, em todas as demais comunidades fora da zona reconhecida como urbana quase 80% dos resíduos são queimados na propriedade.

Destino do lixo	Setores urbanos	Setores rurais	Total
Coletado diretamente por serviço de limpeza	50,41	4,04	26,94
Colocado em caçamba de serviço de limpeza	41,92	0,73	21,07
Queimado na propriedade	5,81	76,06	41,36
Enterrado na propriedade	0	3,38	1,56
Jogado em terreno baldio ou logradouro	0,8	3,83	2,34
Jogado em rio ou lago	0,13	0,04	0,09
Outro destino	0,5	10,53	5,58
Branco	0,43	1,69	1,06

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 3 – Destino do lixo, setores urbanos e setores rurais

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

Mas se os serviços e a infraestrutura são consideravelmente contrastantes entre essas duas realidades distintas, o urbano que ali se estabelece refletido em alguns bens de consumo duráveis produz um cenário de relativa proximidade entre elas. Telefone celular, telefone fixo, computar com acesso à internet são os bens que levam a um maior distanciamento da cidade de São Félix e das sedes distritais em relação às demais localidades, uma vez que para o uso demandam a existência de serviços oferecidos por terceiros. Contudo, automóveis, motocicletas, e rádios são bens presentes em maior percentual de domicílios localizados nessas áreas que na própria sede dos distritos e na cidade (Gráfico 9). As motocicletas são, em especial, um destaque na paisagem de São Félix, pois facilitam o deslocamento entre a cidade e as vilas, bem como no interior da própria sede municipal, onde não existe transporte público (Figura 110).

Existência de bens de consumo (percentual)

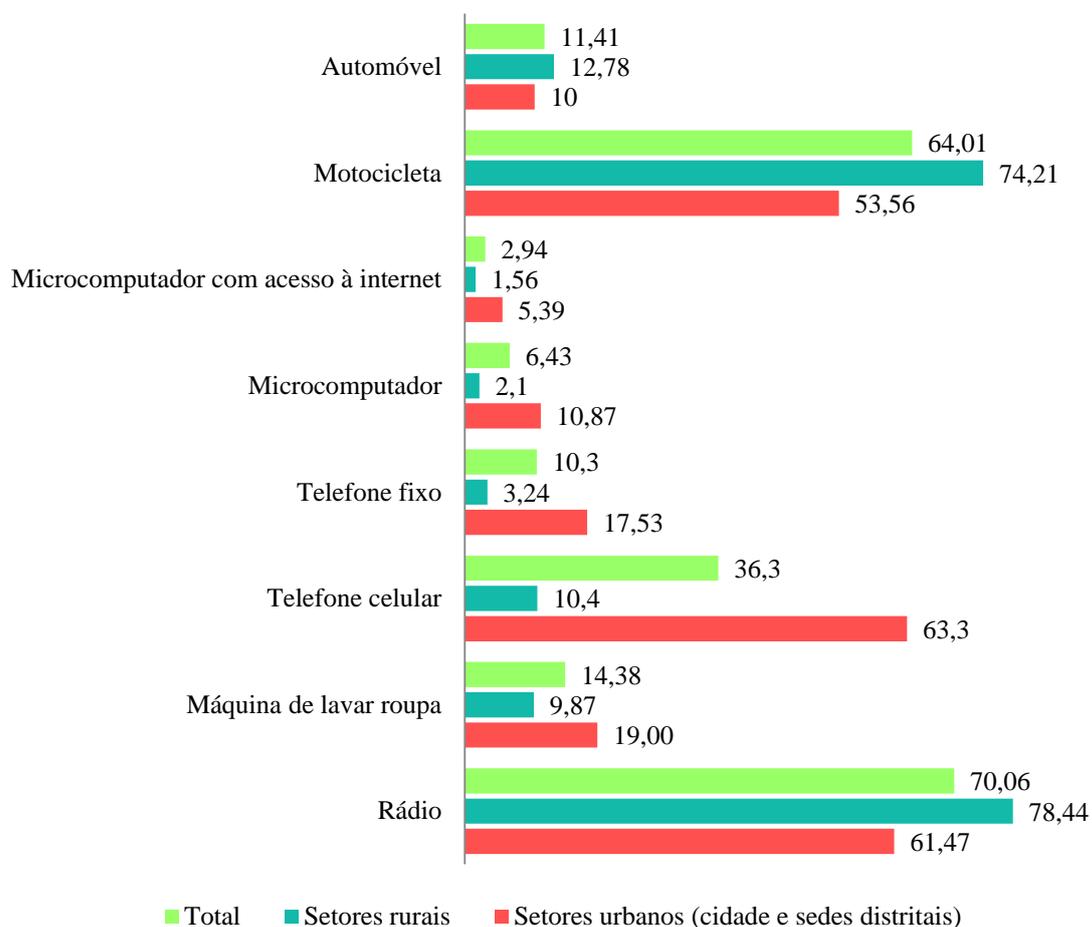


Gráfico 9 - Existência de bens de consumo

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.



Figura 110 - Fim de tarde em São Félix do Xingu, o agitar das motocicletas
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

Outro aspecto notável em São Félix do Xingu, tanto nos setores rurais quanto na cidade e sedes distritais, é o material predominante das edificações. Embora tenha ocorrido uma intensa penetração da alvenaria nas últimas décadas, a madeira – material tradicionalmente utilizado na Amazônia – ainda predomina entre as edificações do município, sendo responsável por quase 50% do total, se somadas as unidades erguidas em madeira aparelhada e reaproveitada.

Material das paredes	Setores urbanos	Setores rurais	Total
Alvenaria com revestimento	39,92	17,13	24,93
Alvenaria sem revestimento	21,23	9,98	15,54
Madeira aparelhada	35,06	46,43	40,81
Madeira aproveitada	7,06	7,56	7,31
Taipa revestida	1,70	1,61	1,66
Taipa não revestida	1,46	11,81	6,70
Palha	0,00	3,38	1,71
Outro material	0,15	0,41	0,28
Branco	0,43	1,79	1,06

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 4 - Material predominante das paredes externas, setores urbanos e setores rurais

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2010.

É provável que o próximo levantamento realizado pelo IBGE apresente um quadro bem diferente da realidade observada em 2010. A maioria das novas edificações de São Félix tem sido feita “de material”, como se referem os habitantes locais à alvenaria de tijolos. Reflexo do desmatamento descontrolado e da proibição da extração de novas árvores, o alto preço da madeira tem inibido a construção de novas unidades com esse material. Como argumenta um jovem de 20 anos que está construindo sua casa em um dos novos loteamentos de São Félix, “ficou difícil pro pobre construir de tábua. Antes era

fácil, mas, agora, o pobre levanta um barraco de tijolo, mas quase não consegue comprar a tábua pra segurar o telhado”.

À escassez e ao preço dos recursos, junta-se ainda um fator cultural importante que tem levado a população local a adotar a alvenaria. “A casa de material é mais bonita porque você pode por cerâmica nas parede todinha, fica como casa de gente rica”, diz Celma, que mora em uma casa de madeira aparelhada, mas está comprando os materiais aos poucos para realizar a reforma. Se velhas casas à margem do Rio Fresco – onde mora principalmente uma população pobre que vive de trabalhos temporários – são a lembrança do passado ribeirinho de São Félix, a alvenaria é a marca dos pioneiros que chegaram à cidade a partir dos anos 1980. “A primeira casa a bater laje nessa rua foi a minha”, garante orgulhosa Carmem, uma senhora que deixou Goiânia em 1995 para acompanhar o marido até São Félix depois que ele comprou fazendas no Pará. “Eles diziam que a minha casa ia cair por causa da laje! E eu não conseguia ninguém pra fazer o serviço. Até que a gente achou um homem que tinha chegado recente de Brasília e tinha trabalhado de pedreiro por lá”, completa.

Mas se os dados estatísticos permitem comparar parcialmente essas realidades e verificar seus contrastes e aproximações, também seria importante tentar compreender o que ocorre no tempo com o urbano em São Félix a partir das informações disponíveis no IBGE. Ou seja, diante da elevação de São Félix do Xingu ao topo das listas do desmatamento e da produção pecuária nacional, quais são as transformações vividas pelo município que podem ser apreendidas com esse conjunto de dados? Acontece, de fato, alguma transformação significativa? Sabemos que essas questões não são facilmente respondidas e que

os dados sobre infraestrutura e outras características dos moradores e domicílios de São Félix não estão diretamente vinculados à produção pecuária. Entretanto, entendemos que observar o intervalo entre os Censos de 2000 e 2010 pode nos oferecer pistas para a compreensão de como o espaço de vida repercute – ou não – a riqueza dada pela produção, já que é exatamente nesse intervalo que São Félix se transforma na “terra do gado”, tão anunciada pela imprensa.

Para algumas características dos domicílios, a melhora na qualidade dos serviços urbanos é consideravelmente insignificante entre 2000 e 2010. A exceção é a energia elétrica, que teve um aumento no percentual de habitações atendidas localizadas fora da cidade e das sedes distritais¹¹³. Quanto ao abastecimento de água, tanto os setores urbanos¹¹⁴ de São Félix quanto as demais localidades permaneceram, no período analisado, com a maioria de seus domicílios utilizando poço ou nascente próprios. O esgotamento sanitário também apresenta situação semelhante. A fossa rudimentar – caracterizada pela ligação direta do sanitário a uma fossa negra ou poço – foi a situação encontrada na maioria dos domicílios do município ainda em 2010. Os dados indicam uma elevação aparente em relação ao período anterior quanto ao uso desse mecanismo de escoamento, mas é preciso destacar que, em 2000, quase 60% dos domicílios não apresentaram resposta para esse item (Tabela 5).

¹¹³ Em 2000, o Censo não discrimina a fonte da energia elétrica, enquanto em 2010 há distinção entre a energia da companhia distribuidora e a originada por outro sistema de geração. Entretanto, se somarmos as duas variáveis, encontramos um aumento de mais de 200% no período para os domicílios localizados fora da cidade e das sedes distritais.

¹¹⁴ No levantamento de 2000, são considerados urbanos apenas nove setores censitários, todos eles localizados na sede do município de São Félix. As sedes de distrito, embora já existissem a esse momento, eram consideradas área rurais.

		Ano	Setores urbanos	Setores rurais	Total
Energ. Elétr.		2000*	90,23	20,65	44,99
	Cia. distribuidora		95,30	21,98	58,19
	Outras fontes	2010	4,07	43,74	24,15
	Total		99,37	65,72	82,34
Abastecimento de água	Rede Geral	2000	13,09	0,22	4,72
		2010	8,44	1,90	5,13
	Poço ou nascente na propriedade	2000	73,18	88,77	88,32
		2010	85,68	83,68	84,59
	Outras	2000	10,03	7,64	8,48
		2010	5,60	12,73	9,22
	Branços	2000	3,69	3,37	3,48
		2010	0,43	1,69	1,06
Esgotamento sanitário	Rede geral	2000	0,00	0,00	0,00
		2010	0,43	0,16	0,29
	Fossa séptica	2000	16,49	2,76	7,75
		2010	36,64	13,82	25,09
	Fossa rudimentar	2000	48,69	16,77	27,93
		2010	55,44	48,74	52,05
	Vala	2000	4,61	2,62	3,32
		2010	2,34	8,03	5,22
	Rio ou lago	2000	0,00	0,12	0,08
		2010	0,00	0,23	0,12
	Outros	2000	4,06	0,00	1,42
		2010	4,63	17,67	11,23
	Branços	2000	26,15	77,74	59,70
		2010	0,53	11,34	6,00

Obs.: Taxas percentuais. * Para o ano 2000, não há discriminação quanto à fonte de energia elétrica.

Tabela 5 - Domicílios com energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Mais uma vez o contraste entre as características dos domicílios que dependem dos serviços oferecidos pelo Estado logo se atenua quando observados itens relacionados à melhoria do padrão de vida que podem ser adquiridos individualmente pelos moradores. A existência de domicílios com bens de

consumo, como geladeira e televisão, aumentou tanto nos setores urbanos quanto nos setores rurais do município, com destaque para estes.

Bens de consumo
(geladeira e televisão - percentual)

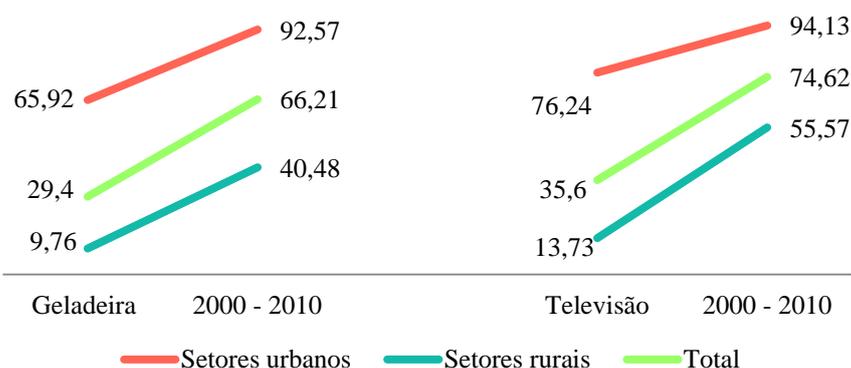


Gráfico 10 - Bens de consumo, geladeira e televisão, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Como vimos, São Félix do Xingu havia sido um município com pouca diferenciação social, mas que começava a confirmar distinções no padrão de vida a partir do início dos anos 1980 (Schmink; Wood, 2012). Observados os dados das décadas recentes oferecidos pelo IBGE a partir da divisão da renda per capita familiar dos moradores de São Félix em quartis¹¹⁵, podemos constatar que, de fato, essa distinção se acentuou em alguns aspectos. O número de banheiros por domicílio é o mais significativo. No levantamento de 2000, 79,27% das residências de São Félix não tinham banheiro, nem mesmo separado da edificação principal existente no lote. Essa era uma realidade mais comum aos domicílios localizados fora da sede municipal (89,7% do total), mas também não era pouco frequente encontrar habitações na cidade nessa situação (59,87%). Já em 2010, pouco mais de 18% dos domicílios de São Félix não

¹¹⁵ A partir do levantamento censitário de 2000, temos os seguintes quartis de renda: 1 (até R\$ 60,00), 2 (entre R\$ 60,01 e R\$ 110, 20), 3 (entre R\$ 110, 21 e 217,33) e 4 (entre R\$217,34 e 48.787,75). Em 2010, temos: 1 (até R\$ 50,00), 2 (entre R\$50,01 e 204,00), 3 (entre R\$204,01 e 421,50) e 4 (R\$421,51 e 38.200,00).

apresentavam pelo menos um banheiro. Todas as camadas haviam apresentado melhora quanto a esse item, mas os habitantes com maior rendimento se destacavam, saindo de 63,79% para apenas 6,83% do total sem banheiro no domicílio (Tabela 6).

Quartis	Banheiros por domicílio							
	2000				2010			
	0	1	2	3	0	1	2	3
1	88,96	9,73	1,31	0	26,18	66,05	7,08	0,52
2	92,81	6,24	0,95	0	29,85	65,06	5,09	0
3	82,36	16,53	0,58	0,53	10,83	79,68	8,65	0,85
4	63,79	24,99	6,85	4,37	6,83	72,68	18,01	2,15

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 6 - Banheiros por domicílio e quartis de renda, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Para algumas características, entretanto, praticamente não houve alteração no período analisado, como ocorre com a forma de abastecimento de água, em que as quatro faixas de renda permanecem em situação similar entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 7). Assim, podemos constatar que o abastecimento de água em São Félix continua a ser feito a partir de micro-sistemas localizados em quatro bairros da sede municipal, que chegam a atender pouco mais de 5% da população. Algumas localidades são abastecidas pela água do rio sem tratamento, mas a maioria das residências utiliza-se de cisternas. As camadas mais ricas têm poços semi-artesianos junto às casas. Os mais pobres, que não possuem nem mesmo cisternas na propriedade, retiram a água para beber e preparar os alimentos dos poços localizados em órgãos públicos, como a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores.

Quartis Abastecimento de água						
	2000			2010		
	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Outros	Rede geral	Poço ou nascente na propriedade	Outros
1	3,43	83,32	13,26	3,57	82,45	13,98
2	5,24	85,46	9,3	5,17	84,79	10,05
3	3,91	90,23	5,86	4,36	88,03	7,6
4	7,19	86,4	6,41	7,63	86,79	5,58

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 7 - Abastecimento de água e quartis de renda, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Novamente, os contrastes ficam menos acentuados em relação à energia elétrica e aos bens de consumo duráveis adquiridos individualmente pela população, mas diretamente dependentes da existência de energia para seu funcionamento. Para os itens comparados – televisão e geladeira –, as quatro camadas de renda apresentaram elevação no período, mas podemos destacar o quartil três, cuja variação é maior que as demais. O mesmo acontece em relação à energia elétrica. Todas as camadas sofreram elevação no período, mas os benefícios também se concentraram um pouco mais nesse perfil de renda (Tabelas 8 e 9).

Quartis	Geladeira		Televisão	
	2000	2010	2000	2010
1	19,41	56,49	27,77	64,38
2	23,12	55,66	31,92	69,78
3	33,07	75,59	35,82	82,35
4	47,15	80,21	52,9	85,33

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 8 - Geladeira e Televisão e quartis de renda, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Quartis	Energia elétrica			
	2000*	2010		
		Da companhia distribuidora	De outras fontes	Total
1	34,07	46,6	26,48	73,08
2	46,24	49,37	28,78	78,15
3	46,28	72,14	16,03	88,17
4	61,08	67,43	26,19	93,62

Obs.: Taxas percentuais.* Para o ano 2000, não á discriminação quanto à fonte de energia elétrica.

Tabela 9 - Energia elétrica e quartis de renda, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Um dado que chama bastante atenção quando se compara as camadas de renda no município ao longo das décadas é a forma de esgotamento. Praticamente todas as edificações de São Félix padecem com a inexistência do sistema de esgotamento sanitário, das mais luxuosas aos casebres de madeira à margem do Rio Fresco. A maioria permanece fazendo uso de fossas negras ou valas, como já apresentamos. No entanto, entre 2000 e 2010 o uso de fossas rudimentares decresceu entre as três primeiras camadas de renda, mas sofreu aumento entre os 25% mais ricos. Esse perfil social foi ainda o único que apresentou redução percentual quanto ao uso de fossas sépticas, enquanto os demais tiveram incremento em relação à adoção desse mecanismo para escoamento das águas servidas (Tabela 10).

Quartis Esgotamento sanitário						
2000						
	Rede	Fossa séptica	Fossa rudim.	Vala	Rio ou lago	Outro
1	0,00	10,03	77,12	6,92	0,85	5,08
2	0,00	6,64	72,25	15,69	0,00	5,43
3	0,00	17,33	72,32	6,48	0,00	3,87
4	0,00	34,91	58,89	5,47	0,00	0,74
2010						
1	0,76	27,10	46,90	5,79	0,17	19,28
2	0,26	19,74	52,00	11,44	0,00	16,56
3	0,00	29,46	58,26	3,70	0,11	8,47
4	0,25	30,15	63,74	1,90	0,22	4,06

Obs.: Taxas percentuais.

Tabela 10 - Esgotamento sanitário e quartis de renda, 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

Por fim, é interessante observar que, se comparadas as variações de renda domiciliar per capita entre os quartis e a distribuição espacial desses rendimentos no interior do município, há um recrudescimento da desigualdade social nos setores rurais de São Felix do Xingu entre os anos de 2000 e 2010. Como apresentado a partir do cálculo do Índice de Gini para o período analisado, a desigualdade da distribuição dos rendimentos torna-se mais acentuada nas localidades identificadas como rurais pelo IBGE, enquanto nos setores urbanos ocorre uma significativa redução da concentração da renda. É possível levantar a hipótese de que essas localidades apresentavam, no ano de 2000, índices de desigualdade semelhantes aos registrados no Censo mais recente e que eles tenham sido ocultados pelo fato de que, àquela época, as sedes distritais faziam parte dos setores rurais do município¹¹⁶. No entanto, isso não encobre a evidência de que, na atualidade, a desigualdade de renda seja mais expressiva exatamente nos setores rurais de São Félix, os mesmos que

¹¹⁶ A sede do Distrito Taboca, com economia reconhecidamente dinamizada pelo garimpo, é um dos pontos que, em 2000, estava entre os setores rurais de São Félix.

concentram as vilas, os projetos de assentamentos e as fazendas que abrigam a tão anunciada produção pecuária.

Índice de Gini

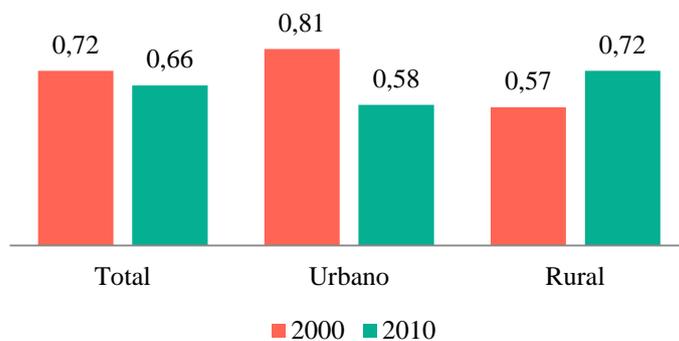


Gráfico 11 - Índice de Gini, São Félix do Xingu

Fonte: Elaborado a partir de IBGE, 2000; 2010.

5.3.2 O avesso da fronteira ou o lugar do possível-impossível?

Somados aos textos da mídia impressa, os dados do IBGE contribuem para compor um retrato de São Félix do Xingu que nos traz o avesso da fronteira. A ausência de características urbanas desejáveis faz do município – com todas as formas e conteúdos que ele contém – o lugar da negação, como já discutimos. Quem percorre as ruas de São Félix, de fato, encontra todos esses atributos considerados negativos e tende, a partir desse estado de precariedade, até mesmo a questionar os motivos que levam aquele território a ser parte do anunciado eldorado. Mas o caminhar por São Félix também pode revelar outras questões que nos permitem ir além do espaço de ausência.

A Avenida Pará – uma extensão física e social do beiradão de São Félix do Xingu – é uma dessas revelações; em especial, seu quarteirão inicial, junto ao Rio Fresco. “Espaço opaco”, como diria Milton Santos (2008), ela não está na

mídia e o que a distingue das demais ruas da cidade não se mede pelos dados quantitativos. Não fosse a designação de “avenida” que recebe, talvez nem mesmo chamássemos assim essa via de terra batida com pouco mais de 12 metros de largura, sem bueiro, identificação, calçada ou meio-fio, como tantas outras naquela cidade. Entretanto, ali, a economia não hegemônica sobrevive e permite a vida dos “homens lentos” de Milton Santos (2008, p. 80), aqueles que, na contramão da celeridade moderna, podem ser “[...] mais velozes na descoberta do mundo”.

Nessa cidade em que o gado e toda cultura que se desenvolve em torno da pecuária nos deixa, às vezes, a ligeira impressão de estarmos entre os moradores de uma localidade qualquer do interior do Centro-Oeste ou do Sudeste brasileiro, a Avenida Pará guarda consigo uma particularidade: o quarteirão inicial, à boca do curso d’água e junto ao Porto do Bambu, tem a maior concentração de pescadores do município, além de peixarias e comerciantes de gelo. Ali, famílias inteiras se organizam em função da pesca, passando cinco ou oito dias nos rios da região, onde têm casebres comunitários construídos de palha nas ilhas e praias para apoio das atividades (Figuras 111 e 112).

“Esse é o jeito de sobreviver mais fácil pra quem não tem outro trabalho aqui na cidade”, explica Lúcia, uma senhora recém-cadastrada na Colônia de Pescadores de São Félix do Xingu. Nascida em Redenção, ela chegou criança ao município, quando a PA-279 ainda não existia. A mãe era pescadora; o pai trabalhava na terra, principalmente. Seus irmãos seguiram a atividade materna e acabaram influenciando Lúcia a ir para o rio também. Antes disso, ela era dona de casa, embora estivesse sempre envolvida com a pesca. “Hoje em dia, a

gente chama de pescador quem tem documento e é filiado à Colônia, mas pescador a gente sempre foi. Até meu pai, que era lavrador, nunca deixou de tá no rio pescando e ajudando a minha mãe”, compara a senhora que, atualmente, faz o mesmo com o marido, que trabalha como pedreiro em São Félix do Xingu. “Quando chega o fim de semana, ele vai pescar comigo. Ele tem que ir nem que seja pra pilotar o barco!”, explica aos risos.

Quando o marido não acompanha Lúcia, são os irmãos pescadores que estão junto dela no rio.

Aí não tem dia pra voltar. Às vezes, a gente sai na segunda e só vem na outra segunda. Vai depender do peixe que você pegar, do gelo que você levar e da precisão que tiver em casa. Se você quiser arrumar um dinheiro ligeiro, você tem de ir sem direção de voltar. Às vezes você vai, Deus lhe ajuda, você joga a rede e põe umas tarrafa e logo enche duas caixa de peixe em dois dias. Aí você vem embora pra poder consumir aquele dinheiro. Outra hora, a pescaria não evolui e você demora mais tempo no rio (Lúcia, nascida em Redenção, em São Félix desde 1977).

Ao retornar da pescaria, 5% da produção são destinados ao consumo da família. O restante é vendido para uma de suas filhas casadas, que é dona de uma peixaria naquele mesmo quarteirão da Avenida Pará. Quando a filha não tem demanda, Lúcia repassa o pescado para a mãe da namorada de seu filho mais novo, proprietária de outra loja que comercializa a produção dos pescadores nas proximidades do Rio Fresco. Assim, Lúcia é um exemplo das relações familiares que tomam conta da economia do peixe naquela avenida e também de um processo de transformação da atividade da pesca – e do próprio pescador – em São Félix do Xingu, que parece ser elucidativo para pensar as potencialidades da Amazônia para além da fronteira de precariedades e da negação de sua história ribeirinha.



Figura 111 - Avenida Pará, localização

Fonte: Elaborado a partir de GoogleEarth, 2015; Pesquisa de campo, 2012-2013.

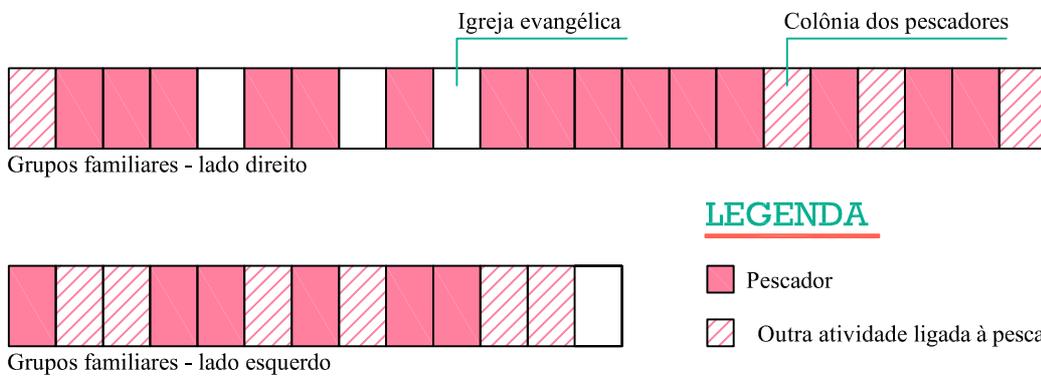


Figura 112 - Relações com a pesca entre grupos familiares da Avenida Pará

Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.



Figura 113 - Porto do Bambu, Rio Fresco
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.



Figura 114 - Avenida Pará
Fonte: Pesquisa de campo 2012, autoria própria.

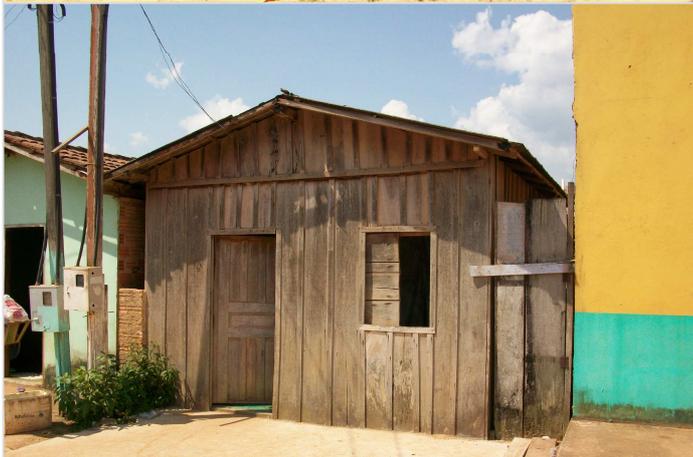


Figura 115 - Avenida Pará, tipos edificados
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

Os pescadores de São Félix guardam consigo traços de uma Amazônia que parece cada vez mais distante daquela região. É relativamente natural que seja assim. Muitos deles são descendentes diretos dos antigos seringueiros e caucheiros que viveram na cidade e herdaram a atividade de seus antepassados. É o caso de Joaquim, um jovem pescador nascido em São Félix do Xingu, cujo avô chegou à região à época da Segunda Guerra para trabalhar na produção do látex. Jerônimo, o avô de Joaquim, veio do Nordeste, como tantos outros machadinhos. Foi seringueiro, coletou castanha e caçou animais silvestres para retirar a pele e vender. Em meio a isso tudo, também foi pescador. Ensinou o ofício aos filhos, que mais tarde trataram de transmitir a atividade aos netos de Jerônimo.

Mas são muitas – e variadas – as histórias dos pescadores de São Félix. Tem a de Jerônimo e de seu neto Joaquim, exemplo de transmissão direta da atividade no rio em mais de uma geração. Tem a de Lúcia, que sempre esteve ligada à pesca, mas só recentemente se descobriu pescadora de fato. Tem ainda a de Mariana e de Cícero, um casal de agricultores do Tocantins, que nunca tinha pescado na vida e chegou a São Félix para trabalhar em um dos assentamentos agrícolas do município. Eles haviam recebido terra do Incra na localidade, no entanto, rapidamente resolveram se mudar para a cidade. “Tinha praga demais pra mexer com a lavoura e ela não deixava colher nada, era trabalho perdido” conta Mariana. Foi, então, que decidiram virar pescadores. Isso já faz 30 anos.

“Virar pescador” tem sido uma ação mais frequente nos últimos anos, não só no sentido de adotar essa atividade como principal meio de sustento – como fizeram Mariana e Cícero –, mas, principalmente, de tornar-se oficialmente integrante de uma categoria profissional. Só em 2013 a Colônia de Pescadores

de São Félix do Xingu recebeu mais de 50 novos filiados, finalizando o ano com 344 membros. É fato que boa parte desses pescadores já estava no rio há anos, ou mesmo há décadas, mas essa institucionalização da pesca tem sua importância. Em São Félix do Xingu, pelo menos, isso é algo que se pode notar. A Colônia local foi criada somente em 2002. Até então, o município era atendido pela unidade de Conceição do Araguaia, mas poucos pescadores estavam filiados à entidade¹¹⁷.

A instalação da Colônia em São Félix contribuiu para que velhos pescadores “se descobrissem”, ao fim, pescadores. Apesar de todas as críticas que podem ser feitas a esse processo de transformação de uma atividade tradicional em uma categoria profissional, é impossível negar que está ocorrendo uma construção social importante nesse caso e que muitas mudanças são decorrentes dessa institucionalização do ofício. Eles estão, por exemplo, cada vez mais conscientes de que a atividade da pesca artesanal não envolve somente o sujeito que sai para o rio à procura dos peixes, mas toda a família do pescador. Essa conscientização parece estar diretamente associada à transformação oficial desses sujeitos em pescadores, ação que passa pela filiação à Colônia local e pelo registro junto ao Ministério. Como diz uma das lideranças dos pescadores em São Félix, “toda a família é pescadora e precisa se reconhecer assim porque só desse jeito vamos deixar de ser muitos só na prática pra gente também ser muitos oficialmente”.

¹¹⁷ Embora sejam entidades organizadas desde o início do século XX, as colônias de pescadores de todo o país passaram a ser órgãos de classe equiparados aos sindicatos em 2008. Não é preciso estar vinculado a uma delas para obter o registro como pescador profissional artesanal no Ministério da Pesca e Aquicultura, mas os órgãos têm tido papel significativo na conscientização da categoria.

O caso de Márcio, um homem de 34 anos que trabalha no rio desde os 14, ilustra essa situação em que o trabalho e a vida cotidiana estão extremamente ligados e que encontra na oficialização da atividade mecanismos para a garantia de seus direitos. Ele conta que sua esposa teve certa dificuldade em conseguir se registrar junto ao órgão federal. Segundo ele, alegaram inicialmente que ela não era pescadora, pois sua frequência no rio era baixa. Após algumas tentativas, entretanto, acabaram concedendo a ela o registro e a carteira. “Nem sempre a mulher acompanha o marido todas as vezes que ele vai pescar; fica em casa, cuidando dos filhos e tecendo rede. Mas, quando chega o pescado, é ela quem vai lavar caixa e abrir o peixe. Essa mulher também é pescadora!”, explica Márcio, lamentando a incompreensão por parte do governo federal do cotidiano dos integrantes dessas famílias, em que mesmo não indo para o rio diariamente, lidam com o pescado e estão envolvidos numa trama de relações da qual a atividade pesqueira faz parte diretamente.

Tudo indica que eles estão não só se organizando como também reinventando a si mesmos como pescadores. Isso parece ficar claro a partir da profissionalização da categoria e também de algumas atividades que passaram a tomar conta do calendário dos que trabalham com a pesca no município, como a Festa do Pescador Artesanal de São Félix do Xingu. Embora ela tenha sido celebrada pela primeira vez somente em 2012, quem ouve falar da festividade logo pensa se tratar de um evento cultivado há gerações, tamanha a articulação que ele envolve e o orgulho de fazer parte daquele grupo que a festa evoca. “A nossa festa, a festa dos pescador, é boa demais! A gente fecha esse quarteirão aqui da Avenida Pará e vem prefeito, vem índio, vem fazendeiro. Vem gente de tudo que é lugar”, avisa um dos organizadores sobre a visibilidade do evento na cidade. Na festa, há shows musicais, concurso para a

eleição da “miss pescadora”, corrida de barcos no Rio Fresco e muito churrasco. “O pessoal fazia até graça. Rapaz, mas pescador tem que comer peixe! Eu digo: nós passa o ano todinho comendo peixe no rio e agora chega o dia da nossa festa e nós vamo comer peixe de novo?”, explica outro senhor encarregado dos preparativos para o evento.

No primeiro ano em que a festa ocorreu, ela não pode ser realizada no dia escolhido pelos pescadores, pois coincidiu com as atividades da exposição agropecuária da cidade, festividade com data móvel realizada no mês de julho. Os pescadores consideraram que os fornecedores da cidade não conseguiriam atender aos dois eventos, já que a feira agropecuária de São Félix – com leilões, competições e shows de artistas sertanejos – reúne grande público e faz parte de um circuito de festas que acontecem em praticamente todos os municípios do Sudeste Paraense em torno da cultura do gado. Assim, eles preferiram promover a celebração na Avenida Pará alguns dias após o encerramento da feira agropecuária. Em 2013, contudo, não houve superposição das datas e, em 29 de julho, os pescadores puderam dar abertura aos festejos com um culto evangélico realizado pelo pastor local da Assembleia de Deus Ministério Madureira em um dos barcos ancorados às margens do Rio Fresco. Segundo uma das mulheres envolvidas na organização do evento, a data foi selecionada por ser “o dia do santo do pescador”, mas curiosamente ela não sabia dizer seu nome, nem mesmo a amiga a quem recorreu para tentar explicar:

_ Qual é o nome, dona Iracema, do santo do pescador? É que eu sou meio evangélica...

_ Santo do pescador? Eu não sei nem direito. A gente sabe que tem um santo, mas não sabe o nome dele não.

_ É... quando a gente foi escolher a data, falaram pra gente que tinha o santo dos pescador e marcamos a festa pra esse dia. Mas,

como a maioria aqui é mais evangélico mesmo, a gente acaba que comemora só como o dia do pescador!¹¹⁸

Mas se as festividades são uma nova invenção – e surgem permeadas pelo sincretismo próprio à fronteira – a forma de lidar com a propriedade da terra evidencia parte da herança beiradeira entre os atuais pescadores, contrastando fortemente com os fazendeiros das décadas recentes. Josafá – um homem de 30 anos, filho de pescadores, mas que até o final da adolescência trabalhou como repositor de supermercado na cidade – nos ajuda a explicar isso um pouco melhor. Assim como outros pescadores, ele tem “um pedaço de ilha em São Félix, pra colher e arranchar enquanto está fora de casa”. Trata-se de uma autorização de uso emitida pela Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Pará para uma área com raio de 500 metros na Ilha do Tabão, onde ele pode desenvolver atividades agroextrativistas sem prejuízo para o meio-ambiente, conforme explica o documento que Josafá exhibe com orgulho. Nesse trecho, ele cultiva banana e mandioca para fazer farinha; tem também uma casa de palha que serve de apoio durante as pescarias. “Esse barraquinho parece uma xoxinha de índio”, diz Silmara, esposa de Josafá aos risos! “Mas, no barraquinho, o que não falta é gente. Tem vez que eles arma rede que não dá nem pra passar. Quem chegar, pode arranchar que não tem problema”, completa.

O modo como organizam o calendário de suas atividades também os aproxima dos antigos beiradeiros da cidade. Durante o período em que a pesca fica vetada – o defeso – eles vivem do benefício concedido pelo governo federal. Alguns trabalham de modo informal na cidade para aumentar a renda, outros

¹¹⁸ No calendário da Igreja Católica, dia 29 de julho é a data reservada à celebração de São Pedro, o apóstolo pescador, que também deu origem ao Dia Nacional do Pescador, instituído em 2009.

se aventuram na pesca de arraias ornamentais, vendidas a atravessadores. “Ninguém sabe pra onde vai esse bicho, porque o pescador passa pro atravessador, o atravessador passa pra outro e assim vai seguindo pra esse mundão afora”, conta um pescador aposentado, logo após passar um homem vindo do rio e carregando um balde plástico com duas arraias que acabara de pegar. “O que a gente sabe é que dá um dinheiro bom. Tem gente aí que vira a noite pra pegar uma. É até melhor que o peixe, porque você nem gasta com o gelo, mas o ruim é que passa a noite todinha acordado no rio”, completa uma senhora que se aproxima querendo ver as arraias vindas do Fresco. “Não dá pra dormir porque tem de olhar de hora em hora se você pegou ou não o bicho. Se passar muito tempo com o espinhel, ela morre”, acrescenta o dono das duas arraias que seriam vendidas a um atravessador. Ele esperava receber R\$ 300 por cada uma, mas conta que “dependendo da qualidade” o preço pago aos pescadores varia entre R\$ 100 e R\$ 600.

Mas em que sentido esses sujeitos nos permitem ir além da Amazônia que se pretende hegemônica? Os próprios pescadores oferecem pistas para isso, quando indicam o caminho que poderiam tomar, caso tivessem acesso facilitado aos financiamentos oferecidos pelo governo federal, como a modalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que atende aos pescadores artesanais, o Pronaf Pesca. Com os recursos, eles poderiam se equipar melhor antes de partir para o rio, aumentar a “tralha de pesca” usada no trabalho e, conseqüentemente, ampliar a produção. Além disso, também acreditam que novos barcos e motores poderiam lhes ajudar a atender aos turistas que chegam à região e lhes procuram para dar apoio durante o período que passam na cidade. No entanto, há muita dificuldade de acessar os recursos, principalmente, pela pouca habilidade da maioria dos

pescadores – inclusive das lideranças – em lidar com as exigências próprias aos órgãos financiadores.

Além das dificuldades de ter acesso aos benefícios federais, os pescadores lamentam ainda a falta de assistência por parte do poder público local e das organizações que chegaram a São Félix em meados dos anos 2000 na tentativa de juntar forças para o combate ao desmatamento. E para isso têm uma explicação bastante arguta: “eles vieram por causa das queimadas, então, todo mundo que não põe fogo na mata ficou de fora dos planos que trouxeram”, argumenta uma jovem pescadora. “Parece que não visualizaram o potencial pesqueiro de São Félix do Xingu para a sustentabilidade do próprio município. Também não entenderam o potencial turístico que a cidade tem vinculado ao pescador”, diz uma das lideranças dos pescadores em São Félix.

De fato, o esforço para conter a devastação da floresta em São Félix acabou por negligenciar aqueles que menos contribuíram para que o município passasse a figurar entre os principais destruidores da Amazônia e, de certa forma, privilegiou os sujeitos que estavam diretamente envolvidos no processo. Uma das organizações que trabalha para a queda do desflorestamento, por exemplo, assumidamente procurou agir junto aos grandes proprietários de terras no município, pois acreditava que, ao promover programas para o cadastramento de seus terrenos e incentivar práticas menos agressivas de uso dos recursos naturais entre esses sujeitos, atingiria mais rapidamente uma porção maior do território.

Representados pela Colônia, os pescadores chegaram a ser convidados para participar da elaboração do *Pacto municipal para o fim do desmatamento ilegal no*

município de São Félix do Xingu, assim como outras lideranças do município. Eles foram interessados em desenvolver um acordo de pesca para os rios da região, a fim de estabelecer diretrizes para a regulação do uso das águas em São Félix, pondo fim a certos conflitos vividos pelos pescadores no dia a dia. Acreditavam que a participação no pacto poderia ser um começo para essa discussão. Assinaram o documento, mas tiveram participação limitada, deixando logo de frequentar as reuniões que levaram à consolidação da proposta. Como diz outra liderança dos pescadores de São Félix,

a gente percebeu que a conversa ali era só pra quem tinha terra, seja quem tem muita ou quem tem pouca. Pescador, a maioria, não tem terra. A gente arrancha na beirada de rio pra pescar e ainda é expulso pelos fazendeiro que não gosta de ver o pescador na sua terra. Tem propriedade aí com 50 quilômetro de beirada de rio e o cara não quer nem ver cheiro de pescador naquela área.

Ao chamarmos a atenção para esse pequeno trecho da Avenida Pará e para a realidade que ele desperta, não estamos propondo aqui a defesa de uma Amazônia “original” e “autêntica”, o retorno ao passado mítico e petrificado que só encontramos na literatura sobre a região. Tampouco estamos querendo afirmar que os pescadores de São Félix sejam a fiel imagem de uma Amazônia que se desfaz diante do avanço do capital e que, por isso, precisariam ser “preservados”. Não há qualquer intenção em coloca-los como parte de uma “cultura amazônica original”, que se desmorona frente à chegada de outras “culturas originalmente não-amazônicas”, pois, como nos mostra Viveiros de Castro (2008a, p. 148), não existem culturas autênticas ou inautênticas, já que “[...] autêntico não é uma coisa que os humanos sejam”.

Procuramos, ao contrário, nos afastar a todo o momento da ideia de transformar os pescadores de São Félix nos tais “sujeitos biologizados” descritos por

Almeida (2008), figuras caricatas de uma Amazônia que nunca existiu de fato. Eles são sujeitos de suas histórias sem prendê-las ao rio, à mata ou a qualquer outro aspecto que limite a escrita de suas trajetórias. Longe de serem personagens romantizadas na defesa de suas “atividades tradicionais”, eles se permitem, inclusive, prospectar outros caminhos para si e para seus filhos, que não passam necessariamente pela pesca. “Eu boto é quente pra meus filho estudar, porque pescador é sofredor e eu não quero essa vida pra eles não”, diz uma pescadora da Avenida Pará. “A gente vai tá sempre no rio, não tem jeito, mas se eles puderem ter outra profissão, vai ser melhor. Aí a pescaria fica só pra diversão!”, completa o pai das crianças.

Assim, dizer que o pescador é o que ficou de uma Amazônia que parece cada vez mais distante da cidade de São Félix do Xingu não implica elaborar a imagem de uma comunidade coesa e organizada a partir de um ideário único e que não se permite às contradições internas, pois esse quadro seria tão fantasioso quanto os retratos elaborados pelos primeiros viajantes que a Amazônia recebeu. Entretanto, é impossível não reconhecer que, ao manter uma atividade negligenciada pelo grande capital e caminhar na contramão da economia hegemônica – e da cotidianidade dominante que chega a São Félix –, este grupo e os antigos habitantes do município – os seringueiros, caucheiros e todos os demais sujeitos que povoaram a cidade nos seus anos iniciais – constituem um único perfil social, apesar da distância temporal entre eles. Os beiradeiros de ontem e os de hoje, ao fim, são reflexos de uma realidade muito parecida.



Figura 116 - Porto do Bambu, o encontro do rio com a rua
Fonte: Pesquisa de campo 2013, autoria própria.

6

Considerações finais

Percorremos até aqui um caminho tortuoso e cheio de desvios, cujo desenho – embora tenha oferecido mais hipóteses a serem investigadas no futuro que respostas precisas para o presente – foi extremamente importante para a tentativa de aproximação do urbano na Amazônia contemporânea que procuramos empreender. Ao buscarmos descobrir a cidade amazônica – tomando São Félix do Xingu como microcosmo para apreensão de uma realidade maior –, descobrimos, entre caboclos, cristãos, beiradeiros e cidadãos, as (in)constâncias dessa urbe selvagem. Aliás, se nos demandassem uma síntese do trabalho que aqui encerramos, essa sentença – que dá título à tese – certamente poderia nos trazer as características fundamentais das muitas escalas e esferas que tentamos percorrer. A disputa pela terra a ser conquistada, o território fértil para as manifestação das alteridades, a incompletude dos processos: tudo isso está entre as constâncias que nos levam a perceber a Amazônia como promessa de um futuro próspero e alcançável àquele que se dispuser a enfrentar sua inconstante e selvagem realidade. Esse conjunto é ainda o que nos permite aventar a necessidade de construção de uma nova Amazônia, que, sem destruir as velhas formas, ultrapassa a constante reativação do estado de fronteira num território que abraça com avidez o que vem de fora.

Esse entendimento é o que nos permite um primeiro ajuste nos fios da trama que procuramos tecer. A partir de uma discussão que vai da Economia Política à Antropologia, vimos a possibilidade de um urbano que supera as dicotomias e põe em reunião elementos que o capital insiste em separar. Para a fronteira, a dicotomia mais aguda estava posta sobre a relação entre o par reprodução-produção, por sinal, a primeira grande inquietação que a Amazônia nos colocava: como e por que tamanha pujança produtiva convivia com tanta

precariedade na esfera da reprodução coletiva? Entre as vilas, as aldeias, a cidade e o mundo agrário que a envolve, São Félix do Xingu nos mostrou – através de suas representações na imprensa, das falas de seus sujeitos e dos dados estatísticos sobre o município – a manifestação socioespacial da extensão do capital sobre o território amazônico. Era (e ainda é) a fronteira por excelência, com suas formas inacabadas e sua instabilidade própria. Mas também era (e, esperamos, não deveria deixar de ser) o lugar das insurgências, da descoberta do novo, o encontro entre os termos aparentemente dicotômicos.

Ao levantarmos essa discussão e por em evidência o que parecia ignorado pelo produtivismo, ou seja, ao propormos o urbano como espaço da reprodução coletiva, necessariamente retomamos Manuel Castells (1983). A partir dele, esboçamos uma rápida discussão sobre o consumo (do espaço e de todos os outros tipos), que posteriormente tentamos dar vida ao apresentar, por exemplo, o mundo urbano que invadia as aldeias Kayapó nos anos 1980 e as distinções entre a cidade e todas as demais realidades espaciais presentes no município de São Félix hoje. Ousamos, nesse percurso, uma aproximação com Henri Lefebvre (2008b; 2008c), acreditando que, se não é a lógica da produção o que informa a realidade contemporânea e as transformações que ela precisa construir (mas sim o cotidiano e a reprodução que nele se desenvolve), a emergência de uma *outra* Amazônia (para além da fronteira) depende de algumas inversões, a começar pelo lugar dado à reprodução *na/da* vida. Assim, a empreitada por um urbano que ultrapassa a dicotomia entre a reprodução e a produção é o que une, de certo modo, Castells ao possível-impossível lefebriano e esse parece ser um entendimento necessário à fronteira, lugar privilegiado para o encontro das múltiplas racionalidades capazes de informar outras lógicas que superam o produtivismo que nos assola.

É preciso destacar que, entre tantas dívidas que este trabalho carrega, o título – e a síntese que ele pretende fazer – é devedor da leitura de Viveiros de Castro (2002), em particular, do texto *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, no qual o antropólogo brasileiro retoma os escritos e as desventuras dos primeiros missionários católicos no Novo Mundo. Viveiros de Castro parte de uma comparação feita por padre Antonio Vieira no *Sermão do Espírito Santo*, em que o religioso confronta as nações encontradas pelos catequistas durante suas expedições com dois tipos de estátuas. Segundo o jesuíta, alguns povos eram como peças feitas de mármore; a dureza do material punha dificuldade para a lapidação, mas uma vez alcançada a forma, elas mantinham-se constantes na fé. Outras nações eram como as estátuas de murta, cujos galhos facilmente se dobravam diante de um habilidoso jardineiro interessado em trabalhar a rude vegetação. Entretanto, as novas formas se desfaziam com a mesma facilidade que se deixavam moldar; eram inconstantes e logo tomavam a bruteza original. Assim eram os ameríndios que Antonio Vieira tentava catequizar no Brasil dos anos 1600.

Viveiros de Castro (2002, p. 263) discute, em especial, o canibalismo praticado àquele tempo pelos Tupinambá da costa brasileira, “[...] gente admiravelmente constante na sua inconstância”. A alma selvagem era uma marca daquele povo, mas essa era uma característica que também poderia ser estendida aos demais ameríndios, de acordo com os dados etnográficos do próprio autor e de outros antropólogos por ele apresentados. Esse traço havia se cristalizado, inclusive, na historiografia e no imaginário sobre os nativos ao longo dos séculos. Mas, para além da selvageria como mácula incurável, Viveiros de Castro nos fala de uma alma ameríndia que se aproxima do pensamento selvagem descrito por Lévi-

Strauss (1989, p. 245), aquele que se distingue do pensamento domesticado ou cultivado e que “[...] pretende ser simultaneamente analítico e sintético, ir até seu termo extremo em uma e em outra direção, permanecendo capaz de exercer uma mediação entre esses dois polos”. Nesse sentido, não se trata da selvageria como sinônimo de uma irracionalidade supostamente primitiva – tal como ela aparece no linguajar vulgar –, mas do selvagem como o detentor de outra racionalidade.

Ora, tudo isso pode ser transportado para pensar a cidade, o urbano e o espaço amazônico de forma mais ampla. A história da região nos mostra como essa porção do Brasil sempre foi colocada a partir do que estava externo a ela, como fronteira de possibilidades para a expansão do capital. Foi assim à época dos seringais, quando a elite que organizava a economia da borracha sequer chegava a muitas das localidades que eram exploradas; ocorre o mesmo ainda hoje com a proliferação do gado nas terras xinguanas, cujas forças que controlam o excedente nem sempre estão presentes na cidade amazônica que serve de base para a produção. É fato que sob esse mesmo rótulo se reúne um grande número de formas e conteúdos que, organizadas, podem revelar um gradiente do urbano e da própria fronteira. Mas, ao fim, são todas expressões do avanço do capital em maior ou menor intensidade, onde a reserva é para hoje ou para um futuro mais ou menos próximo, no qual os galhos da murta são constantemente retorcidos pela racionalidade moderna que se pretende fazer hegemônica.

Iniciamos este trabalho à procura da cidade na Amazônia e o encerramos acreditando que seu lugar em relação ao espaço global é o que permite encontrá-la. Assumimos isso a partir da própria cidade, sem abandonar sua

escala. Mas acabamos por ensaiar uma trajetória multiescalar, marcada por idas e vindas entre as ruas de São Félix do Xingu – a cidade que se tornou a metonímia da fronteira para esta experiência – e o urbano que fora dela se encontrava. Tal percurso só foi possível a partir de um outro movimento entre a distância própria à lógica dos meios de comunicação e a proximidade do cotidiano experimentado pelos sujeitos na fronteira. Isso se deu porque sabíamos que, se na imprensa analisada havia a tendência a dominar a distância em relação ao urbano como espaço de reprodução coletiva, seria importante tentar apreendê-lo a partir da proximidade do cotidiano de seus moradores e das possibilidades que ele guardava. Quais eram as vivências desses sujeitos e como seus discursos construía – em oposição ou não à mídia observada – as representações da cidade, bem como do urbano que a envolve?

Certamente não conseguimos alcançar por completo tudo o que pretendíamos, dada a experiência multiescalar que acabamos por colocar em prática. Diante de tantas questões em aberto, só podemos considerar que este trabalho é o resultado provisório e inacabado da construção de uma agenda de pesquisa que se inicia. Não nos redimimos das lacunas deixadas por ele, mas acreditamos que elas possam ensejar novas tentativas de apreensão do urbano na Amazônia, a partir de suas múltiplas realidades. E, por isso, procuramos alinhar com pontos largos – como o próprio termo “alinhar” sugere –, a narrativa que apresentamos. Propositalmente largos, esses pontos podem ser desfeitos no futuro ou costurados em pontos miúdos, conforme a demanda de novas investidas teóricas e empíricas, as nossas e a de quem mais se dispuser a enveredar por esse universo.

Apesar da longa trajetória necessária a essa futura costura em pontos miúdos, uma das questões que a caminhada até aqui já nos deixou clara é que é impossível entender a cidade na Amazônia sem procurar apreender o que a envolve. E o que a envolve está no urbano que se manifesta nas Terras Indígenas, nas vilas, povoados e tantas outras realidades que formam a urbe selvagem. Esse espaço global está anunciado pelas manifestações da “urbanização extensiva” (Monte-Mór, 1994; 2004; 2011) da região, mas também aparece no mundo distante que induz esses processos e, ao reafirmar o espaço amazônico como fronteira do capital a cada nova rodada de sua expansão, a coloca sob o jugo do produtivismo e torna penosa a concretização do urbano como espaço do possível-impossível, do encontro entre diferentes em relação.

Quando nos referimos à dificuldade encontrada pelo espaço da reprodução em se concretizar, não estamos falando apenas dos modelos exógenos que, ao chegar à região, não encontram terrenos suficientemente maleáveis para se assentar. Falamos também de um urbanismo nativo, que mereceria ser melhor investigado, mas que, diante das tesouras do jardineiro insistentes na lapidação da estátua de murta, tende a se ocultar. Sua tendência ao silenciamento é, inclusive, corroborada por nossas análises viciadas pelo olhar colonizador de um país que transporta para seu próprio interior o que recebe de fora. Grande parte da nossa miopia em relação à Amazônia é originada por nossa constante incapacidade de ultrapassar as precariedades que o urbano amazônico pode apresentar em comparação com outras porções do Brasil. Nesse cenário de ausências, não conseguimos muitas vezes perceber que mais importante que a inexistência de um urbano prototípico é a presença de outras urbanidades selvagens e inconstantes como a própria natureza daquele espaço exige ser. E talvez seja mesmo necessário encarar que as nossas métricas não estejam

equivocadas somente para observar a fronteira na Amazônia, mas também para nos observar na posição de fronteira diante do mundo. Ao “colonizar” a Amazônia, estamos colonizando a nós mesmos. Mas parece que ainda não nos demos conta disso e insistimos em criar o outro a partir do nosso próprio reflexo no espelho. Parafraçando o movimento em favor das questões indígenas *Índio é nós*¹¹⁹, para este trabalho, Amazônia é nós, assim como é o caboclo, o ribeirinho, o pescador e tudo mais que insistimos em transformar em sujeito distante ou objeto de intenções externas.

Reconhecendo isso, não chegamos à prescrição de um receituário para a cidade na Amazônia, até mesmo porque esse não era o objetivo deste trabalho. De determinações, a fronteira já está cheia! Sob o marco modernista, soluções prontas em profusão já foram oferecidas a ela, nas quais a produção do espaço foi marcada pela destruição do que o precede e pela construção de novas formas e conteúdos espaciais que desconsideram o urbano como lócus privilegiado da reprodução coletiva. Na contramão desse movimento, o que esperamos é que, a partir do reconhecimento da fronteira como espaço do possível-impossível (Lefebvre, 2008b; 2008c), outras formas e conteúdos sejam prospectadas. Talvez tenha chegado o momento de pensar que sua integração ao espaço global pode ocorrer por uma via diferente da tradicional condição de rebaixamento do espaço da fronteira (e de suas sociedades) na divisão social hierárquica do trabalho. Ou, de forma mais revolucionária, talvez seja mesmo o tempo de recusar sua inserção em um projeto universalizante, que na promessa de nos levar ao eldorado, elimina as singularidades e deixa como rastro a barbárie que pretende civilizar. Ao invés de ser reinventada a cada rodada de

¹¹⁹ O movimento *Índio é nós* surgiu em 2014 com o objetivo de fazer frente aos ataques às Terras Indígenas brasileiras promovidos, principalmente, pela retomada de grandes projetos na Amazônia, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte (*Índio é nós*, 2014).

expansão do capital, porque não pensar que ela mesma, a fronteira, pode nos ajudar a reinventar o mundo diante do capitalismo?

Sobre esse aspecto, apenas um último ponto para a nossa discussão sobre o urbano na Amazônia contemporânea que ainda merece ser destacado da análise de Viveiros de Castro (2002) sobre as representações dos ameríndios nos discursos dos catequizadores dos primeiros séculos de conquista no Brasil. Entre os “maus costumes” que impediam que as almas selvagens se moldassem estava um de grande importância e que acabava por organizar os outros todos. O lugar central ocupado pelo cauim – bebida fermentada de milho ou mandioca – nas culturas ameríndias era, para os missionários, o que deflagrava a derrocada da ordem. Seu consumo ritual era o estopim para o desregramento. Nas cauinagens – as festas regadas a cauim –, os índios logo punham de lado a forma exógena que as mãos do jardineiro procuravam dar àqueles inconstantes e, portanto, selvagens ramos de murta.

Pela leitura do autor, é possível conjecturar que eles não agiam assim por resistência, já que, de início, os missionários não enfrentavam grandes dificuldades em lhes expor a doutrina; os ameríndios a recebiam com uma facilidade até maior que outras sociedades também alvo do processo civilizatório. Entretanto, o cauim e o êxtase que ele provocava eram a expressão máxima daquele corpo social, que sempre havia se constituído em relação a outros corpos e, encharcados pela bebida ritual, mostravam-se aptos a receber o que vinha de fora sem fazer disso um estatuto que obliterasse suas constantes inconstâncias. Não por acaso, Viveiros de Castro (2002, p. 250) afirma que “o cauim era o elixir da inconstância”. Mais uma vez, tudo isso se mostra muito pertinente para a compreensão da amazônica urbe selvagem, que, mesmo sem

resistir ao espaço global que a transforma em fronteira do mundo, não se curva à sua hegemonia; que, embora permaneça terreno fértil à doutrina do capital e aos modelos que procuram fazer da selva um jardim de topiarias, não se deixa dominar por completo e, como as estátuas de murta descritas por padre Antonio Vieira e comentadas por Viveiros de Castro, soltam ramos que nos autorizam perscrutar o novo. Nossa tarefa parece não ser outra senão perseguir o elixir dessa inconstância.

REFERÊNCIAS

ACSERD, Henri (org.). (Org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ADAFAX. Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu. *Adequação ambiental e políticas públicas para a agricultura familiar no Alto Xingu*. São Félix do Xingu: [s. n.], 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 83, p. 103-127, mar. 2009.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha Koiffmann. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M. (Orgs.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE, 2009. p. 39-86.

BECKER, Bertha Koiffmann. *A urbe amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BECKER, Bertha Koiffmann. Fronteira e urbanização repensadas. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 47, n.3/4, p. 357-371, jul./ dez. 1985.

BECKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 1988. p. 60-89.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Edusp, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.156-183.

BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 abr. 1971.

BRASIL. Decreto nº 316, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Kayapó, no Estado do Pará. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 out. 1991.

BRASIL. Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010. Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 22 out. 2010.

BRASIL. Decreto n. 51.029, de 25 de julho de 1961. Cria a Reserva Florestal Gorotire e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jul. 1961.

BRASIL. Decreto nº 91.244, de 9 de maio de 1985. Declara de ocupação dos silvícolas, área de terras que menciona no Estado do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 maio 1985.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos de projeto de mineração na Amazônia brasileira In: *Mineração e reestruturação espacial na Amazônia*. COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. M. (Org.) Belém: NAEA, 2007. p. 105-137.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica*. Brasília, 29 de agosto de 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. Ocupação de Margem de Rio na Metrópole Amazônica: origem local e tendências globais. In: II SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO, 2012, Natal. *Anais...* Natal: PPGAU/PPEUR/UFRN, 2012. v. 1. p. 1-18.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Edna Ramos de.; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. *Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio*. Paper do NAEA, n. 180. Belém: NAEA/UFP, 2004.

AMARAL, Silvana. *et al.* Redes e conectividades na estruturação da frente de ocupação do Xingu-Iriri/ Pará. In: *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 655-675, set./dez. 2006.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Operação Ouro-Gorotire financia assistência e consumo em estilo caiapó. In: CEDI. *Aconteceu: povos e indígenas no Brasil/ 1987/ 88/ 89/ 90*. São Paulo: CEDI, 1991. p.310-311.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Os Kayapó e os garimpos de ouro. In: CEDI. *Aconteceu: povos e indígenas no Brasil/83*. São Bernardo do Campo: Gráfica e Editora FCA, 1984. p.115-119.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos indígenas no Brasil: sudeste do Pará (Tocantins)*. São Paulo: CEDI, 1985.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos indígenas no Brasil: 85-86*. São Paulo: Gráfica Editora Guteplan, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CIPASA. Cipasa Urbanismo. 2014. Apresenta informações sobre a empresa de urbanismo Cipasa. Disponível em: <<http://www.ciapsa.com>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CORAGGIO, José Luis. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Fronesis, 1998.

CORAGGIO, José Luis. ¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? In: *Proposta*, n. 98, p. 12-19, set./nov. 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: CORRÊA, R. L.. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: *Cidades*, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: NAEA, 2012b.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. P. 7-25.

CUNHA, Alexandre Mendes; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A tríade urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais. In: IX SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA – CEDEPLAR/UFMG, 2000, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, 2000, v. 1, p. 305-326.

DEMARCHI, André Luis Campanha. *Kukràdjà Nhipêjx/Fazendo Cultura: beleza, ritual e políticas da visualidade entre os Mebêngôkre-Kayapó*. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M.. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981. p. 398-455.

EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA; NAEA, 1999.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Funai e Ibama desativam garimpos ilegais no interior da Terra Indígena Kayapó*. Brasília, 06 out. 2014a. Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3075-funai-e-ibama-desativam-garimpos-ilegais-no-interior-da-terra-indigena-kayapo>>.

Acesso em: 15 dez. 2014.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Terras indígenas: situação fundiária*. Mapa. Brasília: Funai, 2004b.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Garimpo que contaminava índios com mercúrio no Pará foi fechado em operação conjunta da Funai, PF e Ibama*. Brasília, 10 nov. 2010. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2_semestre_2010/novembro/un2010_07.html>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. *Operação conjunta da Funai e IBAMA desativa serrarias e garimpos no Pará*. Brasília, 21 jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1734-operacao-conjunta-da-funai-e-ibama-desativa-serrarias-e-garimpos-no-para>>.

Acesso em: 15 dez. 2014.

FRIEDMANN, John. *Life space and economic space: essays in third world planning*. New Jersey: Transaction Publishers, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 85-107.

GOOGLEEARTH. 2015. Apresenta informações geográficas e imagens de satélite. Acesso em: 15 jan. 2015.

GORDON, César. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. Editora UNESP; ISA: São Paulo; Rio de Janeiro, 2006.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

GRANDIN, Greg. *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HECKHENBERGER, Michael J.. Forma do espaço, língua do corpo e história xinguana. In: FRANCHETTO, B. (Org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2011. p. 235-279.

HECKHENBERGER, Michael J. *et al.* Pre-columbian urbanism, anthropogenic landscape, and the future of Amazon. In: *Science*, Nova York, v. 321, p.1.214-1.217, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Apresenta informações demográficas e territoriais sobre o Brasil. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos agropecuários 1970-2006*. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da pecuária municipal, 1970-2013*. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; CNG. Conselho Nacional de Geografia. *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ CIDADES. 2014. Apresenta informações demográficas e territoriais sobre as cidades brasileiras. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatística municipal*, Parauapebas, 2013.

INGOLD, Tim. Humanidade/Animalidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, p. 39-54, 1994.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling & skill*. Londres; Nova Iork: Routledge, 2000.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2014. Apresenta informações sobre o Incra, autarquia federal. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Glebas de jurisdição estadual: estado do Pará*. Mapa. Belém: INCRA, 2013.

ÍNDIO É NÓS. Apresenta informações sobre o movimento Índio é Nós. Disponível em: <<http://www.indio-eh-nos.eco.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Desmatamento da Amazônia Legal*, 2014a. Disponível em:

<http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm>.

Acesso em: 10 jan. 2015.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Desmatamento do município de São Félix do Xingu*, 2014b. Disponível em:

<<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>.

Acesso em: Acesso em: 10 jan. 2015.

ISA. Instituto Socioambiental. 2014. Apresenta informações sobre os grupos indígenas do Brasil. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

ISA. Instituto Socioambiental. *De olho na Bacia do Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

ISA. Instituto Socioambiental. *Povos indígenas no Brasil: 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003.

LAGE, Nílson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEA, Vanessa. *Nomes e nekrets Kayapó: uma concepção de riqueza*. 1986. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.

- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Buenos Aires: Lotus Mare, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008c.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991b.
- LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. Londres: Editions Antropos, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes: 1982.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez. 1999.
- LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Lefebvre. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: 2003. p. 15-33.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista: da política estatal à política urbana. In: FORTI, R. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 15-51.
- LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MACHADO, Lia Osório. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 54, n.2, p. 27-55, abr./jun., 1992.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteira e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes; Ed. Unicamp, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2011.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do "Eu". In: MAUSS, M.. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 367-398.

MERCÊS, Simaia. Transformações recentes nas formas de produção do espaço intra-urbano e da moradia em cidades na Amazônia. In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. p. 1-20.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal. Brasília, 2014. Disponível em:
<http://sigsif.agricultura.gov.br/sigsif_cons!/ap_abate_estaduais_cons?p_select=SIM>. Acesso em: 13 dez. 2014.

MINISTÉRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *O Livro Branco da grilagem de terras no Brasil*. Brasília: Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em:
<<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso em: 21 Out. 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Orgs.). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-114.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia. In: *Soerguimento tecnológico e econômica do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011. p. 175-196.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *Modernities in the jungle: extended urbanization in the brazilian Amazonia*. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2004.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *São Félix do Xingu: o avanço da fronteira amazônica e um novo espaço em formação*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1984.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e economia dos setores populares. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, 2008. p. 128-140.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994. p. 169-181.

MÜLLER, Ione Novoa Jezler. *Infra-estrutrua de apoio a grandes empreendimentos e as alterações no meio ambiente*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

- NUNES, Wilson da Silva. *Conversando com o Xingu*. Belém: Unifrag, 1998.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PARAUAPEBAS. Lei nº 4.328, de 30 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Parauapebas e dá outras providências. *Prefeitura Municipal de Parauapebas*, Parauapebas, 30 dez. 2006.
- SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei nº 320, de 13 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de São Félix do Xingu. *Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu*, São Félix do Xingu, 13 out. 2006.
- PDRS XINGU. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. *Memória XXVIII Reunião Ordinária do Comitê do PDRS do Xingu*. Altamira, 19-30 maio 2014a.
- PDRS XINGU. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. *Memória XXXIX Reunião Ordinária do Comitê do PDRS do Xingu*. Altamira, 25 jul. 2014b.
- PDRS XINGU. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. *Memória XXXX Reunião Ordinária do Comitê do PDRS do Xingu*. Altamira, 14 ago. 2014c.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PMP. Prefeitura Municipal de Parauapebas. *Histórico dos projetos habitacionais de interesse social*. Apresentação. Parauapebas, 2013.
- PMSFX. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. *Fundamentos para inclusão do município de São Félix do Xingu no PDRS Xingu*. XXVII Reunião Ordinária CGDEX PDRS Xingu. (Apresentação). Altamira, 19-30 maio 2014.
- PMSFX. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. *Mapa municipal de São Félix do Xingu*. Mapa. São Félix do Xingu, 2009.

PMSFX. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. *Município de São Félix do Xingu*. Mapa. São Félix do Xingu, 2013.

PMSFX. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. *Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal no Município de São Félix do Xingu*. Documento oficial. São Félix do Xingu, 26 ago. 2011.

PMSFX. Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu. *Zona urbana do município de São Félix do Xingu e limites dos bairros*. Mapa. São Félix do Xingu, 2010.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Imagem e Representação do índio no Século XIX. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 59-72.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Chico Mendes, um ecossocialista. In: OSAL, Buenos Aires, n.25, p. 151-154, abr. 2009.

POSEY, Darrell Addison. Introduction: culture and nature – the inextricable link. In: POSEY, D. A. (Org.). *Cultural and spiritual values of biodiversity*. Nairóbi: United Nations Environment Programme, 1999. p. 3-18.

POSEY, Darrel Addison. *Kayapó ethnoecology and culture*. Londres: Routledge, 2002.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. *Hidropolítica e Segurança: as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada*. 2011. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RAFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

RIZEK, Cibele Saliba. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, p. 41-49, fev. 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.). *The amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 164-206.

RODRIGUES, Roberta Menezes. *Company Towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental: especificidades, processos e transformações de um modelo urbanístico*. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

ROOSEVELT, Anna Curenus. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-87.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SANTANA, Luís Ferreira. *São Félix do Xingu: sua história, 1888-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Edusp, 2008.

SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei nº 320, de 13 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de São Félix do Xingu. *Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu*, São Félix do Xingu, 13 out. 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *Entre quatro paredes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SAWYER, Donald. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGON, L; MOUGEOT, L.. *Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém: UFPA; NAEA; CNPq, 1986. p. 54-90.

SAWYER, Donald. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.1, n. ½, p. 3-34, jan./dez. 1984.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora da UFPA, 2012.

SEEGER, Anthony; Da MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 32, p. 2-19, 1979.

SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu*. São Paulo: IRN, 2005. p. 29-54.

SILVA, João Márcio Palheta da. *A organização sócio-espacial no corredor da Estrada de Ferro Carajás*. 1996. Especialização (Especialização em Desenvolvimento em Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1996.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B. de (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Márcio. Afinal, quem é mais moderno neste país?. In: *Estudos avançados*. v. 5, n. 53, p. 87-96, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Prefácio. In: SOUSA SOANTOS, B. de (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13-22.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. In: *Cyta-Ciência Y Técnica Administrativa*. Buenos Aires, v. 6, p. 113-132, 2007.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: *Espaço & Debates*, São Paulo, ano 8, n. 23, p. 5-30, 1988.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.

TNC. The Nature Conservancy; FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. *Fundo para a redução do desmatamento e degradação florestal: a experiência de São Félix do Xingu*. Belém: [s. n.], 2013.

TREVISAN, Renato. Coronel Tuto Pombo: a morte de um líder Kayapó. In: ISA. *Povos indígenas no Brasil: 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p.420-421.

TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. Nova York: Ungar, 1963.

TURNER, Terence. Baridjumoko em Altamira. In: CEDI. *Aconteceu: povos e indígenas no Brasil/ 1987/ 88/ 89/ 90*. São Paulo: CEDI, 1991, p. 337-338.

TURNER, Terence *et al.*. Cisões recentes e mobilidade das comunidades Kayapó. In: ISA. *Povos indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, p. 444-450.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 311-338.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 86-102.

VALE. *Nossa história*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VELHO, Otávio. De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 133-140, 2001.

VERSWIJVER, Gustaaf. *Kayapó: enciclopédia dos povos indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental, 2002.

Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo>>

Acesso em: 10 dez. 2014.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté*. São Paulo: Hucitec, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. In: *Sopro*, n. 51, p. 3-10, maio 2011.

Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/n51pdf.html>>.

Acesso em: 19 jan. 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: SZTUTMAN, R. (Org.). *Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Beco de Azougue, 2008a. p. 132-161.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia". In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 151-171, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis. In: SZTUTMAN, R. (Org.). *Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Beco de Azougue, 2008b. p.228-259.

WAGLEY, Charles. *Amazon town: a history of a man in the tropics*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1964.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

TEXTOS DA MÍDIA

AGÊNCIA PARÁ. 2012. Diretoria de Comunicação Institucional da Secretaria de Estado de Comunicação do Governo do Pará. *Etnia Kayapó reúne 4 mil pessoas na Semana dos Povos Indígenas*. Belém, 18 e 19 abr. 2012. Disponível em: <http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=25579>. Acesso em: 10 nov. 2014.

A NOTÍCIA. *São Félix do Xingu: prefeitura apoia a realização das comemorações pelo Dia do Índio*. Marabá, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.an10.com.br/noticias/4584>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. 1983. *Funai vai assumir o controle do garimpo dos Kikretun*. Belém, 04 nov. 1983, p.13. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. 1980. *Geni e Delfina, fugindo as pressas do inferno*. Belém, 04 set. 1980, p.10-11. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. 1985. *Gorotire assinam acordo de paz*. Belém, 04 maio 1985. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. 1993. *Tapiêt quer ser deputado*. Belém, 14 jul. 1993, p.3. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1982. *Empresário acusa o presidente da Funai*. Brasília, 09 out. 1982. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1983. *Governo tentará descobrir ouro em área indígena*. Brasília, 20 maio 1983. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1985a. *Índio denuncia a Couto ameaça de novo conflito*. Brasília, 18 abr. 1985a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1985b. *Índios ocupam garimpo na reserva dos Kaiapó*. Brasília, 02 maio 1985b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1989. *Kaiapó pede para explorar madeira*. Brasília, 04 maio 1989, p. 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1996. *Multinacional explora imagem dos caiapó*. Brasília, 22 fev. 1996. p. 25. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1991. *Riqueza caiapó em documento especial*. Brasília, 06 set. 1991. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. 1985c. *Tensão aumenta em Maria Bonita*. Brasília, 04 abr. 1985c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

CORREIO DO BRASIL. 1987. *Caiapós buscam garantia de demarcação da terra*. Rio de Janeiro, 01 fev. 1987. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

DIÁRIO POPULAR. 1985. *Aureliano manda levantar garimpo de Maria Bonita*. 11 abr. 1985. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ESTADO DE MINAS. 1992. *Morre o cacique Tutu Pombo*. Belo Horizonte, 13 ago. 1992. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1971a. *A Amazônia de hoje: estradas, gado e microondas*. São Paulo, 07 jun. 1971a, p. 06. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1975. *A Colômbia cancela acordo*. São Paulo, 30 jan. 1975, p. 26. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1977a. *A descoberta de ouro no sul do Pará*. São Paulo, 18 dez. 1977a, p. 09. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1987a. *Agropecuária e Industrial Muarama Vende* (Publicidade). São Paulo, 29 jan. 1987a, p. 03. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1987b. *Agropecuária e Industrial Muarama Vende* (Publicidade). São Paulo, 31 jan. 1987b, p. 21. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1987c. *Agropecuária e Industrial Muarama Vende* (Publicidade). São Paulo, 08 fev. 1987c, p. 36. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1987d. *Agropecuária e Industrial Muarama Vende* (Publicidade). São Paulo, 28 fev. 1987d, p. 06. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1992a. *Borja requer demarcação de 22 reservas*. São Paulo, 30 maio 1992a, p. 04. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1985. *Brasil torna-se 3º produtor mundial de estanho*. São Paulo, 06 out. 1985, p. 44. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984a. *Brasil, um país derrotado pelo desafio da terra*. São Paulo, 02 nov. 1984a, p. 10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984b. *Caiapós exigem demarcação de suas terras*. São Paulo, 26 jun. 1984b, p.08. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1988a. *Caiapós prometem “abrir guerra” ao governo contra expulsão de índio*. São Paulo, 30 ago. 1988a, p. A6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2008a. *Candidatos prometem legalizar terra no Pará: com maior rebanho bovino da Amazônia, maioria das fazendas de São Félix do Xingu está irregular*. São Paulo, 25 set. 2008a, p. A4 e A6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1982a. *Carajás e a questão do subsolo brasileiro*. São Paulo, 29 ago. 1982a, p. 52. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1981a. *Carajás, uma riqueza de US\$ 542 bi: o patrimônio mineral da região, já levantado, corresponde a dez vezes à dívida externa brasileira*. São Paulo, 05 jul. 1981a, p. 33. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2005a. *Caravana vai a julgamento de acusados de matar religiosa*. São Paulo, 07 dez. 2005a, p. A11. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984c. *Cesar Cals aumenta Cumaru para desativar Serra Pelada*. São Paulo, 12 jan. 1984c, p. 09. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2001a. *Cidade pequena ganha mais verba federal: estudo revela que 26 municípios com receita “per capita” superior a R\$1.000,19 têm*

menos de 5.000 moradores. São Paulo, 15 mar. 2001a, p. C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2012a. *Código florestal deve anistiar 75% das multas milionárias*. São Paulo, 05 mar. 2012a, p. A4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006a. *Colisão é "inexplicável", afirma a Infraero*. São Paulo, 30 set. 2006a, p. C5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1964. *Cunha Bueno afirma que não tem terras no Pará*. São Paulo, 06 fev. 1964, p. 08. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1983a. *Decreto é sintoma*. São Paulo, 14 maio 1983a, p. 03. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2004a. *Desmatamento em 2003 supera 21 mil km²: governo debate dados parciais com ONGs; área derrubada se estabiliza no patamar do equivalente a um Sergipe*. São Paulo, 07 abr. 2004a, p. 14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006b. *Desmatamento na Amazônia cai pelo 2º ano consecutivo*. São Paulo, 06 set. 2006b, p. A16. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2004b. *Desmatamento na Amazônia cresce 2%: total acumulado alcança 653mil km² de floresta derrubada, área equivalente às de França e Portugal somadas*. São Paulo, 08 abr. 2004b, p. A16. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2005b. *Devastação tem queda de 30% na Amazônia*. São Paulo, 06 dez. 2005b, p. A16. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1986. *Documento denuncia trabalho escravo em 167 fazendas*. São Paulo, 27 dez. 1986, p. A11. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1979a. *Editais de prorrogação de prazo Iterpa* (Publicidade). São Paulo, 27 maio 1979a, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1982b. *Empresa constrói uma cidade no Pará*. São Paulo, 16 maio 1982b, p. 48. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1989. *Encontro de Altamira: papa diz que vai rezar pelos problemas da Amazônia*. São Paulo, 23 fev. 1989, p. C3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2004c. *Falta de verba leva dirigente do Incra a sair*. São Paulo, 01 maio 2004c, p. A9. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1980a. *Ferro de Carajás é só da estatal Vale do Rio Doce*. São Paulo, 01 mar. 1980a, p. 15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1983b. *Funai faz contato com novo grupo de índios araras*. São Paulo, 10 jan. 1983b, p. 06. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1968a. *Gama dirá quanta terra foi vendida*. São Paulo, 06 fev. 1968a, p. 03. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2005c. *Grilagem muda geografia da devastação*. São Paulo, 19 maio 2005c, p. A 20. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1969. *Índios do Pará vivem vida natural, trabalham e têm cooperativa para movimentar seus lucros*. São Paulo, 09 fev. 1969, p. 9. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1980b. *Índios Gorotire atacam e matam no Sul do Pará*. São Paulo, 03 set. 1980b, p. 04. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1988b. *Lei federal vai proteger a Amazônia*. São Paulo, 14 set. 1988b, p. C1. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Leilões: sítio 19 alq. E 6 l. (Publicidade)*. São Paulo, 29 jun. 2014a, p. 12. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1979b. *MDB suspende venda de terras através do Incra*. São Paulo, 27 jun. 1979b, p. 08. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1988c. *Na região do garimpo, ouro já toma lugar do cruzado*. São Paulo, 02 out. 1988c, p. B5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1983c. *Nas reservas só indígenas podem minerar*. São Paulo, 10 maio 1983c, p. 06. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1992b. *Novo laudo aumenta suspeita de estupro*. São Paulo, 21 jul. 1992b, p. 14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006c. *Novo sistema do Ibama já sofre fraudes*. São Paulo, 08 set. 2006c, p. A14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1979c. *O Banco Real inaugurou novas agências para continuar fazendo mais por seus clientes (Publicidade)*. São Paulo, 15 maio 1979c, p. 07. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2008b. *ONG aponta 345km² de degradação na Amazônia: levantamento do Imazon não trata de desmatamento, mas de fase anterior a ele*. São Paulo, 03 nov. 2008b, p. A7. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2008c. *ONG confirma alta no desmatamento*. São Paulo, 04 jun. 2008c, p. A10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2003. *Os líderes*. São Paulo, 28 nov. 2003, p. B10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006d. *PF encontra garimpos ilegais em reserva indígena caiapó*. São Paulo, 11 ago. 2006d, p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1981b. *Posseiros resistem quanto podem: em Xinguara, uma história de três anos de lutas acabou sem que o Getat conseguisse encontrar uma solução*. São Paulo, 21 ago. 1981b, p. 06. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006e. *PT quer levar lobista para a CPI na terça*. São Paulo, 11 fev. 2006e, p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2001b. *Questão agrária: agricultores fazem dez reféns no PA*. São Paulo, 30 jan. 2001b, p. A7. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1971b. *"Radam": em terra as dificuldades*. São Paulo, 09 jun. 1971b, p. 04. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1971c. *Radar revela: Amazônia não é planície*. São Paulo, 10 jun. 1971c, p. 05. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1991a. *São Félix do Xingu/PA* (Publicidade). São Paulo, 23 maio 1991a, p. 07. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1991b. *São Félix do Xingu/PA* (Publicidade). São Paulo, 25 maio 1991b, p. 12. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1991c. *São Félix do Xingu/PA* (Publicidade). São Paulo, 26 maio 1991c, p. 13. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1991d. *São Félix do Xingu/PA* (Publicidade). São Paulo, 28 maio 1991d, p. 15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1994. *São Félix do Xingu – 3000 alq. 2000 form.* (Publicidade). São Paulo, 19 nov. 1994, p. 04. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1977b. *Senado aprova venda de terras devolutas.* São Paulo, 17 ago. 1977b, p. 07. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1979d. *Senado não aprova alienação de terras à empresa construtora.* São Paulo, 23 jun. 1979d, p. 14. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2004d. *Sob governo Lula, invasões de terra aumentam 115%: no 1º ano da gestão, 42 pessoas foram mortas no campo, segundo ministério.* São Paulo, 09 jan. 2004d, p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1988d. *Turismo ecológico oferece roteiros inéditos na mata.* São Paulo, 15 set. 1988d, p. G8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1968b. *Um governo e suas metas.* São Paulo, 28 abr. 1968b, p. 46. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2008d. *União acusa Vale de invadir assentamentos.* São Paulo, 29 jun. 2008d, p. A4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984d. *Vende-se uma fazenda em São Félix do Xingu, Estado do Pará* (Publicidade). São Paulo, 31 mar. 1984d, p. 42. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984e. *Vende-se uma fazenda em São Félix do Xingu, Estado do Pará* (Publicidade). São Paulo, 01 abr. 1984e, p. 49. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 1984f. *Vende-se uma fazenda em São Félix do Xingu, Estado do Pará* (Publicidade). São Paulo, 05 maio 1984f, p.38. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2014b. *Venezuela eleva compra, e venda de gado sobe*. Sábado, 17 de maio de 2014b, Mercado 2, p. 9. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2009. *Verba para frigorífico ameaça Amazônia: estudo aponta que grandes grupos, responsáveis por 40% dos investimentos do BNDES em toda a indústria avançam na região*. São Paulo, 22 abr. 2009, p. B8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2006f. *Vizinho pesa mais que estrada em desmate*. São Paulo, 12 mar. 2006f, p. A20. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2012b. *20% das cidades têm nota ruim no SUS: em índice criado pelo próprio ministério, esses municípios obtiveram pontuação abaixo de 5, considerada 'razoável'*. São Paulo, 02 mar. 2012b, p. C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2008e. *76% de mata de campeã em desmate vai para pecuária: Ulianópolis (PA) é o município que mais perdeu floresta amazônica para o gado*. São Paulo, 22 dez. 2008e, p. A8. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GAZETA MERCANTIL. 1995. *Caiapós perdem o título de defensores*. São Paulo, 13-15 jan, 1995. p. 05. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

HOJE EM DIA. 1992. *Morre o cacique milionário*. Belo Horizonte, 13 ago. 1992. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

ISTO É. 1980. *Foi a vez dos gorotires: 20 brancos mortos*. São Paulo, 10 set. 1980, p. 26. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

ISTO É. 1992. *Índio quer apito: os filhos de Tutu Pombo disputam o dinheiro da mais rica tribo do País*. São Paulo, 02 set. 1992, p. 42. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

ISTO É. 1993. *Marajá da selva*. São Paulo, 14 jul. 1993, p.60-61. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

ISTO É SENHOR. 1990. *Pajelança: entre os caiapó: força de Tutu ameaça Raoni*. São Paulo, 04 jul. 1990, p. 43. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1980a. *Assim os caiapós mataram*. 04 set. 1980a, p. 13. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1983. *Cals pressiona para beneficiar a Stannun*. São Paulo, 02 dez. 1983. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1980b. *Contra os índios, a revolta. E o medo*. São Paulo, 05 set. 1980b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1990. *Golpe no Xingu: sai Raoni, entra Tutu Pombo*. São Paulo, 02 jun. 1990, p. 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1992a. *Morre Pombo, índio "branco"*. São Paulo, 13 ago. 1992a, p.6. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DA TARDE. 1992b. *O inventário de Tutu Pombo*. São Paulo, 12 ago. 1992b, p. 04. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DE BRASÍLIA. 1982. *Cacique quer registrar ouro dos índios Kaiapó*. Brasília, 07 out. 1982. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

JORNAL DE BRASÍLIA. 1985a. *Índios Gorotire ameaçados de extinção*. Brasília, 26 abr. 1985a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

JORNAL DE BRASÍLIA. 1983. *Mineradora contesta decisão da Funai*. Brasília, 17 maio 1983. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

JORNAL DE BRASÍLIA. 1985b. *Minter quer reabertura de garimpo*. Brasília, 12 abr. 1985b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

JORNAL DE BRASÍLIA. 1985c. *Só prejuízo no garimpo Maria Bonita*. Brasília, 17 abr. 1985c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1983. *Garimpeiros extraem ouro de caiapós e pagam ao cacique*. Rio de Janeiro, 29 maio 1983. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1996. *Ingleses acusados de enganar os caiapós*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1996, p. 7. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1992. *Lutzenberger culpa governo por queimada*. Rio de Janeiro, 06 ago. 1992, p. 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1990. *Pombo, o sucessor de Raoni, quer explorar*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1990, p. 10. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1980. *Reserva indígena no Pará é invadida por 5 mil garimpeiros*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1980. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

JORNAL DO BRASIL. 1986. *Vídeo, a nova arma do índio*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1986. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

JORNAL DO OURO. 1983. *Rio Branco: um exemplo vivo de integração*. Belém, jul. 1983, p. 13. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

MARIE CLAIRE. *Caiapós: os índios empresários*. Rio de Janeiro, 30 jun. 1992, p. 56-63. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1991. *Caiapós montam escola para preservar cultura*. São Paulo, 25 out. 1991. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1980a. *Caiapós podem banir autores do massacre*. São Paulo, 09 set. 1980a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1983a. *Delegado da Funai pode abandonar cargo no PA*. São Paulo, 13 ago. 1983a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1992a. *Herança de Tutu Pombo acirra disputas*. 06 set. 1992a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1985. *Índios detêm garimpeiros no Sul do Pará*. São Paulo, 16 abr. 1985. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1994. *Juiz determina fim do garimpo em área caiapó*. São Paulo, 16 fev. 1994, p. A11. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1992b. *Morre Tuto Pombo, o milionário cacique caiapó*. São Paulo, 13 ago. 1992b, p. 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1992c. *Nada como ser índio*. São Paulo, 14 ago. 1992c, p.3. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1980b. *Novo ataque dos índios deixa 16 mortos no Pará*. São Paulo, 03 set. 1980b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1990a. *Novo líder caiapó exige que Sting preste contas*. São Paulo, 09 jun. 1990a, p. 1 e 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1990b. *Os dois mundos dos caiapós*. São Paulo, 30 jun. 1990b, p. 30-32. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1983b. *Ouro: ministro nega favorecimento no PA*. São Paulo, 04 dez. 1983b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1992d. *Partilha de bens de Tutu Pombo será decidida na terça*. São Paulo, 23 ago. 1992d, p. 19. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 1990c. *Tutu Pombo, o cacique que ganha dinheiro*. São Paulo, 21 jun. 1990c, p. 48. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O DIÁRIO DO PARÁ. 1994. *Funai acha difícil cumprir liminar sobre os Caiapós*. Belém, 23 fev. 1994. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O GLOBO. 1980a. *Fazendeiros se armam para enfrentar os caiapós*. Rio de Janeiro, 05 set. 1980a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O GLOBO. 1985a. *Funai e CEF desativam garimpo em reserva índia*. Rio de Janeiro, 09 abr. 1985a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O GLOBO. 1985b. *Funai teme luta entre 200 caiapós e 5 mil garimpeiros na área ocupada*. Rio de Janeiro, 03 abr. 1985b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O GLOBO. 1980b. *Funai tenta pacificar a nação caiapó*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1980. 27 de julho de 1980b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O GLOBO. 1987. *Índios na selva têm tecnologia para ver televisão*. Rio de Janeiro, 15 nov. 1987. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

O GLOBO. 1989. *Índios repudiam hidrelétrica na Amazônia*. Rio de Janeiro, 21 fev. 1989. p. 06. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

O GLOBO. 1985c. *Índios só aceitam garimpo reaberto quando suas terras forem demarcadas*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1985c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O GLOBO. 1985d. *Jader promete solucionar impasse criado por índio*. Rio de Janeiro, 08 abr. 1985d. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O GLOBO. 1980c. *Solução para caiapós é aprender a garimpar*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1980c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985a. *Élcio Campos diz que Marabuto foi radical*. Belém, 05 abr. 1985a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1990. *Emocionados, Raoni e Pombo se reconciliam no Xingu*. Belém, 21 out. 1990. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O Liberal. 1985b. *Garimpeiros estão dispostos a regressar para Maria Bonita*. Belém, 26 abr. 1985b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985c. *Garimpeiros invadiram supermercados*. Belém, 12 abr. 1985c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985d. *Garimpeiros podem destruir redenção*. Belém, 20 abr. 1985d, p. 14. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985e. *Garimpeiros só vão ficar até a demarcação*. Belém, 31 maio 1985e. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1980a. *Índios contam o massacre de Espadilha*. Belém, 03 set. 1980a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985f. *Índios exigem indenização de quase Cr\$ 7 milhões*. Belém, 17 abr. 1985f. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985g. *Índios exigem indenização para liberar as máquinas das catas*. Belém, 11 abr. 1985g. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985h. *Índios Kayapó querem ter o controle sobre os garimpos*. Belém, 16 out. 1985h, p. 05. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985i. *Índios param garimpo no Xingu*. Belém, 02 abr. 1985i. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1984a. *Índios querem participação nos lucros dos garimpeiros*. Belém, 18 set. 1984a. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985j. *Índios vão comprar avião para fiscalizar demarcação*. Belém, 04 jun. 1985j. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1980b. *Kaiapó recusa ajuda Muduruku para garimpar ouro na reserva*. Belém, 29 jul. 1980b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O LIBERAL. 1984b. *Kokraimoro libertam reféns mas ficam com os pertences*. Belém, 01 dez. 1984b. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1980c. *Medo de índios é menor que a febre de ouro em Cumaru*. Belém, 25 set. 1980c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985k. *Os gorotire permanecem na pista*. Belém, 03 abr. 1985k. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1983. *Os índios e o garimpo*. Belém, 15 jun. 1983. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

O LIBERAL. 1991. *Paiakã acusa os aproveitadores que têm ecologia como emprego*. Belém, 08 set. 1991. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

O LIBERAL. 1981. *Poluição chegou à aldeia dos Kayapó no sul do Pará*. Belém, 14 ago. 1981. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985l. *Prefeito contém garimpeiros que iam depredar aeroporto*. Belém, 14 abr. 1985l. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1985m. *Todos os brancos já foram retirados de "Maria Bonita"*. Belém, 10 abr. 1985m, p. 05. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

O LIBERAL. 1984c. *17 garimpeiros reféns dos Kaiapó*. Belém, 29 nov. 1984c. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/noticias>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

TV TUCUMÃ. *Povos indígenas: Dia do Índio em São Félix do Xingu*. Telejornalismo. 18, 19 e 20 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=L75qs5mk8LY>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VEJA. 1990. *A fase ecológica do cacique*. São Paulo, 28 fev. 1990, p. 39. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VEJA. 2005. *A mártir da floresta*. São Paulo, 23 fev. 2005, p. 54-59. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 2008a. *Amazônia: a verdade sobre a saúde da floresta*. São Paulo, 26 mar. 2008a, p. 09 e 94-121. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

VEJA. 1985. *Caçadores de riquezas: em arriscadas operações na selva, pesquisadores forçam a Amazônia a entregar seus tesouros*. São Paulo, 17 jul. 1985, p. 74-76. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

VEJA. 1991a. *Caiapó S.A.: índios do sul do Pará perdem a fama, mas tornam-se bem sucedidos empresários da floresta*. São Paulo, 26 jun. 1991a, p. 68-69. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VEJA. 1991b. *Caiapós vendem óleo de castanha*. São Paulo, 17 jul. 1991b, p. 69. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VEJA. 2008b. *Cartas*. São Paulo, 09 abr. 2008b, p. 43. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

VEJA. 2003. *Encontrados*. São Paulo, 24 set. 2003, p. 111. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 2006. *Era pior que se pensava*. São Paulo, 26 jul. 2006, p.56-63. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 1986. *Gutierrez quer devolver terras ao INCRA*. São Paulo, 02 jul. 1986, p. 31. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

VEJA. 1989. *O aviso dos caiapós: com festas e ameaças, os índios condenam a construção da hidrelétrica de Kararaó*. São Paulo, 01 mar. 1989, p. 68-70. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

VEJA. 2000. *O fantasma da Amazônia*: o repórter de VEJA foi sequestrado quando apurava a história de Carlos Medeiros, que não existe, mas é o maior proprietário de terras do mundo. São Paulo, 15 mar.2000, p. 48-51. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 1980a. *O filão agrícola*: Andrade Gutierrez coloniza terras na Amazônia. São Paulo, 04 jun. 1980a, p. 96. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

VEJA. 1982. *O futuro abre clareiras na floresta*: a Amazônia deixa de ser apenas um paraíso natural e começa a incorporar-se ao Brasil. São Paulo, 18 ago. 1982, p. 80-110. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

VEJA. 2007. *O menino da porteira*. São Paulo, 28 nov. 2007, p. 38. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 2004. *O paraíso cercado e ameaçado*. São Paulo, 24 fev. 2004, p. 64-71. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 2008c. *Os maiores municípios brasileiros*. São Paulo, 23 abr. 2008d, p.34. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

VEJA. 2008d. *Os oásis estão acabando*: os homicídios diminuíram nas capitais. No interior, porém, o banguê-banguê aumentou. São Paulo, 23 jan. 2008d, p.74-75. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VEJA. 1992. *Tutu Pombo*. São Paulo, 19 ago. 1992, p.79. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VEJA. 1980b. *Uma guerra na selva*. São Paulo, 10 set. 1980b, p. 65-69. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

VEJA. 1999. *Vidas estilhaçadas*: a história de alguns dos 777 brasileiros que às portas do terceiro milênio passaram pelo horror da escravidão. São Paulo, 24 mar. 1999, p. 44-49. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

Apêndice

Relação e classificação dos textos extraídos do jornal diário *Folha de São Paulo* e da revista semanal *Veja* a partir da ocorrência das expressões “São Félix do Xingu” e/ou “São Félix”, no período de 1960 a 2014.

				Temas associados					
	Texto	Ano	Terra	Estradas	Mineração/ Garimpo	Índios	Pecuária	Desmate	Outros
1	<i>Cunha Bueno afirma...</i>	1964							
2	<i>Gama dirá quanta...</i>	1968							
3	<i>Um governo e suas...</i>	1968							
4	<i>Índios do Pará...</i>	1969							
5	<i>A Amazônia de hoje...</i>	1971							
6	<i>“Radam”: em terra...</i>	1971							
7	<i>Radar revela: Amazônia...</i>	1971							
8	<i>A Colômbia cancela...</i>	1975							
9	<i>Senado aprova venda...</i>	1977							
10	<i>A descoberta de ouro...</i>	1977							
11	<i>O Banco Real...*</i>	1979							
12	<i>Edital de prorrogação...</i>	1979							
13	<i>MDB suspende venda...</i>	1979							
14	<i>Senado não aprova...</i>	1979							
15	<i>Ferro de Carajás...</i>	1980							
16	<i>Índios Gorotire atacam...</i>	1980							
17	<i>Carajás, uma riqueza...</i>	1981							
18	<i>Posseiros resistem quanto...</i>	1981							
19	<i>Empresa constrói uma...</i>	1982							
20	<i>Carajás e a questão...</i>	1982							
21	<i>Funai faz contato...*</i>	1983							
22	<i>Nas reservas só indígenas...</i>	1983							
23	<i>Decreto é sintoma.</i>	1983							

	Texto	Ano	Temas associados						
			Terra	Estradas	Mineração/ Garimpo	Índios	Pecuária	Desmate	Outros
FOLHA DE SÃO PAULO	24	<i>Cesar Cals aumenta...</i>							
	25	<i>Vende-se uma fazenda...</i>							
	26	<i>Vende-se uma fazenda...</i>							
	27	<i>Vende-se uma fazenda...</i>							
	28	<i>Brasil, um país...</i>							
	29	<i>Brasil torna-se 3º...</i>							
	30	<i>Documento denuncia trabalho...</i>							
	31	<i>Agropecuária e Industrial Muarama...</i>							
	32	<i>Agropecuária e Industrial Muarama...</i>							
	33	<i>Agropecuária e Industrial Muarama...</i>							
	34	<i>Agropecuária e Industrial Muarama...</i>							
	35	<i>Caiapós prometem “abrir guerra”...</i>							
	36	<i>Lei federal vai proteger...</i>							
	37	<i>Turismo ecológico oferece...*</i>							
	38	<i>Na região do garimpo...</i>							
	39	<i>São Félix do Xingu/PA.</i>							
	40	<i>São Félix do Xingu/PA.</i>							
	41	<i>São Félix do Xingu/PA.</i>							
	42	<i>São Félix do Xingu/PA.</i>							
	43	<i>Borja requer demarcação...</i>							
	44	<i>São Félix do Xingu – 3000...</i>							
	45	<i>Questão agrária: agricultores...</i>							
	46	<i>Cidade pequena ganha...</i>							

	Texto	Ano	Temas associados							
			Terra	Estradas	Mineração/ Garimpo	Índios	Pecuária	Desmate	Outros	
FOLHA DE SÃO PAULO	47	<i>Os líderes.</i>								
	48	<i>Sob governo Lula...</i>								
	49	<i>Desmatamento em 2003...</i>								
	50	<i>Desmatamento na Amazônia...</i>								
	51	<i>Falta de verba leva...</i>								
	52	<i>Grilagem muda geografia...</i>								
	53	<i>Devastação tem queda...</i>								
	54	<i>Caravana vai a julgamento...</i>								
	55	<i>PT quer levar lobista...*</i>								
	56	<i>Vizinho pesa mais...</i>								
	57	<i>Desmatamento na Amazônia cai...</i>								
	58	<i>Novo sistema do Ibama...</i>								
	59	<i>Colisão é "inexplicável"...*</i>								
	60	<i>ONG confirma alta...</i>								
	61	<i>União acusa Vale...</i>								
	62	<i>Candidatos prometem legalizar...</i>								
	63	<i>ONG aponta 345km²...</i>								
	64	<i>76% de mata de campeã...</i>								
	65	<i>Verba para frigorífico...</i>								
	66	<i>20% das cidades têm...</i>								
67	<i>Código florestal deve...</i>									
68	<i>Venezuela eleva compra...</i>									
69	<i>Leilões: sítio 19...</i>									

			Temas associados						
	Texto	Ano	Terra	Estradas	Mineração/ Garimpo	Índios	Pecuária	Desmate	Outros
VEJA	1	<i>O filão agrícola...</i>	1980						
	2	<i>O futuro abre clareiras...</i>	1982						
	3	<i>Caçadores de riquezas...</i>	1985						
	4	<i>Gutierrez quer devolver...</i>	1986						
	5	<i>O aviso dos ciapós...</i>	1989						
	6	<i>Vidas estilhaçadas...</i>	1999						
	7	<i>O fantasma da Amazônia...</i>	2000						
	8	<i>Encontrados.</i>	2003						
	9	<i>O paraíso cercado...</i>	2004						
	10	<i>A mártir da floresta.</i>	2005						
	11	<i>Era pior que se pensava.</i>	2006						
	12	<i>O menino da porteira.</i>	2007						
	13	<i>Os oásis estão acabando...</i>	2008						
	14	<i>Amazônia: a verdade...</i>	2008						
	15	<i>Cartas.</i>	2008						
	16	<i>Os maiores municípios...</i>	2008						

*Texto não utilizado/ citado no corpo da tese.